

8

abril • 2012

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo (2011-2013)

Arthur Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdeí Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UFJF . Juiz de Fora . MG . Brasil)
Denis Bernardes (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II . Le Mirail . Toulouse . França)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Estados Unidos da América do Norte)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão

Rita Abreu e Dermeval de Sena Aires Júnior

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq/CAPES)

Contato

Avenida Ipiranga, 8799/307 - Jardim Botânico • Porto Alegre - RS • 91530-001 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2012, número 8, abril. 2012, 270 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

8

ARTIGOS
ARTICLES

A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais:
reflexões estruturais

The prosopograph methodology applied to the medieval sources: structural reflections

Fátima Regina Fernandes

11

Da historiografia sobre o Santo Ofício português

On the historiography of the Portuguese "Santo Ofício"

Alécio Nunes Fernandes

22

A negação e a exaltação dos sertanistas de São Paulo nos discursos dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e Gaspar da Madre de Deus (1756-1774)
Denial and exaltation of the São Paulo explorers in the discourse of Priest Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette and Gaspar da Madre de Deus (1756-1774)

Michel Kobelinski

49

Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck

Time and crisis in Reinhart Koselleck's theory of modernity

João de Azevedo e Dias Duarte

70

Ver e tocar o passado:

emoção e sentimento na *História do Brasil* de John Armitage

Seeing and touching the past: emotion and sentiment in John Armitage's History of Brazil

Flávia Florentino Varela

91

Presentificando a natureza:

os enunciados descritivos da paisagem nacional como *efeitos de presença* na escrita da história oitocentista

Presentifying nature: the descriptive enunciates of the national environment as presence effects in the writing of the nineteenth-century history

Eduardo Wright Cardoso

107

De Zumbi a José do Patrocínio:

a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX

From Zumbi to José do Patrocínio: the construction of a national and Republican history in the first decades of the twentieth century

Carolina Vianna Dantas

126

Cinema e historiografia:

trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010)

Cinema and historiography: trajectory of a historiographical object (1971-2010)

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

151

RESENHAS

REVIEW ESSAYS

- Entre a história e o cânone:
a ciência histórica oitocentista e seus textos fundadores
Between history and the canon: nineteenth-century historical science and its founding texts
MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, 256 p.
Julio Bentivoglio 175
- Enfrentamentos epistemológicos:
teoria da história e problemática pós-moderna
Epistemological confrontations: theory of history and the post-modern question
MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011, 240 p.
Sérgio Campos Gonçalves 187
- Transgredir a ordem do arquivo
Transgressing the archive's order
SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011, 110 p.
Taise Tatiana Quadros da Silva 197
- A Revolução Francesa revisitada
The French Revolution revisited
CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, 316 p.
Joachin Azevedo Neto 205
- Um historiador combatente:
István Jancsó
A fighting historian: István Jancsó
MOREL, Marco; SLEMIAN, Andréa; LIMA, André Nicácio (orgs.). *Um historiador do Brasil*: István Jancsó. São Paulo: HUCITEC, 2010, 400 p.
Denis Bernardes 211
- Reflexões sobre história e historiografia
Reflections on history and historiography
BASTOS, Lúcia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, 340 p.
Marcelo Balaban 217
- Frankfurtianos e os limites da razão
Frankfurter and the limits of reason
SOARES, Jorge Coelho (org.). *Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 200 p.
Marco Antonio Perruso 225
- Conversas com Sérgio Buarque de Holanda
Conversations with Sérgio Buarque de Holanda
MARTINS, Renato (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, 216 p.
Rafael Pereira da Silva 232
- Uma introdução à história da história das religiões
An introduction to the history of the history of religions
MATA, Sérgio da. *História e religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 160 p.
Anderson José Machado de Oliveira 238

ENTREVISTA
INTERVIEW

Teratologias, sobre os jogos entre o verdadeiro e o falso: encontro com François Delaporte
Teratologies, on the games between the true and the false: a meeting with François Delaporte

Marlon Salomon
Eduardo Sugizaki
Fernando Vojniak
José Ternes
Carlos Oiti Berbert Jr

248

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE

263

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES

265

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS

269

Editorial

editorial

Esta oitava edição de *História da Historiografia* marca o início de um novo regime de periodicidade na publicação do periódico. Em vez dos dois números anuais que vínhamos publicando desde 2008, passaremos a publicar de agora em diante três números por ano. Por detrás dessa alteração encontra-se menos a intenção de ampliar substancialmente o número de textos publicados que a de melhorar a gestão do processo editorial e reduzir o tempo de espera para a publicação.

Na presente edição, *História da Historiografia* publica 8 artigos acerca dos mais variados temas historiográficos. O artigo de Fátima Fernandes (UFPR) abre o volume com uma reflexão metodológica acerca do emprego da prosopografia ao estudo de fontes medievais. Em seguida, Alécio Fernandes (UnB) analisa criticamente a literatura sobre o Santo Ofício português, abrindo uma promissora polêmica contra interpretações consolidadas do tema. Michel Kobelinski (UNESPAR) trata das representações dos sertanistas paulistas por textos historiográficos da segunda metade do século XVIII.

João de Azevedo e Dias Duarte (PUC-Rio) discute a teoria da modernidade presente na obra de Reinhart Koselleck, enfatizando tanto a análise, proposta por este autor, da constituição da moderna noção de tempo histórico, bem como a sua crítica à instrumentalização política das filosofias da história. O trabalho seguinte, de autoria de Flávia Varella (UFRGS), examina a dimensão retórica da *História do Brasil* de John Armitage, à luz da hipótese de que tal texto pode ser entendido como expressão de uma "historiografia de presença". A partir da mesma senda teórica, Eduardo Wright Cardoso (UFOP) investiga, na historiografia oitocentista brasileira, enunciados descritivos da paisagem nacional, elaborando o argumento de que estes devem ser entendidos como "efeitos de presença", no sentido teorizado por Hans-Ulrich Gumbrecht.

Carolina Vianna Dantas (UERJ-FFP) debruça-se sobre dois importantes periódicos culturais cariocas da primeira década do século XX, analisando diversos registros historiográficos direcionados ao estabelecimento de uma interpretação republicana da história nacional brasileira. Por fim, o texto de Francisco das Chagas Santiago Jr. (UFRN) discute teoricamente a interface entre historiografia e cinema, examinando paralelamente a incorporação do cinema como objeto de estudo pelas historiografias francesa e brasileira. O volume contém ainda 9 resenhas de livros historiográficos recentemente disponibilizados ao mercado brasileiro, bem como uma entrevista com o filósofo e historiador das ciências francês François Delaporte.

Registre-se que a equipe editorial recebeu com grande satisfação a recente notícia da "promoção" do periódico à classificação Qualis B1 da Capes. Por esta ocasião, gostaríamos de reiterar o agradecimento aos nossos colaboradores (conselheiros editoriais, membros do conselho consultivo, pareceristas *ad-hoc* e autores) pela dedicação empenhada ao nosso projeto editorial coletivo, estendendo-o também aos nossos muitos e frequentes leitores. Queremos que a *História da Historiografia* continue a funcionar como um dos grandes fóruns da discussão historiográfica no Brasil. Pretendemos,

além disso, conquistar mais e mais espaço internacional, especialmente na América Latina e nos demais países de língua portuguesa. Para tanto, contamos com a ajuda de todos!

Os editores
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Julio Bentivoglio (UFES)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Artigos

articles

A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais*

The prosopography methodology applied to the medieval sources: structural reflections

Fátima Regina Fernandes

Professora associada
Universidade Federal do Paraná
lxa90@hotmail.com
Rua General Aristides Athayde Jr, 673, ap. 201 - Bigorrião
80.730-370 - Curitiba - PR
Brasil

Resumo

A metodologia prosopográfica tem seu lugar no campo historiográfico das relações de poder régio-nobiliárquicas medievais, e uma potencialidade de utilização em praticamente todas as áreas da historiografia. É uma metodologia básica que passou por processos de atualização, acompanhando as discussões das correntes historiográficas na diacronia histórica, tendo, portanto, um percurso que deve ser apresentado. Os desafios atuais demandam ainda uma análise crítica das vantagens de uma aplicação criteriosa de seu método, bem como dos perigos que rondam as conclusões alcançadas a partir de simplificações ou deformações do mesmo. Este trabalho busca, assim, apresentar uma metodologia ainda pouco conhecida junto à historiografia brasileira, acrescentando alguns debates esclarecedores das vantagens de se fazer a prosopografia medieval ibérica numa posição de suficiente afastamento dos compromissos e vínculos que hoje envolvem a academia europeia, na busca pelas origens medievais da Europa.

Palavras-chave

História medieval; Prosopografia; Península Ibérica.

Abstract

The prosopography methodology has its place in the historiographical field of power relations between nobility and monarchy, especially in the medieval age, as well as its use in all areas of historical studies. It is a basic methodology that has undergone an update, followed by discussions of the historiographical diachronics, with a course that should be presented. The present challenges require a critical review of the benefits of applying its method, as well as of the threats that surround the conclusions eventually reached by simplifications or distortions of it. This article presents the methodology, which is still known by few in the Brazilian historiography, and adds some clarifying discussions on the advantages of undertaking the Medieval Iberian Prosopography from a position that is sufficiently detached from the commitments and links of the European academia, in the search for the medieval origins of Europe.

Keywords

Medieval history; Prosopography; Iberian Peninsula.

Enviado em: 29/7/2011

Aprovado em: 30/8/2011

* Pesquisa financiada por bolsa de PQ/ CNPq.

O ofício do historiador implica no domínio de habilidades, técnicas e metodologias que estão em constante atualização, devida em boa parte aos avanços das novas tecnologias de informação, catalogação e divulgação de dados. A aplicação da prosopografia às fontes históricas não chega a ser uma novidade para os pesquisadores medievalistas, mas merece ainda algumas reflexões que permitam uma exploração eficiente desses materiais, respeitando a sua especificidade de forma e conteúdo. Assim, dispomo-nos a oferecer a este espaço de debate científico uma discussão sobre as potencialidades e também limites de aplicação dessa metodologia às fontes medievais portuguesas, âmbito de nossa experiência de pesquisa há duas décadas. Far-se-á necessária uma prévia reflexão historiográfica sobre os seus antecedentes e os rumos de desenvolvimento atual dessa metodologia, seguida de reflexões estruturais sobre as relações de poder de natureza sociopolítica que presidem o panorama das monarquias medievais, a portuguesa e a ibérica em geral.

Começemos por uma breve apresentação da história da prosopografia, etimologicamente identificada nos dicionários como descrição dos traços fisionômicos, da figura, do porte de uma pessoa. Muitas vezes confundida com a biografia, assemelha-se, no entanto, a uma sociografia, visto que a tarefa do prosopógrafo é a construção da biografia coletiva de um conjunto de indivíduos com aspectos comuns comparáveis, sejam eles o estrato social, função, atividades ou cargos. Distingue-se, portanto, da biografia no que se refere ao foco e à amplitude da proposta.

12

A prosopografia foi inicialmente utilizada para apresentar e destacar indivíduos ilustres formadores de uma consciência moral, com a tarefa de orientar os jovens em relação aos valores autorizados e reconhecidos em sua época, ou seja, como uma proposta de formação edificante que aparece nas obras onde o termo é aplicado. Os tratados de *uiris illustribus* não seriam naturalmente uma novidade, e apresentam essa mesma pretensão; no entanto, Jacqueline Lalouette localiza no século XVI a identificação de obras deste gênero de espelhos de nobres ou de príncipes com o termo prosopografia. No século XIX, reaparece no procedimento de obras dedicadas ao estudo do mundo clássico, mas foi apenas em 1897 que um dos mais eminentes eruditos alemães envolvidos no estudo da antiguidade clássica no século XIX, Theodor Mommsen, empregou pela primeira vez na contemporaneidade o termo prosopografia na obra *Prosopographia Imperii Romani*, editada pela Academia Real da Prússia, auxiliado por Elimar Klebs, Hermann Dessau e Paul von Rhoden, na qual são apresentadas as trajetórias dos senadores, legionários ligados aos príncipes e suas cortes.

No entanto, na grande refundição da obra realizada por E. Groag e A. Stein em 1923, alargavam-se os critérios de inclusão, mas também manifestava-se o interesse em resgatar um passado romano imperial que justificaria as pretensões prussianas no século XIX. Outros seguiram o modelo das obras de Mommsen e focaram seus interesses prosopográficos na República romana, como Gelzer e Munzer entre 1912-1920, e os eruditos ingleses da década de 30 do século XX. A ideia básica foi muitas vezes retomada ao longo do século XX e, em

1950, transformou-se num projeto de prosopografia debruçado sobre o Baixo Império que envolveria a Universidade de Cambridge sob a direção de Jones, Martindale e Morris, a Academie des Inscriptions et Belles-Lettres e o CNRS sob a direção de Henri Marrou e André Mandouze. A primeira publicação de resultados em 1971 do *The Prosopography of the Later Roman Empire* consolidou o sucesso da metodologia que já tinha começado a difundir-se em outros períodos históricos (LALOUETTE 2006, p. 55-74).

Trabalhos da mesma natureza voltados para os recortes medievais vêm sendo desenvolvidos em quase todos os meios historiográficos europeus, já há várias décadas (AUTRAND 1986; AURELL 2001). Um nome que não se pode deixar de referir nesses estudos de base prosopográfica é o de Salvador de Moxó, cuja produção na década de 60 do século XX aborda a nobreza medieval castelhana (MOXÒ ORTIZ DE VILLAJOS 1969). É, sem dúvida, um campo cujo reflorescimento na Espanha se deve ao empenho de Miguel-Angel Ladero Quesada, orientador de vários trabalhos de idêntica raiz prosopográfica. Na França, uma das mais insignes seguidoras dessa linha é Marie-Claude Gerbet (1989),¹ abordando a análise das estruturas sociais urbanas da Extremadura castelhana nos fins do século XV e inícios do século XVI, cujos trabalhos têm servido de guia àqueles que seguem na mesma linha de análise (GERBET 1997). Um projeto que reúne Alain Demurger, Jean-Philippe Genet e Françoise Autrand, entre outros, sob a direção de Bernard Guenée, intitulado *Traitement automatique des sources du Bas Moyen Age* merece aqui destaque pela modernidade e seriedade das propostas, tendo se desenvolvido junto ao CNRS (AUTRAND 1980).² Os reflexos dessa linha de análise em Portugal manifestam-se nos trabalhos de Leontina Ventura sobre a nobreza de Corte no reinado de Afonso III (VENTURA 1993) e Armando Luís Carvalho Homem (HOMEM 1990; GOMES 1995), tentando identificar os mecanismos de poder da monarquia medieval portuguesa na Idade Média. É nesta linha que me insiro desde minha tese doutoral, orientada pelo eminente historiador português Humberto Baquero Moreno, bem como pela atuante estudiosa na mesma linha, Cybele Crossetti de Almeida (ALMEIDA 2000, 2009; FERNANDES 2003, 2008), que vem divulgando esta metodologia prosopográfica na academia brasileira.

Uma boa síntese dos princípios norteadores dessa metodologia foi feita por Christophe Charle:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica

¹ A sua tese doutoral, *La Noblesse dans le Royaume de Castille: étude sur les structures sociales en Estremadure de 1454 à 1516*, foi traduzida para o castelhano em 1989 sob o título *La Nobleza en la Corona de Castilla: sus estructuras sociales en Extremadura (1454-1516)*.

² Na base bibliográfica digital *Persée* (www.persee.fr), encontram-se inúmeros trabalhos nos quais se podem consultar os resultados de pesquisas prosopográficas sobre as realidades medievais da cristandade latina e mesmo do Al-Andaluz, muitos deles apontando as possibilidades de utilização da informática ao serviço desta metodologia, especialmente no que diz respeito à organização da base de dados biográficos. Existe também uma revista digital, *Medieval prosopography* editada pelo Medieval Institute Publications da Western Michigan University, Kalamazoo, EUA, disponível em formato digital no seguinte endereço: www.wmich.edu/medieval/mip/journals.

social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (CHARLE 2006, p. 41).

A prosopografia, portanto, é um método que se insere na linha de História Social das Instituições, na História das Relações de Poder, na Sociografia das Monarquias e, num âmbito maior, na História do Poder. No período que é objeto deste estudo, os poderes de natureza pública encontram-se ainda em consolidação e o poder político apresenta fortes conotações pessoais no sentido da possível influência de fatos individuais, pessoais, privados nas decisões ditas de caráter público, tal como acontece nas decisões régias. Daí a importância de buscarmos na célula da tessitura social que cerca os monarcas a base para compreendermos os possíveis fatores de influência das políticas régias, e para descortinarmos os mecanismos de poder mais intrínsecos à corte régia medieval dos monarcas a serem estudados.

Em nossos muitos estudos, privilegiamos as relações régio-nobiliárquicas no reinado de Fernando (1367-1383), último monarca da primeira dinastia portuguesa de Borgonha, também designada de Afonsina. Recorte que nos levou a estudar a sociedade política que cercava não apenas esse rei, mas também aquele que imediatamente o antecedeu, Pedro I, e aquele que lhe sucedeu, João I de Avis. E isso porque muitos dos indivíduos analisados pela sua relevância sociopolítica no reinado fernandino tiveram importância antes e depois do desaparecimento de Fernando; portanto, suas trajetórias não poderiam ser interrompidas pelo início ou fim de um reinado.

14

Assim, feita uma breve introdução sobre o aspecto formal da prosopografia, a partir daqui apresentamos de forma aplicada, num estudo de caso, o trajeto desta pesquisa e as reflexões que ela impõe aos pesquisadores à luz dos critérios prosopográficos e do contexto histórico específico da problemática escolhida. Os eixos de relacionamento serão a sociedade política e a instituição monárquica, num diálogo concorrencial e francamente complementar que caracteriza as realidades ibéricas medievais.

A sociedade política (GENET 1999) baixo-medieval, correspondente aos eixos de apoio e concorrência sociopolítica desse poder régio, construído teoricamente, constituem parte desse poder monárquico. São seu campo de aplicação e o termômetro das necessárias adaptações e atualizações desse discurso legitimador, sob o risco de ser considerado desnecessário, desligado da realidade. A dimensão sociopolítica do poder régio é que lhe dá pertinência, justifica-o e concretiza-o.

E isso porque o homem medieval, seja ele nobre ou vilão, identifica-se não enquanto indivíduo, mas apenas enquanto grupo. A solidariedade de grupo funcionava como elemento estabilizador da sociedade medieval e, no que tange à nobreza, como meio de defesa e continuidade da sua posição de privilégio. Daí que os estudos prosopográficos dedicados à medievalidade se iniciem com a reconstituição das trajetórias dos indivíduos pertencentes a esses grupos privilegiados, identificando, caso a caso, os critérios definidores da sua

supremacia, bem como as bases de relacionamento desse elemento com um nível de poder central que lhe esteja direta ou indiretamente relacionado – no nosso caso, a monarquia.

Trata-se de um método que parte da elaboração de séries neutras de indivíduos e famílias, contemplando uma ampla coleta de dados biográficos e a posterior reconstituição de trajetórias individuais no lapso cronológico definido. Um trabalho de recuperação difícil, dada a natureza e a forma das fontes medievais, e que exige uma constante crítica interna dos documentos utilizados. Exige-se uma exposição dos dados disponíveis a variáveis que vão desde a posição na linhagem, as relações familiares e matrimoniais, inclusive com a Casa régia, região de preferencial estabelecimento, passando pela natureza e frequência dos benefícios régios, entre outras. A essa base biográfica, aplica-se uma abordagem analítica e de correlação de dados com o contexto: leis gerais, o deflagrar de guerras, o estabelecimento de pazes, os casamentos régios e assim por diante, juntamente com os dados de todos os outros indivíduos registrados. Trata-se de uma reinterpretação dos dados individuais à luz do contexto geral, permitindo-nos desvendar os mecanismos de poder implícitos às relações que se estabelecem entre as forças sociopolíticas. É a partir do cruzamento desses dados que podemos extrair perfis e padrões de atuação e comportamento no jogo de poder que implica na dicotomia, na aproximação/afastamento do poder central, e no estabelecimento de momentos chave de concessão e expurgo, entre outros.

Esse método exige o recurso a um amplo leque de fontes, capaz de enriquecer a base biográfica e o conhecimento do contexto. Além disso, constitui-se enquanto metodologia que exige um frequente recurso à interdisciplinaridade, nomeadamente à antropologia, sociologia, geografia, paleografia, linguística histórica e informática, a fim de preencher lacunas na interpretação e organização dos dados.

Um estudo que privilegia as linhagens a partir da problemática levantada, atendendo-se ao contexto do recorte e seus valores predominantes, não é uma escolha arbitrária do historiador e sim o respeito à natureza personalista das relações de poder no nível das cortes régias na baixa Idade Média portuguesa. No entanto, essas linhagens não se encontram cristalizadas no tempo; são mutáveis, encontram-se em transformação em suas estruturas organizantes, importando, assim, ao pesquisador do século XXI conhecer essas evoluções / transformações movidas pelas demandas contextuais. O conhecimento dos mecanismos de atualização, bem como os critérios internos de introdução, reconhecimento e rejeição dessas estruturas linhagísticas é apenas o começo de um trabalho que se pretenda prosopográfico debruçado sobre as linhagens medievais.

Assim, devemos lembrar que os diferentes níveis de acesso às fontes de poder, recursos econômicos, proteção régia e poder militar promovem uma estratificação interna nessa nobreza que ultrapassa as categorias tradicionais de ricos-homens, infanções e cavaleiros. Vários fatores intervêm nessa

estratificação; destaquem-se em primeiro lugar a posição dos indivíduos dentro da sua própria linhagem e as relações de parentesco que possuem e estabelecem com outras linhagens. Daqui, importa descortinar se os indivíduos estudados são primogênitos ou secundogênitos, a fim de se saber o nível de recursos de que dispõem para fazer valer sua autoridade. Isso porque a adoção, a partir da segunda metade do século XI, do sistema de sucessão patrimonial agnático, privilegiando os primogênitos em relação à herança, cria excedentes entre os descendentes das linhagens, os quais funcionarão desde então como agentes propícios ao apoio da monarquia frente às pretensões dos primogênitos das mesmas famílias. Pesam ainda, entre os fatores estratificantes da nobreza medieval portuguesa, as relações de dependência pessoal de natureza vassálica, que constituem, nos finais da Idade Média, importantes mecanismos de vinculação e proteção para o dependente, e de autoridade e projeção sociopolítica para o senhor.

Interessa-nos ainda, no estudo das linhagens, detectar fatores e critérios de análise que especifiquem os espaços de inter-relação linhagística, e que nos permitam extrair conclusões que extrapolem o nível do individual. Busca-se, assim, detectar estratégias de estabelecimento e sobrevivência, criadas pelos secundogênitos, as quais incluam migrações para outros reinos. Esse fator se prenuncia na frequência de circulação de elementos da alta nobreza, especialmente entre os reinos ibéricos, a qual se fortalece ainda mais em nosso contexto, com as partidarias internas de cada reino em relação aos blocos conflitantes na Guerra dos Cem Anos.

16

Torna-se fundamental também identificar a natureza e a frequência das inter-relações linhagísticas, análise que inclui o estudo dos sistemas matrimoniais predominantes: o exogâmico, endogâmico ou variado. Neste ponto, cabe ressaltar a inestimável valia do recurso às fontes genealógicas portuguesas, o *Livro velho*, o *Livro do Deão* e o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*. Os dois primeiros, completados pelo autor do último, Conde Pedro de Barcelos à volta de 1344, integrando com essa obra a genealogia das principais famílias portuguesas nobres de sangue de seu período com a genealogia dos agentes da Reconquista ibérica. Esse material constitui um poderoso suporte ideológico da nobreza, na medida em que a recuperação das suas origens marcaria a superioridade e a autonomia desse grupo frente às pretensões da monarquia. Tal obra define bem, por meio de exemplos históricos, que a sociedade política consciente de seu valor tinha uma função de cooperação governativa que incluía até mesmo a repreensão e rebeldia em relação ao rei em casos justificáveis, onde o mal maior seria o rompimento de uma fidelidade jurada ou a traição em relação ao conjunto do corpo nobiliárquico. Essa fonte sofreria duas refundições posteriores: uma em 1360-1365 e outra em 1380-1383, no decurso das quais seriam interpolados, por iniciativa dos Pereira, narrativas e dados que projetariam essa linhagem no panorama nobiliárquico português e ibérico (MATTOSO 1987, 1992; FERNANDES 2006).

Assim, a partir do indivíduo, chega-se à sociografia do reino e, na comparação horizontal das trajetórias, desvendam-se os mecanismos de promoção vertical das carreiras ou funções. Jogando com todos esses elementos, reconstitui-se o contexto que intervém diretamente no tipo das perguntas específicas a se buscar nas fontes, agente condutor ou vítima desse substrato sociopolítico.

Na Idade Média, observamos uma tendência a que a sociedade política influencie de forma importante a orientação da política régia. Em geral, as conclusões da historiografia apontam num sentido contrário, no qual os reis imporiam sua vontade individual aos súditos. Não é isso que constatamos com a prosopografia. Outros estudos correlacionados explicam essa posição de certa dependência dos reis em relação à sua vontade política: os estudos que reforçam a natureza personalista do poder durante toda a Idade Média. Nos séculos XIV e XV, observa-se a dialética própria das épocas de transição, convivência de estruturas personalistas como o Conselho Régio e a escolha pessoal dos principais ocupantes dos cargos pelo rei, com tendências flagrantes de centralização, como os corregedores e a administração cada vez mais impessoal e rígida aplicada às bases municipais vilãs. O rei, educado à luz dos Espelhos de Príncipes, forma-se modelarmente como aquele que tem obrigação moral de controlar suas vontades individuais, um modelo aplicado a partir da lei e do predomínio da vontade coletiva em nome do bem comum. É a partir desse modelo que os reis serão cobrados em sua atuação, seja pelas Assembleias de Cortes, seja pelos seus mais próximos servidores. Um modelo elaborado por eruditos eclesiásticos que, desde o século XII, constroem o perfil ideal régio a partir de uma ética cristã. Nos séculos finais da medievalidade, os legistas laicos e de extração burguesa convertem esse modelo em um perfil um pouco mais utilitarista e pragmático, mas, ainda assim, limitador das suas potenciais arbitrariedades. Afinal, a centralização é demandada por todos; o que não se gosta são as inevitáveis contrapartidas que ela traz em seu bojo.

É aqui que vêm dar as pesquisas prosopográficas que trabalham as origens medievais do Estado Moderno (AUTRAND 1986; COELHO e HOMEM 1999), numa perspectiva – se me permitem o trocadilho – um tanto retrospectiva de análise na qual o foco, mesmo que inconsciente, parece estar na modernidade, e numa instituição madura como o Estado moderno, do qual dever-se-ia buscar a origem na medievalidade. Colocam-se no microscópio as rígidas estruturas impessoais e institucionais do mundo moderno e contemporâneo, e tenta-se ver de onde elas saíram. Com percepções demandadas, como sempre, pela contemporaneidade, o século XXI reacende na historiografia europeia antigos debates sobre as origens da Europa, quando ela nasce, e quais são os seus substratos. A Idade Média, um pouco como na época de Michelet e das demandas pelo Estado moderno francês, alemão e inglês, serve ainda como matriz dos reinos que evoluiriam para Estados, e é por isso que se busca aí a terra das origens. Os nacionalismos e romantismos do século XIX descaracterizaram a verdadeira Idade Média, tornando-a funcional aos seus objetivos contemporâneos. O mundo clássico, especialmente o mundo romano,

veria promovido o destaque idealizado ao chamado Império, cuja base institucional seria muito mais tênue e débil do que a estrutura republicana, mas cujo modelo servia melhor às construções politicoideológicas da modernidade. No entanto, ao sucumbir à barbárie, perderia alguns elementos argumentativos indispensáveis à sua utilização.

Assim, a preocupação atual de muitos historiadores medievalistas em definir a identidade matriz da Europa naturalmente tem a ver com a atual necessidade de saber até onde vão as fronteiras da comunidade europeia. Bem, nesse ponto, devemos considerar que a prosopografia, mais do que um instrumento de reforço de identidades generalizantes de base francogermânica cristã, tem demonstrado todo o contrário. Os estudos, cujos recortes atendem geralmente a um espaço geográfico definido, apontam mais no sentido da diversidade de origens, da especificidade de modelos e funções que têm demonstrado, na comparação, a existência de várias Europas, várias bases etnoculturais e religiosas em convivência integrada, especialmente em espaços como a Península Ibérica, ou no reino das Duas Sicílias, onde se observa uma síntese das tradições clássicas com a judaica, cristã, islâmica e autóctone.

Quase sempre falamos de realidades bastante complexas, cuja análise prosopográfica mostra bem essa riqueza de diversidade, com perfis extraídos de modo comparativo que ultrapassam os limites dos modelos idealizados. No entanto, os historiadores devem notar que se trata de uma metodologia complexa e que exige ampla experiência de pesquisa, pois se impõe o manuseio de todos os tipos de documentação e o conhecimento das especificidades de construção das fontes chancelares, narrativas, cronísticas, jurídicas, enfim, todas que tragam informações capazes de alimentar a base de dados das trajetórias individuais. E mais, uma metodologia que exige a reflexão teórica e metodológica específica no momento de comparar os dados individuais, para que não ocorra corrupção ou distorção dos elementos retirados das fontes em nome dos mecanismos comparativos. Os focos devem ser diluídos e a voz deve ser dada às fontes considerando-se suas datas e contextos de produção, bem como os seus fins declarados ou subliminares.

Impõem-se, agora, depois de tudo que já foi dito, algumas reflexões sobre os limites e perigos de aplicação dessa metodologia, os equívocos mais comuns e que devem ser evitados em nome dos critérios científicos prescritos pela prosopografia (VERGER 1986).

Deve-se ainda considerar que a documentação medieval disponível apresenta-se em alguns casos francamente lacunar, incompleta, por vezes insuficiente, dispersa e desordenada, o que parece frustrar as expectativas de aplicação de mecanismos tão precisos de natureza prosopográfica. No entanto, devemos considerar que esse não é um condicionalismo exclusivo dos prosopógrafos, e que essa é uma metodologia que bem explora o potencial dos materiais disponíveis.

Em termos de resultados alcançados, atinge-se um conhecimento do grupo estudado no nível da sua constituição e composição, das origens sociais e

geográficas, idades, perfis de carreira, formação educacional, fortuna, vinculações familiares e políticas, entre outras. Promove-se, assim, o conhecimento do funcionamento concreto do aparelho político em todos os níveis, permitindo uma renovação da história política e institucional mais tradicional, prisioneira dos textos legislativos, jurídicos e administrativos. Dá vida concreta, humana, às instituições, ainda que elas sempre se esforcem por ser cada vez mais impessoais, e apesar de serem sempre os homens que elaboram e mantêm as instituições.

Ainda em relação aos resultados, devemos considerar que as escolhas de recorte, grupo ou função por parte de um historiador contemporâneo transformam a base de dados recolhida num objeto histórico de potencial estudo futuro.

Defendemos, no entanto, que a prosopografia é uma metodologia de base, de raiz, a partir da qual se deve fazer uso de outros mecanismos de análise complementar dos repertórios recolhidos e trajetórias reconstruídas. A história se beneficia amplamente da utilização inicial dessa metodologia em todos os trabalhos especialmente ligados à história do poder, em suas vertentes política, institucional, social, econômica, cultural e das ideias. Preconiza-se, ainda, a necessária aplicação e o diálogo das trajetórias com o contexto específico, sujeito a um recorte temático e cronológico justificável e com uma instituição, seja ela uma monarquia, ordem regular, governo municipal ou qualquer outra que tenha pertinência real na compreensão do funcionamento da realidade estudada.

Por fim, torna-se indispensável a integração comparativa entre trabalhos de pesquisadores prosopógrafos de base, para que se construam panoramas mais extensos, identificando fenômenos mais amplamente válidos sob risco de generalizar resultados específicos de grupos, funções ou territórios bem definidos a realidades mais complexas e extensas. No fundo, trata-se de estudos coletivos de caso, a prosopografia comparada de que nos fala Christophe Charle (2006). São visões complementares que, em conjunto, projetam uma importante reconstituição das instituições ou realidades em funcionamento, compondo uma bela síntese dos objetivos buscados com a aplicação da metodologia prosopográfica. Conclusões nas quais as generalizações são minimizadas, onde os perfis extraídos escapam das idealizações e aproximam-nos de uma realidade histórica plena de contradições e falhas, e, por isso mesmo, muito mais humana e mais próxima das realidades medievais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval, **Revista Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, 14 (2000): 294-311.

_____. Uma introdução ao método prosopográfico: fontes e questões para pesquisa. In: PINTO, Celi Regina; GUAZZELLI, Cesar Augusto (orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2009.

AURELL, Martin (ed.). **Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problematiques**. Turnhout: Brepols, 2001.

AUTRAND, Françoise. Prosopographie et histoire de l'état. In: RITTER, Gerhard A (ed.). **Aspects de la recherche historique en France et Allemagne: tendances e methods.** Göttingen, 1980, p. 43-53.

_____. (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique (1984). Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986.

_____. Y-a-t-il une prosopographie de l'État medieval? In: _____ (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 9-18.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 41-53.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís Carvalho (orgs.). **A gênese do estado moderno no Portugal tardo-medieval (sécs. XIII-XV).** Lisboa: Universidade Autónoma, 1999.

FERNANDES, Fátima Regina. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV), **Cuadernos de historia de España**, LXXXII (2008): 31-54.

20

_____. **Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003.

_____. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV, **História:** revista da Faculdade de Letras, Porto, FLUP, III série, vol. 7 (2006): 263-84.

GENET, Jean-Philippe. La genèse de l'État Moderne: genèse d'un programme de recherche. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís Carvalho (orgs.). **A gênese do estado moderno no Portugal tardo-medieval (sécs. XIII-XV)** Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, p. 21-51.

_____. Prosopographie et Genese de l'État Moderne. In: AUTRAND, Françoise (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 9-12.

_____. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sécs. XIII-XIV). In: _____. **Portugal Medieval:** novas interpretações. Lisboa: INCM, 1992, p. 309-329.

MOXÒ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Cuadernos de história** (anexos da Revista Hispania), 3 (1969): 1-210.

VENTURA, Leontina. **A nobreza de Corte de Afonso III**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, 2v.

VERGER, Jacques. Conclusion. In: AUTRAND, Françoise (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne**: actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 345-355.

Da historiografia sobre o Santo Ofício português

On the historiography of the Portuguese "Santo Ofício"

Alécio Nunes Fernandes

Mestre

Universidade de Brasília

alecionunesfernandes@gmail.com

QI 23 lote 03 apartamento 513, Edifício Milão, Guará II

71060-230 - Brasília - DF

Brasil

Resumo

Foi sobre silêncios que se construiu boa parte do discurso historiográfico a respeito do Santo Ofício português. Discurso este que, por vezes, destoa da pesquisa histórica, desconsidera dados objetivos, adota uma postura militante, passionaliza o debate acadêmico, analisa documentos com parcialidade manifesta e declarada, e escreve uma história que silencia pontos importantes para a compreensão da instituição Tribunal do Santo Ofício da Inquisição portuguesa. Neste artigo é feito um breve apanhado da historiografia sobre o Santo Ofício português e são discutidas algumas das razões para o pouco interesse de parte considerável da historiografia pela análise dos Regimentos inquisitoriais portugueses – que eram a base do conjunto de normas que orientava as práticas judiciárias da Inquisição lusitana –, refletindo sobre até que ponto a ideologização dos estudos sobre a instituição contribui para esse desinteresse e compromete os resultados de tais estudos.

22

Palavras-chave

Inquisição portuguesa; História da historiografia; Historiografia brasileira.

Abstract

A great part of the historiographical discourse about the Portuguese *Santo Ofício* was established upon silences. Such discourse, at times, becomes out of tune with the historical research, disregards objective data, adopts a militant posture, turns the academic debate into a passionate matter, analyzes documents with a manifested and declared partiality, and writes a history that silences important points to the comprehension of the institution Tribunal of the *Santo Ofício* of the Inquisition in Portugal. This article briefly summarizes the historiography about the Portuguese *Santo Ofício*, and discusses some of the reasons for the weak interest of a considerable part of the historiography for the analysis of the Portuguese inquisitorial Regiments – which were the basis of the sets of norms that guided the judiciary practices of the Lusitanian Inquisition –, reflecting on the extent to which the ideologization of the studies concerning the institution contributes to this disinterest and compromises the results of these studies.

Keywords

Portuguese Inquisition; History of historiography; Brazilian historiography.

Enviado em: 2/6/2011

Aprovado em: 8/8/2011

Entre os temas recorrentes da historiografia, a Inquisição é, certamente, um dos mais revisitados pelos historiadores. Incontável número de páginas já foi escrito sobre o assunto ou fazendo referência ao seu manancial de documentos, do qual boa parte ainda está por catalogar. Com os mais variados propósitos, aplicam-lhe diferentes enquadramentos teóricos, distintos métodos analíticos e todo tipo de recortes espaço-temporais. Também por isso, a Inquisição é objeto de acaloradas discussões historiográficas e de polêmicas interpretações históricas.

A história do Santo Ofício português confunde-se com a imagem construída pela historiografia que escreve a seu respeito. Em não poucas vezes, imagem distorcida, carregada de paixões confessas ou mal encobertas, dispersas em um discurso que tende a considerar como valores universais e anistóricos a justiça, os direitos humanos e a tolerância.

A precaução sugerida por Ginzburg – em relação aos cuidados que se deve ter na análise de fontes inquisitoriais, por serem mediadas pelo crivo dos inquisidores – parece-nos aconselhável estendê-la à historiografia que versa sobre o Santo Ofício. O resultado do trabalho do historiador é também mediado por sua visão de mundo, seus valores ideológicos, morais e éticos. O próprio Ginzburg acabaria por confessar a sua “identificação emocional com os réus” (GINZBURG 1991, p. 12) dos processos que ele analisava. Mas não apenas ele. Outros historiadores bastante experimentados, como veremos adiante, não conseguem escapar à necessidade de se posicionar contra as ações do Santo Ofício e, conseqüentemente, a favor das vítimas da Inquisição. “Não há textos neutros”, diria Ginzburg (1991, p. 16). Nem mesmo os produzidos pela historiografia, acrescentamos nós.¹

Os historiadores parecem compartilhar o que Paolo Prodi chamou de “estranha tendência a um ‘arrependimento histórico’ absurdo, como se fosse possível levar ao foro penal as culpas históricas de toda uma sociedade ou civilização, ou como se fosse possível, em sentido contrário, transformar a ‘História’ em tribunal penal” (PRODI 2005, p. 532).

Consciente ou inconscientemente, os historiadores constroem as suas narrativas estabelecendo a identidade do “eu” ao qual pertencem e definindo a alteridade do “outro”, o antagônico. Aqui concordamos com Rüsen, para quem “a constituição da identidade efetiva-se [...] numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver” (RÜSEN 2001, p. 87). Entretanto, sem desconsiderar a legitimidade de tal processo, corre-se o risco de, na luta pela construção da identidade dos grupos, partidarizar-se a narrativa histórica. Vitimiza-se o “eu” ou demoniza-se o “outro”.

¹ A crítica à parcialidade da historiografia em relação à Inquisição também é feita por Jean-Pierre Dedieu, que defende a importância de “las líneas de investigaciones históricas basadas en fuentes inquisitoriales” (DEDIEU 2006, p. 12), e aponta as precauções que se deve ter na análise dos textos produzidos tanto pelos inquisidores quanto pela historiografia.

Parte da historiografia a respeito da Inquisição adota essa postura ao fazer coro a um discurso “politicamente correto”, ideologicamente inclinado a criminalizar o Santo Ofício português (a este em particular, e à Inquisição em geral), desconsiderando o contexto no qual o Tribunal se estabeleceu e perdurou por quase trezentos anos.

Na visão de parte da historiografia, grave *pecado* do historiador é procurar entender a “logicidade do funcionamento do Tribunal do Santo Ofício” (NOVINSKY *apud* GORENSTEIN 2005, p. 30). Perguntamo-nos, então: como é possível ter uma visão de conjunto do problema inquisitorial sem levar em conta as lógicas jurídico-religiosas empregadas ou defendidas institucionalmente, em nível discursivo, pelo Santo Ofício?

De maneira explícita, admite-se querer “sugerir alguns bons argumentos para explicar as razões pelas quais os homens mais próximos daquela época sentiram a necessidade de demonizar o tribunal”. A afirmação é taxativa: “quando se estuda uma instituição ‘por dentro’, através de seus documentos, esposando assim a lógica daqueles que os produziram e evitando interrogar sobre as diferenças entre perseguir delitos e opiniões, esses papéis dão uma imagem de respeito das regras e de probidade”. A consequência de se estudar o Santo Ofício com base em seu discurso institucional seria correr o risco de formatar uma “lenda rosa”, que traçaria um perfil menos negativo do Santo Ofício, um “tribunal que algumas vezes se reavalia de modo tão sereno” (FEITLER 2007, p. 18).

24

Por este prisma, não apenas a serenidade é um traço condenável no trabalho dos historiadores que se propõem a fazer uma análise desapaixonada sobre o Santo Ofício. Chamados de “revisionistas”, esses historiadores também são criticados por pensar historicamente (!): “os autores revisionistas assumiram os critérios do Santo Ofício para analisar a questão do criptojudaísmo. *Enfatizando que analisam o Tribunal ‘em seu tempo’*, consideram que foi um Tribunal justo” (GORENSTEIN 2005, p. 37-38, grifo nosso).

Ainda com relação ao tempo e à história, bastante comum em parte da historiografia sobre a Inquisição é a despreocupação quanto a um evidente anacronismo: compara-se Santo Ofício e Nazismo como sendo instituições com agentes, fins e práticas semelhantes. A justificativa seria a perseguição perpetrada por ambas contra judeus, mesmo que, sabida e incontestavelmente, a Inquisição tivesse jurisdição para processar apenas os que fossem cristãos batizados, ainda que à força – embora não poucas tenham sido as tentativas do Santo Ofício de alargar seu raio de ação para os chamados infiéis, mouros e judeus.

Mesmo a atualização dos dados relativos ao número de processados pelo Santo Ofício, e, sobretudo, dos condenados à pena capital – dados estes que apontam para números² bem menos expressivos do que os que até há bem

² Ronaldo Vainfas afirma que, “examinado o universo das sentenças, constatamos que a Inquisição portuguesa, ao contrário do que se supõe, condenou poucas pessoas à morte relativamente ao número de processados. Levados à fogueira pelo Tribunal foram 8,2% dos processados nos séculos XVI, 9% no XVII e 7,3% no XVIII, incluindo os que, ausentes ou mortos no cárcere, foram queimados em efígie [ou seja, que, efetivamente, não foram queimados]. Portanto, de um total de 7.666 indivíduos processados

pouco tempo eram aventados como provas do rigor inquisitorial – não é suficiente para conduzir as discussões a um tom menos passional. Na formatação de uma historiografia pretensamente humanista, fatores objetivos são desvalorizados, porque levar em consideração os dados estatísticos e quantitativos seria minimizar “a ação e o papel da Inquisição’, desaparecendo o homem e seu sofrimento” (NOVINSKY *apud* GORENSTEIN 2005, p. 37).

De maneira geral, os historiadores que escrevem sobre o Santo Ofício – ou com base em sua documentação – podem ser divididos em três grupos: os apologéticos, os herdeiros de uma “lenda negra” historiográfica, e os que procuram adotar uma postura mais sóbria e desapaixonada. Entretanto, nos três grupos é raro encontrar aqueles que se preocupem em analisar a legislação inquisitorial ou o discurso institucional que dá sustentação teórica às práticas do Santo Ofício; na maioria das vezes, os processos são o ponto de partida das análises. Menor ainda é o número de historiadores que procuram compreender o caráter jurídico-criminal do Tribunal; em geral, ressalta-se o aspecto religioso da Inquisição. E mesmo alguns assuntos exaustivamente discutidos, como os motivos para a instalação e manutenção do Santo Ofício em contextos espaço-temporais tão distintos, não resultaram em consenso historiográfico. Justamente as razões para o surgimento e tão longa duração no tempo do Tribunal são o ponto central dos embates entre as correntes historiográficas.

Uma barreira ideológica ainda paira sobre os autores que se dedicam a pensar historicamente o Tribunal. Há uma espécie de temor de que o trabalho historiográfico possa ser usado em desfavor de conquistas de nossa contemporaneidade, como os direitos humanos, a democracia e a liberdade de pensamento. Esse temor provoca um descompasso: a pesquisa de qualidade nem sempre recebe considerações compatíveis com os resultados obtidos. No momento de analisar os dados coletados, não raro, o historiador acaba por escrever uma história voltada para o bem, não para a verdade.³ O já velho chavão “a história é filha do seu tempo” não é justificativa suficiente para eximir de responsabilidade gerações de historiadores que, pensando prestar um serviço à humanidade – defendendo a democracia, a tolerância, os direitos humanos –, descuidaram de seu compromisso com a verdade histórica. Não que discordemos de Duby, para quem “toda história é inevitavelmente subjetiva, todo discurso sobre o passado é obra de um homem que vive num presente e que interpreta os vestígios do passado em função desse presente” (DUBY *apud* GORENSTEIN 2005, p. 42). Apenas, como Le Goff, reafirmamos o “compromisso com o diálogo entre o presente e o passado, mas sem cair na armadilha de buscar nesse passado o começo de hoje” (COELHO 2010, p. 64). A crítica aqui formulada não é dirigida à subjetividade – subjetividade esta que é inerente aos

naquele Tribunal, cerca de 8,3%, em média, ou 642 pessoas, sofreram a pena capital” (VAINFAS 1992, p. 146-147).

³ Todorov critica o tipo de perspectiva em que “el historiador no tiene ya deberes para con la verdad sino sólo con el bien”, e afirma que “el objetivo del historiador [...] no es pintar imágenes piadosas, contribuir al culto de los héroes y los santos, prosternarse ante ‘arcángeles’; sino acercarse, en la medida de sus posibilidades, a la verdad” (TODOROV 2002, p. 240).

textos de história –, mas sim ao uso da história a serviço de uma causa. A par de uma justificada subjetividade, deve existir uma condição primeira e imprescindível no trabalho do historiador: esta *sine qua non* é o compromisso com a verdade. E não nos referimos a uma verdade filosófica abstrata, difícil de mensurar. Mas sim àquela bem mais objetiva, que na definição dos dicionários tem como sinônimo a franqueza.

Uma história moral

No final do século passado, o lançamento do livro *Los orígenes de la Inquisición en la España del siglo XV*, de Benzión Netanyahu, provocou um acirrado debate que envolveu nomes consagrados no cenário historiográfico espanhol.⁴ Palcos dessa disputa intelectual foram a *Revista de la Inquisición* e o jornal *El País*. O debate reacendeu uma polêmica na historiografia: a ideologização dos estudos inquisitoriais. Contudo, a polêmica é antiga e não se restringe à historiografia espanhola.

A ideologização abarca contextos espaço-temporais diversos. Tem seus pontos altos a partir da Reforma Protestante, com o aparecimento da chamada “lenda negra” e, em contrapartida, do discurso apologético originado em resposta às acusações feitas pelos detratores do Tribunal. Irá receber novo fôlego com as críticas dos *ilustrados* – em Portugal, tais críticas ao Santo Ofício serão registradas e endossadas até mesmo no Regimento inquisitorial de 1774. Em razão dos movimentos totalitários na Europa – sobretudo o Nazismo –, a ideologização manterá seu vigor, por exemplo, por meio de comparações entre agentes da SS com os familiares do Santo Ofício, e entre o extermínio de judeus perpetrado por nazistas com a perseguição aos cristãos-novos levada a cabo pelas inquisições ibéricas e romana.

Em comparação com a produção historiográfica relativa à Inquisição espanhola, o número de trabalhos sobre o Santo Ofício português é bem menor. O que não quer dizer que o tribunal lusitano receba uma atenção menos passional por parte de alguns historiadores que se dedicam a estudá-lo. “A história do Santo Ofício, suas motivações, seus métodos; a história dos réus do *famigerado tribunal* [...]” é um assunto que apaixona a muitos (VAINFAS 2005, p. 243, grifo nosso). Há entre estes os que são francamente militantes na defesa das vítimas do Tribunal. Em vista do estilo adotado, desenvolvem o que poderia ser denominado de história dos indivíduos ou história moral.⁵

⁴ Para Dedieu, o debate suscitado pelo livro de Netanyahu foi o indício da falta de rumos, à época, da historiografia espanhola: “lo extraño no es que Netanyahu hable como lo hace, sino que sus palabras hayan suscitado tantas reacciones en la comunidad histórica española y que todo lo que cuenta entre los modernistas españoles haya insistido para tomar parte en el debate, claro indicio de su dificultad en encontrar su rumbo” (DEDIEU 2006, p. 12). Discordando do historiador francês, mais nos parece que o debate decorrente do livro de Netanyahu tenha sido um aprofundamento de um caminho que havia sido iniciado no final dos anos setenta do século passado. Para Ricardo García Cárcel, “tres han sido los objetivos perseguidos por la historiografía en estos años: la desideologización, la superación de la abstracción y la explicación racional del Santo Oficio” (GARCÍA CÁRCEL 1996, p. 233).

⁵ Segundo Bruno Feitler, entretanto, alguns pesquisadores – tais como Elias Lipiner, Anita Novinsky, Laura de Mello e Souza, Luiz Mott, Ronaldo Vainfas e Lana Lage da G. Lima – podem ser classificados como pertencentes à história cultural ou à história das ideias, uma vez que tais historiadores “[...] se interessaram sobretudo pelos delitos de jurisdição inquisitorial, ou melhor, pela história daqueles

Exemplo de estudiosos que escrevem uma história moral são os que advogam a causa de cristãos-novos e/ou de sodomitas portugueses, tomando como fundamento de suas reflexões os processos de *seus* acusados. Na maioria das vezes, o conjunto de normas que orientava a condução de tais processos é desconsiderado como critério de análise, e, em vários casos, sequer é citado.

Nessas análises, em que o historiador se coloca como promotor e, ao mesmo tempo, juiz do passado, o acusado é o próprio Santo Ofício português. Sem direito à defesa, visto que sua fala – a legislação inquisitorial que contém o discurso institucional que orientava as suas práticas judiciárias – não é ouvida, o mesmo tribunal que outrora processava seus réus por meio de processos judiciais com base em normas de sua época – e de outra maneira não poderia ser, tratando-se, evidentemente, de um tribunal de justiça inserido em um tempo e espaço definidos – é sumariamente condenado. Seus cúmplices? Sociedades inteiras que, no caso português, permitiram a sua existência por quase três séculos. As culpas são várias: intolerância, violação dos direitos humanos, injustiças etc.– mesmo que tais conceitos sejam historicamente construídos. Nessa perspectiva, a maior culpa do Santo Ofício português seria a de estar inserido na história de seu próprio tempo.

A condenação pura e simples do Tribunal não elucida importantes questões atinentes à sua longa existência, mas encobre-as. “Não importa chorar nem rir. Importa compreender” (BOFF 1993, p. 9), diria até mesmo o teólogo e filósofo Leonardo Boff, crítico ferrenho das inquisições católicas, responsável pelo inflamado prefácio à edição brasileira do *Directorium Inquisitorum*. O discurso historiográfico militante dificulta e posterga o entendimento de complexas tramas interpretativas, por si só já dificultadas pela distância que separa o historiador de sociedades que não são a sua, ao criar uma imagem da Inquisição distanciada de sua realidade histórica. A responsabilidade dos historiadores pela construção dessa imagem ideológica foi observada por Doris Moreno Martínez:

la Inquisición, en la mirada de los historiadores, se convierte en caballo de batalla de posicionamientos ideológicos o políticos. Escribir sobre la Inquisición en los siglos XIX y XX ha sido, en buena parte, un ejercicio de definición ideológica, la exhibición de progresismo o conservadurismo que lastra cualquier empeño de objetividad. Las últimas generaciones de historiadores de la Inquisición han realizado un notable esfuerzo para desnudar el mito y recuperar la memoria histórica (MORENO MARTÍNEZ 2004, p. 27).⁶

grupos ou indivíduos perseguidos pela instituição e assim paradoxalmente por ela perpetuados em sua documentação: cristãos-novos (judaizantes ou não), mas também, feiticeiros, bigamos, sodomitas, padres solicitadores etc., contribuindo de modo inestimável para a compreensão das diferentes formas sociais e de sociabilidade do mundo luso-americano da época moderna [...] impulsionados pela riqueza das fontes e pelas correntes historiográficas ligadas à história cultural e à história das ideias” (FEITLER 2007, p. 11).

⁶ Bruno Feitler endossa as observações feitas por Doris Moreno Martínez: “os reflexos historiográficos, políticos, literários, e pictóricos da “lenda” [o autor se refere à lenda negra] sobreviveram em muito os próprios tribunais ibéricos [...], dando finalmente uma imagem cada vez mais imprecisa do que foram os tribunais da Inquisição, sobretudo em obras de cunho polêmico, político ou artístico e por isso de maior impacto no público em geral. Mitificou-se assim a instituição, tomando-se como pressuposto um funcionamento sanguinário, vindicativo, sem regras e, finalmente, monstruoso do Santo Ofício” (FEITLER 2007, p. 9-10, grifo nosso).

Alguns historiadores defendem com fervoroso ardor as suas posições acerca do Santo Ofício português. Com uma lucidez que parece não ser compartilhada por aqueles que discordam de suas conclusões, estes historiadores podem falar com propriedade sobre o Tribunal, pois acreditam compreender o seu “sentido profundo”:

as numerosas controvérsias que o fenômeno Inquisição tem suscitado, com a minimização de seus efeitos e a incompreensão de seu “sentido profundo”, em um momento em que a própria sobrevivência da humanidade está ameaçada, são um sintoma da insanidade de nosso tempo quanto a valores éticos e humanos (NOVINSKY 2004, p. 48).

Evitar que se tenha uma “imagem aparente da realidade”, já que dessa forma “conheceremos apenas como o dominador se apresentava, mas nunca os verdadeiros motivos que o impulsionavam” (NOVINSKY 1998, p. 298), é uma das justificativas para que a perspectiva escolhida por parte considerável dos historiadores seja uma análise a partir da ótica das vítimas. Anita Novinsky é, reconhecidamente, um dos nomes mais lembrados da historiografia brasileira sobre o Santo Ofício português e, segundo Ronaldo Vainfas, “mestra de tantos historiadores brasileiros” e dona de uma “proposta explicitamente engajada” (VAINFAS 2006a, p. 190). Novinsky afirma que “para entendermos o que foi o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, como funcionou e a ideologia sobre a qual se apoiou, é importante que busquemos conhecer o que pensavam dele os homens de seu tempo e as próprias vítimas” (NOVINSKY 1998, p. 298). Contudo, ressaltamos que é importante recordar que os inquisidores também eram “homens de seu tempo”.

Ao privilegiar apenas a fala das vítimas, em detrimento do discurso institucional, que é inaudível em considerável parte dos estudos sobre a Inquisição, temos também uma imagem aparente da realidade. A legislação inquisitorial portuguesa, que, por vezes, sequer é analisada, não recebe o mesmo peso que é dado à fala dos processados pelo Santo Ofício português, pois considera-se que “os manuscritos que circulavam nos subterrâneos da sociedade espelhavam as opiniões dos excluídos, suas carências e seus sentimentos e constituem a base mais sólida sobre a qual podemos nos apoiar para reconstruir o passado histórico e a cultura portuguesa” (NOVINSKY 1998, p. 298).

Um traço bastante comum em parte dos estudos sobre o Santo Ofício português é o emprego de adjetivação, invariavelmente, negativa para caracterizar o Tribunal. “Tenebroso”, “*monstrum horribilem*”, “Casa Negra do Rossio”, são os termos usados pelo historiador e antropólogo Luiz Mott, no prefácio do livro *Agentes da Fé*, para qualificar a Inquisição portuguesa. Para Mott, o Tribunal fazia parte de um

mundo espantoso de autoritarismo e intolerância, mundo lastimavelmente ainda não completamente desaparecido, já que descendentes desses famigerados prepostos [o autor se refere aos familiares da Inquisição] continuam no topo da pirâmide social em muitas regiões do país, notadamente nas mais antigas capitâneas, onde muitas dessas famílias perpetuam sua hegemonia pelo mesmo mandonismo estamental de outrora.

Época em que as pessoas valiam não por seus méritos e capacidade, mas por sua nobreza e origens raciais. Não ser “cristão-velho”, isto é, branco descendente de imemoriáveis cepas católicas, implicava *ipso-facto* um triste destino sufocado pelo preconceito, discriminação social e profissional, incluindo, às vezes, perseguição, violência física e até morte. E eram exatamente os Familiares do Santo Ofício as pontas de lança dessa ordem cruel, autoritária e incendiária (MOTT 2006a, p. 17-19).

Apontada por Mott, a percepção de continuidade entre o “mundo espantoso de autoritarismo e intolerância” e os dias de hoje é compartilhada por outros historiadores. Destes destacamos Anita Novinsky. Segundo a historiadora, “na Espanha e em Portugal, na Época Moderna, reuniram-se Estado e Igreja para destruir o judaísmo. No século XX, *repetiu-se* o modelo e milhares de judeus foram assassinados” (NOVINSKY 2006, p. 158, grifo nosso).

Tal afirmação remete à comparação, feita por alguns historiadores – como Novinsky e Netanyahu, em relação às inquisições portuguesa e espanhola, respectivamente –, entre Santo Ofício e Nazismo. Novinsky chamaria de “genocídio de milhares de portugueses” (NOVINSKY 2006, p. 153) os processos movidos pelo Santo Ofício que resultaram na morte dos réus entregues ao “braço secular”, numa possível alusão, ao empregar o termo *genocídio*, ao número de judeus mortos pelos nazistas.

A impropriedade de tal comparação foi exposta por José Antonio Escudero. Para o historiador espanhol, em relação à Inquisição, trata-se de condenações em razão de processos individuais, já no que toca ao Nazismo, de massacres coletivos, sem qualquer processo formal. Resulta óbvio que são acontecimentos históricos bastante diferentes (ESCUADERO 1999, p. 32).

Voltando à questão quantitativa, pelo menos em relação ao Brasil, mesmo os números apresentados pela historiografia mais militante parecem não se encaixar na expressão *milhares*, empregada por Anita Novinsky. A historiadora aponta 21 luso-brasileiros condenados à morte, durante os 230 anos em que a Inquisição atuou no Brasil (NOVINSKY 1998, p. 303). Luiz Mott ratifica tal número no prefácio ao livro *Agentes da Fé* (MOTT 2006a, p. 17), e, em relação aos sodomitas, apresenta números específicos.⁷

⁷ “Nos quase 300 anos de funcionamento da Inquisição portuguesa (1536-1821), consegui localizar, até o presente, um total de 68 homens e uma mulher, referidos, denunciados ou confessados como sendo descendentes consanguíneos de famílias judaicas e que, ao mesmo tempo, praticavam o homossexualismo, dos quais dez moradores do Brasil. Deste total de 69 pessoas, 28 foram réus de processos formais, das quais seis foram condenadas à morte na fogueira; as 41 restantes aparecem apenas citadas como cúmplices em outros processos de sodomia ou suas denúncias não redundaram em processo formal e prisão. [...] Principais vítimas do preconceito: [...] Maior rigor inquisitorial: judeus e sodomitas foram as principais vítimas da sanha inquisitorial, tanto em número de prisões quanto em execuções. Nossa amostra sugere que quando o mesmo réu concentrava os dois crimes, sodomia e judaísmo, o rigor inquisitorial redobrava. Eis a prova: se tomarmos a totalidade dos processados por sodomia, independentemente de sua origem étnica ou religiosa, encontramos durante todo o período inquisitorial, para o conjunto dos réus do Santo Ofício, 6% das condenações à morte na fogueira (30 em um total de 450 processos); se reunirmos agora as duas variáveis, judeu e sodomita, este número sobe para 21% (seis num total de 28 processos)” (MOTT 2005, p.31). Em outro texto, Mott apresenta o número total de sodomitas sentenciados à pena capital pelo Santo Ofício português: “os sodomitas, culpados pelo abominável pecado nefando, depois dos cristãos-novos, foram os que mais duramente penaram nas garras deste *monstrum terribilem*: das 4.419 denúncias registradas nos *Repertórios do Nefando*, na Torre do Tombo de Lisboa, aproximadamente 400 redundaram no encarceramento dos homossexuais acusados, e destes, trinta terminaram seus dias na fogueira” (MOTT 1992, p. 704).

Segundo Daniela Buono Calainho, “a tendência atual da historiografia é de constante renovação. Já vai longe o tempo em que estes estudos privilegiavam o mero relato indignado de seus métodos punitivos, a contabilidade dos réus sentenciados a arderem na fogueira dos espetaculares Autos de fé” (CALAINHO 2006, p. 24). A despeito do tom otimista da afirmação, visto que o tempo de tais estudos parece ainda não ter passado, o abandono da contabilidade dos réus sentenciados deve muito à objetividade dos números aos quais chegou a historiografia – que não condizem com o alarde promovido em torno da questão inquisitorial – e à tendência de renovação apontada pela autora.⁸ Não são poucos os que defendem uma postura menos passional e menos tendenciosa da parte dos historiadores. Esses autores concordam que a tarefa do historiador “debe consistir principalmente en analizar los acontecimientos y proponer las claves de comprensión necesarias, más bien que la de formular un juicio de valor sobre los acontecimientos estudiados” (JIMÉNEZ SANCHEZ 2005, p. 56).⁹

Acreditamos que a análise dos documentos inquisitoriais – sejam eles os processos judiciais ou a legislação do Santo Ofício português, seus manuais e regimentos, para o combate à heresia e demais crimes de sua jurisdição, precisa ser cercada de cuidados para que o historiador evite cair na tentação de colocar a história a serviço de uma causa, silenciando “verdades que não se pode dizer” e ajudando a preservar “mitos necessários”.¹⁰ As conclusões do historiador têm de ser compatíveis com os resultados apontados pela pesquisa, cujo *a priori* imprescindível é a certeza de que as hipóteses formuladas podem e, se for o caso, devem ser revistas. A premissa de que a história deve ter uma utilidade moralizante – tão cara aos defensores do discurso “politicamente correto”, uma espécie de neomaniqueísmo ateu – é uma falácia. Feitas por alguns historiadores, as acusações de que o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição cometia injustiças sob o pretexto de defender objetivos elevados – como a pureza da fé cristã e a defesa do *bem comum* da *Respublica Christiana* – voltam-se contra os próprios historiadores. Estes estudiosos adotam as mesmas estratégias que atribuem, negativamente, ao Tribunal. E assim o fazem em nome de uma verdade, a sua verdade.

30

⁸ Com relação à tendência de renovação observada por Calainho, concordamos com Doris Moreno Martínez, para quem “una de las mayores aportaciones de la historiografía de la Inquisición en su esfuerzo por valorar adecuadamente la represión inquisitorial ha venido de los historiadores del derecho” (MORENO MARTÍNEZ 2002, p. 192).

⁹ Na mesma linha, Nicolás López Martínez pondera que “el historiador, al exponer e interpretar los hechos documentados, debería desistir de hacer un discurso de ‘buenos’ y ‘malos’, en el que, desde la primera página, se sabe, por ejemplo, que los ‘buenos’ han sido los de raza hebrea y los ‘malos’ todos los demás, especialmente la Iglesia católica. Independientemente de que no podemos incidir en el anacronismo de enjuiciar el pasado con criterios, actualmente generalizados entre los católicos, de la libertad religiosa, habría que hacer un esfuerzo mayor para liberarnos, por fin, de la dialéctica decimonónica, que tan nefastos resultados ha dado y sigue dando [...], al presentar todavía la historia desde la trastienda del resentimiento” (LÓPEZ MARTÍNEZ 1999, p. 283-284).

¹⁰ No livro *Memoria del mal, tentación del bien*, Todorov reproduz algumas colocações feitas por Henry Rousso, que participou de uma mesa-redonda organizada pelo jornal *Libération* em maio de 1997 para discutir o papel do casal Aubrac na Resistência francesa. Os debates acabaram por abarcar também discussões acerca do papel do historiador: “Henry Rousso se opuso a la idea del ‘mito necesario’ y de las ‘verdades que no hay que decir’, antes de concluir que el objetivo del historiador es llevar al conocimiento y no a la fe: ‘La transmisión del pasado no debe resumirse en el culto pasivo de los héroes y las víctimas’” (TODOROV 2002, p. 245).

Uma história das vítimas, uma história de silêncios

Foi sobre silêncios que se construiu boa parte do discurso historiográfico a respeito do Santo Ofício. Discurso este que, por vezes, destoa da pesquisa histórica, desconsidera dados objetivos, adota uma postura militante, passionaliza o debate acadêmico, analisa documentos com parcialidade manifesta e declarada, e escreve uma história que silencia alguns pontos importantes para a compreensão da instituição Tribunal do Santo Ofício da Inquisição portuguesa. Fernando Catroga assim se posicionou a respeito dos silêncios historiográficos:

é cair num [...] tipo de ingenuidade epistemológica pensar que a dialéctica entre a memória e o esquecimento é um pecado exclusivo da anamnese. Também a historiografia, apesar de falar em nome da razão, se edifica, voluntária ou involuntariamente, sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado. Esta inevitabilidade aconselha a ter-se cautelas em relação ao «discurso manifesto» dos textos historiográficos (CATROGA 2001, p. 45).

O silêncio de boa parte da historiografia em relação ao conjunto de normas produzidos ou utilizados pelo Tribunal e a falta de estudos que procurem contemplar a visão que os juizes inquisitoriais tinham a respeito de seu ofício ou mesmo que objetivem examinar o discurso institucional da Inquisição portuguesa também por sua própria perspectiva são, para dizer o mínimo, intrigantes.

Em meio a tantas páginas escritas sobre o Santo Ofício português, por tão renomados autores, ao longo de tantos anos de pesquisas, consultando-se uma extensa documentação, em arquivos dentro e fora do Brasil, o que mais chama a atenção quando se faz uma análise do conjunto da historiografia sobre o Santo Ofício é a ausência de trabalhos que contemplem o que se poderia chamar de visão institucional do Tribunal.

Não são poucos os autores que têm predileção por um enquadramento a partir da perspectiva das vítimas, com base em processos inquisitoriais particularizados. Ainda que estes processos tivessem sua condução orientada pelos Regimentos, boa parte dos historiadores parece não acreditar ser importante analisar a legislação inquisitorial produzida pelo Tribunal para entender o fundamento dos processos que analisam.¹¹ Todavia, as análises feitas pela historiografia podem ser bastante fecundas para se perceber a importância que tinham os Regimentos para o desenrolar dos processos do Tribunal, ainda que tais textos não se refiram mais diretamente à legislação inquisitorial. É o caso de um dos mais recentes trabalhos de Ronaldo Vainfas.

¹¹ Tal é o caso de historiadores como Laura de Mello e Souza, que afirma ter utilizado, no livro *O Diabo e a terra de Santa Cruz*, "os processos do Santo Ofício para estudar as práticas mágico-religiosas nos três primeiros séculos de nossa história" (SOUZA *apud* VAINFAS 2009, p. 219). Já em *O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, a autora diz ter se ocupado "durante boa parte de uma vida de pesquisa [...] com as divertidas Devassas Eclesiásticas" e com "os extraordinários processos da Inquisição" (SOUZA 2006, p. 17). Em tantos anos de pesquisa, e em dois de seus mais importantes trabalhos, Laura de Mello e Souza, ao que parece, não acreditou ser necessário fazer uma análise mais detalhada da legislação que disciplinava a prática dos "extraordinários processos" que analisou. Opção compartilhada por vários outros historiadores. Dentre estes, destacamos Luiz Mott, historiador e antropólogo, que também tem a preferência por escrever sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição com base em seus processos. Embora demonstre conhecer a

No livro *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, Ronaldo Vainfas examina o processo de um religioso sentenciado como herege em meados do século XVII. Assim o faz por acreditar que “o processo de Manoel de Moraes [o protagonista de seu livro] oferece dados impressionantes sobre o funcionamento dos julgamentos” (VAINFAS 2008, p. 393), embora o autor não se detenha no exame da configuração jurídica de tais julgamentos, parecendo mais preocupado em dar detalhes da vida do seu personagem histórico. Vainfas acaba por reconhecer a legalidade do processo inquisitorial examinado – repetidas vezes usa a expressão “na forma do regimento [de 1640]”, ou seja, de acordo com o previsto pela legislação inquisitorial. Legislação que Vainfas conhece, ainda que não se disponha a analisá-la mais detidamente, pelo menos não em *Traição*. Ao ler o livro, a impressão que se tem é muito mais a de estar diante de uma narrativa biográfica do que de uma reflexão histórica sobre o Santo Ofício português.¹² Contudo, embora menos famosos que *Traição*, há outros textos em que o historiador demonstra conhecer os Regimentos, articulando-os a problematizações decorrentes de sua leitura.¹³

Tão ao gosto de boa parte da historiografia, falemos sobre as vítimas dos processos inquisitoriais, mais exatamente sobre as acusações que se lhes imputavam. Os processados pelo Santo Ofício eram acusados de condutas entendidas, à época, como crimes. Crimes de natureza político-religiosa – visto que, no mesmo passo, as heresias eram tidas como ameaças à unidade do tecido social e à pureza da fé cristã –, crimes de ordem moral-religiosa – como a bigamia, a sodomia e a solicitação –, e crimes menores – como as proposições heréticas, a feitiçaria, o apoio dado aos supostos hereges, falar mal do Santo Ofício, dentre outros. Também tão ao gosto de boa parte da historiografia, façamos uma comparação entre passado e presente, com base na análise da natureza criminal das condutas perseguidas pela Inquisição portuguesa.

Tomemos dois casos concretos de sodomia analisados pela historiografia, para nos inteirarmos das condutas praticadas por alguns dos sodomitas cuja perseguição, segundo Luiz Mott, “foi uma estratégia [do Santo Ofício] para reprimir a ameaça representada pelos ‘filhos da dissidência’, portadores de uma contracultura temida como imoral e revolucionária” (MOTT 2006b, p. 253).

legislação inquisitorial – pois, em alguns de seus textos, cita os Regimentos – sua análise, em geral, é restrita aos assuntos que tocam ao crime de sodomia. Não parece haver na extensa bibliografia de Mott textos que procurem entender as lógicas jurídico-religiosas presentes na legislação inquisitorial portuguesa, mesmo aquelas referentes ao crime de sodomia. Na vasta produção de Mott, a ótica predominante é sempre a do perseguido. Também dona de uma vasta produção, Anita Novinsky é o nome mais representativo do que aqui chamamos de história das vítimas, cujo trabalho é a mais eloquente demonstração do silêncio em relação ao discurso inquisitorial.

¹² Impressão com a qual não concorda Mary Del Priore, para quem, em *Traição*, “Vainfas [...] reconstitui, graças a toda sorte de indícios, o comportamento de um indivíduo. O resultado? Aprendemos mais com as peripécias de Manoel de Moraes do que nos ensinam as grandes, e por vezes maçantes, sínteses históricas” (DEL PRIORE 2008).

¹³ Dentre outros, citamos o texto *Homoerotismo feminino e o Santo Ofício* (VAINFAS 1997) e *Justiça e misericórdia: reflexões sobre o sistema punitivo da Inquisição portuguesa* (VAINFAS 1992).

O primeiro caso refere-se ao processo do sodomita Martim Leite, analisado pelo historiador Luiz Mott. Apesar de longa, a transcrição deste caso nos interessa tanto para conhecer melhor algumas das “principais vítimas do preconceito” (MOTT 2005, p. 63) como para ilustrar o que chamamos, anteriormente, de história moral, mas que também é uma história de silêncios:

dentre os descendentes de Abraão de maior destaque nobiliárquico envolvidos com o nefando pecado, há de se referir a Martim Leite [...]. Era meio cristão-novo pelo lado de seu pai [...] Martim era bissexual, tendo sido acusado e assumido dezenas de cópulas anais heterossexuais, uma delas cometida com grande violência contra Maria, uma adolescente de 13 anos. Segundo testemunhas, a mãe da moça encontrava-se na feira quando foi chamada para ver sua filha que estava muito maltratada:

[...] achou a menina estirada na cama, sem fala e quase morta, toda alagada em sangue, assim como a cama em que estava e três camisas e três lençóis que já se tinham ensopado. E todo aquele dia esteve a correr o dito sangue [enquanto] a mãe metia uns trapinhos de pano dentro do vaso traseiro de sua filha para lhe estancar o sangue e logo como lhos tirava, corria em bica outro sangue, de sorte que era uma lástima vê-la e lhe pareceu que ela morria daquele sucesso [...] porque até os sapatos que trazia se mostraram cheios de sangue. Esteve mais de oito dias sem poder assentar com razão das dores.¹⁴

Ao todo, consta em seu processo ter sodomizado nove homens e 14 mulheres. Na hora de ser julgado, os inquisidores ponderaram que, tendo se confessado sem denúncia prévia e pelo fato de “ser cavaleiro, fidalgo de geração e parente de filhados nos livros del rey, por ter uma filha religiosa a quem poderá tocar infâmia se divulgar os pecados no auto”, que deveria ser sentenciado intramuros. O Conselho Geral,¹⁵ no entanto, foi mais rigoroso: considerou este Cavaleiro da Ordem de Cristo como convicto, confesso, devasso e incorrigível, entregando-o ao braço secular para ser relaxado. Foi queimado no Auto de fé realizado aos 9 de julho de 1662, na Praça de Coimbra, ocasião em que foram sentenciados 116 réus, seis dos quais com a pena máxima (MOTT 2005, p. 44-45).

Analisado por Lana Lage, o segundo caso tem como personagem histórico o padre João da Costa, como já dito, também processado pelo Santo Ofício pelo crime de sodomia. Ao apresentar-se ao Tribunal para confessar seus crimes, o dito padre reconheceu ter praticado a sodomia com seis “moços”, destes, três tinham idade de 10, 12 e 14 anos. Voltaria ao Santo Ofício, em razão de ter sido denunciado pelo mesmo crime. Entre suas vítimas, constam crianças e adolescentes: um garoto de 11 anos e um menino de 7 anos. Uma das denúncias foi feita por Phelippe Cafrinho, que à época da denúncia tinha 14 anos, mas disse ter apenas 11 por ocasião da violência de que foi vítima.

Os dois casos são suficientemente significativos para ilustrar quem eram alguns dos acusados pelo Santo Ofício português, e de que forma tais acusados são retratados por parte dos historiadores.

Em relação ao primeiro caso, o sodomita Martim Leite não se encaixa na designação “vítima de preconceito” que é utilizada por Mott para qualificar os

¹⁴ Trecho transcrito por Mott, cuja referência é IAN/TT, Inquisição de Coimbra, Proc. N. 2.775, 1661.

¹⁵ Instância superior aos tribunais da Inquisição, que tinha poder para revisar as sentenças.

acusados de sodomia pelo Tribunal. Muito pelo contrário. Com base nos Regimentos do Santo Ofício português, ou seja, numa perspectiva legal, cotejando o seu processo à luz da legislação inquisitorial de época, o “filho da dissidência” Martim Leite, seria, como o foi realmente, condenado como criminoso. No texto de Mott, que se condói das “vítimas de preconceito” do Tribunal, não há qualquer menção recriminatória – não que acreditemos que o historiador deva se perder em avaliações de cunho moral – à postura de *seu* personagem histórico, o que nos faz refletir sobre qual a intenção de se transcrever um relato tão brutal contra uma menina de treze anos, que não objetivasse criticar tal violência. Mais nos parece que Maria foi, esta sim, uma vítima.

Já em relação ao segundo caso, ao comentar a denúncia de Phelippe Cafrinho, Lana Lage, de maneira quase exculpatória, parece relativizar a gravidade das culpas denunciadas contra o padre João da Costa, como se depreende do texto a seguir:

esse relato é muito significativo, pois mostra, em primeiro lugar, que o *menino consentira o ato* [sodomítico] em troca do dinheiro que o padre lhe daria pela manhã. Por isso, *ele próprio não se julgava vítima e sim cúmplice, apesar de ter à época apenas 11 anos*. Não concebia esse fato como corrupção. Sua condição de escravo talvez contribuísse para que visse com naturalidade o fato de o padre servir-se dele dessa maneira. No Brasil colonial, não era incomum que padres oferecessem dinheiro, roupa ou comida em troca da virgindade de alguma negrinha de idade semelhante (LIMA 2006, p. 248, grifos nossos).¹⁶

34

Com base nos dois casos, podemos afirmar uma obviedade silenciada pelos historiadores: o que boa parte da historiografia chama de “vítimas”, eram, aos olhos dos inquisidores, possíveis criminosos.

Na escrita da história, promove-se uma inversão: os acusados de crimes de outros tempos passam à categoria de vítimas das injustiças e arbitrariedades inquisitoriais perpetradas pelo Santo Ofício, e o Tribunal, em razão de tais injustiças e arbitrariedades, passa à condição de acusado de crimes contra os direitos humanos. Na esteira de tal inversão, dá-se outra: o historiador transforma-se em juiz, acumulando também as funções de promotor, e a história transforma-se em um tribunal penal, a julgar instituições e sociedades do passado.

Quanto à natureza criminal das condutas perseguidas pela Inquisição, perguntamo-nos: tais condutas seriam passíveis de criminalização em nossa

¹⁶ Ainda sobre o segundo caso, com base nas condutas praticadas pelo padre João da Costa, Lana Lage avalia, à luz da legislação penal de nossa contemporaneidade, como seria condenado o padre sodomita: “se algum traço cultural da sociedade goesa pode ser evocado como facilitador das relações entre o padre com tantos meninos e jovens, vamos encontrá-lo na estrutura iniciática do *yoga*, que pressupõe a orientação de um mestre, cuja autoridade é absoluta e a quem o discípulo deve servir com amor e devoção. [...] Toda essa tradição pode ter facilitado o estabelecimento de relações peculiares entre o padre João da Costa e tantos meninos e jovens, servindo para explicar alguns casos em que outros fatores, como a cumplicidade ou o recurso à violência, não dão conta. Essas relações, marcadas pela submissão, constituíam terreno fértil para as investidas sexuais do *sacerdote* – *que hoje seria condenado como pedófilo e não como sodomita* – contra suas pequenas vítimas” (LIMA 2006, p. 250-251, grifo nosso).

contemporaneidade? Por óbvio, para a maioria das condutas, a resposta é não, em razão da alteridade que é própria do passado que estudamos. Porém, há duas condutas, a sodomia e o crime de solitação, que, numa perspectiva atual, poderiam ser condenadas socialmente e criminalizadas pela legislação penal em vigor. E o são. Mas como crimes de natureza sexual, assim consideradas por outras razões jurídicas, diferentes daquelas adotadas pelo Santo Ofício.¹⁷

Analisando-se os manuais e regimentos inquisitoriais portugueses e alguns processos do Santo Ofício, tem-se a impressão de que as violências sofridas pelos sodomizados à força não eram consideradas pelo Tribunal como agravantes contra os acusados de cometer o nefando. Ao que parece, o intuito dos inquisidores era encontrar elementos que ratificassem a suspeita de que o acusado havia cometido o delito de sodomia, pouco importando se por meio de violência física ou contra menor de idade, mesmo que a vítima fosse uma criança. Outras lógicas de justiça eram consideradas pela Inquisição para condenar a sodomia como um dos crimes mais graves de sua jurisdição. Uma delas era certeza de que a cópula anal, seja no matrimônio ou entre homossexuais, não

¹⁷ No que toca à sodomia, não nos referimos à relação sexual consentida entre parceiros hetero ou homossexuais, mas sim àquela em que, para se consumir, o seu agente se valha de violência, caracterizando, assim, o que poderíamos chamar de crime sexual. Até há bem pouco denominada como atentado violento ao pudor, a conduta de forçar alguém a ter relações sexuais anais não consentidas é, segundo a atual legislação penal brasileira, tipificada como crime de estupro e, caso a vítima do crime de estupro seja menor de catorze anos, estupro de vulnerável: "TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) § 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) e TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) CAPÍTULO II DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009); Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no *caput* com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) § 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) § 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) § 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)" (BRASIL. Código Penal). Quanto a este último crime, além do sexo anal, são considerados quaisquer atos libidinosos contra as vítimas para se tipificar a conduta criminosa. As condutas criminosas atinentes ao crime de estupro de vulnerável diversas da conjunção carnal e da cópula anal são popularmente chamadas de pedofilia, e os seus agentes de pedófilos, embora o termo "pedofilia" não conste no Código Penal brasileiro. Quanto à solitação - crime praticado por religioso no ato da confissão - à luz do Código Penal brasileiro, tal conduta seria qualificada como crime de assédio sexual: "TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Assédio sexual (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função." (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)" (BRASIL. Código Penal).

permitia a procriação. A mesma lógica que fez com que o lesbianismo fosse motivo de incertezas jurídico-teológicas quanto à possibilidade de se criminalizar ou não tal conduta. O argumento seria não haver desperdício de sêmen na "sodomia" entre mulheres. Por consequência, o homossexualismo feminino não chegou a ser preocupação para a Inquisição portuguesa. Quanto a porcentagens, segundo Ronaldo Vainfas, nos casos por ele analisados, predominam "os processos sobre homossexualismo masculino, sendo pouquíssimos os de relações entre mulheres e mais raros ainda os relacionados a cópulas heterossexuais" (VAINFAS 1997, p. 18).

Outro silêncio historiográfico refere-se ao papel de controle institucional da Inquisição sobre o clero, raramente sublinhado pela historiografia. São pouquíssimos os historiadores que destacam em suas reflexões as tentativas da Igreja de impor, via Santo Ofício, um padrão moral a seu quadro de dignitários, nestes incluídos os arcebispos, bispos, padres e demais religiosos.

Lana Lage foi uma das primeiras historiadoras a se preocupar com questões nem sempre discutidas pela historiografia:

há bastante tempo venho insistindo no papel fundamental da Inquisição no controle da qualidade moral e intelectual do clero, no contexto da Reforma católica, e na necessidade de se repensar, à luz da historiografia cultural, as afirmações – comuns na historiografia [-] acerca da baixa moralidade do clero colonial do Brasil ou de outras conquistas na Ásia ou na África (LIMA 2006, p. 242).

36

Em obra referencial para os estudos do Santo Ofício português, Francisco Bethencourt também se posicionou sobre o papel de controle institucional do clero exercido pela Inquisição, ao ponderar sobre as fronteiras jurisdicionais do Tribunal:

esse último aspecto [o alargamento da jurisdição inquisitorial a novos delitos] reenvia-nos, por um lado, para o problema da "plasticidade" dos tribunais da Inquisição – a fundação não produz uma configuração dada de uma vez por todas nem uma jurisdição imutável – e, por outro lado, para o problema das diferentes funções dos tribunais, que podiam sofrer alterações no tempo e no espaço. Por exemplo, a jurisdição sobre a solicitação no ato da confissão, delito que supunha a violação do sacramento da penitência, correspondia ao *propósito de exercer um controle centralizado sobre o clero através dos tribunais da Inquisição*. Conhecemos a resistência dos bispos e das ordens religiosas à intervenção do "Santo Ofício" nesse domínio que, em princípio, lhes era reservado. Mas é evidente o duplo efeito dessa transferência de jurisdição: por um lado, *aprofunda-se a reforma do clero à luz do concílio de Trento*, mediante a atribuição de competências a um organismo estranho às relações tradicionais de fidelidade e de clientela no seio da Igreja; por outro lado, *procura-se dar satisfação pública às exigências laicas de saneamento do comportamento moral do clero* (BETHENCOURT 2004a, p. 31, grifos nossos).

Por fim, referindo-se à Inquisição medieval, instituição da qual o Santo Ofício português herda uma série de procedimentos jurídicos, a função disciplinadora de tal instituição também é destacada por Paolo Prodi, historiador que considera:

o nascimento e desenvolvimento do tribunal da Inquisição, entre o final do século XII e as primeiras décadas do século XIII, como parte da justiça da Igreja: como a sua fronteira externa, voltada a atingir aqueles que são suspeitos de heresia, mas também – *o que é muitas vezes esquecido* – como um instrumento para impor a disciplina interna contra a corrupção e, sobretudo, contra a simonia (PRODI 2005, p. 94, grifo nosso).

Grande parte dos processados pelo Santo Ofício era formada não apenas por religiosos, mas também de servidores da Igreja – regulares e seculares – dos mais diversos níveis hierárquicos. Em artigo, Luiz Mott lista 65 casos de sodomitas processados pela Inquisição portuguesa, embora contabilize em sua amostra “69 sodomitas com sangue judeu” destes, “nove (13%) pertenciam ao ministério católico” (MOTT 2005, p. 45, grifo nosso). O padre João da Costa, que teve seu processo analisado por Lana Lage, é apenas um dos inúmeros personagens citados pela historiografia. Destes, destacamos o padre Antônio Vieira, o mais ilustre religioso processado pela Inquisição portuguesa.

A tipificação do crime de solicitação é, por si só, bastante esclarecedora da intenção da Igreja em disciplinar o clero transgressor, pela via jurídico-processual da Inquisição. Em diversos trechos dos Regimentos, há orientações relativas às formas de se proceder não apenas nos casos de solicitação, mas também nos de outros crimes, como a bigamia e a sodomia. Crimes que, não por acaso, a legislação inquisitorial ponderava a possibilidade de serem cometidos por clérigos.¹⁸ Os vários casos listados pela historiografia envolvendo religiosos, sobretudo os de natureza sexual, mostram que a legislação inquisitorial ancorava-se e procurava fazer frente a condutas concretas dos clérigos transgressores, que também eram alvos de processos inquisitoriais. A Igreja cortava na própria carne. Ainda assim, poucos são os estudos em que se procura analisar o caráter disciplinador do Tribunal relativamente a seus quadros. Como poucos também são os estudos dedicados à análise do discurso institucional propalado pela Inquisição, acerca de como deveriam ser conduzidas, idealmente, as práticas de justiça no combate à heresia e demais crimes da alçada do Santo Ofício português, a partir de sua própria perspectiva. É justamente este o último dos silêncios historiográficos que abordaremos aqui: a ausência de discussões sobre a configuração jurídica do Santo Ofício, um tribunal religioso de justiça criminal de outros tempos, mas que legou à justiça tanto civil quanto criminal de nossa contemporaneidade a fórmula jurídica de se chegar à verdade por meio de um processo judicial.

37

Uma história na contramão?

O crime é “classificado segundo uma grelha criada pelo discurso jurídico-penal e por uma lógica valorativa doutrinal” (CRUZ 2006, p. 581). Definição

¹⁸ No que se refere à bigamia, conforme o texto do Regimento de 1640, os inquisidores poderiam proceder “contra todas as pessoas Eclesiásticas, seculares, e regulares, de qualquer estado, e condição que sejam, que forem culpadas, suspeitas, ou infamadas no crime de judaísmo, ou em qualquer outra heresia; [...] contra os Clérigos de ordens sacras, e Religiosos professos, que se casarem na forma do sagrado Concil. Trid: contra os que sendo casados se ordenarem de Ordens sacras [...]”. Regimento de 1640, Livro I, Título III, Dos Inquisidores, § 12 (SIQUEIRA 1996, p. 703).

que é complementada por António Manuel Hespanha, para quem “o crime é sempre produto de uma prática social de discriminação e de marginalização, prática essa mutável” (HESPANHA *apud* CRUZ 2006, p. 581). Tal definição contempla a dimensão histórica do termo.

Bartolomé Clavero já havia alertado que, “na idade que chamamos de moderna”, tanto as tradições e os textos quanto os poderes e as instituições são quem definem as transgressões: “havia concorrência na apreciação das ilegalidades e [na] aplicação das condenações; a igreja, com o seu direito canónico, não abrangia só o campo religioso e o mesmo se passava, *mutatis mutandis*, quanto às monarquias e a sua unção sacramental” (CLAVERO 1991, p. 41-42).

Igreja, Inquisição, e Monarquia são poderes e instituições que contribuíam para modelar as tradições e que escreviam o discurso que condenava condutas, à época, tipificadas como crime. O próprio conceito de pecado confundia-se e mesclava-se com o conceito de crime. Pecados/crimes/delitos que, acreditava-se, ameaçavam não apenas a salvação das almas e a pureza da fé cristã, mas também o bem comum da cristandade portuguesa.

Refletir historicamente sobre a configuração jurídica do Santo Ofício, ou seja, pensar na Inquisição como um tribunal de justiça criminal de seu tempo, é um dos caminhos para se construir um entendimento que seja diferente da tradicional vitimização dos processados pela Inquisição. Caminho que tem sido evitado por grande parte da historiografia.

38

Partindo da premissa de que acercar-se ao discurso institucional seria correr o risco de esposar a lógica de quem o escreveu, obtendo uma “imagem aparente da realidade”, já que dessa forma “conheceremos apenas como o dominador se apresentava mas nunca os verdadeiros motivos que o impulsionavam” (NOVINSKY 1998, p. 298), alguns historiadores minimizam a importância de se cotejar a análise dos processos do Santo Ofício português à luz de seus manuais e regimentos, ou sequer os mencionam em seus textos. Por óbvio, o resultado de uma análise assumidamente parcial não poderia ser outro que não uma história incompleta: uma história das vítimas.

Na contramão da via predominante, ainda em número pouco expressivo, há na historiografia trabalhos que examinam os Regimentos, tomando-os em conjunto, ou, pelo menos, comparando-os entre si.

Talvez a primeira historiadora brasileira a enveredar por estes caminhos pouco visitados tenha sido Sônia Aparecida Siqueira, responsável pela edição da revista do IHGB que publica os Regimentos. No artigo “A disciplina da vida colonial: os regimentos da Inquisição”, a historiadora traça um sucinto e fundamentado roteiro do contexto em que foram escritos os Regimentos, observando as alterações que tais documentos sofreram com o correr do tempo. Uma das poucas a examinar os Regimentos, considera que, “apesar de tantos juízos que correm sobre o Santo Ofício, o estudo de sua legislação, de seus procedimentos, de sua jurisprudência ainda está por ser feito por historiadores do direito” (SIQUEIRA 1996, p. 505). Ao longo de seu texto,

Sônia Aparecida Siqueira, direta e indiretamente, reconhece a intrínseca configuração jurídica do Santo Ofício, um tribunal de justiça tanto pelas práticas – interrogatórios, oitiva de testemunhas, investigações – quanto pelo corpo de funcionários – juízes, promotores, advogados – como também em razão do vocabulário que utilizava. A autora também tece considerações sobre o *Directorium Inquisitorum*, que, segundo ela, era tido como “o mais completo, sistemático e autorizado de todos os manuais dessa natureza” e que foi usado nos primeiros anos de existência do Tribunal português (SIQUEIRA 1996, p. 510).

Adotando postura otimista, Geraldo Pieroni, um dos poucos historiadores que analisam os Regimentos,¹⁹ observa que, no que respeita à historiografia,

assistimos[,] nos últimos anos, [a] uma significativa fertilidade da produção de livros, artigos e resenhas sobre a Inquisição portuguesa. [...] Através de um criterioso rastreamento das múltiplas e diversificadas fontes documentais, muitas delas ainda inéditas, a continuidade do processo historiográfico ganhará novas dimensões. Somente no decurso da busca de novas e renovadoras hipóteses será possível atingir uma mais profunda compreensão histórica das Inquisições e sua influência nas múltiplas estruturas nas quais a vida humana segue sua trajetória (PIERONI 2002, p. 201).

Com relação à produção historiográfica de que fala Pieroni, destacamos alguns autores que analisam os Regimentos em seus textos, como, por exemplo, Filipa Ribeiro da Silva,²⁰ Joaquim Romero Magalhães,²¹ Francisco Bethencourt²² e Daniela Buono Calainho.²³

¹⁹ Pieroni comete alguns equívocos interpretativos, talvez em decorrência da complicada distribuição das penas ao longo dos dois primeiros Regimentos. No que toca às penas previstas nos Regimentos, o autor afirma que “o documento [Regimento de 1552] não discorre sobre as penas que hão de haver os culpados nos crimes de que se conhece no Santo Ofício”; e “o novo documento [Regimento de 1613], como os anteriores, não especificava as penas para os réus” (PIERONI 2002, p. 190-191). As duas afirmações não estão de acordo com os Regimentos citados.

²⁰ Filipa Ribeiro da Silva, historiadora portuguesa da Universidade Nova de Lisboa, tece considerações sobre o papel do Conselho e Inquisidor Geral e sobre algumas “práticas judiciais”, entre estas “as visitas inquisitoriais [...] as denúncias e o despacho e julgamento dos réus”, com base nos regimentos de 1552, 1613, 1640 e de 1774 e também tendo como referência o “Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício destes Reinos e Senhorios de Portugal, 1570” (SILVA 2004, p. 155-173). Alguns autores parecem incluir tal Regimento [de 1570] na mesma classe que define os Regimentos acima, denominados “Majores”, para fazer distinção aos regulamentos particulares. Estes últimos determinavam as orientações que cada oficial do Santo Ofício deveria observar no exercício de suas funções. Quanto aos chamados regimentos “Majores”, ao contrário de Geraldo Pieroni, que considera o Regimento do Conselho Geral nesta classificação, não fica clara a posição de Sônia Aparecida Siqueira, pois, apesar de na edição dos Regimentos elaborada por ela não constar o *Regimento do Conselho Geral*, a autora diz que o Regimento de 1552 esteve em vigência por dezoito anos. Somados, 1552 + 18, o resultado é o ano de edição do *Regimento do Conselho Geral*, 1570. Se é assim, resta saber o porquê de tal ausência na revista do IHGB que é dedicada aos Regimentos “Majores”.

²¹ Joaquim Romero Magalhães afirma – de maneira óbvia, mas nem sempre usual quando o assunto é o Santo Ofício português – que não “podemos ignorar las coyunturas económicas y los supuestos sociales que están subyacentes a los cambios”. O autor propõe, então, a seguinte periodização para o Tribunal: “1536-1547: establecimiento. 1548-1572: organización. 1573-1604: expansión. 1605-1615: reorganización. 1616-1673: autonomía. 1674-1681: paralización. 1682-1765: estabilidad-subordinación. 1766-1821: subordinación-declive-fin” (ROMERO MAGALHÃES 1992, p. 72).

²² Em relação aos manuais e regimentos que normatizaram as práticas judiciais do Tribunal do Santo Ofício português por quase três séculos, o que se pode esperar de um trabalho intitulado “História das Inquisições”? Mesmo um exigente leitor dificilmente se decepciona com a leitura da obra de fôlego do historiador português Francisco Bethencourt. O autor elabora “uma análise comparativa [das três Inquisições, espanhola, romana e portuguesa] e de longa duração dos efeitos políticos e sociais da ação inquisitorial, das diferentes configurações dos tribunais, das formas de recepção/apropriação destes pela população e pelos outros poderes” (BETHENCOURT 2004a, p. 16), para responder às perguntas por ele formuladas: “como é possível que uma instituição, criada ao longo do século XIII, tenha podido manter-se em funcionamento – naturalmente sob diversas configurações – até os séculos

Da historiografia que apresenta problematizações que não se restringem à vitimização dos processados pelo Santo Ofício, há autores que se dedicam ao que Doris Moreno Martínez chama de “problemática jurídica del tribunal del Santo Oficio” (MORENO MARTÍNEZ 2002, p. 192).²⁴ Destes autores destacamos Lana Lage, Bruno Feitler e José María García Marín. Começamos por este.

Proceso inquisitorial-proceso regio: las garantías del procesado. Com um título, por si só, bastante sugestivo, o texto de José María García Marín, faz uma aproximação ao processo inquisitorial, discutindo seus aspectos legais, comparando-o com os processos instaurados pela justiça régia. O autor restringe suas reflexões à Inquisição espanhola, o que não nos impede de, por analogia, estender algumas de suas conclusões ao caso português. García Marín discute questões legais sobre o processo inquisitorial com base no *Directorium Inquisitorum*, de Eymerich e Peña, o qual fazia parte da legislação usada tanto pela Inquisição espanhola quanto pelo Santo Ofício português, sobretudo em seus períodos iniciais. O autor sublinha o envolvimento da monarquia (espanhola) não apenas na forma de apoio à Inquisição, mas também de maneira direta na elaboração de legislação régia de combate ao “judaísmo”; para tanto, García Marín cita o *Fuero real*, *Las partidas* e a *Nueva recopilación*. De igual maneira se deu no caso português, pois o combate à heresia e aos crimes correlatos (blasfêmia, bruxaria, bigamia – que, por ocasião da instalação do Santo Ofício em Portugal, será crime de foro misto), era previsto nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Para García Marín, “la íntima relación que existía entre la noción de delito y la de pecado explica que el Derecho secular contemplase y castigase como verdaderos delitos acciones humanas que, en principio, sólo afectaban al fuero de la conciencia” (GARCÍA MARÍN 2000, p. 75).²⁵ O historiador

40

XVIII e XIX? Como é que os tribunais da fé puderam se enraizar nos contextos mais variados, da Europa meridional aos territórios ultramarinos dos impérios hispânicos? Que posição lhes era atribuída no sistema institucional central das diferentes sociedades? Que papel desempenharam na estruturação de sistemas de valores e de configurações sociais ao longo dos séculos? Como é que os tribunais da fé foram objeto de investimento (de apropriação) pelas diferentes elites sociais?” (BETHENCOURT 2004a, p. 10). Em algumas questões, Francisco Bethencourt chega a conclusões bastante semelhantes às de Sônia Aparecida Siqueira. Enquanto esta ressalta o papel fundamental da Monarquia na criação e estabelecimento do Santo Ofício português e os estatutos régio e religioso do Tribunal, e afirma que os regimentos refletiam a “dualidade congênita que o filiava, de um lado, à autoridade tradicional da Igreja, e, de outro, à tutela do Estado monárquico nacional” (SIQUEIRA 1996, p. 505), Bethencourt, na mesma direção, pondera que “as Inquisições hispânicas, mantendo sempre sua condição de tribunais eclesiais, gozam de um estatuto misto, pois são consideradas igualmente tribunais régios. Os conselhos da Inquisição pertencem ao sistema polissinodal, quer da Monarquia espanhola, quer da Monarquia portuguesa, e seus membros gozam de estatuto de membros do Conselho Real” (BETHENCOURT 2004a, p. 404). No que toca mais especificamente ao interesse da pesquisa que desenvolvemos, Bethencourt faz uma análise concisa dos Regimentos, regras que, também para ele, “já estavam esboçadas nos manuais da Inquisição medieval” (BETHENCOURT 2004a, p. 41). O autor analisa todos os Regimentos da Inquisição portuguesa – incluindo na sua análise o Regimento do Conselho Geral, e as instruções de 1541, assinadas pelo cardeal D. Henrique, que antecedem o Regimento de 1552, primeiro a ser publicado – conseguindo extrair da legislação inquisitorial alguns de seus pontos mais importantes. Ainda que não seja seu objetivo e, talvez, por isso, não se detenha em tal assunto, Bethencourt comenta “certos aspectos da cultura judiciária desenvolvidos pelo ‘Santo Ofício’” (BETHENCOURT 2004a, p. 49).

²³ Calainho nos informa que “as fontes básicas para análise do perfil jurídico dos Familiares [sobre os quais versa seu trabalho] foram as de ordem legal, tais como os Regimentos do Santo Ofício, o Regimento dos Familiares, as Ordenações régias e os privilégios concedidos em forma de alvarás pela Coroa portuguesa entre os séculos 16 e 18” (CALAINHO 2006 p. 29).

²⁴ A autora lista alguns historiadores espanhóis, tais como Francisco Tomás y Valiente, José Antonio Escudero, J. M. Pérez Prendes e Enrique Gacto.

²⁵ Considerações sobre o mesmo tema são discutidas por Bartolomé Clavero, historiador do direito

reflete sobre o caráter jurídico da Inquisição: “durante el siglo XVII, al igual que en el XVI, el ‘problema converso’ continuaba siendo un problema político en la medida en que lo era también social e incluso económico. Por lo mismo, la forma de combatirlo revistió desde un primer momento un acusado carácter jurídico” (GARCÍA MARÍN 2000, p. 75). Embora relativa à Espanha, tal afirmação pode ser estendida, ainda com mais propriedade, para Portugal, seja em relação ao “problema converso” ou no que se refere ao “caráter jurídico” do Tribunal, bem mais acentuado no Santo Ofício português que nas inquisições medieval, espanhola e romana.

Lana Lage conjuga a análise dos Regimentos em conjunto, os quais compara entre si, com uma crítica das disposições legais previstas neste *corpus* documental. Para ela, parece “fundamental ressaltar aspectos da legislação e das práticas processuais do Tribunal do Santo Ofício Português, *no intuito de caracterizá-lo* como uma justiça que oferecia aos réus chances mínimas de defesa, transformando assim, via de regra, suspeitos em culpados” (LIMA 1999, p. 17, grifo nosso). Entretanto, a partir da análise de alguns processos, e mesmo com base nos argumentos apresentados em um de seus textos, podemos chegar a outra interpretação, por exemplo, com relação à prisão preventiva, à confissão e aos “fatores subjetivos interpretados pelo inquisidor”,²⁶ traços sublinhados por Lana Lage. Quanto à prisão preventiva, a historiadora parece considerar a prisão preventiva uma prática judiciária condenável,²⁷ silenciando o fato de que tal recurso era previsto nos Regimentos – atualmente, o recurso à prisão preventiva é bastante comum em tribunais de justiça brasileiros, também sob o amparo da legislação vigente.²⁸ No que se refere à confissão, Lana Lage destaca que “outra característica marcante do processo era a reiterada busca da autoacusação do réu, expressa na pregação constante para que confessasse suas culpas e no uso da tortura como forma de extrair confissões” (LIMA 1999, p. 17), mas desconsidera o fato de que a confissão atenuava o rigor das penas aplicadas aos réus – vantagem garantida também pela legislação criminal brasileira

que também reflete sobre as dificuldades em diferenciar as noções crime, delito e pecado, na Idade Moderna, cf. *Textos antigos em tempos modernos: a determinação das transgressões* (CLAVERO 1991) e *Delito y pecado: noción y escala de transgresiones* (CLAVERO 1990). Com relação ao caso português, Francisco Bethencourt, comenta que “a disfuncionalidade representada pela heresia cobre um duplo aspecto – pecado e delito, dado que a legislação civil é subsidiária da lei espiritual – e uma dupla transgressão – violação da lei divina e violação da lei social, considerada espelho e reflexo da primeira”. (BETHENCOURT 2004b, p. 258).

²⁶ Como aponta a historiadora, “era atribuição do inquisidor geral julgar as petições para comutação das penas. Nesses casos devia considerar ‘quanto tempo há que [o réu] cumpre sua penitência e com que humildade e sinais de contrição’ [...] Assim, ter a pena atenuada dependia de fatores subjetivos interpretados pelo inquisidor. Não se pode esquecer de que nos tribunais da Inquisição os delitos são também pecados e o julgamento das causas é influenciado diretamente pelo grau de arrependimento demonstrado pelo réu” (LIMA 1999, p. 19).

²⁷ Como observa a autora, a prisão preventiva podia se dar “assim que se acumulavam indícios contra ele [réu], portanto antes de qualquer acusação formal” (LIMA 1999, p. 17).

²⁸ O Código de Processo Penal, no capítulo III, intitulado “Da prisão preventiva”, prevê: art. 311. “Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3.11.1967). Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e *indício* suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)” (BRASIL. Código de Processo Penal, grifo nosso).

ainda vigente.²⁹ Por fim, em relação aos “fatores subjetivos interpretados pelo inquisidor”, a despeito da questionável subjetividade que a análise de tais fatores implicava, era com base nesses critérios subjetivos que os inquisidores comutavam as penas dos acusados, beneficiando-os com a aplicação de penas mais brandas ou mesmo dispensando-os do cumprimento das penas – ainda hoje, critérios subjetivos também contribuem para formar a convicção dos juízes brasileiros, que se mostram resistentes aos recursos tecnológicos que impossibilitam um contato mais direto com os acusados.³⁰ Lana Lage não sublinha os pontos favoráveis aos réus na legislação inquisitorial, mas sim apenas aqueles que contribuam para reforçar os argumentos que caracterizem o Santo ofício português “como uma justiça que oferecia aos réus chances mínimas de defesa”, como ela mesma afirma no parágrafo que abre seu texto, o que é uma característica comum a outros historiadores: silenciar qualquer traço que possa contribuir para uma imagem da instituição que seja diferente do tribunal injusto e arbitrário apresentado por parte da historiografia.³¹

Bruno Feitler apresenta em seus textos preocupações relativas à configuração jurídica do Santo Ofício português, também com base na análise dos Regimentos. Para o historiador,

os inquisidores sempre se preocuparam em fixar a jurisdição e prática judicial inquisitorial, através [...] dos regimentos (1552, 1613, 1640 e 1774), mas também de coletâneas de bulas papais e ordens régias [...] e de uma multidão de textos que poderíamos dizer jurisprudenciais, onde compilavam deliberações e sentenças de casos controvertidos ou excepcionais, consultas feitas ao Conselho Geral, a Roma ou a outros inquisidores (FEITLER 2008, p. 305, grifo nosso).

42

Dentre outras importantes contribuições, Feitler faz “uma primeira tentativa de análise geral [...] sobre] a questão da validade ou não dos testemunhos singulares nos casos de heresia”, pois considera tal análise “como fulcral para se

²⁹ O art. 65 do Código Penal, linha “d”, preceitua: “são circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) [...] III - ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) [...] d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime” (BRASIL. Código Penal). Em pesquisa de campo realizada entre os anos de 2007 a 2011 nas varas criminais no fórum de Brasília, observamos que uma das primeiras ponderações feitas pelo magistrado ao acusado, antes mesmo de se começar o interrogatório, é que o réu confesse, caso seja culpado, para que a sua pena possa ser atenuada; de igual maneira procedem os defensores públicos que atuam em tais varas, os quais também informam a seus clientes sobre tal benefício legal.

³⁰ Recentemente, a chamada “videoconferência” provocou acaloradas discussões no meio jurídico. Segundo o parecer da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal brasileiro, datado de 2007, que, naquele momento, desaprovou o uso de tal tecnologia, “a adoção da videoconferência leva à perda de substância do próprio fundamento do processo penal” e torna a atividade do magistrado “mecânica e insensível”. A decisão é citada em artigo digital de Rômulo de Andrade Moreira, especialista em Direito Processual, que cita Hélio Tornaghi, jurista que apresenta um entendimento que parece ainda bastante atual para os juízes leigos de nossas justiças criminais: “o interrogatório é a grande oportunidade que tem o juiz para, num contato direto com o acusado, formar juízo a respeito de sua personalidade, da sinceridade de suas desculpas ou de sua confissão, do estado d’alma em que se encontra, da malícia ou da negligência com que agiu, da sua frieza e perversidade ou de sua elevação e nobreza; é o ensejo para estudar-lhe as reações, para ver, numa primeira observação, se ele entende o caráter criminoso do fato e para verificar tudo mais que lhe está ligado ao psiquismo e à formação moral” (MOREIRA 2009, p. 2).

³¹ No que concordamos com María Luz Alonso: “una cuestión de sumo interés que ha sido poco estudiada hasta ahora por los historiadores en general y los del derecho en particular, y de la que se tienen muy pocos datos, es la de las garantías jurídicas del reo que comparecía en los tribunales inquisitoriales” (LUZ ALONSO 1995, p. 151).

entender a evolução sobre os modos de julgar dos inquisidores”, tendo em conta um recorte temporal que engloba “desde as primeiras décadas do funcionamento do Santo Ofício português até as reformas pombalinas” (FEITLER 2008, p. 305).

Todavia, tanto Bruno Feitler quanto Lana Lage, apesar de serem pioneiros na análise de importantes e pouco usuais questões, sobretudo na historiografia brasileira, compartilham, em alguma medida, de uma visão ideologizada das questões atinentes ao Santo Ofício. A inusitada crítica à serenidade feita por Bruno Feitler bem como o intuito de Lana Lage de caracterizar o Santo Ofício “como uma justiça que oferecia aos réus chances mínimas de defesa” são argumentos para fundamentar essa intuição. O próprio Feitler reconhece a parcela de responsabilidade da historiografia na construção de “uma imagem cada vez mais imprecisa do que foram os tribunais da Inquisição” (FEITLER 2007, p. 9), embora ele mesmo pareça ainda não ter conseguido se desenredar das tramas ideológicas que cercam a historiografia que escreve sobre o Tribunal, no que é acompanhado por Lana Lage.

Uma história social e institucional

Justamente por se ater apenas aos processos inquisitoriais, desconsiderando a importância do discurso institucional do Tribunal, é que a historiografia tem apresentado “uma imagem aparente da realidade” (NOVINSKY 1998, p. 298) e “uma imagem cada vez mais imprecisa do que foram os tribunais da Inquisição” (FEITLER 2007, p. 9). Parece-nos necessária uma visão de conjunto do problema inquisitorial, analisando-o como um todo, cuja complexidade não tem como ser compreendida por uma perspectiva unilateral. Não é possível chegarmos a essa visão de conjunto por uma história institucional que se restrinja à análise discursiva da legislação inquisitorial, muito menos por uma história das vítimas escrita com parcialidade manifesta e declarada.

Entretanto, o entendimento das lógicas jurídico-moral-religiosas inquisitoriais é um primeiro e decisivo passo para compreender como se conjugava a equação discurso institucional às práticas inquisitoriais de justiça. O que não quer dizer que o discurso não fizesse parte da realidade concreta das práticas de justiça. Pelo contrário, ele era engendrado por ela, no mesmo passo que contribuía para conformá-la. Para que se possa compreender tal realidade é indispensável que se entenda o discurso por ela produzido e a ela inerente.

Pensar que um discurso possa ser dissociado da realidade é tão equivocado quanto acreditar na existência de uma instituição acima, à margem ou exterior à sociedade a (tentar) controlá-la de cima para baixo. Não existe instituição sem sociedade que a conceba e a viva. As instituições não existem por elas mesmas, mas sim por serem constituídas por homens e mulheres que nascem, vivem e morrem em determinado tempo e lugar, e que pensam e agem de acordo com as ideias e práticas próprias de seu tempo e espaço. É isso que nos faz dizer que tanto uma instituição quanto uma sociedade têm história. E é isso que nos leva a afirmar que aquilo que poderia ser chamado de história institucional é sim, também, história social.

Entender o discurso institucional do Santo Ofício é também compreender a cultura jurídica cristã expressa nos manuais e regimentos inquisitoriais, com suas lógicas próprias de justiça, que não nos cumpre dizer se eram justas ou injustas do ponto de vista filosófico, e sim compreendê-las historicamente. O que não implica em adotar esse discurso em uma perspectiva apologética, ainda que para se contrapor a uma historiografia de silêncios. Mas sim em reconhecer a alteridade do passado, e em escrever um capítulo da história da justiça.

Referências bibliográficas

- BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha e Itália. Séculos XIV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.
- _____. **O imaginário da magia**: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Cia das Letras, 2004b.
- BOFF, Leonardo. Prefácio. Inquisição: um espírito que continua a existir. In: EYMERICH, Nicolau. **Directorium Inquisitorum**: manual dos inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- BRASIL. **Código Penal**. Arts. 65; 213; 216-A; 217-A. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm Acesso 03 de fev. 2010.
- 44 _____ . **Código de Processo Penal**. Art. 311;312. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso 02 de jan. 2011.
- EYMERICH, Nicolau. **Directorium Inquisitorum**: manual dos inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé**: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CLAVERO, Bartolomé. Textos antigos em tempos modernos: a determinação das transgressões. **Penélope**: fazer e desfazer a história (1988-1999). Lisboa: Cosmos Editora, 1991.
- _____. Delito y pecado: noción y escala de transgresiones. In: TOMÁS Y VALIENTE, F. et al. **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas**. Madri: Alianza Univ., 1990.
- COELHO, Maria Filomena Pinto da Costa. A "longa Idade Média": reflexões e problemas. **Por uma longa duração**: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. Brasília: PEM-UnB, 2010.

- CRUZ, Maria Leonor García da. O crime de lesa-majestade nos séculos XVI-XVII: leituras, juízo e competências. In: REIS, Maria Fátima (coord.) **Rumos e escrita da história**: estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- DEDIEU, Jean-Pierre. **De la inquisición y su inserción social**: nuevas directrices en la historiografía inquisitorial. Universidad de Canarias, 2006. Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/03/65/99/PDF/Dd_inquisicion_directrices.pdf. Acesso em: 18 dez. 2010.
- DEL PRIORE, Mary. As aventuras do traidor Manoel de Moraes. **Revista Veja**, nº 2065, 2008. Disponível em: http://veja.abril.com.br/180608/p_156.shtml. Acesso em: 30 set. 2010.
- ESCUADERO, José Antonio. Netanyahu y la Inquisición. **Revista de la Inquisición** (intolerancia y derechos humanos), nº8. Madrid: Universidad Complutense, 1999.
- FEITLER, Bruno. Da "prova" como objeto de análise da práxis inquisitorial: o problema dos testemunhos singulares no Santo Ofício Português. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Airtton Cerqueira Leite (orgs.). **História do direito em perspectiva**: do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2008.
- _____. **Nas malhas da consciência**: Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.
- GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. Veinte años de historiografía de la Inquisición. **Anales 1995-1996**: publicaciones de la Real Sociedad Económica de Amigos del País, Valencia, 1996. Disponível em: http://www.uv.es/rseapv/Anales/95_96/A_229_254_Veinte_anyos_de_historiografia.pdf. Acesso em: 08 de out. 2010.
- GARCÍA MARÍN, José Maria. Proceso inquisitorial - proceso régio: las garantías del procesado. **Historia, instituciones, documentos**, nº 27. Sevilla: Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas - Universidad de Sevilla, 2000.
- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. **Revista brasileira de história**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991.
- GORENSTEIN, Lina. **A Inquisição contra as mulheres**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Pilar. La Inquisición contra los albigenses en Languedoc. **Clío e Crimen**, nº 02. Durango: Centro de Historia del Crimen de Durango, 2005.
- LIMA, Lana Lage da Gama. Sodomia e pedofilia no século XVII: o processo de João da Costa. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno, LIMA, L. L. G., (orgs.). **A Inquisição em xeque**: temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

- _____. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. **Revista de sociologia e política**, nº 13. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.
- LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás. Nueva teoría sobre el origen de la Inquisición española. **Revista de la Inquisición: intolerancia y derechos humanos**, nº 8. Madrid: Universidad Complutense, 1999.
- LUZ ALONSO, María. Vías de revisión en el proceso inquisitorial. **Cuadernos de historia del derecho**, n.º 2. Madrid: Editorial Complutense, 1995. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/der/11337613/articulos/ CUHD9595110151A.PDF>. Acesso em: 02 de mar. 2010.
- MOREIRA, Rômulo de Andrade. Videoconferência fere o direito a ampla defesa. **Revista Consultor Jurídico**, 2009. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2009-jan-19/uso_videoconferencia_interrogatorios_fere_direito_ampla_defesa. Acesso em: 15 mar. 2010.
- MORENO MARTÍNEZ, Doris. **La invención de la Inquisición**. Madrid: Marcial Pons, 2004.
- _____. **Representación y realidad de la Inquisición en Cataluña: el conflicto de 1568**. Tesis Doctoral dirigida por el Dr. Ricardo García Cárcel. Barcelona: Departamento de Historia Moderna y Contemporánea. Facultad de Letras. Universidad Autónoma de Barcelona, 2002.
- MOTT, Luiz. Prefácio. In: CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. Bauru, SP: Edusc, 2006a.
- _____. Sodomia não é heresia: dissidência moral e contracultura. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno, LINA, L. L. G., (orgs.). **A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006b.
- _____. Filhos de Abraão & de Sodoma: cristãos-novos homossexuais no tempo da Inquisição. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). **Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antissemitismo**. São Paulo: Humanitas/LEI, 2005.
- _____. Justitia et misericordia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.). **Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte**. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1992.
- NOVINSKY, Anita. A sobrevivência dos judeus na visão de Baruch Spinoza: o exemplo da Paraíba. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno, LIMA, L. L. G., (orgs.). **A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

- _____. Em Portugal, delações e resistência. Dossiê Inquisição. **História viva**. São Paulo, nº. 10, 2004.
- _____. A Inquisição portuguesa à luz de novos estudos. **Revista de la Inquisición: intolerancia y derechos humanos**, nº 7. Madrid: Universidad Complutense, 1998.
- PIERONI, Geraldo. Documentos e historiografia: uma trajetória da Inquisição - Portugal e Brasil Colonial. **Tuiuti: ciência e cultura**. Curitiba, 2002.
- PRODI, Paolo. **Uma história da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROMERO MAGALHÃES, Joaquim. La Inquisición portuguesa: intento de periodización. **Revista de la inquisición**, nº. 2. Madrid: Universidad Complutense, 1992.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SILVA, Filipa Ribeiro da. A Inquisição na Guiné, nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. **Revista lusófona de ciência das religiões**. Lisboa, 2004.
- SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, nº. 392, jul./set. 1996.
- _____. Regimento de 1640. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, nº. 392, jul./set. 1996.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TODOROV, Tzvetan. **Memoria del mal, tentación del bien: indagación sobre el siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: questões e debates**, nº. 50. Curitiba: Editora UFPR, 2009.
- _____. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. Intolerância em perspectiva. **Revista USP**. São Paulo, 2006a.
- _____. Inquisição como fábrica de hereges: os sodomitas foram uma exceção? In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, L. L. G. (orgs.). **A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006b.
- _____. "Deixai a lei de Moisés!": notas sobre o espelho de cristãos-novos (1541), de Frei Francisco Machado. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). **Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antissemitismo**. São Paulo: Humanitas/LEI, 2005.

- _____. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora UNESP, 1997.
- _____. Justiça e misericórdia: reflexões sobre o sistema punitivo da Inquisição portuguesa. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.). **Inquisição**: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1992.

A negação e a exaltação dos sertanistas de São Paulo nos discursos dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e Gaspar da Madre de Deus (1756-1774)*

Denial and exaltation of the São Paulo explorers in the discourse of Priest Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette and Gaspar da Madre de Deus (1756-1774)

Michel Kobelinski

Professor adjunto
Universidade Estadual do Paraná
mkobelinski@gmail.com
Praça Cel. Amazonas, s/n.
84600-000 - União da Vitória - PR
Brasil

Resumo

O artigo trata das narrativas dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e de Gaspar da Madre de Deus construídas para os sertanistas paulistas entre 1756 e 1774. Procura-se entender como essas construções discursivas exaltavam ou negavam as ações "sertanistas" a partir de sensibilidades opostas, o ufanismo e o ressentimento, na construção da identidade nacional. Essas sensibilidades reforçaram os vínculos entre os cidadãos e a nação e estimularam o hábito de supervalorizá-la excessivamente. Este modelo de história exultou os heróis e reverenciou a natureza.

49

Palavras-chave

História do Brasil; Historiografia brasileira; Identidade nacional.

Abstract

This article discusses the narratives of the priests Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette, and Gaspar da Madre de Deus on the explorers of São Paulo between 1756 and 1774. It seeks to understand how these discursive constructions either exalted or denied the actions of the explorers based on opposing sensibilities, namely the feelings of overoptimistic patriotism and resentment, in the construction of the national identity. Both feelings are recurrent sensitivities in the formation of the Brazilian society. The bonds between the citizens and the nation have added up to the habit of excessively overvaluing these bonds. In fact, they came from a model of history that exalted the heroes while revering nature.

Keywords

History of Brazil; Brazilian historiography; National identity.

Enviado em: 5/6/2011

Aprovado em: 2/8/2011

* As ideias deste artigo foram apresentadas no VI Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais sobre a América Latina (CEISAL), realizado na Universidade de Toulouse, Le Mirail II, eixo temático *Missões e cultura indígena na América Latina*, em 3 de julho de 2010. Agradece-se a Sérgio Botta da Universidade de Roma pela condução dos debates no Simpósio *Pluralismo cultural, religioso e jurídico*, e também às críticas e sugestões dos pareceristas da revista *História da Historiografia* para a reorganização do texto e sua respectiva publicação, em português.

Introdução

O ufanismo e o ressentimento são sensibilidades presentes na formação da sociedade brasileira. Os vínculos entre os cidadãos e a nação, somados ao hábito de supervalorizá-la excessivamente, decorrem de um modelo de história que exaltou os heróis e reverenciou a natureza. A exasperação das virtudes criou a ideia de um passado harmonioso, ao mesmo tempo em que dissimulou o senso crítico e a existência de incompatibilidades sociais. A maioria dos sujeitos que sofreram injustiças e agravos e, portanto, eram desconectados desse ideal formativo, tornou-se ressentida. Apesar dos estados de impotência causados por esse “mal estar”, prevaleceu a capciosa ideia de ostentação que os brasileiros manifestam pelo país e por si mesmos, e que seguidamente as pesquisas de opinião pública realizadas pelo Ministério do Meioambiente e pelo Instituto de Estudos das Religiões evidenciam. O país é visto pelos brasileiros como o reino da natureza, da hospitalidade e da cordialidade (CRESPO e NOVAES 2006).

Uma forma impositiva de promover a nação e a nacionalidade pode ser identificada nos pressupostos de um dos membros mais influentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conde Affonso Celso (1860-1939). Na obra *Por que me ufano de meu país*, de 1900, a naturalização da história passava pela enumeração das vantagens comparativas do Brasil em relação a outras nações; entre elas, o clima, a natureza, a mestiçagem e a história. Nesse pensamento, a integração nacional e o patriotismo serviam de instrumentos de crítica e de enfrentamento dos problemas que ameaçavam o Brasil, tais como a política, o atraso econômico e os maus governos. Com esse direcionamento, buscou-se no passado uma imagem que correspondesse a uma identidade nacional. A efígie que mais se aproximava desse ideário era a do sertanista de São Paulo. A mitologia, amplamente disseminada nos livros didáticos até a década de 1980, era o resultado de disputas político-econômicas que associavam identidade, progresso e história. É significativo, portanto, que historiadores como Alfredo Ellis Jr., Affonso D’Escragnolle Taunay e Alcântara Machado, entre outros, reivindicassem que o progresso da capital paulista era fruto das ações heroicas de seus ancestrais, embora fosse necessário abrir mão da consanguinidade para atribuir aos imigrantes uma identidade associada ao trabalho e ao desenvolvimento de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil (ABUD 1985; MOUTINHO 1991).

Por outro lado, o ressentimento foi objeto de atenção de historiadores, antropólogos e sociólogos, principalmente quando os campos de conhecimento histórico e psicológico alargavam os horizontes da pesquisa (BRESCIANI 2004; FERRO 2009). Assim, entendia-se que na história brasileira, o recalque era um legado histórico cujas bases se assentaram na atração pelos prazeres carnais, na ambição e na amargura. Esses comportamentos traziam implicitamente perturbações psíquicas e o sentimento de não pertencimento ao Brasil (PRADO 1972). Nesse sentido, os sertanistas foram desmistificados, pois a obsessão pelo ouro os levou a cometer delitos para satisfazerem suas paixões (SOUZA 2003, p. 206).

Tal desenlace revela que, sob o manto de superioridade (ufanismo), ocultava-se um complexo de inferioridade (ressentimento). Logo, esse contrassenso deu sentido à necessidade de sucessivas redescobertas retóricas e à constante busca pela identidade perdida (MEYER 2001, p. 19). Afinal de contas, a conjectura de uma nação branca e civilizada, cujo modelo se espelhou na cultura francesa, na economia inglesa e, principalmente, no aburguesamento dos costumes, foi encoberta pela disseminação do mito da democracia racial (MARTIUS 1845) e pela política de imigração do Império Brasileiro (ALENCASTRO e RENAUX 1997, p. 294-295).

E se, historicamente, a sociedade brasileira foi marcada pelo “equilíbrio de antagonismos”, isso também quer dizer que, além da exaltação pátria, os brasileiros carecem de um sentimento de identidade e não se reconhecem no discurso nacional (KHEL 2004, p. 236-237). Gilberto Freyre (1990) admite o fenecimento desse tipo de sentimento em fins do período colonial. Entretanto, parece equivocada a noção de que o amálgama de indivíduos extrovertidos e introvertidos resultou de uma adaptação comportamental caracterizada pelo prazer em provocar sofrimento nos outros e nos animais e, ao mesmo tempo, pelo deleite com o sofrimento físico e moral ao qual são sujeitados. A versão de um comportamento sadomasoquista não se resume a uma forma de prazer da população brasileira. Ao contrário, parece-nos que o plausível prazer não diz respeito à introspecção, mas à incapacidade de reação às iniquidades dentro de um sistema de honrarias e privilégios. Além do mais, a felicidade que se manifesta na zombaria de semelhantes e adventícios pode ser considerada como uma forma de violência. A pulsão agressiva dá sentido à existência humana; é um meio de proteção que garante a existência do sujeito e uma mediação com o grupo com o qual se identifica (LORENZ 1969, p. 266). A derrisão é, portanto, uma condição das sensibilidades originadas na mestiçagem e nos conflitos existentes durante a fundação nacional, pois conectam saberes, comportamentos, imposições e resistências (SUBRAHMANYAM 1997, p. 745). Também é importante mencionar que, nas primeiras décadas do século XX, o aspecto crítico do ressentimento permitiu questionar o personalismo e os limites políticos da colonização. Assim sendo, dever-se-ia superar o ranço da cordialidade, pois, durante a mestiçagem, não houve solidariedade entre os brasileiros (HOLANDA 1995; REIS 2000).

As imagens ambíguas de exaltação e de negação da identidade brasileira nos remetem à gênese desse processo, isto é, aos conflitos entre portugueses e brasileiros e entre luso-brasileiros e espanhóis no século XVIII. Portanto, é vital entender como essas construções discursivas negavam e/ou exaltavam as ações dos sertanistas e, por conseguinte, os usos do passado para fortalecer uma identidade. Desse modo, o estudo dos conflitos a partir de suas raízes histórico-literárias na colônia permitiu a compreensão da dinâmica dos debates que orientaram o fazer historiográfico naquele momento. Por esse motivo, importa que essas sensibilidades (ufanismo e ressentimento) sejam observadas conjuntamente, pois se referem a comportamentos (individuais e coletivos) e a manipulações sociais, culturais e históricas.

Outros tempos, outras sensibilidades

Para evitar o anacronismo e melhor compreender a forma como os comportamentos foram apreendidos em outros tempos, é importante compulsar os significados de alguns termos essenciais ao desenvolvimento do presente trabalho. Atualmente o termo *ambivalência* se refere ao estado em que se experimentam, simultaneamente, em dadas circunstâncias, sentimentos antagônicos. E *sensibilidade* é entendida como a capacidade humana de sentir ou ter sentimentos. Mas a natureza do vocábulo *sensibilidade* na cultura portuguesa do início do século XVIII é deveras interessante e profunda. Tinha como significado a predisposição dos sentidos humanos às impressões dos objetos ou coisas que podiam dar “gosto ou pena”. Com o sentido muito próximo de *sentimento*, o termo estava associado à “delicadeza”, à susceptibilidade, a “dor, trabalho, ou molície”. Considerava-se também o extremismo em relação às “delícias” da vida e o sentimentalismo diante de “castigos” severos. Porém, o que chama nossa atenção é o fato de aludir à estratificação social do Antigo Regime e a um tipo de comportamento diferencial, pois admitia que a *sensibilidade* “poderia” existir no coração de nobres e aristocratas “nas matérias concernentes à honra, à glória” (BLUTEAU 1712-1728, p. 584). Essas atitudes foram cruciais para o desencadeamento de sensibilidades plurais e, por este motivo, decidi investigá-las nos discursos franco-portugueses do século XVIII.

52

As expressões ufanismo e ressentimento apresentam imprecisões e estão imbricadas nos liames da cultura e da história brasileira e europeia. Veja-se, por exemplo, que os termos ufanía e ufano expressavam o sentido de superioridade, ostentação e soberba, ou seja, eram expressões específicas daqueles comportamentos relacionados aos poderes que um grupo ou uma pessoa tinha em relação aos outros, resultando numa forma de orgulho e prazer. Essa forma de sentimento também trazia da Antiguidade o título de herói (do hebraico *hir*, valente) apenas aos “varões ilustres”, quer pelo sangue, quer pelas virtudes. Assim, naquele ambiente social, a sensibilidade se estabelecia no distanciamento entre os “ilustres” e os homens comuns ou sem virtudes. A raiz do termo “ufano” é remota e provavelmente originária da língua espanhola. Significa “vangloriar-se de si ou do que se dispõe”, associando-se à jactância e à vaidade. Em outros termos, refere-se à sensibilidade que lhe é oposta (DICCIONARIO 1739, p. 384 e p. 994). Curiosamente, em 1606, o desembargador Duarte Nunes Leão afirmava que os portugueses abusavam dos vocábulos de outras nações, evitando os de origem espanhola, pois “a razão é que além da emulação que entre estas gentes houve depois que os reinos se dividiram, se encontraram os Portugueses perpetuamente com os Castelhanos em duas letras, que é mais notável diferença que tem estas duas nações, e por que se mais desconhecem” (LEÃO 1784, p. 80).

Com essas acepções se evidenciaram tensões de longa duração reinantes entre portugueses e espanhóis em torno das disputas políticas e territoriais, tanto na Península Ibérica quanto nos domínios ultramarinos.

A palavra *ressentimento* (do francês) significava *sentimento* ou *pesar* de “alguma coisa”, algo que ficava latente, que se referia ao conhecimento de algo ou do que poderia resultar de um encadeamento (BLUTEAU 1712-1728, p. 277-278). Na França do século XVII, o termo significava a suscetibilidade humana à moralidade, ao verdadeiro, ao bem e ao prazer. No século seguinte – período que nos interessa –, o sentido correspondia às particularidades humanas de ter sentimentos, como, por exemplo, a piedade e a tristeza (FEBVRE 1985, p. 219) e à “qualidade daquele que é sensível”. Portanto, havia sensibilidades para o calor e para o frio, e sensibilidades concernentes à glória e à sensibilidade do coração. Trata-se de uma constelação de sentimentos (KEHL 2004), os quais se relacionam “às impressões dos objetos”, à moralidade, glória, honra e aos “[...] sentimentos de humanidade sobre a miséria dos outros, os sentimentos de carinho e amor [...]”, sempre considerados como algo louvável e surpreendente (DICTIONNAIRE 1694, 1762).

Essencial à nossa argumentação é o fato de as sensibilidades associarem estratificação social e comportamentos ligados a nobreza, honra, glória e linhagem, que caracterizavam as bases de uma identidade nacional. Esse tipo de discrepância historiográfica procurou valorizar aqueles que estavam em desvantagem no jogo político, aplicando a mesma estratégia de exclusão dos adversários. Historicamente, essa reação conseguiu se firmar no imaginário social. É conveniente lembrar que Nietzsche (1991, 2002) considerou o ressentimento como o resultado de uma configuração histórica na qual há sublevação dos “inferiores” contra os “superiores”, sendo que o ódio recalcado se manifestava através da “inveja, do ciúme assassino e do desejo de vingança”. Porém, o ressentimento não se resume a essa definição e nem a comportamentos historicamente determinados; mesmo estes podem se manifestar no mesmo plano estamental e no “ódio” dos “superiores” pelos “subalternos”, alimentados por período incerto. Atualmente, reconhece-se no ressentimento a manifestação inconsciente das angústias ignoradas, muitas vezes introjetadas nos indivíduos e que se vinculam à negação da existência (ANSART 2004; HAROCHE 2004; KHEL 2004). Tais elementos são significativos para entendermos a pluralidade dos ressentimentos e a motivação para os conflitos nas Minas Gerais do século XVIII.

A evocação de mitos na colônia luso-brasileira

O ufanismo está presente na narrativa dos tempos fabulosos e heroicos, na literatura de viagens, explorações e reconhecimento das terras do Novo Mundo. Em seu pendor mítico, exaltava as terras ignotas, “coisas, homens e costumes” (COUTINHO 1999, p. 126), desejando a vida simples e rústica, a beleza e a graciosidade campestre por meio de procedimentos imitativos prescindidos da tradição clássica (BOSSI 1994). Em 1705, a poética renascentista ressurgiu com Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) na obra “Música de Parnaso”, mitologia de conversão de Anarda em musa brasileira. A ausência de correspondências entre a metáfora e a realidade brasileira pelos sentimentos de angústia, melancolia, contemplação e solidão, na maioria das vezes mediada

pela volúpia dos prazeres e pela sede de eternidade, intencionalmente direcionada aos portugueses, abstraía das referências lusas um ideal transfigurado nas selvas brasileiras.

Mais tarde, em 1731, Nuno Marques Pereira (1652-1731) revisita a alegoria em *Compêndio narrativo do peregrino da América*, valorizando a índole moral e espiritual dos emboabas em detrimento dos paulistas (RODRIGUES 1979, p. 337; Cf. GOLGHER 1956, p. 28). A Guerra dos Emboabas (1707-1709) marcou a rivalidade entre os paulistas, tidos como "bandoleiros sem lei" e os emboabas, forasteiros (portugueses e nascidos no Brasil) provenientes de Santos, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Portugal. Golgher refuta a derivação hebraica (*haboab*) pela ausência documental e valoriza a origem ameríndia, que associa um tipo de ave com penas até os "dedos" (*mbuab*), sendo uma conotação à indumentária portuguesa, ou seja, "botas ou polainas cujo aspecto lembrava o pinto calçado". Contudo, Mello (1979, p. 204) destaca seu sentido e surgimento em documentos de época (Rocha Pitta, Antonil, Manoel Nunes Viana, Borba Gato, Ayres de Casal, Santa Rita Durão, Theodoro Sampaio, e Varnhagen, entre outros), cuja designação de origem indígena foi dada pelos paulistas antes da ocorrência dos conflitos nas minas e, depois, passou a designar os "adversários". No dizer de Mello, "por quê admitir que foi usada pelo índio com um sentido menoscabante, quando muito mais natural seria admitir-se o seu emprego como expressão de ódio?" Suas elucubrações foram subsidiadas pelos elementos naturais, riqueza, virtude, conhecimento e artes, além do emprego do termo pátria para designar simultaneamente Portugal e a colônia luso-brasileira. Com esses exemplos, é possível identificar, no seio da guerra entre portugueses e paulistas pelas lavras mineiras, a manifestação de sensibilidades em oposição. Coutinho, por exemplo, enfatiza que "a experiência direta do peregrino, [...] compreende a região das minas de ouro, onde fervilhava um enxame de cobiça dos emboabas, mas estava obstinadamente inclinada para outro terreno: a fé religiosa" (MELLO 1979, p. 153). Dessa influência literária brotou uma sensibilidade ufanista que tomou por referência o "colonialismo" lusitano e posteriormente enraizou-se em uma sensibilidade contraditória (ufanismo/ ressentimento), que foi usada como instrumento de luta pelo poder e contra os inimigos que rivalizavam nas fronteiras das possessões portuguesas.

Contudo, é em Cláudio Manuel da Costa (1768, 1774) que a manifestação dos acontecimentos nos interiores coloniais se revela em favor dos paulistas. O poeta não se contentou em apreender a natureza, em descrevê-la. A *persona* poética é capaz de senti-la intensamente, não apenas com o olhar. O bom gosto se centrava no que estava diante do indivíduo e de seus efeitos na alma. Assim, o mundo exterior conduzia à introspecção e à contemplação, e admitia também o simultâneo, o mau gosto, o sofrimento e a desaprovação do percebido. O poema Vila Rica retrata a fundação de Ouro Preto, as lutas entre paulistas e emboabas e o Governo de Albuquerque, que a todo custo procurava estabelecer a ordem diante dos inúmeros conflitos decorrentes das descobertas de ouro e pedras preciosas (VERÍSSIMO 1963, p. 115-116).

O poeta rende homenagens ao herói que funda Vila do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará, em 1711 – que inicialmente acrescentava o nome do fundador a uma delas (Vila Rica de Albuquerque) – e à natureza cristalina de um rio que o inspirava e o transportava para o mito arcadiano:

Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história.

Tu, pátrio Ribeirão, que em outra idade
Deste assunto a meu verso, na igualdade
De um épico transporte, hoje me inspira
Mais digno influxo, porque entoe a Lira,
Por que leve o meu Canto ao clima estranho
O claro herói, que sigo e que acompanho:
Faze vizinho ao Tejo, enfim, que eu veja
Cheia as Ninfas de amorosa inveja
(COSTA 1773, p. 199).

Esse poeta via na figura de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da capitania de Minas e São Paulo, o heroísmo paulista, pois ele enfrentou, a seu ver, as adversidades, demonstrando “justiça e inteligência”, além de questionar a degradação ambiental e moral nas Minas de Ouro, cujas paisagens em ruínas destoavam do ideal virgiliano.

A ausência de uma escrita específica pelo “bandeirante minerador”, tanto pela falta de exigência de registros dessas explorações extraoficiais, quanto pelo traquejo em escrever sobre si, resultou num movimento organizado de refutação ao domínio e à influência portuguesa e aos discursos que clérigos de outros países construía sobre São Paulo. A purificação da imagem dos “bandeirantes” paulistas visava a minimizar o impacto das ações praticadas nas missões jesuíticas espanholas, criando uma imagem nobre, ligada ao heroísmo. Queiroz localiza o sentido do termo sertanista:

[...] o termo ‘bandeirante’ é datado, não aparecendo, seja como substantivo, seja como adjetivo, senão em fins do séc. XIX; no entanto, o termo *bandeira* se forjou no séc. XVII muito provavelmente, e permaneceu com seu sentido de origem até os dias atuais. Uma indagação voltada para o passado desvendaria sem dúvida o momento em que os significados ‘paulista’ e ‘bandeirante’ se associaram como sinônimos, veiculando uma mensagem específica (QUEIROZ 1992, p. 79).

A descoberta das minas de ouro em Minas Gerais, em fins do século XVII, fez desabrochar as primeiras narrativas que valorizavam os feitos paulistas, “seja sob a forma poética, sob o intento da informação, ou como relato. A descoberta das minas deu às bandeiras a legitimidade que elas não tinham conseguido, e possivelmente nem mesmo almejado, com o apresamento dos índios” (ABUD 1985, p. 32; MONTEIRO 1994, p. 6). E se a vida intelectual em São Paulo era um marasmo e não havia vinculações com “movimentos literários”, as exceções eram Diogo Garção Tinoco, que escreveu em 1690 (?) “Informação

do Estado do Brasil e de suas necessidades”, cujos versos aparecem parcialmente em Cláudio Manuel da Costa, e poucas correspondências como a de “D. Afonso VI a Fernão Dias Paes”, datada do final do século XVII. A carência generalizada só não era plena porque os cargos públicos e administrativos exigiam a fidalguia, e as atividades jurídicas, o letramento: “assim, como existiam poucos letrados na Capitania, o desempenho do cargo de Juiz de Medições recaía quase sempre nas mesmas pessoas, embora fossem incumbidas para trabalhar em diferentes lugares” (RABELLO 1980, p. 96).

Entretanto, essa lacuna no mundo das letras não significa a inexistência de um “sentimento de separação” ou mesmo de desvinculação da literatura lusitana. A “imitação” aos portugueses que se manifestou em poucos “escrevedores e versificadores – a fundação de academias literárias, como por exemplo, a Academia dos Esquecidos (1724), a Academia dos Felizes (1736), a Academia dos Seletos (1752) e a Academia dos Renascidos (1759) – marcou uma fase de transição para um tipo de literatura voltada para a colônia” (VERÍSSIMO 1963, p. 87). No início do século XVIII, identifica-se uma produção, que a exemplo de Rocha Pitta, Nuno Marques Pereira e, depois, com Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, e Alvarenga Peixoto, entre outros, tem uma tendência à valorização da colônia em relação à metrópole, porém, sem se afastar de seu centro de gravidade. São percepções do mundo europeu e colonial concernentes ao sentimento de nacionalidade que encerra o olhar de proximidade e de distanciamento decorrente dos grupos sociais e políticos nos quais os sujeitos estavam inseridos e lutavam pela sua manutenção.

56

Os estudos sobre a Guerra dos Emboabas abrangem textos expressivos e polêmicos, cujas versões se inserem em processos históricos e discursivos diferenciados, nos quais o tema ora se apresenta como algo ligado à natureza gananciosa do homem, ora como “movimento” ligado às rebeliões nativistas que procuraram a independência de Portugal, como fato histórico mal compreendido, como algo contingencial ou mesmo da natureza humana. As imagens que os paulistas e emboabas fizeram uns dos outros resultaram em ufanismo e ressentimentos, principalmente porque a vantagem dos oponentes significava uma ameaça ao seu grupo e, antes, uma ameaça à própria integridade (BACZKO 1985, p. 278). Os emboabas possuíam mais recursos, melhoraram os processos de mineração e, como obtiveram maior quantidade de ouro com o processo do desmonte hidráulico, ao invés do processo de lavagem, ampliaram ainda mais as diferenças em relação aos adversários, acirrando os ânimos e estimulando a inveja daquilo que os outros possuíam ou retiravam da terra e dos rios (CALMON 1959, p. 963 et seq.). As “raivas” podem ser, portanto, fruto de rivalidades entre países limítrofes, das desigualdades das fortunas, poderes, títulos e concessões acumuladas, obtidas por uns e cobiçadas por outros. Nesse sentido, as partes da contenda construía uma crítica que se direcionava apenas para os aspectos ilícitos praticados pelos oponentes, sendo que as “boas” ações dos adversários eram omitidas, não só no calor dos

interesses momentâneos, mas também quando eram reavivadas (BOXER 1969; SOUZA 1990; RODRIGUES 1979; VASCONCELO 1918, 1948; TAUNAY 1951; PITTA 1950; ANTONIL 1982; ROMEIRO 2008).

A perversão e a busca pela felicidade em Charlevoix

Os historiadores paulistas Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, ao vincularem-se às redes de poder, construíram uma versão da história que refutava as teses dos jesuítas franceses que detratavam os sertanistas de São Paulo. Entre eles estava Pierre-François-Xavier Charlevoix (1682-1761) que ingressou na Companhia de Jesus aos doze anos (Collège des Enfants, França), finalizando seus estudos no Collège de Quebec (Nova França, 1705). Provavelmente auxiliou na reestruturação daquela instituição (ALLEN 1832, p 244-245), exercendo atividades ligadas ao ensino de línguas, humanidades e filosofia, as quais lhe garantiram fama e notoriedade. Na França (1709), foi ordenado e depois nomeado professor do Collège Louis-le-Grand (MORLEY 1963; PAQUETE 1974). Dez anos mais tarde, o Rei Luís XV (o Bem Amado, Rei da França e Navarra) o incumbiu de verificar os limites de Nova Acádia. Ao terminar essas investigações, recebeu nova missão que o conduziria através do Rio São Lourenço, dos lagos de Michillimackimac, do Lago Michigan, do Illinois, do Mississipi até Nova Orleans (1720-1722). Seu objetivo era “descobrir um caminho para o mar Ocidental”. Depois, dirigiu-se para a Ilha de São Domingos, e de lá retornou à França, chegando ao seu destino no início de 1723. Após coletar fatos pitorescos da história do Canadá, trabalhou no jornal jesuíta *Memórias de Trévoux* durante vinte e quatro anos. Suas publicações foram contínuas: *História do Japão* (1715), *Vida de Mãe Maria da Encarnação* (1724), *História da ilha espanhola de São Domingos* (1730), *História e descrição do Japão* (1736), *História e descrição geral da Nova França*, acompanhadas do *Jornal histórico* feito por ordem do Rei na América do Norte (1744) e *História do Paraguai* (1756).

Em Charlevoix encontram-se as bases de uma historiografia clássica sistematizada cujo espírito analítico e erudito alinhavado por uma escrita epistolar influenciou Rousseau, Chateaubriand e Voltaire. Ele se distingue dos historiadores de seu tempo pela constante busca pela verdade, e, embora influenciado pela ideologia cristã e pela apologia ao empreendimento missionário, conciliou o método crítico e uma visão teológica da história (GAGNON 1997). A obra *História e descrição geral* [...] é considerada a mais valiosa, pela maneira particular de retratar a colônia francesa e pela atenção dada às maneiras e aos costumes indígenas. Embora tenha sido considerada uma obra significativa, “seu estilo era deficiente e impreciso”, principalmente em relação à botânica e à história natural (ALLEN 1842, p. 245). Sua concepção histórica passa, portanto, pela avaliação da exploração territorial, o estado da evangelização, a evolução administrativa, social e econômica, e as façanhas de homens proeminentes como Frontenac e os mártires da Companhia de Jesus. A obra vem acompanhada de 36 correspondências à duquesa de Lesdiguière, nas quais o

autor emite opiniões sobre a segunda expedição à América. Segundo Gagnon (1997, p. 15), “sob um olhar crítico, pintou um quadro da natureza, da situação da colônia, do comércio, do comportamento e dos costumes dos autóctones e, enfim, de tudo o que ele afirmou ter observado sobre o território”. Nessa obra, apresentam-se resumos históricos, índices, descrições de plantas, observações cartográficas e cronológicas. Fruto e reflexo do esforço sintetizador do conhecimento humano na época, delineava um panorama da colônia francesa na América.

Charlevoix incutiu a necessidade do conhecimento histórico e a valorização de si perante a corte, pois, a seu ver, a aniquilação identitária nos territórios ultramarinos partiu da constatação do fracasso do empreendimento francês, da falta de financiamento, da ausência de socorro aos colonos. Dessa maneira, a construção das sensibilidades se afirmava na identidade e no reconhecimento estratégico das imensidões coloniais, no aproveitamento dos recursos naturais, na necessidade da conversão religiosa e no processo civilizacional. Ao perceber a paisagem colonial em ruínas, Charlevoix sai em sua defesa, procurou alterá-la, dando-lhe sentido histórico e identitário, mesmo que, para isso, fosse necessário manipular a realidade metropolitana e colonial a partir de sensibilidades adjetivadas pelos comportamentos políticos, religiosos, literários e filosóficos. A ampliação do olhar de Charlevoix para a Nova França deve ser localizada no tempo e no espaço, antes e depois de sua estada na América. Assim, aquilo que se restringia ao mundo das ideias e das percepções se materializou nos relatos sobre os hábitos ameríndios e na avaliação do empreendimento francês e missionário na América. De suas observações sobre as possessões francesas no Novo Mundo, de seu contato com a sociedade letrada e de sua atuação no *Jornal de Trévoux*, surgiram as ideias que originalmente compuseram suas obras: *História e descrição geral da Nova França* e *História do Paraguai*.

Nessas duas obras, a metodologia é a mesma. A exceção fica por conta da recorrência às observações indiretas. Igualmente, as preocupações com a América do Sul também partiram da ideia de fragilidade e da incerteza. E se a colonização francesa das Américas abrangia o vale do Rio São Lourenço, Terra Nova, Montanhas Rochosas, Baía de Hudson e Golfo do México, nos assentamentos das colônias do Canadá, Acádia, Baía de Hudson, Plaisance e Louisiana (1534-1763), o Paraguai era uma terra distante e selvagem. Não é sem razão que a *História do Paraguai* consagrou o otimismo e a prosperidade em razão da precariedade do empreendimento colonial espanhol e da ação missionária. Ao tratar da luta entre o bem e o mal, idealizou o Novo mundo: “Falo destas repúblicas cristãs, das quais o mundo ainda não viu os modelos, as quais foram fundadas no centro da mais feroz crueldade [...]” (CHARLEVOIX 1757, p. 5, v. 1). Hawthorne esclarece que as ideias relacionadas à civilidade e ao moralismo religioso foram satirizadas de forma velada por François Marie Arouet de Voltaire (1694-1778), na obra *Cândido, ou o otimismo*. É conveniente estabelecer essa relação, pois a obra de Charlevoix reflete uma reação à queda do prestígio da Companhia de Jesus na França e em outras nações europeias; ela foi alvo de ataques até a sua supressão pelo papa Clemente XIX, em 1773.

Dessa maneira, no Paraguai a civilização espanhola e as missões religiosas encontraram o seu fracasso espiritual e moral.

E o que se vê em *Cândido, ou o Otimismo* são sensibilidades em correspondência e oposição que se manifestaram nos pares: ingenuidade e esperteza, desprendimento e ganância, caridade e egoísmo, delicadeza e violência, amor e ódio. O diálogo entre Cândido e Cacambo é fundamental ao entendimento das enunciações dirigidas à filosofia de Leibniz e ao ideal religioso: “os padres ali têm tudo, e o povo nada; é a obra prima da razão e da justiça”; [...] “bem me dizia Mestre Pangloss que tudo está o melhor possível neste mundo, pois sinto-me infinitamente mais tocado com a sua extrema generosidade [...]” (VOLTAIRE 2002, p. 75 e p. 29). Assim, a ideia de acreditar que tudo vai bem e que nos encaminhamos sempre para um futuro melhor é duramente repudiada por Voltaire, pois Leibniz, ao enfatizá-lo “[...] prestou ao gênero humano o serviço de lhe fazer ver que devemos estar contentíssimos e ter sido impossível a Deus fazer por nós mais do que fez” (VOLTAIRE 2002, p. 157). Da mesma maneira, pensar apenas no jardim era ter uma visão míope da realidade, daí a expressão “é necessário cultivar nosso jardim”. E, se a condição missionária contrastava com o escravismo praticado pelos espanhóis, ambas não eram objeto de questionamento. O compromisso com a verdade em Charlevoix é mitigado, pois sua reflexão não era só em relação ao fato de os índios estarem melhores ou piores após a colonização espanhola, mas como as reduções jesuíticas iluminavam espiritualmente as almas do novo mundo e as conduziam à felicidade.

O olhar comparativo de Pierre-François-Xavier Charlevoix salienta, portanto, os aspectos míticos e profanos da paisagem paulistana em seus primórdios, o clima, a fertilidade da terra, o aspecto desolador, a libertinagem e a rusticidade dos homens. A beleza da natureza e a dádiva divina são colocadas à prova pelas ações dos portugueses nos campos de Piratininga:

[...] todas as terras são férteis, e dão muito bom trigo; [...] e assim não por outro motivo, que pelo espírito de libertinagem, e pelos atrativos da pilhagem, é que eles por longo tempo concorreram com fadigas incríveis, e contínuos perigos, essas vastas regiões bárbaras, que despovoaram de dois milhões de homens (CHARLEVOIX 1757, p. 119).

Os temas abordados em *História do Paraguai* abrangem os aspectos históricos, naturais e mineralógicos, o método de caça, o comportamento de animais, o uso da erva-mate, o empreendimento missionário, principalmente no Guairá e seu ápice entre 1650 e 1720. Além da colonização espanhola e portuguesa, apontou para o comportamento indígena – “[...] são por homens estúpidos, indolentes, vingativos e embriagados que os padres arriscavam suas vidas” (CHARLEVOIX 1757, p. 5, v. 11-12) – e para os efeitos perversos da miscigenação: “O mal era proveniente da colônia contígua de São Paulo, no qual o sangue dos portugueses tinha miscigenado com o dos brasileiros [...] cujo sangue desta mistura nasceu uma geração perversa [...]” (CHARLEVOIX 1757, p. 3).

Em Charlevoix, os espanhóis são identificados como seres gananciosos cuja aventura e desejo pela descoberta não os fizeram diferentes dos franceses que se precipitaram sobre a América do Norte. Esse desvio de caráter também atingia os confrades inacianos, daí a falta de orientação no trato do jardim. O objetivo claro, embora não declarado, era o lucro, o qual desencadeou, em outro plano, o ressentimento dos espanhóis diante do tratamento que os padres da companhia conferiram aos índios. Isso justificou o estabelecimento das missões no Paraguai e do trabalho missionário, uma vez que cooptava com o Estado. Assim, para atingir a perfeição era necessária a "sincera adesão aos ditames da religião e da autoridade legítima" (HAWTHORNE 2007, p. 213).

A retomada das narrativas heroicas

Gaspar Teixeira de Azevedo (1715-1800) nasceu em Santos, de gênese fidalga – filho de Domingos Teixeira de Azevedo e Ana de Siqueira Mendonça – e entrou ainda jovem para a ordem beneditina, Mosteiro de São Bento, na Bahia, onde concluiu seus estudos, época em que passou a usar o nome Gaspar da Madre de Deus (RODRIGUES 1979, p. 142). Inclinado à teologia, à filosofia e à história, obteve os seguintes títulos e funções: grau de doutor em 1749; título de Abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo (1752), Definidor (1756), Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro (1763), Abade Provincial em 1766. Viveu no Mosteiro de Santos, em 1769; voltou-se para os estudos de história, pesquisando nos arquivos de Santos e São Paulo, reunindo farta documentação de Salvador e do Rio de Janeiro; Cronista-Mor da ordem beneditina de 1774 até 1798, entre tantas outras atribuições.

Tanto Frei Gaspar quanto Pedro Taques de Almeida Paes Leme compartilhou de preconceitos raciais, pois ambos eram descendentes de uma pequena nobreza portuguesa que havia enriquecido na colônia. Pedro Taques de Almeida Paes Leme é considerado o primeiro historiador das "bandeiras paulistas" e, portanto, um dos mais influentes no governo de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). Sua ascendência, somada à sua formação intelectual, permitiu-lhe atuar de forma decisiva em questões políticas na colônia a partir de 1765. Era filho do sertanista Bartolomeu Paes de Abreu; neto do fidalgo da casa real portuguesa e capitão-mor da capitania de São Vicente e São Paulo, Pedro Taques de Almeida; bisneto do descobridor das minas de Cataguazes, Lourenço Castanho Taques; tetraneto do secretário de D. Francisco de Souza (sétimo Governador Geral), Pedro Taques; sobrinho-bisneto de Fernão Dias Paes e descendente, pelo lado paterno, de Brás Cubas (TAUNAY 1956, p. 8-9).

Assim, ambos foram condescendentes com o sistema colonial, preocupando-se "com a limpeza de sangue dos cristãos velhos, judeus, índios e negros" e, principalmente, levando em conta sua origem social e acima de tudo, seus desafetos. Enquanto Pedro Taques privilegiou os "indivíduos" integrantes das camadas superiores, promovendo-lhes uma blindagem, Frei Gaspar considerava a miscigenação e a capacidade adquirida dos indígenas,

como o sentido de liberdade, coragem e rebeldia (QUEIROZ 1992, p. 81). Esses historiadores tinham uma ligação consistente ao que se refere às perspectivas teóricas de pesquisa e a uma concepção da história, e tal maneira de escrevê-la exigia certo afastamento das ideias de Giambattista Vico, Voltaire e Montesquieu, ao mesmo tempo em que se aproximavam de Mabilon. A história erudita do beneditino da Congregação de Saint-Maur, de Saint-Germains-des-Près, Dom Mabilon (1632-1701), manifestada em *De re diplomatica*, era aquela que se preocupava com a crítica e com a autenticidade dos documentos, naquilo que viria a se constituir como a "ciência da diplomacia" (BOURDÉ e MARTIN 1985, p. 61-95). Essa erudição estruturou suas obras, tanto no sentido de buscar os documentos na diversidade dos arquivos da colônia e da metrópole, verificando se eram verdadeiros ou não, como no "ato de transcrever e citar as fontes dos trabalhos" (ABUD 1985, p. 74-75).

Frei Gaspar da Madre de Deus valorizou os membros de sua estirpe, descendentes de linhagens nobres que se tornaram "senhores de terras e de escravos". Segundo Taunay, "demonstra a ascendência do monge o seu parentesco com diversos dos maiores cabos de tropa do bandeirantismo: Fernão Dias Paes, os dois Anhanguera, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida [...]", entre outros (TAUNAY s/d, p. 9). Notadamente, os historiadores procuraram, com essa particularidade da produção historiográfica, transformar seus antepassados em heróis, ao mesmo tempo em que os relacionavam a uma pequena nobreza portuguesa. No fundo, essa forma de valorização (ufanismo) era uma reação embasada nos ressentimentos decorrentes da Guerra dos Emboabas e ao mesmo tempo, uma forma de acesso às esferas do poder, pois "o lugar da antiga elite era ameaçado pelos reinóis" (QUEIROZ 1992). Conforme mostrou Kátia Abud (1985, p. 82), os primeiros paulistas ligados às atividades comerciais eram provenientes de uma pequena burguesia, ao passo que a nobreza de sangue, a nobreza de linhagem e a alta burguesia permaneceram na Europa. A ligação com a nobreza, desde a Idade Média, permitia uma série de privilégios fundamentados em critérios jurídicos, os quais determinavam os comportamentos sociais. "Cada um ocupava nessa hierarquia uma posição definida, de acordo com a posse (ou não) de títulos de nobreza, ou nobilitadores". Como esses valores eram incorporados e adaptados na colônia, as câmaras municipais desempenharam um papel preponderante no princípio dos "homens bons" até as Ordenações Filipinas, as quais estabeleceram novos parâmetros de equivalência e de submissão ao Estado português.

Em segundo lugar, essas reações que convergem para o ufanismo, expõem, em vários momentos, a subjetividade do ressentimento e da construção da nacionalidade. Tal mitificação encerrava a genealogia, as conquistas territoriais, os feitos militares como primeiros sinais de nobreza. Pedro Taques construiu uma imagem para os sertanistas, os chefes de tropas e "capitães do mato" que conquistaram índios e territórios, descobriram minas de ouro e seriam, portanto, nobres, ao passo que Gaspar da Madre de Deus procurou defender os paulistas das acusações de jesuítas como Montoya, dizendo que eles eram

feitos mamelucos e que desafiaram uma natureza brutal, “enfrentando febre, chuva e as feras da floresta” por serem resistentes e inteligentes devido à miscigenação com o índio. Em Gaspar da Madre de Deus, a imagem inicial da fundação da Vila de Piratininga, que ele fez questão de explorar, reforça outra ideia: não a de área desolada, mas, ao contrário, a de “capital” propagadora da conquista territorial na colônia.

Sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa, a Tipografia da Academia Real das Ciências publicava, com ligeiras alterações, no ano de 1797, um de seus mais importantes trabalhos: *Memorias para a história da capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do estado do Brasil*. Suas acuradas pesquisas em arquivos e cartórios de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Salvador, iniciadas no mosteiro de Santos, em 1769, não só foram significativas pelo fato de desenvolverem investigações documentais, mas também pela perspectiva histórica e pela narrativa construídas junto com Pedro Taques. Além disso, como intelectual de alto prestígio, sempre lembrado nas diferentes esferas de poder, o frei beneditino destrói com facilidade as narrativas que depunham contra os paulistas.

A narração de D. José Vaissette, “historiador célebre e sábio monge da Congregação Beneditina de S. Mauro, em França”, Procurador Régio de Albi que escreveu *História geográfica, eclesiástica e civil*, 1755, também sofreu críticas dos historiadores paulistas (SOUSA 1801, p. 183). Porém, o alvo predileto de contestação era a obra *História do Paraguai* de Charlevoix, considerada desapropriada por Frei Gaspar da Madre de Deus. Ele aponta onde estavam impressas as suas ideias, *Livro VI*, e o ano de publicação, 1718, parte integrante da obra *Notícias das coisas do Brasil*, de Vasconcelos (LEITE 1977, p. 13-16). Para Frei Gaspar, o material foi contaminado com informações descabidas e destoantes da documentação dos “arquivos” da colônia, “e bem se percebe que ambos beberam no mesmo charco” (MADRE DE DEUS 1956, p. 117). Para Simão de Vasconcelos, o Brasil era o paraíso terrestre “em que Deus nosso senhor, como em jardim, pôs o nosso pai Adam” e os Campos de Piratininga o seu inverso, pois ali era o refúgio de Satanás, ambiente de doenças, ódio e de guerras: “começou a apoderar-se dos índios uma peste terrível de pleuris [...], aqueles mamelucos Ramalhos, de árvore ruim piores frutos, tornam agora ressuscitar rancores [...], e a guerra [...] excitou, ou o espírito infernal, ou o daqueles mesmos mamelucos” (VASCONCELOS 1977, p. 257-259). Daí resulta uma história “infel” que os jesuítas escreveram sobre os paulistas. Ao mesmo tempo em que Frei Gaspar reforça uma ideia positiva para a capitania de São Paulo, ratifica-a a partir de uma história baseada na verdade documental, minando as fontes de interpretações estrangeiras sobre os interiores coloniais em disputa e objeto de interesses particulares entre portugueses e espanhóis. Ele diz que não quer enganar os seus leitores, pois São Paulo e os paulistas mereciam uma história mais justa, sem enganos, para se chegar a “uma leve instrução verdadeira dos fatos antigos” (MADRE DE DEUS 1956, p. 117), principalmente naquele momento em que a capitania de São Paulo passava por

uma fase de “desenvolvimento”, sob o governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão.

Frei Gaspar procurou reconstruir o paraíso na Vila de Piratininga, apontando para os prazeres da deliciosa paisagem campestre do planalto, diferenciando-a da paisagem litorânea, marcada pela vegetação exuberante em oposição aos campos. Às impressões também se somaram imagens literárias aglutinadas na construção imaginativa e sensível da paisagem idealizada, integrando suas experiências pessoais, sempre traduzidas em verdades absolutas. O encaminhamento da descrição dos elementos naturais dos campos de Piratininga só poderia trazer como alusão imagens positivas alicerçadas em séculos de “memórias” paradisíacas: “Em cima da Serra de Paranapiacaba e debaixo do Trópico Austral, pouco mais ou menos, demora uma região deliciosa, a que os portugueses no princípio davam o nome de *Campo* [...] de Piratininga” (MADRE DE DEUS 1956, p. 119). É interessante notar como a imagem de Frei Gaspar da Madre de Deus sobre o tempo e o espaço na capitania de São Paulo é influente e comporta elementos reais e imaginários que lhe permitiram localizá-la com precisão (SILVA 1994, p. 746-752).

Sistematicamente, Frei Gaspar desconstruiu não apenas os textos de historiadores que invocam um conjunto de imagens históricas e pessoais para São Paulo, mas também essas outras experiências pela América que são diferentes das suas, em que as interpretações do passado não tinham comprovação e eram, portanto, mais ficção que realidade, pela ausência da análise documental. É uma contestação bem dirigida que refuta a versão estrangeira degradante. O frei historiador insiste em mostrar os erros interpretativos; as falsidades nas colocações de Vaissette e Charlevoix eram, na maioria das vezes, “fúteis e ridículas”. Ao analisar os escritos de Vaissette, constata uma série de enganos. A começar sobre a extensão da capitania e o uso errôneo do sistema de medidas em léguas francesas, com o qual previa uma menor dimensão àquela capitania, cuja diferença era de 22 léguas. Mesmo aquelas referências amplamente empregadas por Vaissette como “capitania d’El-Rey” não tinham sentido. Segundo Frei Gaspar, aquele autor se esquecera de mencionar a invasão das “missões e povoações castelhanas no sertão brasileiro”, e, o que é pior, as referências aos recursos minerais e hídricos também passam pelo seu crivo; restou-lhe afirmar que Vaissette se enganou em dizer que havia minas de prata produtivas em Biraçoíaba (Sorocaba), em 1599, pois tais recursos explorados não foram expressivos. O menor deslize é notado, como o título de vila e não o de cidade para São Vicente, a distância correta entre as localidades e a localização da capitania de São Paulo no sistema de coordenadas geográficas. Quando Vaissette afirmou que São Paulo originou-se de uma “tropa de espanhóis, portugueses, índios, mestiços e mulatos”, fugitivos refugiados, concentrados nas brenhas, Frei Gaspar se rebelou, ressaltando que tal postura era indigna, pois tal tipo de história não se conhecia aqui ou em Portugal e tais erros se deviam à influência dos relatos de jesuítas paraguaios, “inimigos acérrimos” dos paulistas. Além do mais, diz que os estrangeiros não sabem o

que ocorreu em “países estrangeiros”. Os pressupostos de Vaissete são considerados como narração sem crédito, notabilizando a existência de uma República paulistana quando ela não existe de fato na câmara dessa cidade, além da infâmia de considerar os paulistas “piratas cristãos” e mesmo a existência de uma Congregação beneditina no Brasil ou os problemas de fixação dos jesuítas em São Paulo.

Frei Gaspar argumenta que a Companhia de Jesus atendia aos interesses espanhóis e o motivo de se atribuir aos “mamelucos” comportamento desordeiro, corrupto e selvagem, era a mistura da qual “saiu uma geração perversa”. Segundo Charlevoix, isso ocorreu devido às qualidades militares daqueles homens, os quais haviam destruído trinta e uma “grandes povoações de índios, fundadas por jesuítas castelhanos nas dilatadíssimas Províncias de Guairá, Itati e Tapê”, pelo traquejo na lida nos sertões e, finalmente, por garantirem os limites do território português na América. Contudo, há o reconhecimento de que, na origem da província, a maioria dos homicídios era cometida por eles, a seu ver, gente sensível, rústica, desconfiada e sem escrúpulos. Contudo, para ele, tais questões só ocorreram durante a fundação da capitania e, no momento em que escreveu, a realidade era bem outra.

A afirmação de Charlevoix de que “Espanhóis, Italianos, e Holandeses, que fugiam perseguidos da justiça dos homens, e não temiam a de Deus, se estabeleceram com eles: muitos índios concorreram, e ocupando-os o gosto da devastação, eles se entregarão a ele sem limite, e encherão de horror imensa extensão do país” (*apud* MADRE DE DEUS 1956, p. 132) foi refutada, pois era uma “novela dos fugitivos” sem sentido. Para ele, nem todos os paulistas eram mamelucos e o fato de Tomé de Souza ter concedido o Foro de Vila a Santo André e Mem de Sá ter ordenado a mudança do “Pelourinho, Insígnia, Ofícios públicos e moradores” não fora acertada, pois eles se intrometeram no que não era de sua competência. Em consequência, muita gente fugia desse “despotismo” de senhores de terras. Por outro lado, os estrangeiros estavam aqui, pois “El-Rei católico naquele tempo” era soberano da Espanha, Portugal, Nápoles, Milão e Países Baixos, de modo que seus súditos poderiam viver em quaisquer de seus domínios.

Mas há um ponto em comum nessa polêmica fundacional da protonacionalidade brasileira. Frei Gaspar concorda com Charlevoix acerca do trabalho dos paulistas: “[...] suas conquistas, são verdadeiras, os quais trabalhos e fadigas melhor compreendeu este francês do que alguns portugueses ingratos e invejosos que afirmam não serem dignos de prêmio os descobridores das minas e sertões” (MADRE DE DEUS 1956, p. 135). De certa forma, Frei Gaspar assume que, no princípio de São Paulo, houve esquecimento das leis divinas e humanas quanto à liberdade indígena; contudo, a sua causa deveria ser buscada no perdão e condescendência do Estado, que tinha interesses na descoberta de lavras de ouro. Em sua narrativa, deixa claro que tais abusos não eram exclusivos daquela capitania, ocorrendo também nas do Maranhão e do Pará. Em São Paulo, os paulistas tiveram o desprazer de serem objetos de escárnio dos

jesuítas espanhóis, aos quais houve "rigorosa sujeição" indígena e, além do mais, dos espanhóis "infiltrados" na capitania de São Paulo, envolvidos na aclamação de Amador Bueno.

Conclusão

Com este trabalho, procurei argumentar que o ufanismo e o ressentimento são maneiras de agir e reagir dentro de estruturas sociais cooperadoras e conflitantes, abrangendo diferentes temporalidades e representações do passado e da identidade nacional. O estudo das identidades coloniais é um tema controverso na historiografia brasileira. Ainda que essas identidades tenham sido forjadas no período colonial, considera-se que seu surgimento ocorreu durante o processo de independência (ODÁLIA 1997, p. 12). Em nosso ponto de vista, as protoidentidades estavam vinculadas aos valores lusitanos; no entanto, ao se afastarem desses valores, transformaram-se, adquirindo especificidades próprias (GREENE e MORGAN 2009).

As narrativas analisadas procuraram enfatizar que as identidades coloniais, embora não coesas e uniformes, estavam atreladas aos interesses de Portugal, França e Espanha nos domínios ultramarinos. Assim, a polêmica historiográfica envolveu, de um lado, o historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, que viram no passado um instrumento de luta política e de valorização pessoal, ao mesmo tempo em que refutavam os escritos jesuítas de Charlevoix e Vaissette que, inversamente, procuravam mostrar imagens da barbárie e da degeneração social na formação da capital paulista.

As imagens dos pioneiros de São Paulo surgiram de textos antagônicos, a partir de memórias contrapostas em diferentes tempos e espaços, manifestando-se, sobretudo, em sensibilidades em convergência e oposição (ufanismo/ressentimento), cujo substrato se manifesta na valorização/desvalorização do homem, da natureza e da paisagem dos interiores coloniais, num processo de captura, congelamento e representação da realidade. Essas diferentes percepções comportaram experiências que valorizaram cenas memoráveis, vinculadas ao cotidiano, imagens "literárias" e históricas que emergiram de conflitos sociais. No que concerne à generalização da intransigência, os conflitos entre paulistas e portugueses estavam ligados a interesses contraditórios, dentro e fora desses mesmos grupos. Portanto, conclui-se que o ufanismo, em fins de setecentos, não foi genuinamente produzido pela força das ideias, das aproximações e distanciamentos sociais, mas também por referências abstraídas das sensibilidades humanas, da política e da cultura portuguesa. Essa sensibilidade pode ser entendida como um instrumento de luta que parte do ressentimento decorrente da perda de privilégios no âmbito dos conflitos e das negociações sociais e identitárias. Seu direcionamento, repleto de internalizações (recalques), procurou apresentar apenas os aspectos dignificantes para causar impressão e dominar. Isso quer dizer que, "ontem" e hoje, convivemos com uma imagem harmônica da mestiçagem e com outra marcada pela violência e pela exclusão social.

Referências bibliográficas

- ABUD, K. M. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Universidade do Estado de São Paulo: São Paulo, 1985.
- ALENCASTRO, L. F. de; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L. F. **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.
- ALLEN, W. **An American biographical and historical dictionary [...]**. Boston: Wiliam & Co., 1832.
- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino, áulico, anatômico, architetonico**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BOSSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 403-430.
- CALMON, P. **História do Brasil**. Século XVI: formação brasileira. Século XVIII: riqueza e vicissitudes. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1959.
- CELSO, A. de A. F. **Por que me ufano do meu país**: right or wrong, my country. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1943.
- CHARLEVOIX, P.-F.X. de. **Histoire du Paraguay**. Paris : Chez Didot, Giffard, Nyon, 1757.
- _____. **Historical journal of Father Pierre François Xavier de Charlevoix, in letters addressed to the Dutchess of Lesdiguières**, 1756.
- COSTA, C. M. da. **Sedução do épico**: Vila Rica. 1773.
- COSTA, C. M. da. **Vila Rica**. Belo Horizonte: Tip. do Estado de Minas Gerais, 1897.
- COUTINHO, A.; FARIA COUTINHO, E. de (dirs.). **A literatura no Brasil**: era Barroca, era Neoclássica. São Paulo, Global, 1999.

CRESPO, S.; NOVAES, E. O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade. **Pesquisa Nacional de Opinião**. Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Estudos da Religião, 2006.

DICCIONARIO de la lengua castellana por la Real Academia Española. Madrid: Imprenta de los Sres., Hernando y Compañía, 1899.

DICCIONARIO de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua [...], Compuesto por la Real Academia Española, Que contiene las letras S.T.V.X.Y.Z, Madrid. Imprenta de la Real Academia Española, por los herederos de Francisco del Hierro, 1739.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FERRO, M. **O ressentimento na história**: ensaio. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: introdução à sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GAGNON, A. **Charlevoix**: un jésuite en quête de vérité. Étude historiographique d'histoire et description générale de la Nouvelle France. Montreal: McGill University, 1997.

GOLGHER, I. **Guerra dos emboabas**: a primeira guerra civil nas Américas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1956.

GREENE, J.; MORGAN, P. D. **Atlantic history**: a critical appraisal. New York, Oxford University Press, 2009.

HAROCHE, C. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.) **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

HAWTHORNE, M. R. **Pierre François-Xavier, S. J.**: history and the French Atlantic world in the short Eighteenth Century, 1682-1764. Lawrence: University of Kansas, 2007.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEÃO, D. N. **Origem e orthographia da lingua portugueza**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.

LEITE, S. Simão de Vasconcelos: vida e obra. In: VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus**. Petrópolis, Vozes, 1977.

LORENZ, K. **L'agression, une histoire naturelle du mal**. Paris: Flammarion, 1969.

MADRE DE DEUS, G. da. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

- MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a História do Brasil, **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 6 (24), p. 381-403, jan., 1845.
- MELLO, J. S. de. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- MEYER, M. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. O sertão e a identidade mística do paulista, **D. O. Leitura: caderno paulista XXII**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MORLEY, W. F. E. A bibliographical study of Charlevoix's: histoire et description générale de la Nouvelle France, **Cahiers de la Societe bibliographique du Canada**, Toronto: 1963, 62-67.
- MOUTINHO, J. M. N. A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político, **Tempo Social: revista de sociologia**, São Paulo, p. 109-117, 1991.
- NIETZSCHE, F.W. **Genealogia da moral, uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ODÁLIA, N. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- PAES LEME, P. T. de A. **Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- PAQUETTE, J.-M. François-Xavier de Charlevoix ou la métaphore historique: contribution à une systématique du récit historiographique, **Recherches sociographiques, l'historiographie**, Québec, vol. 15, n° 1, p. 9-19, 1974.
- PITTA, R. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1950.
- PRADO, P. **Província e nação**. Paulística. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Ufanismo paulista vicissitudes de um imaginário, **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 79-87, mar, abr./mai, 1992.
- RABELLO, E. D. **As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.
- REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- RODRIGUES, E. P. **Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.
- RODRIGUES, J. H. Historiografia Sangrenta. In: _____. **História da História do Brasil: historiografia colonial**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1979.

- ROMEIRO, A. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- SOUSA, J. C. P. de. **Biblioteca histórica de Portugal, e seus domínios**. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.
- SOUZA, L. de M. e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- _____. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SUBRAHMANYAM, S. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia, **Modern Asian Studies**, Vol. 31, No. 3, Special issue: The Eurasian context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, Jul., 1997, p. 735-762.
- TAUNAY, A. de E, Súmula Biográfica. In: MADRE DE DEUS, Gaspar da. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo**. São Paulo: Martins Editora, sd.
- _____, **História das Bandeiras paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- VASCONCELOS, D. de. **História media de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.
- _____. **História antiga das Minas Gerais (1703-1720)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- VASCONCELOS, S. **Crônica da Companhia de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- VERÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- VOLTAIRE, F. M. A. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck

Time and crisis in Reinhart Koselleck's theory of modernity

João de Azevedo e Dias Duarte

Doutorando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

jadduarte@gmail.com

Rua Senador Vergueiro, 23/903 - Flamengo

22230-000 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

Este artigo explora dois aspectos constitutivos da "teoria da modernidade" proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. O primeiro corresponde à sua interpretação da emergência da noção de "tempo histórico"; e o segundo, a seu argumento acerca da crise sociopolítica que se instaura a partir da tendência moderna a recorrer a filosofias da história para sustentar programas de ação política. Procurar-se-á demonstrar que Koselleck, ao mesmo tempo em que saúda a descoberta/invenção – pelas filosofias da história do século XVIII – de uma "história humana", condena a instrumentalização política dessas mesmas filosofias como o vetor de uma crise que se estende da Revolução Francesa até a Guerra Fria. À guisa de conclusão, sugerem-se alguns pontos de aproximação entre a visão da modernidade de Koselleck e aquela da filósofa Hannah Arendt.

70

Palavras-chave

Teoria da história; Modernidade; Reinhart Koselleck.

Abstract

This article explores two inherent aspects of the theory of modernity proposed by the German historian Reinhart Koselleck. The first one corresponds to his interpretation of the emergence of the notion of "historical time"; and the second one, to his argument on the sociopolitical crisis set off by the modern tendency to use philosophies of history as support for programs of political action. It will be shown that Koselleck, while saluting the discovery/invention by the 18th century philosophies of history of a "human history", condemns the political instrumentalization of those philosophies as the vector of a crisis that extends itself from the French Revolution up to the Cold War. As a conclusion, a few points of contact between Koselleck's vision of modernity and that of the philosopher Hannah Arendt are suggested.

Keywords

Theory of history; Modernity; Reinhart Koselleck.

Enviado em: 6/9/2011

Aprovado em: 27/9/2011

* Este artigo tem sua origem em um seminário especial de teoria e história da historiografia ministrado no segundo semestre de 2009, na PUC-Rio, pelo professor Marcelo G. Jasmín, a quem agradeço pelos comentários e sugestões a uma versão preliminar, apresentada em forma de palestra, em 2010, no 4^o Seminário Nacional de História da Historiografia. Agradeço também ao CNPq e à FAPERJ, financiadores de minha pesquisa de doutorado.

Sem risco de exagero, é possível dizer que o historiador e teórico alemão Reinhart Koselleck é hoje uma figura bem conhecida no âmbito acadêmico da história e das ciências humanas no Brasil. O acesso à sua obra foi facilitado graças às traduções para o português de sua tese de doutorado, submetida à Universidade de Heidelberg em 1954 e publicada em 1959, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1999), e da coletânea de artigos da década de 1970, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006), e o prestígio e a influência de Koselleck têm crescido consideravelmente entre os intelectuais brasileiros. Sua contribuição teórica e metodológica tem sido discutida e comparada a outras abordagens no campo da história intelectual, ao mesmo tempo em que a metodologia da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) já encontra aplicações em nossa prática historiográfica.¹

Há, porém, um elemento importante de sua obra que tem sido relativamente pouco explorado pela bibliografia, e do qual o presente artigo pretende tratar: sua “teoria da modernidade”, i.e., sua concepção acerca do período compreendido, grosso modo, entre os séculos XVIII e XX da história europeia.² Pretendo abordá-la a partir de uma discussão de dois de seus aspectos mais salientes: a história da emergência da noção de “tempo histórico” e o argumento acerca das consequências sociopolíticas extremas envolvidas no uso de filosofias da história, a partir do século XVIII, para legitimar programas de ação política. Meu propósito será pôr em evidência a atitude ambivalente manifestada por Koselleck a respeito da modernidade. Pois, para ele, esse período, ao mesmo tempo em que inaugura possibilidades únicas e extremamente profícuas para o pensamento, é também o momento de uma escalada sem precedentes de violência e de guerras, cuja inevitabilidade, inicialmente dissimulada, foi forjada pelas filosofias da história que a originaram e a impulsionaram. À guisa de conclusão, sugerirei alguns pontos de contato entre a visão da modernidade de Koselleck e aquela de sua conterrânea e contemporânea, a filósofa Hannah Arendt. Buscarei, dessa forma, aproximar dois intelectuais cujas obras refletem experiências intensas do século XX: a aventura do pensamento e a catástrofe política das guerras e dos regimes totalitários.

Tempo

Koselleck praticava aquilo que, em alemão, se chama *Historik*, metodologia ou teoria da história. Sua ênfase na teorização, ou a sua defesa da necessidade

¹ Como evidência desse interesse e pela importância de sua contribuição ao debate, destacam-se as duas coletâneas organizadas por Marcelo Jasmin e João Feres Jr.: *História dos conceitos: debates e perspectivas* (2006) e *História dos conceitos: diálogos transatlânticos* (2007). Parte de um projeto internacional em andamento de realizar uma história conceitual dos países de fala espanhola e portuguesa na Europa e na América (*Iberconceptos*), o *Léxico da história dos conceitos do Brasil* (2009), envolvendo pesquisadores de diferentes instituições, contém um conjunto significativo de trabalhos empíricos que recorrem a procedimentos teóricos e metodológicos da *Begriffsgeschichte*.

² Em última instância, sua reflexão metodológica e prática historiográfica decorrem e se organizam a partir da problemática da emergência e constituição da modernidade. Sandro Chignola (2007) discute problemas relacionados à aplicabilidade do método da *Begriffsgeschichte* provenientes dessa premissa; cf. nota 6 deste artigo.

de teoria para a disciplina da história, é notória e se verifica pelo fato de que via a pesquisa semântica, conduzida segundo o método da história dos conceitos, como uma “espécie de propedêutica” para a teoria – “ela leva à teoria da história” (KOSELLECK 2006, p. 306). Embora o termo “teoria” seja também aplicado para se referir às várias teorias que os historiadores costumam tomar emprestado às ciências sociais em suas investigações empíricas, e que se resumem na rubrica “história social”, é, principalmente, ao estudo das pré-condições meta-históricas, antropológicas, da experiência histórica que Koselleck se refere quando o emprega. Em sua própria definição, uma teoria da história é uma teoria “que estabelece as condições para a história possível” (KOSELLECK 2006, p. 187), ou ainda: “uma doutrina das condições de possibilidade de histórias” (KOSELLECK 1997, p. 70). Para Koselleck, as fontes linguísticas sempre se remetem a algo além (ou aquém) da linguagem: as condições antropológicas, pré-linguísticas, que constituem estruturas formais de repetição, cuja atualização empírica diversificada dá origem às histórias concretas (KOSELLECK 2002, p. 2-3). Para apreender o modo pelo qual as histórias emergem, Koselleck recorre a uma abordagem teórica que continua, ainda que de forma alterada e original, a tradição da epistemologia histórica tal como concebida no âmbito acadêmico alemão das *Geisteswissenschaften*. Não por acaso, seu projeto de analisar as “condições para a história possível” possui ecos neokantianos evidentes.³

72

A questão central a que uma teoria da história deve responder, e que, literalmente, abre a coletânea de artigos *Futuro passado*, é: o “que é o tempo histórico?” (KOSELLECK 2006, p. 13). A noção de tempo histórico é chave para a apreensão teórica da possibilidade da história em Koselleck,⁴ e também para a compreensão de sua concepção da modernidade. Embora não lhe seja completamente estranho, o tempo histórico não é redutível ao tempo mensurável e natural, o tempo astronômico ou biológico (KOSELLECK 2006, p. 14-15). A história tem um tempo próprio, imanente, e este tempo depende das experiências concretas dos homens; mais especificamente, depende da maneira pela qual os homens articulam em cada presente a dimensão do passado, sua “experiência” acumulada, e a dimensão do futuro, suas “expectativas”, esperanças e prognósticos.⁵

Se a história tem um tempo, também o tempo tem uma história. Nos artigos que compõem *Futuro passado*, Koselleck propõe a tese de que a

³ A excelente introdução de Elías José Palti à tradução espanhola da coletânea de artigos de Koselleck, *Los Estratos del Tiempo: estudios sobre la historia* (2001), situa a *Historik* de Koselleck em relação ao horizonte mais amplo do debate teórico e historiográfico alemão e sugere sua continuidade com o projeto de Wilhelm Dilthey de uma “crítica da razão histórica”. Koselleck jamais elaborou sua teoria da história na forma de um tratado sistemático, e suas reflexões a esse respeito encontram-se dispersas ao longo do vasto conjunto de ensaios publicados. A contribuição de Koselleck ao *Festschrift* de Gadamer, *Historik und Hermeneutik*, de 1985, marca, sem dúvida, um esforço, que persistiria em seus textos subsequentes de precisar melhor as categorias de sua *Historik*, e, assim, diferenciar sua abordagem teórica tanto da hermenêutica filosófica quanto do “giro linguístico” nas ciências humanas (cf. KOSELLECK 1997; 1989; 2000; 2002; cf. também HOFFMAN 2010).

⁴ Para uma discussão perspicaz da noção de “tempo histórico” em Koselleck, cf. ZAMMITO 2004.

⁵ “Espaço de experiência” (*Erfahrungsraum*) e “horizonte de expectativa” (*Erwartungshorizont*) são duas das categorias que Koselleck emprega como condições de possibilidade da história; elas “remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK 2006, p. 308).

a experiência temporal e, conseqüentemente, também a ideia de história teriam sofrido, no âmbito da cultura alemã, uma transformação decisiva entre 1750 e 1850 - período de transição entre a primeira modernidade (*frühe Neuzeit*) e o que se poderia chamar de a modernidade propriamente dita.⁶ Koselleck insiste que houve uma verdadeira obsessão com o “tempo” durante esse período, o que se revela, na linguagem contemporânea, por meio da criação de novos conceitos, neologismos contendo uma qualidade temporal, ou na resignificação de conceitos antigos, os quais passaram a exibir um fator temporal:

praticamente ninguém conseguiu escapar ao conceito de tempo e ao que ele era capaz de oferecer. O ‘tempo’ exerceu uma influência sobre o conjunto da linguagem, e pelo menos a partir da Revolução Francesa deu colorido a todo o vocabulário político e social (KOSELLECK 2006, p. 296).⁷

Tais fenômenos linguísticos, que integram o processo que se denomina “temporalização” (*Verzeitlichung*), culminam na emergência de um “tempo novo” (*neue Zeit*): a modernidade (*Neuzeit*). Embora a consolidação, no século XVIII, da tríade Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, rematando uma disposição para derivar a periodização de princípios históricos imanentes, seja uma característica da nova experiência, não se trata simplesmente do estabelecimento de um novo período histórico. Trata-se, fundamentalmente, da descoberta/invenção dos “tempos históricos”. É evidente que não faz sentido falar de um “tempo novo” quando se considera o tempo natural, objetivo, dado que este flui continuamente, de maneira invariável. O ponto de Koselleck é que algo na experiência, na percepção do tempo, se alterou. Surgiu, na modernidade, um novo conceito de tempo, emancipado da cronologia natural; um tempo de natureza distinta daquele que se experimentara, até então, como um meio neutro, um mero pano de fundo sobre o qual se projetavam, repetindo-se, as ações e as instituições humanas. Desde então,

o tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história (KOSELLECK 2006, p. 283).

⁶ Koselleck emprega o conceito de *Sattelzeit* para se referir a este período, comumente traduzido, de forma literal, como “tempo-sela”. Recentemente, Koselleck demonstrou preferir o termo *Schwellenzeit* (também literalmente, “tempo liminar”), que aponta de forma menos ambígua para a transição que prepara para outra experiência de tempo e outro mundo conceitual (KOSELLECK 2006, p. 108). Boa parte da prática da *Begriffsgeschichte*, da qual o nome de Koselleck tornou-se praticamente uma metonímia, consiste na documentação desta transformação, reunida no monumental *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexicon der politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, organizado por Koselleck, Otto Brunner e Werner Conze. Sandro Chignola (2007) acredita que, por não se colocar a questão a respeito da origem da moderna cientificidade da política, “aquela cientificidade que torna possível falar dela justamente por conceitos”, o projeto do *Geschichtliche Grundbegriff* tende a imprimir um caráter evolutivo e anacrônico à sua abordagem, projetando retrospectivamente a experiência moderna da política sobre toda a tradição ocidental.

⁷ Koselleck menciona ainda que a enciclopédia alemã Grimm registra mais de cem expressões novas compostas com a palavra “tempo” (*Zeit*) surgidas entre 1770 e 1830 (KOSELLECK 2006, p. 294).

Do ponto de vista da experiência temporal, o que está em jogo na passagem para a modernidade é uma nova forma de articulação entre o passado e o futuro, entre experiência e expectativa, que envolve uma separação progressiva entre ambos:

minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então (KOSELLECK 2006, p. 314).

Na modernidade, a produção de mudanças de forma mais acelerada fazia com que a experiência passada fosse cada vez menos pertinente para dar conta das novas experiências e, em consequência, o futuro se tornava progressivamente mais imprevisível. Subjetivamente, isso foi percebido como se o tempo se acelerasse: "o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo continuamente em cena mais material desconhecido" (KOSELLECK 2006, p. 36).

Segundo Koselleck, até meados do século XVIII, era perfeitamente razoável contar-se com a "futuridade do passado", ou seja, com a expectativa de que o futuro se assemelharia ao passado. Precisamente por que "nada de essencialmente novo poderia em princípio ocorrer" (KOSELLECK 2006, p. 34), era possível tirar diretamente conclusões do passado para o futuro. Este era o sentido do *topos* ciceroniano *historia magistra vitae*, que sintetiza a configuração historiográfica que prevalecera até então: a história como uma coleção de exemplos que servem à prudência dos homens. Tal concepção magistral de história assentava-se sobre uma estrutura temporal estática que articulava passado, presente e futuro em um espaço contínuo. Dentro desse espaço, as ações e os eventos repetiam-se – ou, ao menos, admitia-se que poderiam ser interpretados de forma análoga –, o que garantia a possibilidade de se aprender com o passado, i.e., de que os acontecimentos passados, cuidadosamente transmitidos e conservados na memória da posteridade, serviriam como guias para os homens no presente e no futuro. Na modernidade, entretanto, com a emergência de um futuro diferente do "futuro passado", um futuro aberto, indeterminado e indeterminável pelas experiências passadas, o passado cessou de "ensinar". A radicalidade do futuro, vivido no presente como aceleração, separou as dimensões do tempo, anulando a utilidade da experiência passada. O passado deixou de iluminar o futuro, segundo a famosa frase de Tocqueville, e o velho *topos* se dissolveu frente a um "tempo novo".

A primeira categoria com que se compreendeu esta nova experiência temporal foi o conceito de "progresso", no qual "se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história" (KOSELLECK 2006, p. 55). Se, por um lado, o progresso representava uma secularização das expectativas cristãs do futuro, por outro, tratava-se de um "singular coletivo" (*Kollektivsingular*), i.e., um metaconceito globalizante que

sintetizava em um movimento único e universal uma série de experiências novas que vinham interferindo, com profundidade cada vez maior, na vida dos europeus desde o século XVI.⁸ A Revolução Copernicana, o desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre com suas populações vivendo em fases diferentes de desenvolvimento, a dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital, e, depois de 1789, a Revolução Francesa foram fatores que contribuíram para tornar a sensação de surpresa, de ruptura da continuidade, uma constante da modernidade.

No âmbito dessa experiência de surpresa permanente, que começava então a impor-se, o tempo foi modificando em etapas o sentido cotidiano do seu fluxo, ou do ciclo natural dentro do qual as histórias acontecem. Agora, o próprio tempo podia ser interpretado como novo, pois o futuro trazia outro futuro, e isto mais depressa do que parecia possível (KOSELLECK 2006, p. 289).

Esses vários fatores contribuíram também para a disseminação da experiência (cuja origem remete à expansão para o ultramar) da coexistência, em um mesmo espaço temporal, de vários tempos distintos – aquilo que Koselleck designa como “contemporaneidade do não contemporâneo” (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*), i.e., a percepção da convivência de uma multiplicidade de fenômenos históricos movendo-se segundo ritmos imanentes e diferenciados. A maneira pela qual a consciência filosófica europeia lidou com essa experiência, no final século XVIII, foi por meio da ordenação diacrônica e hierárquica dos vários tempos em um movimento único, linear e universal, denominado progresso. Essa brutal singularização se deu, também, entre outros conceitos políticos, no conceito de história próprio à modernidade: a história tornou-se um singular coletivo, um metaconceito transcendental, que sintetiza relato e acontecimento e engloba as várias histórias individuais, que, até então, eram percebidas como desconexas entre si.⁹ Envolvendo toda a humanidade, a história do progresso é um percurso estruturado de desenvolvimento, que se inicia na barbárie e se orienta na direção de um futuro luminoso.

75

⁸ Ao insistir na tese, originalmente formulada por Karl Löwith (1977 [1949]), de que a ideia de progresso é uma versão secularizada do esquema escatológico judaico-cristão, Koselleck evita a distinção estabelecida por Hans Blumenberg, em sua crítica à tese da secularização (1999, espec. part. 1), entre uma ideia “legítima” de progresso – que se baseia em experiências concretas e responde ao problema da contingência da existência mundana decorrente da ênfase, no final da Idade Média, na onipotência divina – e uma versão desvirtuada e ilegítima do progresso como um movimento linear, universal e inevitável, que se articula nas filosofias da história, “reocupando” a estrutura vazia da temporalidade do esquema escatológico cristão. No entanto, Koselleck acompanha Blumenberg não só em conceder ao conceito de progresso um fundamento em experiências concretas, como também em concebê-lo, a despeito de continuidades, como uma inovação radical em relação às expectativas cristãs: “o que nos importa aqui, antes de tudo, é lembrar que o progresso estava voltado para uma transformação ativa deste mundo, e não do além, por mais numerosas que possam ser, do ponto de vista intelectual, as conexões entre o progresso e uma expectativa cristã do futuro” (KOSELLECK 2006, p. 318). Sobre o debate Löwith-Blumenberg, cf. WALLACE (1981; 1999). Jean-Claude Monod (2002) oferece um panorama da discussão acerca da secularização no pensamento alemão.

⁹ Em alemão, essa transformação é marcada na linguagem pelo progressivo abandono, consolidado na segunda metade do século XVIII, do termo *Historie*, que dizia respeito à narrativa dos acontecimentos, em favor do emprego do termo novo *Geschichte*, que designava tanto o relato quanto o acontecimento em si (KOSELLECK 2006, p. 48).

Segundo Koselleck, o conceito de “progresso” só foi criado no final do século XVIII (KOSELLECK 2006, p. 317). No entanto, a noção teoricamente revolucionária de “tempo histórico”, i.e., de um tempo imanente à história, já vinha sendo preparada nas teorias do conhecimento histórico de figuras como o teólogo luterano Johann Martin Chladenius (1710-1759) e o historiador Johann Christoph Gatterer (1727-1799), precursores do Historicismo.¹⁰ Chladenius e Gatterer contribuíram para que a história se constituísse como uma prática disciplinar científica, encetando uma reflexão teorico-metodológica (*Historik*), da qual o próprio Koselleck se via como um continuador. De acordo com Koselleck, o significado da teoria da perspectiva histórica elaborada por Chladenius residiu em relativizar o pressuposto epistemológico que sustentava a concepção até então prevalecente, da historiografia como a mera narrativa dos acontecimentos “tal como se deram”. Segundo este “realismo ingênuo”, como Koselleck o denomina (KOSELLECK 2006, p. 164), a verdade histórica é algo que se revela imediatamente ao observador imparcial, e, portanto, quanto mais próximo estiver o narrador do evento – se possível como sua testemunha ocular – mais verdadeiro será o seu relato. Daí advinha, segundo Koselleck, a preferência concedida à história do presente, o registro cuidadoso dos acontecimentos dignos de serem registrados.

76

Embora não questionasse o privilégio metodológico da história do presente e da testemunha ocular como o melhor historiador, Chladenius tornou a ideia de “imparcialidade” problemática. Para Chladenius, mesmo que os acontecimentos, uma vez transcorridos, permaneçam inalterados como realidades acabadas, as representações que deles são feitas necessariamente variam conforme a posição do observador. Por mais que estejam sinceramente comprometidos com relatar a verdade, historiadores diferentemente situados e oriundos de lugares sociais distintos irão produzir relatos diferenciados. Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a novidade introduzida por Chladenius foi que a relatividade dos juízos históricos deixava de ser um inconveniente para se tornar o índice mesmo de uma verdade cujo acesso é condicionado pela posição daquele que observa e registra os fenômenos ocorridos. Ao levar em conta a posição do narrador, a história começava a se tornar *eo ipso* “interpretação”.¹¹

À relatividade espacial, acrescentou-se a relatividade temporal, e a história foi “historicizada”. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a teoria da perspectiva, acompanhando aquilo que se deu com a linguagem política no horizonte do progresso, incorporou também um fator temporal. Gatterer, entre outros, colocou em questão as ideias, ainda mantidas por Chladenius, de que a verdade

¹⁰ Sobre Chladenius e Gatterer, o papel deles e de outros autores do Iluminismo alemão no desenvolvimento do Historicismo, REILL 1975.

¹¹ A ênfase de Koselleck no papel chave de Chladenius em seu desenvolvimento na Alemanha não obscurece o fato de que a moderna consciência da historicidade dos fenômenos foi preparada, pelo menos desde o Renascimento, pelos estudos comparativos de direito, pela crítica bíblica e pela filologia humanista (cf., por exemplo, KELLEY 1970). Recuando mais no tempo, Funkenstein discute o papel que o princípio hermenêutico da “acomodação”, partilhado pelos exegetas medievais judaicos e cristãos, teria exercido na formação dessa consciência, FUNKENSTEIN 1986, p. 202-289.

histórica permaneceria sempre idêntica a si mesma e de que a testemunha direta seria o melhor historiador. Isso se deu por que a passagem do tempo deixou de ser vista como neutra e passou a ser percebida como capaz de alterar não apenas o presente, mas também, *a posteriori*, o próprio passado. O “tempo novo”, o tempo da modernidade, trazia novas experiências, e essas experiências transformavam a visão que se tinha dos acontecimentos ocorridos.

Em outras palavras, os acontecimentos perderam seu caráter histórico estável, que até então havia sido fixado nos anais. Tornou-se possível, ou mesmo necessário, que com o correr do tempo os mesmos processos fossem narrados e avaliados de forma diferente (KOSELLECK 2006, p. 287).

Tratava-se de uma questão de (novas) perspectiva(s), nas palavras de Goethe: “A história tem de ser reescrita de tempos em tempos”, pois “os contemporâneos de um tempo que progride são levados a pontos de vista a partir dos quais o passado se deixa contemplar e julgar de maneira nova” (*apud* KOSELLECK 2006, p. 177). Com isso, a perspectiva do observador direto, da testemunha ocular, perdia seu privilégio epistêmico para aquela mais “rica em experiência” (melhor posicionada) do historiador vindouro, e o registro da história do tempo presente, até então dominante, entrava em crise. O tempo presente da modernidade mudava de forma tão rápida que escrever a sua história se tornou uma tarefa não apenas difícil como também pouco proveitosa, porque sujeita a se tornar obsoleta antes mesmo de terminada. Nesse processo, a forma de reprodução do passado também se alterou: “o passado deixou de ser mantido na memória pela tradição escrita ou oral, passando a ser reconstruído pelo procedimento crítico” (KOSELLECK 2006, p. 174). A aceleração do tempo, a separação progressiva das dimensões temporais, que é o núcleo da experiência moderna do tempo, alienava e relegava o passado a uma alteridade crescente, obrigando-o a ser reconstruído pela crítica histórica – “em sua crescente alteridade, ele [o passado] tornou-se um objeto especial da ciência histórica crítica” (KOSELLECK 2006, p. 81). Ao incorporar à teoria do conhecimento histórico a nova concepção do tempo, a filosofia da história pré-revolucionária contribuiu para o abandono do princípio da possível repetição dos eventos, fundamento da configuração magistral da história. Não há como extrair lições do passado, pois ele é diferente do presente, que, por sua vez, será distinto do futuro. A singularidade dos eventos, a singularidade da história, tornou-se “a principal premissa teórica tanto do historicismo quanto das teorias do progresso” (KOSELLECK 2006, p. 144).

Para Koselleck, o historicismo e o progresso, embora pareçam conceitos antagônicos, são como duas faces da mesma moeda (KOSELLECK 2006, p. 81). “Noutras palavras: a elaboração crítica do passado, a formação da escola histórica, se baseia na mesma circunstância que também pôs em marcha o progresso que se projetava para o futuro” (KOSELLECK 2006, p. 319). A “circunstância” que aproxima a crítica histórica e o progresso é a separação

entre passado e futuro, que caracteriza a experiência da modernidade e dá origem à noção de tempo histórico. Sua relação, porém, é contingente e não necessária. Em sua extrema concisão, a passagem acima chama a atenção também para um ponto que aqui nos interessa enfatizar: a ideia de que, na modernidade, ao mesmo tempo em que se abrem, com o surgimento da noção de tempo histórico, possibilidades inéditas e extremamente profícuas para a reflexão sobre a história, essas mesmas possibilidades acabariam sendo restritas a elaborações progressistas, filosofias da história que serão, por sua vez, o instrumento de uma crise sociopolítica sem precedentes. A reflexão teórica de Koselleck, que segue a trilha aberta por Chladenius, constitui um esforço para explorar o potencial da noção de tempo histórico dissociando-a das elaborações progressistas.

Crise

78 Passemos agora à noção de “crise” e à dimensão sociopolítica da modernidade. Pelo que já foi dito, é possível perceber que o que está em jogo, na experiência temporal da modernidade, é uma transformação tanto do vínculo com o passado quanto, e principalmente, do vínculo com o futuro. É um futuro novo que condiciona o passado: “é o futuro do tempo histórico, e não o seu passado, que torna dessemelhante o que é semelhante” (KOSELLECK 2006, p. 56). Nesta seção, considerarei o argumento de Koselleck acerca da evolução das noções de futuro na modernidade até a emergência e o estabelecimento, nas filosofias da história dos séculos XVIII e XIX, de uma ideia utópica de futuro. De acordo com o autor, tal concepção, alimentada por um idealismo moral, cuja origem reside em uma experiência de alienação, trouxe como consequência política a perpetuação de uma crise, que se estende da Revolução Francesa até o final da Guerra Fria.

Segundo Koselleck, até o século XVI, a Igreja Católica manteve as expectativas, esperanças e prognósticos sob o seu rígido controle por meio da doutrina do Juízo Final. O futuro, concebido escatologicamente, projetava-se para além de toda experiência terrena, o que o imunizava contra esta: “tratava-se, pois, de expectativas que não podiam ser desfeitas por nenhuma experiência contrária, porque se estendiam para além desse mundo” (KOSELLECK 2006, p. 316). A manutenção do poder secular da Igreja estava ligada à sua capacidade de manter esse futuro, definido porém indeterminado no tempo, em suspensão. Com a Reforma e os conflitos que lhe seguiram, o pressuposto essencial dessa tradição foi destruído, liberando as expectativas do fim do mundo. Tais experiências pareciam anunciar a chegada iminente do fim, cuja expectativa correspondia a uma sensação de aceleração ou abreviação temporal. Para contemporâneos, como Martinho Lutero, “a abreviação do tempo [era] um sinal visível da vontade divina de permitir que sobrevenha o Juízo Final, o fim do mundo” (KOSELLECK 2006, p. 25). Porém, o Juízo Final não sobreveio, e o impasse produzido pela cisão da Igreja exigia uma solução não teológica para os conflitos que arrasavam a Europa. Essa foi atingida pela via da “política”, que logrou pacificar o espaço europeu, ao custo de sua emancipação da religião –

"o acordo nascido da necessidade trazia em si um novo princípio, aquele da 'política', que deveria se disseminar no século seguinte" (KOSELLECK 2006, p. 27). A nova hierarquia entre a política e a religião, que estava na base do sistema de Estados e da política absolutista dos séculos XVII e XVIII, foi consolidada em conceitos de soberania forjados por teóricos como Thomas Hobbes e Jean Bodin.

No processo de gênese do Estado absoluto, que se deu paralelamente ao declínio das expectativas escatológicas, outro tipo de futuro se constituiu. Em substituição às profecias apocalípticas, surgiu, no contexto do sistema europeu de Estados soberanos, o "prognóstico racional", que deslocou a ideia de futuro como fim, pondo em seu lugar um futuro concebido como "um campo de possibilidades finitas, organizadas segundo o maior ou menor grau de possibilidades" (KOSELLECK 2006, p. 32). A "difícil arte do cálculo político", praticada nos gabinetes das cortes europeias dos séculos XVII e XVIII, operava a partir de uma quantidade finita de variáveis, cuja transformação era assumida como mais ou menos regular e previsível – o número de príncipes soberanos, o caráter, a expectativa de vida e as forças militares e econômicas mobilizáveis de cada um –, para traçar cenários de futuro capazes de orientar as ações. No âmbito histórico-temporal da política absolutista, o futuro permanecia, portanto, inevitavelmente atrelado ao passado, e o velho *topos historia magistra vitae* era revitalizado (KOSELLECK 2006, p. 46). Como, nesse horizonte, "nada de essencialmente novo poderia em princípio ocorrer" (KOSELLECK 2006, p. 34), era sempre possível tirar conclusões do passado para o futuro, os quais se encontravam articulados em um mesmo espaço contínuo. Assim, o prognóstico racional não foi capaz de inaugurar um "tempo novo", e sua experiência temporal correspondente permaneceu alicerçada em categorias naturais – a sucessão dinástica, a expectativa de vida dos soberanos – "cuja capacidade potencial de repetição constituía o caráter circular de sua história" (KOSELLECK 2006, p. 36).

A situação só se alterou de fato com a emergência de uma forma de reflexão sintética que transformava a história em uma unidade processual do acontecer, uma totalidade aberta para um futuro inédito: "foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade" (KOSELLECK 2006, p. 35). Embora combinasse elementos tanto da profecia quanto do prognóstico racional, o futuro novo das filosofias da história distanciava-se de ambos por, de um lado, desvincular-se, enquanto expectativa, de tudo que as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer e por, de outro, referir-se a uma transformação ativa deste mundo. Esses dois aspectos, na visão de Koselleck, encontram-se inextricavelmente ligados: "o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável" (KOSELLECK 2006, p. 36) porque, em sua origem, na filosofia da história, ele se volta *contra* a experiência – ele *quer* ultrapassá-la. O vetor da filosofia da história foi "o cidadão emancipado da submissão absolutista e da tutela da Igreja, o '*prophète philosophe*'"

(KOSELLECK 2006, p. 36), aquele que não se contenta com apenas prever o futuro, mas que quer também acelerar esse futuro.

Com isso, tocamos em uma importante proposição desenvolvida em *Crítica e Crise*, segundo a qual a consciência histórico-filosófica moderna, que se manifestou como filosofia utópica da história, constituiu-se em reação à política absolutista: “a utopia, como resposta ao Absolutismo, inaugura o processo dos tempos modernos” (KOSELLECK 1999, p. 160). Esse processo é entendido por Koselleck a partir dos conceitos de “crítica” e “crise”. A crise, que se estendeu da Revolução Francesa até o século XX, com suas guerras, quentes e fria, foi um produto da crítica, que, no final do século XVIII, se articulou como filosofia da história e se voltou contra o Estado absolutista e a sociedade estamental. Portador da filosofia da história, o súdito-cidadão, cuja autoconsciência moral se formou à sombra do Estado, no segredo das lojas maçônicas e da república das letras, passou a reconhecer na ordem absolutista uma determinação ilegítima e a exigir o seu desmonte. Essa reivindicação tomou a forma de “utopia”, i.e., de construções fictícias de futuro, cuja realização era tida como inevitável porquanto se inscrevia no curso real da história.

Para Koselleck, havia uma “hipocrisia” fundamental nesse processo. As filosofias utópicas da história eram um instrumento de reivindicação política que não se reconheciam enquanto tal: ao mesmo tempo em que conferiam ao seu autor/ator uma legitimidade indiscutível, decorrente do próprio processo histórico, dimensão secularizada do plano da providência, elas o eximiam da responsabilidade decisória e o isentavam da culpa pelos acontecimentos. Tudo o que se podia fazer era acelerar ou retardar um futuro inevitável. Ao se fazer conforme com o desígnio racional que se supunha reger o movimento histórico, a crítica esclarecida escamoteava seu caráter real de reivindicação política, obliterando os riscos e as consequências inerentes à ação.

Paradoxalmente, o pressuposto da crítica esclarecida, que levou à crise e à dissolução do Estado absolutista, encontrava-se no próprio fundamento desta instituição. Segundo Koselleck, a crítica é fruto da alienação política imposta pelo Absolutismo aos homens como solução aos conflitos religiosos do século XVII. Visando a estabelecer uma soberania acima dos partidos em disputa, o Estado neutralizou politicamente as convicções particulares, relegando-as ao domínio livre do privado, radicalmente separado da esfera pública, na qual os súditos deveriam se limitar à obediência.¹² Essa cisão entre um domínio livre, da consciência e da opinião (o espaço do “homem”), e um domínio restrito, da política (o espaço do “súdito”), marcou de forma decisiva o surgimento do pensamento esclarecido, imprimindo-lhe um caráter dualista. Desprovido de autoridade política, o homem, que se desligava da religião, encontrou na moral

¹² Empregando os mesmos conceitos, Jürgen Habermas (1991) desenvolveu, posteriormente, uma visão alternativa sobre o contexto de gênese do pensamento esclarecido. Sobre Koselleck e Habermas, cf. LA VOPA 1992.

o meio de sua autodeterminação, e começou a articular uma instituição paralela ao Estado (a sociedade civil) que encarnava uma jurisdição acima de qualquer autoridade.

o objetivo dos cidadãos será aperfeiçoar-se moralmente até o ponto de saber efetivamente, e cada um por si, o que é bom e o que é mal. Assim, cada um torna-se um juiz que, em virtude do esclarecimento alcançado, considera-se autorizado a processar todas as determinações heterônomas que contradizem sua autonomia moral (KOSELLECK 1999, p. 16).

Nesse processo de esclarecimento, a moral, "alheia à realidade, vislumbra no domínio da política uma determinação heterônoma, nada além de um estorvo à sua autonomia" (KOSELLECK 1999, p. 16). Na medida em que a causa que deu origem ao Absolutismo (as guerras de religião) foi esquecida, o príncipe foi progressivamente esvaziado de sua legitimidade, convertendo-se, na visão burguesa, de garantidor da paz em inimigo da liberdade. Desfez-se, assim, a aliança da razão com o Estado. A *Raison d'État* perdeu sua "razão" à medida que essa se converteu em "crítica". Dirigida inicialmente à religião e à arte, a crítica racional acabou por envolver em seu processo também a política vigente. Apoiando-se em construções utópicas de futuro para fazer valer sua jurisdição contra uma tradição que percebia como ilegítima, a crítica racional, cujo método "consiste em considerar o que é exigido pela razão – diante do qual o presente desaparece – como se fosse a realidade verdadeira" (KOSELLECK 1999, p. 145), aprofundou a experiência de alienação que está na sua origem. Em nome da moral, a história foi destituída de sua facticidade. "A partir de então, a história só pode ser concebida como filosofia da história, um processo da inocência que se deve realizar" (KOSELLECK 1999, p. 160).

Transformando a história em um processo forense no qual assumia o papel de acusador e juiz, a crítica se manifestava por meio de dualismos morais – "razão e revelação, liberdade e despotismo, natureza e civilização, comércio e guerra, moral e política, decadência e progresso, luz e escuridão" (KOSELLECK 1999, p. 90) – que determinavam de antemão o processo a seu favor, ao mesmo tempo em que, em sua generalidade, dissimulavam seu papel como parte interessada. A pretensão à neutralidade e à objetividade obscureceu o sentido político efetivo da crítica: a crise que ela invocava (a guerra civil) e a decisão política envolvida (a tomada do poder). A crise que, na Revolução Francesa, manifestou-se em sua verdadeira face como guerra civil, "sob cuja lei vivemos até hoje", foi obscurecida "por uma filosofia da história para a qual a decisão política pretendida não passava do fim previsível e inexorável de um processo suprapolítico e moral" (KOSELLECK 1999, p. 160).

A alienação foi aprofundada pela filosofia da história, que buscou compensá-la emitindo promissórias a descoberto, contra um futuro que, enquanto utópico, afastava-se continuamente da experiência. "A conta foi apresentada pela primeira vez na Revolução Francesa" (KOSELLECK 1999, p. 161). Para Koselleck, a vítima da crítica moral não foi apenas a política absolutista, mas também, e

sobretudo, a atividade política em si mesma: “no fogo cruzado da crítica, não se desmantelou apenas a política de então. Neste mesmo processo, reduziu-se a própria política, enquanto tarefa constante da existência humana, a construções utópicas de futuro” (KOSELLECK 1999, p. 17).

Eis a teoria da modernidade de Koselleck em sua dimensão “antimoderna”. Em *Crítica e crise*, o núcleo de sua teoria da modernidade – a ruptura entre experiência e expectativa – apresenta-se carregado de polêmica. O tom pessimista e polêmico de sua tese de habilitação – que seria mitigado em seus artigos dos anos 60 e 70, nos quais se dedicou a desdobrar teórica e metodologicamente as implicações desse *insight* – deve-se, sem dúvida, à influência de Carl Schmitt, que ensinara a Koselleck não só a pensar por meio de conceitos como a conceber o campo da política como inerentemente marcado pelo conflito. A modernidade, metonimizada pelo liberalismo e pelos demais “ismos” dos grandes movimentos políticos dos séculos XIX e XX, é pensada, por Koselleck, na chave schmittiana da “negação do político”, i.e., como uma tentativa dissimulada de neutralização e despolitização da existência, baseada em uma visão utópica da vida social como inerentemente pacífica.¹³ “Dissimulada”, porque esse “apolitismo”, como já denunciara Carl Schmitt, também corresponde a uma tomada de posição política – “ser apolítico é seu *politicum*” (KOSELLECK 1999, p. 129) –; uma posição particularmente prenhe de consequências extremas. Koselleck não exprime uma reação “tradicionalista” à modernidade; não há, em sua obra, qualquer sinal de uma intenção de retorno a uma situação pré-moderna, mas sim de uma denúncia do utopismo e da hipocrisia de que se reveste a política moderna, e de suas perigosas consequências.

82

É significativo do “apolitismo” liberal-burguês que o próprio conceito de revolução tenha sido empregado por filósofos e homens de letras, no Iluminismo, como apartado do de guerra civil – “era possível depositar esperanças em uma revolução, sem ao mesmo tempo imaginar uma guerra civil” (KOSELLECK 1999, p. 227, p. 232-234). No século XVIII, o conceito de revolução foi, seguindo o movimento geral da linguagem político-social na modernidade, temporalizado, tornando-se, contrariamente ao seu sentido astronômico original, um conceito de movimento, que apontava para a marcha linear e sem retorno dos acontecimentos. No contexto da filosofia iluminista pré-revolucionária, o termo passou a concentrar as expectativas utópicas de uma transformação positiva e pacífica de todos os campos da experiência – uma “revolução benfazeja”, na expressão de Christoph Martin Wieland (*apud* KOSELLECK 2006, p. 67) –, opondo-se, como tal, à “violência” e à “barbárie” das guerras civis passadas. Porém, a experiência de 1789 inevitavelmente reaproximou os conceitos de revolução e de guerra civil, que se tornaram, desde então, indissociáveis: “desde o início do século XIX, seguindo o percurso da crise, a revolução designa cada vez mais o processo contínuo de uma mudança permanente, que se acelerou impulsionado pela guerra civil ou por outras guerras” (KOSELLECK 2006, p. 298).

¹³ Cf. SCHMITT 1992. Veja-se também o excelente comentário de Bernardo Ferreira (2004). Sobre Koselleck e Schmitt, cf. VILLAS BÔAS 2006; PANKAKOSKY 2010.

Com os movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX, inspirados na Revolução Francesa, a revolução e a guerra civil foram definitivamente inscritas no curso real da história, entendido, por esses movimentos, como um processo geral de emancipação social que implicava no dever moral de ser acelerado a qualquer custo, inclusive por meio de violência. Então, aquilo que já estava presente na origem do moderno conceito reflexivo de história, a factibilidade da história, assumiu sua consequência plena.

O impulso, na filosofia da história de Kant, “de projetar o futuro como tarefa do dever moral, portanto de entender a história como uma instituição executiva temporalizada da moral, marcou profundamente o século seguinte” (KOSELLECK 2006, p. 239). Desde a Revolução Francesa, o axioma moral segundo o qual é uma tarefa do homem acelerar o futuro e introduzir os tempos de liberdade e felicidade profetizados tornou-se uma realidade da política. A capacidade de fazer previsões foi transferida para as máximas da ação, que retiravam sua legitimidade da própria história. Na combinação entre utopia e disponibilidade da história, aprofundou-se e perpetuou-se a crise. O título permanente de legitimidade outorgado à revolução pela história abrangia também a guerra civil que a acompanhava. A expressão “revolução em estado permanente”, empregada por Proudhon e Marx, tornou-se um emblema para os movimentos político-sociais revolucionários dos séculos XIX e XX. A revolução deveria se estender, geograficamente, abarcando todo o globo, e, temporalmente, perpetuando-se, até que seus objetivos utópicos fossem realizados, fossem eles uma sociedade sem classes, fossem eles um *Reich* de mil anos. A perpetuação da crise, cuja origem remonta à crítica do século XVIII, foi a tragédia do século XX, na visão de Koselleck.

A filosofia da história foi afinal o vetor da crise sociopolítica que se abateu sobre a Europa desde a Revolução Francesa em diante. Ao substituir o futuro passado por futuros utópicos (ficções morais), ela inaugurou um processo autoalimentado e, portanto, sem fim (*ad absurdum*) de revoluções e guerras. A crítica de Koselleck voltava-se contra o uso voluntarista da história processualizada como uma fonte permanente de legitimação política, do qual denunciava o caráter ideológico arbitrário e o potencial totalitário. Esses se dão a ver nas figuras de linguagem, nos pares de “conceitos antitéticos assimétricos”, empregados pelas unidades de ação política na modernidade.¹⁴ A conversão do conceito de “humanidade” – singularizado pela filosofia iluminista, e transformado no Sujeito do Processo histórico – em um conceito de luta política deu origem a uma série de pares conceituais que manifestam, em suas estruturas semânticas, uma lógica de exclusão do outro (do inimigo) incomparável na história dos conceitos políticos. Desde o emprego por Saint-Just do par Homem/rei (não-homem) para advogar em favor da condenação à morte de Luís XVI

¹⁴ No clássico ensaio, *A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos*, Koselleck desenvolveu a tese, inspirada em Carl Schmitt, de que toda “unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma” (KOSELLECK 2006, p. 192).

até a introdução do par ariano/não-ariano na legislação nazista dos anos 30, verifica-se um processo em que a negação linguística do inimigo tornava-se tanto mais arbitrária quanto cruel. Da mera expropriação na linguagem, passava-se à justificação do extermínio puro e simples de um outro-inimigo, cuja definição era sempre aberta e maleável.

Conclusão

Na percepção e denúncia das potencialidades totalitárias das filosofias modernas da história, Koselleck não se encontrava sozinho. À guisa de conclusão, gostaria de sugerir um caminho pelo qual seria possível aproximar as visões de Koselleck e Hannah Arendt sobre a modernidade. As referências a Arendt são raras na obra de Koselleck.¹⁵ Em contrapartida, não há nenhuma indicação de que Arendt tenha lido *Crítica e crise* ou qualquer outro trabalho de Koselleck.¹⁶ A impossibilidade de basear a comparação na recepção mútua de suas obras não elimina, porém, a utilidade heurística de se aproximar esses dois grandes pensadores. Há, em primeiro lugar, um ponto de partida teórico comum: a forte influência de Martin Heidegger e Carl Schmitt.¹⁷ É verdade que os dois autores conduziram suas análises a partir de abordagens e problemáticas distintas. A vasta e variada obra de Arendt, na qual se destacam um enfrentamento conceitual acirrado com a tradição do pensamento político ocidental e uma original fenomenologia das atividades humanas, caracteriza-se por um interesse constante pelo problema da ação política, enquanto Koselleck conduziu suas investigações sob uma preocupação teórica sistemática, dirigida para as condições antropológicas da experiência histórica. Todavia, Arendt e Koselleck compartilharam não só a consciência de terem vivido em um presente absolutamente inédito e terrível, entre as experiências das guerras mundiais e do totalitarismo e a expectativa apocalíptica de uma guerra atômica,¹⁸ como também, mobilizados por um sentimento antitotalitário comum, buscaram compreender esse momento a partir de um diálogo com o passado e a tradição. Nesse sentido, é possível perceber pontos em comum em alguns de seus diagnósticos da modernidade, especialmente no que diz respeito à crítica ao conceito moderno de história, aspecto que pretendo brevemente salientar nestas últimas páginas.

84

¹⁵ Pude encontrar quatro breves menções em: KOSELLECK 1999, cap. 2, nota 32; KOSELLECK 2006, cap. 2, nota 31, cap. 3, nota 1 e p. 67.

¹⁶ Hoffman menciona, porém, um encontro ocorrido em 1956, quando Arendt, a convite de Koselleck, deu uma palestra em Heidelberg (HOFFMAN 2010, p. 224). O convite sugere o reconhecimento da importância do trabalho de Arendt por Koselleck, e talvez, como gostaria de sugerir, uma afinidade política e intelectual mais profunda.

¹⁷ Sobre Koselleck e Heidegger: HOFFMAN 2010. Sobre Koselleck e Schmitt: nota 13 do presente artigo. Sobre Arendt e Heidegger: VILLA 1996 e 1999, especialmente cap. 3. Trabalhos recentes têm chamado a atenção para pontos de contacto entre as obras de Arendt e Schmitt: KALYVAS 2008; MOYN 2008.

¹⁸ "Desde 1945 vivemos entre guerras civis latentes ou declaradas, cujo horror pode ser ultrapassado por uma guerra atômica" (KOSELLECK 2006, p. 77). Uma passagem muito semelhante abre o prefácio à primeira edição de *Origens do totalitarismo* (ARENDR 1998, p. 11; 2005). O tom muitas vezes pessimista, catastrofista e polêmico de Koselleck e Arendt não se deve simplesmente à influência de Heidegger, de Schmitt ou de quaisquer das filosofias de cunho existencial dos séculos XIX e XX, mas, sobretudo, às respectivas experiências históricas da intelectual judia expatriada e do jovem soldado egresso do front leste da guerra genocida de Hitler. Para dados biográficos de Koselleck: HOFFMAN 2006. Sobre Hannah Arendt, ver a sua biografia de Elizabeth Young-Bruehl (1982).

Assim como Koselleck, Arendt via a modernidade como um momento de "crise". Para a filósofa, vivenciou-se, na modernidade, a crise de uma tradição sociopolítica secular que se estendia, historicamente, até Roma, e, intelectualmente, até Platão. Foi essa crise que permitiu a ascensão, no século XX, aproveitando-se do vácuo deixado pelo colapso do conceito tradicional de autoridade, dos regimes totalitários, de uma nova e terrível forma de política, baseada no terror e na ideologia (ARENDR 2000, p. 128; 1998, p. 531). *Origens do totalitarismo* (1951) marca o esforço, presente em toda a sua obra do pós-guerra, de "compreender" o fenômeno totalitário. O totalitarismo não é o resultado, do ponto de vista da causalidade lógica ou da necessidade histórica, da modernidade, mas é o seu "sintoma" mais evidente. Arendt não se cansava de enfatizar a sua originalidade e a impossibilidade de compreendê-lo por meio das categorias tradicionais da teoria política. Ao contrário de outras formas de opressão política (o despotismo, a tirania e a ditadura), a essência dos regimes totalitários é o terror. Em vez de se caracterizar pela "ilegalidade" ou "arbitrariedade", o totalitarismo desafia esses conceitos ao se apresentar como o executor de uma Lei superior a todas as constituições: a lei da natureza ou da história, ambas concebidas processualmente – i.e., como leis de movimento – e não segundo o modelo tradicional das fontes estáveis, transcendentais, das leis positivas. "O terror é a realização da lei do movimento" (ARENDR 1998, p. 517), é o instrumento de sua "aceleração", por meio do qual as sentenças de morte supostamente pronunciadas pela história ou pela natureza contra as "raças inferiores" ou "classes moribundas" são executadas.

85

Os regimes totalitários se aproveitaram e aprofundaram uma experiência que, segundo Arendt, só se generalizou, adquirindo relevância política, na modernidade: a "solidão", a "experiência de não pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter" (ARENDR 1998, p. 527). A solidão, que é um produto do "desarraigamento" e da "superfluidade", tornou-se, "em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores" (ARENDR 1998, p. 530), em decorrência do "colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo" (ARENDR 1998, p. 528) e da ascensão do capitalismo tecnológico. Os regimes totalitários se aproveitaram dessa situação oferecendo às massas a irresistível coerência da "ideologia". Por meio da ideologia, o totalitarismo substituía a realidade pela lógica axiomática de uma única ideia (a história humana como a história da luta de classes, o processo natural como a evolução e o aperfeiçoamento da espécie), dando ao homem a sensação de ser o instrumento de uma necessidade supra-humana. Uma vez engolfados no processo da ideologia e do terror, os homens são finalmente privados de qualquer espaço para a liberdade e a individualidade: "em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, [o totalitarismo] constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas" (ARENDR 1998, p. 518). Eis o fim ulterior do domínio total (do qual os campos de concentração oferecem o paradigma): a eliminação

da pluralidade e espontaneidade da existência humana, e a conversão dos indivíduos em matéria dúctil a ser modelada pelo terror na forma final, radicalmente desumanizada, que a ideologia supõe ser o desígnio da história ou da natureza.

Para entender como se chegou a esse ponto, Arendt, convencida de que a "crise do nosso século [...] não é nenhuma ameaça de fora" (ARENDR 1998, p. 512), buscou, em obras posteriores como *A condição humana* (1958) e *Entre o passado e o futuro* (1961), investigar aqueles elementos da modernidade e da tradição que estariam ligados à catástrofe. O conceito moderno de história, discutido no ensaio "O conceito de história: antigo e moderno", é um deles. Esse tem sua origem, no século XVII, em uma experiência de "alienação do mundo", proveniente do desespero que se apoderou dos homens ante a descoberta de que seus sentidos não os informavam corretamente sobre a verdade da natureza. A noção de "processo", fundamento do conceito moderno de história, surgiu no bojo da Revolução Científica, quando as ciências naturais, visando a superar a crise epistemológica, voltaram-se da contemplação para a experimentação. Houve, então, uma mudança no conceito de verdade, que se instrumentalizou, abandonando sua base platônica. A partir desse momento, só aquilo que o próprio homem fez podia ser passível de conhecimento. O experimento, que interfere diretamente na natureza, assegurava o progresso do conhecimento como um processo de fabricação. À processualização da natureza, seguiu-se a processualização da história, cujo sentido se deslocou das palavras, feitos e sofrimentos dos homens (fundamento da concepção clássica) para a ideia de um processo feito pelo homem.

86

Há, para Arendt, uma "fatídica monstruosidade" (ARENDR 2000, p. 95) no moderno conceito de história, que decorre, precisamente, da obliteração de ações e eventos concretos, que têm seu sentido particular esvaziado, em prol de um processo englobante que lhes confere sentido de fora. É como se a mera sequência temporal adquirisse uma importância e dignidade inéditas, diz ela (ARENDR 2000, p. 97). A noção processual de história só chegou à consciência da época moderna no último terço do século XVIII, notadamente, na filosofia de Hegel, esmorecendo um interesse redivivo pela política, que se esboçou, no século XVII, na sequência do processo de secularização que separou a religião e a política. Esse interesse incipiente foi definitivamente solapado no século XIX, findando em "desespero" em Tocqueville e na "confusão" entre política e história em Marx (ARENDR 2000, p. 111). Segundo Arendt, na identificação marxista da ação com o "fazer história", que transforma os desígnios superiores que se revelam ao filósofo em fins intencionais da ação política, pode-se verificar o esforço da modernidade, igualmente presente na filosofia da história de Kant, para recuperar a estabilidade que decorria do vínculo hierárquico entre pensamento e ação da tradição: "nessa versão do derivar a política da história [...], de forma alguma restrita a Marx ou ao pragmatismo em geral, podemos facilmente detectar a antiga tentativa de escapar às frustrações e à fragilidade da ação humana construindo-a à imagem do fazer" (ARENDR 2000, p. 114).

Porém, esse esforço de superar a contingência, determinando o particular pelo todo e a política pela História, culminou em fracasso, contribuindo apenas para aprofundar a alienação do mundo que está na sua origem. A confusão entre sentido (algo que se revela imediatamente) e padrão (algo que se faz), presente nas filosofias da história, revelou suas consequências totalitárias no século XX.

Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade factual e concreta. A hipótese que subjaz à ação coerente pode ser tão louca quanto se queira; ela sempre terminará por produzir fatos que são então 'objetivamente' verdadeiros (ARENDR 2000, p. 123-124).

Por intermédio da ideologia e do terror, "qualquer ordem, qualquer necessidade, qualquer sentido que se queira impor fará sentido" (ARENDR 2000, p. 125). O objetivo totalitário de fabricar uma humanidade "aperfeiçoada", intimamente ligado à concepção da história como um processo fabricado pelo homem, é a expressão trágica daquilo que Arendt considera, em *A condição humana*, ser a característica mais distintiva da modernidade: um esforço de autoafirmação que procede de uma crença desmedida no poder humano e de um ressentimento em relação aos limites que definem a existência – "o desejo de fugir à condição humana" (ARENDR 2005, p. 10). "Desinclinado a aceitar aquilo que ele mesmo não fez, o homem moderno transforma a realidade por meio da ciência e da tecnologia, refazendo-a na esperança de criar um mundo totalmente humanizado no qual ele possa (finalmente) se sentir em casa" (VILLA 1999, p. 184). Arendt nos adverte contra a *hubris* contida na vitória moderna do *homo faber*, lembrando que o seu resultado possível (vislumbrado no projeto totalitário) é a própria destruição da humanidade enquanto realidade fenomenológica de indivíduos singulares.

A despeito dessa visão negativa, Hannah Arendt, assim como Koselleck, percebia um aspecto positivo na modernidade. Se, por um lado, a modernidade foi entendida como um momento de crise, por outro, ela foi também um momento que inaugurou possibilidades únicas para a reflexão. A quebra da tradição, na modernidade, descobriu um hiato entre o passado e o futuro, e este hiato, na visão de Arendt, é o lugar privilegiado para o pensamento (ARENDR 2000, p. 39). Assim, mesmo que as potencialidades teóricas da noção de "tempo histórico" não interessassem à filósofa como interessaram ao historiador-teórico, essa abertura, a separação entre passado e futuro, permitiu a Arendt voltar-se criticamente para o passado, buscando recuperar os sentidos e as experiências originais de uma série de conceitos sociopolíticos – ação, liberdade, autoridade, julgamento e poder – que foram encobertos pelo quadro de referências da tradição, marcado pelo nexos hierárquico entre o pensar e o agir. A sobredeterminação do pensar sobre o agir, resgatada pelas filosofias da história modernas, é, na concepção de ambos os autores, hostil à contingência inerente à política e responsável pela catástrofe do século XX. No entanto, a

separação entre passado e futuro decorrente da quebra da tradição, da qual as filosofias da história se alimentaram e para a qual contribuíram, forneceu o contexto para reflexões originais sobre a história e sobre a política.

Dessa forma, pode-se dizer que suas obras são reações teóricas à crise experimentada e diagnosticada. Os espectros da alienação e da negação da liberdade levaram Arendt a se dedicar à atividade que, a seus olhos, poderia, conferindo sentido, identidade e coerência a uma existência individual, nos preservar da ameaça de desumanização: a atividade política, pela qual Arendt entendia a “comparticipação de palavras e atos” (ARENDR 2005, p. 210) em um espaço público, a experiência de agir em conjunto com semelhantes na fundação e preservação da liberdade. Ao mesmo tempo, a *Historik* de Koselleck, sua busca por estruturas antropológicas de repetição que condicionam *a priori* a possibilidade de histórias no plural, pode ser vista como um esforço para reaproximar, em um plano teórico, as dimensões fraturadas do tempo na modernidade e resgatar a política enquanto realidade agonística concreta dos desvãos utópicos da moralidade e da história.

Referências bibliográficas

ARENDR, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1958].

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1961].

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1951].

BLUMENBERG, H. **The legitimacy of the Modern Age**. Tradução de Robert M. Wallace. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999 [1966].

CHIGNOLA, S. História dos conceitos e história da filosofia política. Tradução de Gilza Pate de Souza Schifferle. In: JASMIN, M. G.; FERES Jr., J. (orgs.). **História dos conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007.

FERES Jr., J (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

FERREIRA, B. **O risco do político**: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

FUNKENSTEIN, A. **Theology and the scientific imagination**: from the Middle Ages to the seventeenth century. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1986.

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere**: an inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge, MA, The MIT Press, 1991 [1962].

- HOFFMAN, S-L. Koselleck, Arendt, and the anthropology of historical experience, **History and theory**, 49 (May 2010), p. 212-236.
- _____. Obituary: Reinhart Koselleck (1923–2006): the conceptual historian, **German history**, Vol. 24, No. 3, 2006, p. 475-478.
- JASMIN, M. G.; FERES Jr., J. (orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.
- _____. (orgs.). **História dos conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007.
- KALYVAS, A. **Democracy and the politics of the extraordinary**: Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge U. P., 2008.
- KELLEY, D. R. **Foundations of modern historical scholarship**: language, law, and history in the French Renaissance. New York: Columbia University Press, 1970.
- KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- _____. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Tradução de Daniel Innerarity. Barcelona: Paidós, 2001.
- _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- _____. **Histórica y Hermenéutica**. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H-G. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997, p. 65-94.
- _____. Linguistic change and the history of events, **The journal of Modern history**, Vol. 61, No. 4 (Dez., 1989), p. 649-666.
- _____. **The practice of conceptual history**: timing history, spacing concepts. Tradução de Todd Samuel Presner et al. Stanford, Califórnia: Stanford U. P., 2002.
- LA VOPA, A. P. Conceiving a public: ideas and society in Eighteenth-Century Europe, **The journal of Modern history**, Vol. 64, No. 1 (March 1992), p. 79-116.
- LÖWITH, K. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1977 [1949].
- MONOD, J-C. **La querelle de la sécularisation**: théologie politique et philosophies de l'histoire de Hegel à Blumenberg. Paris: Vrin, 2002.
- MOYN, S. Hannah Arendt on the Secular, **New German Critique**, 105, Vol. 35, No. 3, outono de 2008, p. 71-96.

- PALTÍ, J. E. Introducción. In: KOSELLECK, R. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Tradução de Daniel Innerarity. Barcelona: Paidós, 2001.
- PANKAKOSKY, T. Conflict, context, concreteness: Koselleck and Schmitt on concepts, **Political theory**, 38(6), 2010, p. 749-779.
- REILL, P. H. **The German Enlightenment and the rise of Historicism**. Berkeley: University of California Press, 1975.
- SCHMITT, C. **O conceito do político**. Apresentação de Hans Georg Flickinger. Tradução de Alvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.
- VILLA, D. R. **Arendt and Heidegger**: the fate of the political. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- _____. **Politics, philosophy and terror**: essays on the thought of Hannah Arendt. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- VILLAS BÔAS, P. H. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck, **Sociedade e estado**. Brasília: v. 21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.
- WALLACE, R. M. Progress, Secularization and modernity: the Löwith-Blumenberg debate, **New German Critique**. No. 22, special issue on Modernism (inverno, 1981), p. 63-79.
- _____. Translator's Introduction. In: BLUMENBERG, H. **The legitimacy of the Modern Age**. Tradução de Robert M. Wallace. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999 [1966].
- YOUNG-BRUEHL, E. **Hannah Arendt**: for love of the world. New Haven: Yale University Press, 1982.
- ZAMMITO, J. Koselleck's philosophy of historical time(s) and the practice of history, **History and theory**, 43 (February 2004), p. 124-135.

Ver e tocar o passado: emoção e sentimento na *História do Brasil* de John Armitage*

Seeing and touching the past: emotion and sentiment in John Armitage's
History of Brazil

Flávia Florentino Varella

Doutoranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

flavia_varella@hotmail.com

Rua Fernandes Vieira, 597/602 – Bom Fim

90035-091 - Porto Alegre - RS

Brasil

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo analisar como a *História do Brasil*, escrita em 1836 pelo comerciante inglês John Armitage, pode ser entendida dentro dos parâmetros de uma historiografia de presença, e que espécie de práticas caracterizariam esse tipo de historiografia. Para tanto, buscamos tecer um pequeno panorama da retórica clássica e de algumas mudanças que ocorreram nesse método persuasivo na época moderna, principalmente no que diz respeito às respostas psicológicas frente a uma narrativa patética. Por outro lado, apontamos como as partes dessa *História do Brasil*, marcadamente inscritas dentro de uma historiografia de presença, não foram consideradas como uma possibilidade de narrativa para a história nacional pela grande maioria dos historiadores brasileiros oitocentistas.

91

Palavras-chave

História da historiografia; Historiografia brasileira; Narrativa historiográfica.

Abstract

This article intends to show that the work *History of Brazil*, written in 1836 by the English merchant John Armitage, can be understood as an example of "historiography of presence", as well as to analyze the cultural practices that are inherent in such kind of historiography. In order to achieve this goal, it develops a short overview of the modern history of rhetoric centered on some significant changes that characterized this intellectual tradition, especially those related to the psychological responses to a pathetic type of narrative. Subsequently, it explores the question of how and why the 19th century Brazilian mainstream historians disregarded the parts of Armitage's *History of Brazil*, in which a historiography of presence is prominent.

Keywords

History of historiography; Brazilian historiography; Historiographical narrative.

Enviado em: 9/6/2011

Aprovado em: 2/8/2011

* O presente artigo é uma versão de parte da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo intitulada "Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na *História do Brasil* de John Armitage", financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Levantou-se então [D. Pedro I], e dirigindo-se para o Ajudante Frias, apresentou-lhe o decreto, dizendo-lhe com lágrimas nos olhos: 'Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um país que tanto amei, e ainda amo'. As lágrimas sufocaram-lhe então a voz, e retirou-se apressadamente para a sala imediata, onde estava a Imperatriz, acompanhada dos Embaixadores francês e inglês" (ARMITAGE 1977, p. 225).¹

O gênero de escrita histórico, como todo gênero, não é algo fixo, nem tampouco linear-evolutivo. A forma como se escreve história está constantemente aberta à revisão, na medida em que os autores respondem aos interesses sociais do momento e de seus leitores (PHILLIPS 2000, p. XI). A *História do Brasil* de John Armitage foi escrita originalmente em inglês a fim de apresentar para este público o progresso da sociedade brasileira do estado selvagem ao civilizado (ARMITAGE 1977, p. 25). Apesar de ter sido traduzida para o português em 1837, ano seguinte à sua publicação original, o público leitor visado por Armitage não era o brasileiro e tal perspectiva influenciou de forma decisiva na composição desta obra.

Diante dos olhos: a retórica clássica e o vocabulário das emoções

O surgimento de um leitor e de uma literatura sentimental na época moderna não foi um fenômeno restrito às literaturas. Apesar de o romance, em particular, ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da sentimentalidade, também aconteceram experimentações cognitivas no plano da historiografia com a incorporação do vocabulário sentimental enquanto possibilidade de explicação da história. Na historiografia britânica setecentista, em particular, efetou-se um processo de alargamento dos assuntos históricos e do público leitor de história, o que exigiu novas soluções narrativas para o relato historiográfico.² A expansão do horizonte dos estudos históricos para além da esfera política e militar, e, principalmente, o interesse britânico em explorar a sociedade, os costumes e os sentimentos consolidaram-se como uma das mudanças historiográficas centrais ocorridas nesse período (PHILLIPS 2000, p. 71-72). David Hume, importante historiador britânico setecentista, em sua *History of England*, não acreditava que um bom estilo e imparcialidade fossem elementos suficientes para a escrita da história nacional, incorporando sincronicamente outros componentes ao relato do passado, como a simpatia, a filosofia da história, a atualidade e a vivacidade (PHILLIPS 2000, p. 158-159). Sem dúvida, como o próprio Hume relatou, a tentativa de inserção do público feminino aos leitores de história tornou urgente a inclusão do sentimento dos agentes históricos e, conseqüentemente, de sua vida privada como forma de explicar as decisões e rumos da história nacional, seja porque os homens achassem

¹ No original: "He then rose, and advancing towards the Adjutant, Frias, presented him the decree, observing, with tears in his eyes, 'He is my abdication; may you be happy! I shall retire to Europe, and quit a country that I have loved dearly, and that I still love.' Here tears choked his utterance, and he retired hastily to the adjoining room, where was the Empress, along with the English and French Ambassadors" (ARMITAGE 1836, Vol. 2, p. 132-133).

² Para um panorama detalhado deste fenômeno, ver PHILLIPS 2000.

que as mulheres tinham inclinação por esse tipo de narrativa, seja porque elas realmente se interessavam. Tal alargamento do horizonte historiográfico contribuiu de forma decisiva para a escrita da *História do Brasil* de Armitage ao apresentar como possibilidade bem-sucedida a escrita da história nacional pela via da incorporação de novas temáticas à narrativa.

Aliado a esse processo de alargamento do público leitor, o sujeito histórico também adquiriu novos elementos de composição, sendo que sua interioridade e vida privada passaram a ser fatores centrais para explicar suas decisões públicas. O surgimento da concepção moderna de indivíduo alterou marcadamente a maneira pela qual as paixões humanas eram descritas na historiografia, uma vez que o psicológico estabeleceu-se como lugar de relevância para o entendimento das ações humanas. Nesse sentido:

Como a narrativa do homem sentimental não é uma imitação da ação, o homem sentimental em si mesmo não é tampouco um modelo para imitação, no sentido de ser um instrumento para produzir sentimentos nos leitores. Imitar um homem sentimental, seja ele ficcional ou real, não é apenas um absurdo – uma vez que ele não é um homem de ação – mas também eticamente condenável. A imitação dos sentimentos é, por definição, afetação.³

A falência do modelo clássico de escrita da história ocasionada pelo distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” exigiu novas soluções historiográficas (KOSELLECK 2006). A historiografia, não mais o repositório de exemplos passíveis de imitação e repetição, ainda continuou, mesmo que não sob os mesmos fundamentos da história mestra da vida, tendo uma função pedagógica, seja para a vida política, seja para a nova demanda moderna: a educação sentimental e a imaginação nacional. Em lugar do ensinamento moral clássico, que objetivava a estabilização e conservação do passado, o ensinamento moderno não comporta mais a ideia de imitação como repetição de uma ação modelar. Se, por um lado, era impossível imitar a sensibilidade ou o sentimento frente ao mundo, por outro, a aceleração do tempo histórico não permitia a estabilização dos modelos morais a ponto de ser possível segui-los.

Apesar de sensibilidade e sentimento serem vocábulos próximos, é importante destacar que existe uma diferença entre eles. A sensibilidade, na época moderna, foi frequentemente associada ao corpo e, com isso, constituiu-se como uma experiência baseada nos sentidos físicos e no processo de sensação. Esse vocábulo traz, continuamente, descrições de experiências baseadas no *tocar* na consciência, que emerge de uma sensação psicológica da capacidade natural de sentir. Por outro lado, o sentimento estaria associado à mente, a um refinamento do pensamento como resultado verbalizado dessa

³ Tradução nossa. No original: “As the man of feeling narrative is not an imitation of an action, the man of feeling himself is not so much a model for imitation as an instrument to produce feeling in readers. To imitate a fictional or actual man of feeling is not only absurd – since he doesn’t act – but also ethically objectionable. Imitation of feeling is by definition affectation” (VAN SANT 2004, p. 121).

capacidade de sentir (VAN SANT 2004, p. 4). Nesse contexto, a experiência corporal da narrativa – dada no plano das emoções – assume um lugar central na forma em que essa nova relação com o mundo é assimilada e verbalizada pelo indivíduo, assim como possuir sensibilidade perante o mundo constitui-se como o primeiro passo para o refinamento dos sentimentos humanos.

Certamente essa necessidade pedagógica moderna - a educação sentimental -, juntamente com a reconfiguração do vocabulário retórico das emoções (*pathe*), afetou profundamente o modo pelo qual a historiografia e seus limites foram pensados.⁴ Uma dimensão importante para entendermos a sensibilidade moderna é sua conexão com a retórica clássica, na qual a *visão* foi tida como o campo privilegiado em que as emoções seriam reveladas (VAN SANT 2004, p. XI). O orador deveria exibir “um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar *diante dos olhos*” ([CÍCERO] IV, 68, grifo nosso). O olhar sobre o sofrimento, empregado pela historiografia moderna, seria uma estratégia retórica tradicional para criar piedade e estabelecer a similitude entre a observação patética e a observação investigativa do sofrer (VAN SANT 2004, p. XI-XII).

A retórica clássica, desde sua sistematização por Aristóteles, foi tida como a faculdade de observar, em qualquer caso, as formas possíveis de persuasão do ouvinte ou leitor, sendo a persuasão um tipo de demonstração, na medida em que a audiência/leitor poderia ser persuadida de maneira mais eficaz quando levasse em consideração que o exposto foi demonstrado (ARISTOTLE I, 1355a-1355b). A *demonstratio* também seria o ornamento de sentença mais apropriado para “amplificar e apelar à misericórdia, pois, com uma narrativa desse tipo, [o orador] expõe todo o ocorrido e coloca-o como que *diante dos olhos*” ([CÍCERO] IV, 69, grifo nosso). O entendimento teórico das emoções humanas, saber descrevê-las, entender suas causas e como esses sentimentos - que mudam os homens e alteram seus julgamentos (ARISTOTLE. II, 1378a, 20).⁵ poderiam ser despertados era tido como uma das estratégias que o orador poderia utilizar para persuadir sua audiência (ARISTOTLE I, 1356a, 20-25). A capacidade do orador de colocar a audiência em certo estado de espírito, no qual, por meio da escuta do discurso e do despertar das emoções, todos fossem convencidos era um modo de persuasão bastante eficaz e importante quando se tratava de argumentar em relação à veracidade do relatado.⁶ Por meio da indução de emoções o orador facilitaria a persuasão, colocando o ouvinte de acordo com a disposição apropriada para escutar seu discurso (ARISTOTLE I, 1356a, 1-20), o

94

⁴ A tradução dicionarizada de *páthos* é: 1. o que se experimenta ou se suporta, 2. experimento, experiência, 3. o que acontece; acontecimento, 4. infortúnio; calamidade; dano; doença, 5. o que afeta a alma; perturbação; piedade; prazer; amor; aflição; tristeza; cólera (MALHADAS; DEZOTTI; NEVES 2009, p. 2).

⁵ Platão discordaria do papel positivo das emoções como forma de persuasão. A piedade e outras emoções semelhantes afetariam a audiência pela supressão da análise racional, ao contrário, quando a audiência fosse guiada pela “razão” entenderia esse deixar levar pelas emoções como resposta inapropriada às vicissitudes da vida. Ver KONSTAN 2007, p. 413.

⁶ Para uma avaliação do papel da emoção na retórica clássica e sua valorização por Aristóteles, ver KONSTAN 2007.

que significa que um argumento seria mais bem apresentado e entendido se o auditório pudesse avaliá-lo imbuído da emoção correta.

Assim, emoções tais como a ira, calma, amizade, inimizade, o medo, a confiança, animosidade, rudeza, piedade e indignação, ajudariam na persuasão quando o orador conseguisse que sua plateia estivesse com a disposição adequada ao caso.⁷ A piedade, em particular, obteve destaque significativo na retórica clássica e, de forma recontextualizada, no vocabulário moderno da sentimentalidade. Tal emoção foi definida por Aristóteles como um sentimento de dor causado pela *visão* de algo perverso, destrutivo ou doloroso que acontece a alguém que não merece tal punição. Para o sentimento de piedade ser despertado, o acontecido deveria ser mostrado pelo orador como algo que poderia ter ocorrido ao próprio espectador ou a uma pessoa próxima. Sentir piedade, então, estaria sujeito à própria vulnerabilidade da pessoa em receber dano idêntico ou similar ao sofrido por outro, não sendo uma emoção de identificação, como a empatia moderna, mas dependendo, sobretudo, de uma dedução sobre a própria tendência da pessoa em sofrer uma desgraça comparável àquela vivida por quem se apiedou (KONSTAN 2007, p. 418). Para sentir piedade, a audiência também precisa acreditar na bondade do sofredor, uma vez que a audiência acredite que ninguém dentre os que sofrem possa ser bom, concluirá que todos merecem uma punição. Geralmente o ouvinte sente piedade quando lembra que a mesma fatalidade um dia lhe aconteceu, com alguém próximo ou mesmo que seja possível de acontecer no futuro. A piedade, nesse sentido, é tanto uma resposta cognitiva – que depende da própria tomada de consciência de que a pessoa pode sofrer o mesmo tipo de mal que o outro está sofrendo – e uma questão moral, pois para ter piedade não basta a desgraça do outro, mas o infortúnio tem que ser não merecido (KONSTAN 2007, p. 418).

As pessoas que motivam piedade geralmente são aquelas que a audiência conhece. Também é comum sentir piedade por aqueles que são próximos em idade, caráter, posição social ou nascimento, pois o ouvinte tem a impressão de que as mazelas poderiam acontecer-lhe com mais facilidade. A piedade é despertada quando o sofrimento dos outros possa ser sentido como algo próximo ao ouvinte/leitor/espectador, capaz de acontecer com ele, e para maximizar essa emoção, o orador deve utilizar de gestos, roupas e movimentos dramáticos, a fim de colocar o desastre *diante dos olhos*. Aristóteles salienta que as pessoas mais dignas de piedade são as vítimas de caráter nobre, pois a piedade é especialmente excitada por causa de sua inocência, assim como pela narração de seus infortúnios *diante dos olhos* (ARISTOTLE II, 1385b, 5-15).

Apesar de compartilharem certos elementos, a retórica das emoções clássica e a moderna têm aspectos distintos, principalmente no que diz respeito à forma como o processo de sensação da emoção transmitida pelo discurso é experimentado pelo leitor ou ouvinte, tomando, por pressuposto, que o texto historiográfico moderno mantém seu caráter discursivo e persuasivo. A “sensação”

⁷ Para uma discussão pormenorizada a respeito da amizade, ver VIANO 2008.

no vocabulário moderno indica uma impressão física, seja no âmbito dos sentimentos ou das emoções. Já no vocabulário clássico a sensação estaria mais próxima de uma “percepção sensível”, em que a apreensão é dada por meio dos cinco sentidos (REIS 2006, p. 10-11). Quando Aristóteles, por exemplo, define a emoção “amor”, não se refere a sentimentos ou algum tipo de intimidade. O “amor” depende essencialmente de uma avaliação do caráter do outro, não sendo uma simples resposta instintiva, como no caso moderno (KONSTAN 2007, p. 416-417).

Tocar e ser tocado: a experiência não mediada da narrativa

A apropriação de algumas das estratégias patéticas apresentadas acima pelo vocabulário da sentimentalidade é um sintoma marcante da importância que os preceitos retóricos clássicos mantinham na escrita da história na época moderna.⁸ A figuração estética das cenas de piedade, largamente mobilizadas pela retórica clássica, foi ressignificada pela historiografia moderna para servir como meio de criar empatia entre as partes envolvidas e protagonizar uma experiência não mediada da narrativa sentimental, levando ao efeito da quebra do distanciamento temporal entre a obra e o leitor.

O vocabulário patético do sofrimento, que carrega a teatralidade e profusão na descrição das cenas, foi mobilizado por Armitage, na narrativa da história nacional brasileira, principalmente na caracterização da relação da Imperatriz Maria Leopoldina com D. Pedro I como um casamento repleto de desgostos causados pela infidelidade de seu marido e sofridos injustamente por ela. Ao invés de focar a narrativa do sofrimento em D. Pedro I, no qual *a priori* seria mais difícil estabelecer empatia com seus leitores, Armitage transferiu essa narrativa patética para a traída e indefesa Imperatriz. A temática do casamento, como fonte infinita de sofrimento e desgosto, não passou despercebida na *História do Brasil*, e a fragilidade feminina foi o espaço encontrado para a criação de empatia através da piedade.

Armitage relata que por ocasião do desempenho insatisfatório da tropa brasileira na guerra em Montevideu, Dom Pedro resolveu encontrá-los na esperança de conferir novo vigor e estímulo aos seus soldados. Durante essa viagem, a Imperatriz ficou gravemente doente por causa de uma pancada desferida por seu esposo antes de sua partida:

Durante a ausência do Imperador, a Imperatriz enfermou-se e morreu. Das notícias cautelosas que então se publicaram a respeito deste triste acontecimento, nenhuma informação exata se pôde colher; mas infelizmente, para o crédito de D. Pedro, a verdade é hoje muito conhecida. Antes da sua partida tivera ele uma entrevista com a Imperatriz, de que alguma alteração

⁸ Apenas a título de exemplo, citamos uma carta da época em que David Hume escrevia sua *History of England* em que afirmava que: “antes de tudo um historiador deve ser verdadeiro e imparcial; a seguir, deve ser interessante. Se você não disser que eu fui justo para ambos os partidos; e se a Senhora Mure não se apiedar do pobre Rei Charles, devo queimar todos os meus manuscritos e voltar para a Filosofia” (Tradução nossa). No original: “the first Quality of a Historian is to be true and impartial; the next to be interesting. If you do not say, that I have done both Parties Justices; and if Mrs Mure be not sorry for poor King Charles, I shall burn all my Papers, and return to Philosophy” (PHILLIPS 2000, p. 279).

resultou: *a sua união desde muito tempo era infeliz. Toda a preponderância que deveria pertencer à Imperatriz passara para a Marquesa de Santos*; e tal era a paixão de D. Pedro por esta senhora, que por uma carta imperial havia reconhecido como sua filha uma menina que ela dera à luz em 1825, conferindo-lhe o título de Duquesa de Goiás. A sua conduta para com a Imperatriz era a mais dura; asseverava-se até que lhe dera pancadas na precitada altercação. Talvez haja nisto exageração; mas, o que é certo, é que *a desgraçada Imperatriz*, que se achava nessa ocasião muito adiantada na sua gravidez, foi conduzida logo do lugar da entrevista para *o leito de dor*, e só se ergueu para uma curta peregrinação à Igreja da Glória, onde se fazia debalde preces para a sua melhora. *Depois de uma dolorosa enfermidade, os sofrimentos de Sua Majestade* terminaram com a morte em 11 de Dezembro de 1826 (ARMITAGE 1977, p. 140, grifos nossos).⁹

Não bastassem as angústias vividas pela Imperatriz geradas por um casamento sem amor e de uma gravidez abortada prematuramente devido a um ato inconsequente de seu marido, Armitage continua a descrição de sua morte admitindo que era:

[...] *penoso, mesmo para um estrangeiro, o conhecer que seus últimos momentos foram amargurados por um insulto*, que poderia mui bem ter-lhe sido poupado. Nas agonias da febre que precedera a morte, a *Marquesa de Santos teve o cruel arrojo* de apresentar-se para ser admitida à câmara da enferma. Esta exigência produziu naturalmente alguma confusão na antecâmara, sobre a qual Sua Majestade se quis informar. *Até então havia ela suportado o mau tratamento de D. Pedro com a mais exemplar submissão, mas esse último insulto fez reviver no peito da Imperatriz a nobre dignidade da Casa de Áustria*, e recusou em termos decisivos e explícitos receber a intentada visita. Enraivecida por esta denegação, a Marquesa tentou dirigir-se à câmara da augusta doente, e tê-lo-ia conseguido a não ser a interposição pessoal do Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha, que se postou à porta e lhe disse: "Tenha paciência, Senhora Marquesa, Vossa Excelência não pode entrar". Retirou-se portanto a Marquesa ameaçando vingar-se de todo o Ministério, o que com efeito executou em parte pouco tempo depois. Ainda antes de falecer a Imperatriz, já a Marquesa havia escrito a D. Pedro queixando-se do mau tratamento que encontrara no paço (ARMITAGE, 1977, p. 141, grifos nossos).¹⁰

⁹ No original: "during the absence of Emperor, the Empress sickened and died. From the garbled accounts which were at this time published regarding this distressing event, but little accurate information can be gleaned; but unfortunately for the credit of Don Pedro, the truth is at present only too notorious. Before his departure he had an interview with Her Majesty, on which occasion some altercation ensued. Their union had long been unhappy. All the influence which ought naturally to have appertained to the Empress had passed into the hands of the Marchioness de Santos; and to such an extent had the infatuation of Don Pedro for this lady, attained, that in an official edict he had recently avowed an infant, to which she gave birth in 1825, as his daughter, by the title of Duchess de Goyaz. His demeanour towards the Empress was at the same time unfeeling, and on the present occasion he is even accused of having had the brutality to strike her. In this there may possibly be some exaggeration, but what is certain is, that the unfortunate Empress, who was at this period far advanced in her pregnancy, was forthwith conveyed from the scene of their interview to a sick-bed, whence she never rose again, excepting to perform a short and painful pilgrimage to the Gloria Church, where vows were in vain offered up for her recovery" (ARMITAGE 1836, vol. 1, p. 264-265).

¹⁰ No original: "It is painful even to the stranger to know, that her last moments were embittered by an insult, which might well have been spared. During the agonies of the fever prior to her decease, the Marchioness de Santos had the heartless effrontery to present herself for admittance to the sick-room. The demand naturally created some confusion in the antechamber, of which Her Majesty inquired the cause. She had hitherto borne the ill-treatment of Don Pedro with the most exemplary submission, but this last insult instantaneously called up in her bosom the proud spirit of the House of Austria, and she

O desfecho dessa história é apresentado com a volta de D. Pedro à Corte, não para as exéquias fúnebres de sua esposa, mas indignado pelas injúrias feitas à Marquesa de Santos pelo Ministro da Marinha, e tratando, em reunião, seus Ministros de forma vulgar, todos acabam por pedir demissão conjunta de seus cargos.

Armitage emprega vários elementos para compor a atmosfera patética que envolve o destino da Imperatriz. O seu caráter nobre e imaculado, digno de compaixão, eleva sua figura e faz com que o leitor reconheça injustiça nos modos em que ela foi tratada, assim como sua fonte de sofrimentos, o casamento e a infidelidade, aproximam empaticamente ambos os lados da narrativa por se tratar de uma situação em que partilham ou poderiam partilhar do mesmo sofrimento. Para amplificar a força de seu argumento, Armitage recorre ao discurso direto, tão comum na retórica clássica, e cria a impressão em seus leitores de estarem lendo as mesmas palavras que a Marquesa de Santos ouviu quando a Imperatriz vivia seus últimos momentos. Esse elemento é um reforço para que o leitor experimente fisicamente a narrativa, imagine a cena: tenha tudo *diante dos olhos*. A incorporação de estratégias retóricas clássicas é visível no discurso de Armitage, contudo o interesse pelo sentimento e mesmo o embate produzido narrativamente entre as figuras da Imperatriz e da Marquesa de Santos são uma total novidade.¹¹

A figura feminina talvez parecesse encaixar-se melhor na narrativa sentimental, tendo em vista que o mundo feminino foi se constituindo como o horizonte da sensibilidade em si. Os romances de Samuel Richardson, por exemplo, apontam a sensibilidade feminina como a melhor encarnação do instinto social, em que virtudes sociais, como a delicadeza e a sensibilidade, tinham um terreno fértil. Nesse sentido, a sensibilidade feminina foi representada como a base de uma comunicação mais livre e virtuosa (MULLAN 2002, p. 4-5). Na tradição clássica, o feminino já era tido como o espaço das paixões, onde figuravam as deusas caprichosas Fortuna e Luxúria. Ao longo do século XVIII, o mundo feminino seria alçado ao papel de refinar as paixões, mesmo correndo o risco de tornar a sociedade efeminada, e o papel das mulheres como “empreendedoras culturais, estimulando a troca de polidez e refinamento, de diversas maneiras” consolidou-se com a associação das noções de comércio e cultura ao processo de refinamento das paixões (POCOCK 2003, p. 153-158).

refused, in decisive and explicit terms, to receive the projected visit. Incensed beyond measure at the refusal, the Marchioness attempted to force her way into the chamber of the Royal Invalid, and would have succeeded, had it not been for the personal interposition of the Marquis de Paranogoa, the Minister of Marine, who planted himself on the threshold, and told her, 'Tenha paciencia Senhora Marqueza Vossamerce não pode entrar.' — 'Have patience, my Lady Marchioness, you cannot enter. 'Her Ladyship, in consequence, retired with many threats of vengeance on the entire Cabinet, some of which were shortly after carried into execution. Before the death of the Empress had taken place, the letters of the Marchioness, complaining bitterly of the treatment which she had met with in the Palace, were already far advanced on their way to Don Pedro". "(ARMITAGE 1836, vol. 1, p. 265-266).

¹¹ David Hume, na *History of England*, também utilizou dessa estratégia de confrontar duas mulheres diretamente, a rainha Elizabeth e Mary da Escócia, na tentativa de potencializar o sentimento de piedade dos leitores por meio da utilização do vocabulário do sofrimento na narrativa. Ver HUME 1983, volumes 3 e 4.

Dando desfecho aos suplicios da Imperatriz, com sua morte, Armitage escreveu um breve perfil de sua personalidade bastante parecido com o que era apresentado comumente pelos historiadores clássicos:

De gênio amável, porém destituída de atrativos pessoais, nunca teve a felicidade de ganhar as afeições de D. Pedro; crescendo a isto que antes da sua chegada havia-se este ligado a uma pessoa de quem D. João o separara violentamente. É talvez a esta circunstância que se pode atribuir a causa da negligência, e *mesmo da crueldade* com que D. Pedro tratara sua desgraçada esposa. Se ela tivesse preponderado mais em seu ânimo, melhor teria sido, tanto para ele, como para o Brasil; porquanto eram as suas vistas muitas vezes varonis, e gozava de considerável popularidade, o que ao depois se evidenciou pelo pagamento de suas dívidas, que subiam a oitenta contos de réis, pelo cofre da nação, ordenado pela Assembleia Legislativa (ARMITAGE 1977, p. 141, grifos nossos).¹²

Ao final da vida da Imperatriz não cabia ao historiador fazer um julgamento das escolhas e atos da Imperatriz, mas de ter em mente que a empatia poderia transformar-se em elemento fundamental nesse jogo de forças para mudar o papel do leitor, que saia de sua função de julgador da história, para a de indivíduo que experiencia o relato através da identificação com o personagem. A “[...] ‘tendência’ da ‘paixão’ de uma pessoa pode ser julgada, ‘não com imparcialidade’, mas ‘por uma simpatia com os sentimentos das pessoas, que têm uma relação mais especial com ela’ ” (MULLAN 2002, p. 55, tradução nossa),¹³ em outras palavras, a simpatia poderia elaborar um contato que transcende interesses particulares e, ao mesmo tempo, suspende as atribuições de sentido do leitor no intuito de ter uma experiência narrativa vivida em sua interioridade.

Alguns elementos tradicionais continuaram presentes na teoria do sentimento moderno, como a estratégia retórica para produzir a piedade e os modelos de uma narrativa clássica do sofrimento, a novidade foi o convite para maneiras de agir experimentais e a centralidade do corpo, adquirida pela incorporação de aspectos fisiológicos, para descrever a resposta psicológica (VAN SANT 2004, p. XI-XIII). A partir da recontextualização das emoções pela fisiologia do sistema nervoso, sua significação tradicional foi combinada, completada e alterada pelo significado do *tocar*, visto que essa experiência permitiria ao indivíduo sair de sua mente por meio do ato de tocar e ser tocado.

Tal centralidade do corpo está diretamente ligada não apenas à supressão temporal gerada pela narrativa sentimental, que busca a quebra do distanciamento entre o que é narrado e o leitor através da valorização de um tipo de experiência do mundo baseada na sensação corporal do relatado, como

¹² No original: “Amiable in her disposition, but devoid of personal attractions, she never had the happiness to secure the affections of Don Pedro, who had another attachment at the period of her arrival from the object of which he was violently separated by Don Jon; and to this circumstances may, perhaps, be traced some of the instances of neglect, and even of cruelty, with which he treated his unfortunate wife. Had her influence over him been greater, it might have been well both for himself and for Brazil; for not only were her views often masculine, but that her popularity was also considerable, was shortly afterwards evinced by the payment of her debts, amounting to eighty contos, from the national purse, by an act of the Legislative Assembly” (1836, vol. 1, p. 265-267).

¹³ No original: “‘tendency’ of a person’s ‘passion’ can be judged, ‘not with impartiality’ but ‘by a sympathy with the sentiments of those, who have a more particular connexion with him’”.

coloca o próprio aspecto corpóreo como algo que se impõe ao sentido. Esse fenômeno tem sido analisado por Hans Ulrich Gumbrecht como um dos efeitos da emergência de um observador de segunda ordem em que existe uma tomada de consciência da constituição corpórea do mundo na medida em que suas superfícies materiais estão em constante reavaliação (GUMBRECHT 1998, p. 14). Tal percepção física não poderia deixar de produzir efeito também sobre a historiografia, que como em um movimento de saturação epistemológica da necessidade constante de interpretação e significação do mundo, base para uma historiografia de sentido, incorporou recursos que objetivavam presentificar o passado ao seu relato. Enquanto que na historiografia de sentido haveria uma busca constante por uma representação capaz de permitir a manipulação das coisas sem tocá-las, dentro de uma cultura de presença valoriza-se o retorno às coisas em si mesmas. Os momentos de presença vividos psicologicamente e corporalmente pelo leitor não têm nenhuma mensagem e nada se tem para aprender com eles em matéria de utilidade para a vida, pois são momentos de intensidade em que, por um breve momento, ocorre a suspensão da realidade presente e outra realidade presentifica-se (GUMBRECHT 2004, p. 98).

Com isso, uma historiografia de presença coloca em segundo plano ou, em sua forma mais radical, abandona as questões relativas à representação da realidade, à busca de sentido e à interpretação como componentes fundamentais da história. O surgimento do cronótopo "tempo histórico", que tinha no tempo a forma de explicar e organizar as narrativas evolutivas marca profundamente a cultura de presença. O tempo é uma dimensão primordial para as historiografias de sentido, porque é com o passar do tempo que as transformações históricas solidificam-se e podem ser mais bem avaliadas (GUMBRECHT 2004, p. 83). A relação com o mundo na cultura de presença não é temporal, mas espacial; as coisas no mundo têm um impacto sobre o corpo humano e é na descoberta do objeto fora de seu uso prático que ele adquire um sentido próprio. Para conseguir o efeito de presença, devem-se suspender as atribuições de sentido, pois é por meio da materialidade do real que o conhecemos e sentimos (GUMBRECHT 2004, p. 123-126). Esse desejo pela experiência imediata do passado surge com a dilatação do presente, o qual não é mais entendido como um espaço comprimido por um passado categoricamente diferente e um futuro aberto, ou seja, o desejo pela presentificação pode ser associado a um presente estendido em que a sensação de deixar o passado para trás não está mais em jogo e o futuro mostra-se como algo fechado (GUMBRECHT 2004, p. 121-122).

Historiografia de presença e história nacional brasileira

Seria impossível propor que a *História do Brasil* de Armitage foi formulada apenas nos parâmetros de uma historiografia de presença, tendo em vista que a interpretação e a narrativa evolutiva estão marcadamente inscritas nesta obra. Entendemos, assim, os momentos narrativos de suspensão da realidade por meio da empatia como situações em que ocorre a supressão da interpretação em favor da quebra da distância temporal entre a narrativa e o leitor da obra. A

História do Brasil não é uma obra exemplificadora de um único registro histórico, mas o local em que dois tipos de temporalidades distintas, não excludentes, convergem. Essa oscilação estrutural entre uma narrativa de presença e sentido pode ser tomada como uma característica da historiografia moderna, em que a saturação epistemológica tende a variar de forma sincrônica (ARAUJO 2006). É interessante ressaltar também que “aspectos sensuais da realidade histórica foram reprimidos como uma orientação para entender a história da historiografia” o que, de fato, originou uma carência de estudos que versassem sobre esse aspecto estrutural da narrativa (ARAUJO 2006, p. 323).

Nessa perspectiva, a *História* de Armitage divergiu profundamente da historiografia escrita pelos seus contemporâneos brasileiros. Grande parte da historiografia brasileira oitocentista teve como modelo epistemológico, e não apenas isso, representou sua realidade nos padrões de uma cultura de sentido. A narração de fatos da vida privada, feita de forma sentimental por Armitage, possivelmente foi tida como característica negativa dessa *História*, uma vez que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional. Por outro lado, problemas teóricos e políticos subjacentes à escrita da história contemporânea, a necessidade de efetuar um levantamento documental, para que a memória do passado não fosse perdida, e mesmo a delimitação cronológica da história do Brasil figuraram como discussões que parecem ter assombrado muito mais os sonhos dos brasileiros oitocentistas do que preocupações sobre as formas narrativas em geral.

Um exemplo ímpar dentro da historiografia brasileira foi o juízo da *História do Brasil* escrito por Gonçalves de Magalhães, impresso no *Jornal dos Debates* em 25 de maio de 1837. Este periódico tinha a mesma tipografia da *História do Brasil* de Armitage e contava também com Francisco de Salles Torres Homem,¹⁴ João Manuel Pereira da Silva e Manoel de Araujo Porto Alegre como redatores.¹⁵

Magalhães abre seu juízo salientando o aspecto pedagógico da história, fazendo lembrar a tradicional fórmula *magistra vitae* ao afirmar que “se há um estudo próprio a todas as capacidades, e no qual todas as inteligências podem colher úteis e importantes lições, sobre a ordem providencial das coisas humanas, é sem dúvida alguma o estudo da História”.¹⁶ Apesar de o caráter temporal estático figurar como uma das características positivas dos eventos históricos e de a natureza humana garantir a possibilidade comparativa entre os agentes, essa história não é mais puramente *magistra vitae* em sentido clássico, pois tem como função a descoberta do espírito nacional. Esclarece Magalhães: “como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim

¹⁴ Veiga entregou a Armitage duas cartas de introdução, uma ao ministro brasileiro e outra a Francisco de Salles Torres Homem. Armitage, por excesso de ocupação, não pôde entregar ambas as cartas na época de sua estadia em Paris (SOUZA 1939, p. 301). É interessante notar de Torres Homem foi vice-presidente da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, assim como contribuiu na *Aurora Fluminense*. Sobre a confluência das propostas entre Evaristo da Veiga e o grupo que fez parte da revista *Niterói*, ver ANDRADE 2009, p. 421-422. É importante destacar que Torres Homem e Araujo Porto Alegre eram redatores, juntamente com Magalhães, da revista *Niterói*.

¹⁵ Ao final do juízo, consta a assinatura “M.”.

¹⁶ Ver *Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 26.

com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa” (MAGALHÃES 1974, p. 26). O caráter pedagógico da história, claramente, ainda está presente e assim se manterá por longos anos, contudo isso não é um impedimento para que o conceito moderno de história apareça na recusa do que se considerava agora mera imitação.

Certamente o conceito antigo de história ainda não tinha sido abandonado completamente no início do século XIX brasileiro, o que também não quer dizer que os letrados da época o utilizassem em sua plenitude. Apesar das constantes figurações da história enquanto repositório de ações norteadoras do comportamento humano, o conceito antigo de história encontrava-se esvaziado, na medida em que a história nacional estava sendo progressivamente caracterizada como o desenvolvimento do espírito nacional e das singularidades brasileiras em um processo linear (ARAUJO 2007, p. 172).

Nesse sentido, o recurso à providência divina é lançado para dar unicidade a esse processo.¹⁷ Magalhães acreditava que existia uma providência que organizava e dava sentido à caótica história, pois era “um grave absurdo acreditar-se, que uma estúpida fatalidade, ou meras combinações dos homens, decidem da sorte dos Impérios” (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 26). Assim, um ano antes da criação do IHGB, escrevia o jovem Magalhães nos jornais:

102

Os fatos não se sucedem só cronologicamente, há também uma ordem lógica entre eles. O primeiro arrastava o segundo, e este traz consigo um terceiro: de modo que o último é filho do primeiro, e sem ele não se compreende. Esta lógica na história, esta verdadeira inteligência dos fatos, caracteriza o bom historiador, e exclui toda a parcialidade e paixões, que às vezes mau grado nosso, nos fascina (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27).

A história teria uma dinâmica própria que afastaria o envolvimento do historiador com seu objeto, assegurando uma história imparcial. Magalhães adverte que, “[...] toda história, como todo drama, supõe uma cena, atores, paixões, e um fato que progressivamente se desenvolve, que tem sua razão, e um fim; sem estas condições não há história, nem drama” (MAGALHÃES 1974, p. 17, grifo nosso).¹⁸ A história não se resumiria à esfera política, mas englobaria uma série de variantes humanas que poderiam ajudar na explicação do passado.

Todos esses aspectos da história, na opinião de Magalhães, foram observados por Armitage na escrita de sua história, assim como, por ser estrangeiro, foi-lhe facilitado o desvanecer das afeições parciais que muitas vezes se mesclam com os fatos e personagens, quando são contemporâneos. Além disso, “falando dos homens influentes, emprega ela [a história] bastante colorido

¹⁷ Para uma explicação detalhada sobre a convivência entre o conceito moderno de história e do providencialismo, ver ROSA 2009.

¹⁸ O mesmo trecho foi publicado na *Revista Nitheroy* (1836, p.142) sob o título “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”.

e vigor de pintura” (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27) e, para exemplificar, cita “o retrato” de Vasconcelos feito por Armitage, muito lembrado como exemplo de suas qualidades literárias:

*A pele murchou-se; os olhos afundaram-se; o cabelo começou a alvejar; a marcha tornou-se trêmula, a respiração difícil, e a moléstia espinhal de que então principiou a padecer, foi para ele fonte inexaurível de cruelíssimos tormentos. Enquanto, porém, passava o físico por este prematuro naufrágio, parecia que o interno princípio vivificante caminhava num progresso correspondente para o estado de perfeita madureza. O orador difuso e sem nexos de 1826, tinha-se tornado, dois anos depois, tão eloquente, e tão sarcástico, e havia apresentado um tão grande desenvolvimento do talento de discutir, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado; e quando, levado pelo entusiasmo, ou incitado pela paixão, dava largas a suas emoções, a sua figura decrépita e curvada elevava-se, qual a de um gênio protetor, a sua maior altura; os olhos animavam-se de novo com todo o seu prístino lustre, e nas feições arrugado e cadavérico semblante, brilhavam por momentos a mocidade renovada e a inteligência (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27, grifos nossos).¹⁹*

Ao citar esse longo trecho da *História do Brasil* em sua análise, Magalhães toca na questão da vivacidade e concisão retórica que Armitage empregou ao traçar seus personagens e revela o impacto que a descrição corporal de Vasconcelos teve neste ilustre leitor. Não é apenas uma avaliação moral que Armitage elabora de Vasconcelos, mas uma descrição que valoriza a experiência corpórea da narrativa como horizonte para a sensibilidade. A riqueza de detalhes que emprega na exposição da aparência física de Vasconcelos ao mostrá-lo “murchando” por fora e em um rompante proporcionado pela vazão de suas emoções sua aparência exterior revitaliza, demonstram perfeitamente o tipo de descrição privilegiada por uma historiografia de presença que alia práticas retóricas clássicas ao seu discurso e que, além de colocar as coisas diante dos olhos, propõem que elas também sejam sentidas fisicamente pelo leitor.

A caracterização feita por John Armitage de D. Pedro I como um imperador que não demonstra ter tido uma educação sentimental, que se deixava levar pelas suas paixões e pelos rumos de sua vida privada e da Imperatriz Leopoldina como a catalisadora de todos os males advindos de um casamento infiel vai ao encontro dessa nova forma historiográfica inaugurada na Grã-Bretanha setecentista. Armitage relata que D. Pedro, após conseguir a dissolução da Assembleia Constituinte, reconheceu publicamente Domitila como sua concubina, conferindo-lhe o título de Marquesa de Santos, edificando “um palácio para sua residência, na vizinhança de S. Cristovão. Ao mesmo tempo o seu tratamento para com a infeliz Imperatriz era o mais insensível” (ARMITAGE 1977, p. 112-113).²⁰ As dificuldades enfrentadas por D. Pedro no relacionamento conjugal e a publicidade de seu envolvimento com outra mulher

103

¹⁹ Magalhães também cita, logo em seguida, outra passagem da obra, em que Armitage esclarece qual foi o motivo pelo qual D. Pedro I teve que renunciar em favor de seu filho. Ver ARMITAGE 1977, p. 213.

²⁰ No original: “[...] he had no longer the same motives, either for the exertion of his talents, or the concealment of his failings. Temptations were necessarily multiplied around him; men of integrity

não são apenas elementos pictóricos ou anedóticos de sua vida privada, mas serviram como ponto central no desfecho de algumas decisões políticas importantes para o Brasil. A exploração da vida pessoal e sentimental de D. Pedro e da Imperatriz Leopoldina são passagens estruturantes no livro de Armitage, que visam legitimar o movimento que levou à abdicação e à Regência.

Tal aspecto é um ponto importante na obra de Armitage e que curiosamente não foi salientado nem por Januário da Cunha Barbosa, nem por Justiniano José da Rocha nas outras discussões sobre o livro.²¹ De fato, mesmo nas menções posteriores à *História do Brasil*, como a feita por Francisco Adolfo de Varnhagen na *História da Independência*, os letrados brasileiros nunca levaram em conta o uso do sentimento presente nesta obra como objeto de indagação ou mesmo de horizonte de escrita da história nacional brasileira (VARNHAGEN s/d, p. 12-13). Sem sombra de dúvidas, Magalhães foi o que mais se interessou por esse aspecto da *História do Brasil*, talvez despertado ainda pelo seu fascínio pela tradição retórica clássica, aliado à sensibilidade literária e visão filosófica do fundador do romantismo brasileiro. Por meio do vocabulário clássico da retórica, poderia ser aberta a possibilidade da utilização de estratégias textuais modernas que valorizavam a experiência sensorial da narrativa. Esse silêncio historiográfico pode ser interpretado como um sinal da preponderância da cultura de sentido dentro da historiografia brasileira da primeira metade do século XIX, em que as dimensões do reviver histórico não tiveram grande destaque e a continuidade entre a civilização portuguesa e brasileira figurou como uma de suas marcas centrais.

104

Referências Bibliográficas

[CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2007

ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, 2006.

ARISTOTLE. **Rhetoric**. Translated by W. Rhys Roberts. Mineola: Dover Thrift Editions, 2004.

ARMITAGE, João. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

ARMITAGE, John. **The History of Brazil** from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from

²¹ Análise de forma pontual o debate travado entre estes dois intelectuais brasileiros sobre os méritos da *História do Brasil* de Armitage e os problemas relacionados à escrita da história contemporânea em VARELLA 2011.

State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 1. London: Smith, Elder and Co., 1836.

_____. **The History of Brazil** from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 2. London: Smith, Elder and Co., 1836.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Production of presence**: what meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004.

HUME, David. **History of England**. Volumes 3 e 4. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

KONSTAN, David. Rhetoric and emotion. In: WORTHINGTON, Ian (ed.). **A companion to Greek rhetoric**. Blackwell Publishing, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Americana, Prolivro, 1974.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Equipe de coordenação). **Dicionário grego-português**. Vol. 4. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

MULLAN, John. **Sentiment and sociability**: the language of feeling in the Eighteenth Century. Oxford: Clarendon Press, 2002.

PHILLIPS, Mark Salber. **Society and sentiment**: genres of historical writing in Britain, 1740-1820. Princeton: Princeton University Press, 2000.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REIS, Maria Cecília Gomes dos. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **De anima**. São Paulo: Ed.34, 2006.

ROSA, Giorgio de Lacerda. Entre o antigo e o moderno: o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luis Gonçalves dos Santos. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia**: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Evaristo da Veiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

- VAN SANT, Ann Jessie. **Eighteenth-century sensibility and the novel**: the senses in social context. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VARELLA, Flávia Florentino. A (im)possibilidade da escrita da história contemporânea: a *História do Brasil* de John Armitage e os brasileiros oitocentistas. In: NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Ana Rosa Clochet (orgs.). **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- VIANO, Cristina. Amizade e emoções de rivalidade em Aristóteles: uma origem comum? **Journal of Ancient Philosophy**. Vol. II, Issue 1, 2008.

Periódicos

- Jornal dos debates políticos e literários, número 7, 24 de maio de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia J. Villeneuve e Comp., 1837.
- Nitheroy: revista brasiliense, ciências, letras e artes, t. 1, n. 01. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

Presentificando a natureza: os enunciados descritivos da paisagem nacional como *efeitos de presença* na escrita da história oitocentista*

Presentifying nature: the descriptive enunciates of the national environment as *presence effects* in the writing of the nineteenth-century history

Eduardo Wright Cardoso

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

edowc@yahoo.com.br

Rua do Seminário s/n

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

Resumo

Este artigo investiga a dimensão escriturária da historiografia nacional oitocentista. Com esse fim, selecionei como objeto de pesquisa os procedimentos descritivos inseridos nas obras historiográficas. Essas descrições, acredito, podem ser exploradas como tentativas de presentificação, posto que revelam o anseio de colocar o objeto descrito sob os olhos do leitor. Trata-se de uma estratégia que participa da própria construção do argumento historiográfico. Assim, creio ser válido interpretar esse anseio a partir da epistemologia da *produção de presença*, tal como a estipulou Hans Ulrich Gumbrecht. Para ilustrar o argumento, valho-me da descrição do Rio de Janeiro elaborada por Francisco Adolfo de Varnhagen e inserida na *História geral do Brasil* (1854-1857).

107

Palavras-chave

Historiografia brasileira; Escrita da história; Francisco Adolfo de Varnhagen.

Abstract

This article investigates the writing of nineteenth-century national historiography. For this purpose, I selected as object of research the descriptive procedures included in the historical works. These descriptions, I believe, can be exploited as attempts of presentification, as they reveal the desire to place the object described before the eyes of the reader. It is a strategy that involved the construction of the historiographical reasoning. I interpret this desire through the epistemology of *production of presence*, as stipulated by Hans Ulrich Gumbrecht. To illustrate the reasoning, I analyze Francisco Adolfo de Varnhagen's description of Rio de Janeiro, as part of the work *História geral do Brasil* (1854-1857).

Keywords

Brazilian historiography; History writing; Francisco Adolfo de Varnhagen.

Enviado em: 9/6/2011

Aprovado em: 2/8/2011

* Esta pesquisa tem apoio financeiro da Capes.

Três anos após a publicação da *História geral do Brasil*, principal produção do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, o geógrafo francês Armand d’Avezac divulga, no *Boletim da Sociedade de Geografia*, de Paris, sua apreciação acerca da obra. Em exame judicioso e extenso, d’Avezac censura o ponto de vista adotado pelo historiador, aborda questões políticas e ainda critica os enunciados descritivos elaborados por Varnhagen (D’AVEZAC 1857, p. 121). Habitado às polêmicas, o historiador não hesita em responder minuciosamente ao geógrafo (VARNHAGEN 1858). Além disso, no prefácio ao segundo tomo da *História geral do Brasil*, de 1857, ao tratar do estilo adotado, o historiador retoma a questão sobre as descrições:

Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estilo, a fim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra, ou que em outros não consentiríamos que os períodos saíssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre, e repassados do nosso modo de sentir na presença de sucessos, que fora necessário ser de pedra uma pessoa para não se comover (VARNHAGEN 1857, p. XIII).¹

108

O excerto permite vislumbrar um modo característico de conceber aquilo que Paul Ricoeur denominou de fase *literária* ou *escriturária* da historiografia (RICOEUR 2007, p. 148). De fato, Varnhagen advoga uma escrita da história elevada, dotada de um estilo empolado, ou seja, enriquecido, a fim de obter uma pintura mais verdadeira. Além disso, esta instância fundamental do ofício histórico pode – e deve – transparecer as emoções e os sentimentos do próprio historiador. A descrição de uma paisagem comovente, como no caso do Rio de Janeiro, deve igualmente sensibilizar o leitor.

Este artigo almeja, pois, investigar justamente a dimensão escriturária da historiografia oitocentista. Com este fim, selecionei como objeto privilegiado de pesquisa os procedimentos descritivos inseridos nas obras historiográficas. Essas descrições, acredito, podem ser exploradas como tentativas de presentificação, posto que revelam o anseio de colocar o objeto descrito sob os olhos do leitor. Assim, creio ser válido interpretar esse anseio a partir da epistemologia da *produção de presença*, tal como a estipulou Hans Ulrich Gumbrecht.²

O artigo encontra-se dividido em três partes. Inicialmente, esboço algumas considerações sobre a relevância do enunciado descritivo em tipos discursivos diferentes como a literatura e a história, e abordo as implicações da introdução

¹ Ressalto que procurei atualizar a grafia na reprodução de todas as fontes deste artigo. Para as referências em outras línguas, utilizei uma tradução livre.

² É imperativo apontar, contudo, que Gumbrecht elabora a *produção de presença* para o período contemporâneo. Empregar esse modelo para ler o século XIX e a produção de Varnhagen implica, reconheço, em riscos que tentarei contornar a partir de uma apreensão seletiva da proposta em questão. Acredito, no entanto, que a utilização da epistemologia gumbrechtiana revela-se produtiva ao permitir demonstrar como o enunciado descritivo, ao destacar a presença da paisagem, participa da construção do argumento historiográfico.

do descritivo na narrativa. Em seguida, tenciono expor a formulação da *produção de presença* de Gumbrecht a fim de combiná-la com o desejo de presentificar que perpassa a escrita da história durante o século XIX. Isso leva à última seção, na qual objetivo ilustrar esse argumento a partir da descrição do Rio de Janeiro, elaborada por Varnhagen e inserida no tomo inicial da *História geral do Brasil*.

Descrição

De acordo com Philippe Hamon, o discurso denominado de clássico, isto é, as elaborações de gramáticos e teóricos dos séculos XVII e XVIII, tendeu a conceber a descrição com desconfiança. O procedimento foi caracterizado inclusive como a negação da literatura (HAMON 1993, p. 14). Essa apreciação, no entanto, não é generalizada. Enquanto no campo das letras e do discurso poético o descritivo é condenado, nos relatos de viagens e nas narrativas científicas, o procedimento desempenha um papel fundamental. Assim, a despeito das ressalvas, a descrição é inerente ao gênero da literatura de viagens, como se percebe no *Grande Dicionário Universal do século XIX*:

Na prosa, o [gênero descritivo] não deveria subsistir senão nas obras nas quais ele realmente tem uma razão de ser, ou seja, nos livros de viagem. MM. Theophile Gautier e Fromentin, o primeiro sobretudo, produziram nesse gênero obras notáveis pelo pitoresco do desenho, pelo brilho da cor, pela segurança do toque [*la sûreté de la touche*], pela escolha das expressões e pela apropriação dos termos (LAROUSSE 1870, p. 540).

109

No final do século XVIII e no início do XIX, contudo, o descritivo começa a ser concebido de forma diferenciada mesmo no campo da escrita literária. De qualquer forma, Hamon lembra que essa reavaliação estava defasada em relação a outros discursos, como a narrativa científica (HAMON 1993, p. 26). Buffon, por exemplo, no século XVIII, já advogava que a descrição era o meio e o objetivo da sua "disciplina", a história natural (HAMON 1993, p. 27). Nas suas palavras:

A descrição exata e a história fiel de cada coisa é, como havia dito, o único objetivo que devemos buscar. Na descrição devemos considerar a forma, o tamanho, o peso, as cores, as situações de repouso e de movimento, a posição das partes, suas relações, sua figura, sua ação e todas as funções exteriores, e se possível, agregar a tudo isso, as partes inferiores; a descrição será então mais do que completa [...] (BUFFON 1749, p. 29-30).

Assim, mesmo com as restrições que o procedimento descritivo enfrenta em variados tipos discursivos, na escrita da história seu emprego é fundamental. Essa relevância enseja questionamentos: qual o efeito da descrição no texto? O que, afinal, seu emprego proporciona? Para Hamon, toda descrição estabelece um pacto de comunicação, ou seja, seu aparecimento provoca a criação de uma nova expectativa, uma nova associação de leitura (HAMON 1993, p. 37).

A relação se estabelece porque o descritor se coloca como conhecedor das coisas (em uma descrição realista ou enciclopédica), conhecedor de seu texto (nas descrições prospectivas ou recapitulativas), ou mesmo como conhecedor de outros textos (no caso de descrições irônicas) (HAMON 1993, p. 38). Dessa forma, o agente descritor cria uma figuração específica cuja existência irá produzir o “fazer-crer” persuasivo, ou seja, a partir desse pacto o leitor poderá crer na fidelidade da descrição. O acreditar, então, é antes resultado do agente que descreve do que objeto descrito (HAMON 1993, p. 39).

O pacto também é um fator que distingue a descrição da narração.³ Cada procedimento produz, assim, uma expectativa específica.⁴ Conforme Hamon, no descritivo o horizonte de espera se deposita nas estruturas semióticas de *superfície*, isto é, na estrutura lexical e não na armadura lógico-semântica do texto.⁵ Isso faz com que a técnica demande uma memória diferente daquela exigida pela narrativa: trata-se antes de *reconhecer* do que de *compreender*.⁶ A descrição pressupõe, então, uma competência de verificação, enquanto a narração reivindica a capacidade de modificação (HAMON 1993, p. 41). Hamon resume:

Reconhecimento (do saber comum) ou *aprendizagem* (de um saber novo) seriam então duas atividades do descriturário [o receptor da descrição] que se poderia opor à *compreensão* que demanda a estrutura narrativa [...]. Tratam-se, antes, de questões dominantes de cada modo do que de oposições irreduzíveis (HAMON 1993, p. 42).

110

Dessa forma, o enunciado descritivo demanda a memória e o reconhecimento do leitor. O naturalista bávaro Karl von Martius parece concordar. Na sua dissertação acerca de *Como se deve escrever a história do Brasil*, premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Martius sustenta:

³ Essa oposição, contudo, é moderna. Na antiguidade, informa Perrine Galand-Hallyn, os retores gregos e latinos não buscavam estabelecer distinções entre a descrição e a narração (GALAND-HALLYN 1994, p. 324).

⁴ Molino fornece uma perspectiva diferente. Para o autor, ainda hoje, não há oposição entre esses dois procedimentos (MOLINO 1992, p. 376).

⁵ Em outras palavras, a expectativa na descrição reside antes na superfície do que na profundidade. A partir dela, creio ser possível defender que o descritivo, para utilizar a partição proposta por Gumbrecht, participa antes da *cultura de presença* do que da *cultura de sentido*.

⁶ Por outro lado, é imperativo recordar que tratam-se de dois tipos estruturais que interagem perpetuamente. Afinal, há sempre descrição dentro da narração e narração dentro da descrição. São, enfim, duas tendências textuais que não podem ser encontradas de modo perfeito (HAMON 1993, p. 91). Há, contudo, perspectivas, como a de Lukács, que tendem a acentuar a distinção entre os dois modos. A análise do crítico, não obstante, parece imobilizada no tempo. O teórico húngaro retoma antigas prescrições em relação à descrição de forma a censurar sua utilização. Mesmo assim, Lukács reconhece que todo escritor descreve (LUKÁCS 1966, p. 177). A descrição surge no momento em que a composição épica perde espaço (LUKÁCS 1966, p. 187). A oposição entre ambos define a própria descrição. Assim, o épico situa suas ações no passado e, ao narrar retrospectivamente, fornece um sentido compreensível para o leitor (LUKÁCS 1966, p. 189). A descrição, ao contrário, é realizada no presente, pois é a partir de um objeto visualizado que ela se constitui (LUKÁCS 1966, p. 190). Com isso, o procedimento é uma espécie de mero relato de costumes. Isso o torna superficial porque o afasta do princípio épico de seleção dos acontecimentos (LUKÁCS 1966, p. 191). Essa ausência de critérios seletivos faz com que o descritivo não reconheça a distinção entre o importante e o desimportante. Isso é perceptível na autonomização dos detalhes, que tem consequências desastrosas para o relato (LUKÁCS 1966, p. 193). O detalhamento, enfim, é incapaz de produzir uma representação verdadeira do objeto descrito (LUKÁCS 1966, p. 196).

No que diz respeito aos leitores em geral, deverá lembrar-se em primeiro lugar que não excitará nenhum interesse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais íntimas do país, *sem serem precedidos os fatos históricos por descrições das particularidades locais da natureza*. Tratando o seu assunto, segundo este sistema, o que já admiramos no Pai da história, Heródoto, encontrará muitas ocasiões para pinturas encantadoras da natureza. *Elas imprimirão à sua obra um atrativo particular para os habitantes das diferentes partes do país, porque nestas diversas descrições locais, reconhecerão a sua própria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos* (MARTIUS 1973, p. 400, grifos meus).

Tal como Varnhagen na citação precedente, Martius também defende uma descrição particularizada da natureza. O procedimento, como se percebe, deve anteceder a narração dos eventos e fatos históricos. Essa necessidade também será ressaltada por Varnhagen, como tentarei demonstrar. Destarte, a escrita da história adquire uma formulação específica e permite ao leitor, por meio dessas pinturas da natureza, reconhecer o território de sua nação, como se a própria paisagem estivesse diante de seus olhos. A noção de pintura, aliás, reforça a dimensão visual inerente ao descritivo. Como se constata a partir das acepções do termo nos dicionários dos séculos XVIII e XIX, descrição expressa uma pintura elaborada a partir de palavras.⁷ Os enunciados descritivos, ademais, produzem – ou são elaborados com o intuito de produzir – reconhecimento no leitor. Consoante Hamon, é justamente esse princípio que permite ao descritivo ser compreendido como a expressão de uma realidade, produzindo assim o *efeito de real* (HAMON 1993, p. 43). Exatamente por isso, creio que esses procedimentos podem ser concebidos como tentativas de presentificar a natureza. Aqui se faz necessário, portanto, desenvolver a proposta de Gumbrecht.

111

Produção de presença

Gumbrecht tem se dedicado a refletir sobre a história há alguns anos.⁸ Ele afirma que, nesse campo, há técnicas que produzem a sensação (ilusão) de presença, ou seja, de que mundos do passado possam ser novamente acessados (GUMBRECHT 2010, p. 123). Esse aspecto é fundamental porque a presença, por paradoxal que isso seja, nem sempre é material. Ela pode ser também uma sensação, um desejo, um anseio. Assim, ela não está condicionada pela materialidade. Afinal, a presença “real” em uma descrição seria, evidentemente, irrealizável. Por isso mesmo, é possível almejar a ilusão ou o *efeito de presença*. Gumbrecht menciona esse aspecto na sua tentativa de

⁷ No *Vocabulário Português Latino*, de Raphael Bluteau, *descriçãcam* corresponde a: “Definição imperfeita. Representação, ou pintura de alguma coisa com palavras” (BLUTEAU 1713, tomo 3, p. 115, grifo meu). A grafia parece ter mudado mais do que a definição, pois, no século seguinte, de acordo com o *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, *descriçãço* significa: “Pintura, debuxo de algum objeto, com palavras” (MORAES SILVA 1813, p. 565).

⁸ Para o conhecimento pormenorizado dessa questão, remeto ao artigo de Valdeci Araujo sobre a historiografia de Gumbrecht (ARAUJO 2006).

produzir presença, na obra *Em 1926: vivendo no limite do tempo*.⁹ Após discorrer sobre as escolhas e os métodos empregados na elaboração do texto, o autor distingue o *desejo* da *ilusão* de mediação (GUMBRECHT 1999, p. 485). Em outras palavras, a incapacidade de concretizar o anseio de presença não deve eliminar a tentativa.

Mas o que, afinal, é possível entender por *produção de presença*? Trata-se de uma alternativa que destaca o aspecto material, corpóreo e espacial no contato entre os homens e o mundo que os cerca.¹⁰ Nas palavras do autor:

Falar de “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. Pode ser mais ou menos banal observar que qualquer forma de comunicação implica tal produção de presença; que qualquer forma de comunicação, com seus elementos materiais, “tocará” os corpos das pessoas que estão em comunicação de modos específicos e variados – mas não deixa de ser verdade que isso havia sido obliterado (ou progressivamente esquecido) pelo edifício teórico do Ocidente desde que o *cogito* cartesiano fez a ontologia da existência humana depender exclusivamente dos movimentos do pensamento humano (GUMBRECHT 2010, p. 38-39).

É válido ressaltar, e o autor destaca isso amiúde, que não se almeja substituir a produção de sentido para sublinhar a materialidade. O escopo é, antes, fornecer alternativas ao predomínio do paradigma que destaca o sentido.¹¹ Afinal, tanto as culturas quanto os objetos culturais podem ser analisados a partir desses dois paradigmas.¹² Evidentemente, é comum que o sentido ou a presença sejam naturalmente acentuados em objetos específicos (GUMBRECHT 2010, p. 41). A materialidade de cada objeto da experiência estética tenderá a destacar um ou outro efeito (GUMBRECHT 2010, p. 138). Por exemplo, um texto fará sobressair a *dimensão do sentido*; entretanto, ele também pode evocar a *dimensão da presença* na medida em que se considera a tipografia, o ritmo da linguagem etc. Ora, como dito, a descrição também impõe uma

112

⁹ Nas palavras do autor, o intuito da obra é “Fazer pelo menos alguns leitores esquecerem, durante o processo de leitura, que eles não estavam vivendo em 1926. Em outras palavras: evocar alguns dos mundos de 1926, re-presentá-los no sentido de torná-los novamente presentes” (GUMBRECHT 1999, p. 10).

¹⁰ Para uma crítica acerca das propostas de Gumbrecht, remeto ao debate entre o autor e a historiadora Andrea Daher publicado no jornal *O Globo* nos dias 19 e 26 de fevereiro, e 5 e 12 de março de 2011.

¹¹ A contestação da interpretação, de fato, não é original. Na década de 1960, Susan Sontag já defendia, no ensaio *Against Interpretation*, uma nova forma de apreensão da experiência estética. A crítica norte-americana identificava uma cultura baseada no excesso, na sobreprodução, que teria por consequência a perda da experiência sensorial (SONTAG 1964, s/p.). A interpretação, dessa forma, seria sempre reducionista: “Interpretar é empobrecer, esgotar [*to deplete*] o mundo – com o intuito de construir um mundo de sombras de “significados” (SONTAG 1964, s/p.). Sontag não busca vetar a descrição ou a paráfrase sobre a arte, e sim questionar a forma como isso deve ser feito. Para isso é necessário, então, redobrar a atenção em relação à forma (em detrimento do conteúdo) da arte: “Se o excessivo destaque sobre o conteúdo provoca a arrogância da interpretação, uma descrição mais extensa e profunda da forma produzirá silêncio. É necessário um vocabulário – um vocabulário descritivo, e não prescritivo – para as formas” (SONTAG 1964, s/p.). O objetivo, enfim, é “recuperar nossos sentidos. [Para isso] Devemos aprender a *ver* mais, a *ouvir* mais, a *sentir* mais (SONTAG 1964, s/p.).

¹² Valdeci Araujo inclusive vale-se dessa distinção entre *cultura de sentido* e *cultura de presença* para analisar a história da historiografia, mais precisamente as obras de Heródoto e de Tucídides (ARAUJO 2006, p. 323).

expectativa específica e, portanto, uma leitura diferenciada (retornarei a isso adiante) (GUMBRECHT 2010, p. 139). As poesias ilustram apropriadamente essa tensão, pois encontram-se sempre em uma situação de oscilação entre sentido e presença (GUMBRECHT 2010, p. 40). Gumbrecht resume: "A presença e o sentido, porém, sempre aparecem juntos e sempre estão em tensão. É impossível compatibilizá-los ou reuni-los numa estrutura fenomênica 'bem equilibrada'" (GUMBRECHT 2010, p. 134).

A presença e o sentido, portanto, não são complementares. Cada dimensão produz efeitos específicos e se insere em uma cultura particular. Gumbrecht assim identifica uma tipologia binária, que opõe *cultura de sentido* (mais próxima da modernidade) e *cultura de presença* (mais próxima do medievo) (GUMBRECHT 2010, p. 105). Todas as culturas podem ser analisadas a partir dessa tipologia, afinal a integralidade das relações pode congrega *efeitos de sentido* e *efeitos de presença* (GUMBRECHT 2010, p. 105-106). Esses conceitos são tipos ideais e possuem características próprias. Dessa forma, a *cultura de sentido* se baseia na consciência e no pensamento. É justamente isso que a aproxima da dimensão da *temporalidade*, pois há um vínculo entre a consciência e o aspecto temporal (GUMBRECHT 2010, p. 110).

A *cultura de presença*, por sua vez, está fundamentada no corpóreo. Justamente o entorno dos corpos participa das relações entre estes e o mundo, e entre os seres humanos. Por isso, a dimensão principal aqui é o *espaço*. Retenhamos essa distinção entre tempo e espaço, pois ela será fundamental na proposta de interpretar o procedimento descritivo como *produtor de presença*. Resta, portanto, compreender como é possível produzir presença. Consoante Gumbrecht, há formas de obter o *efeito de presença* em três áreas diferentes: *estética (epifania)*, *história (presentificação)* e *pedagogia (dêixis)*. Neste estudo, o segundo ponto é o mais relevante.

A presença no campo da história é pensada como uma forma de preencher o presente alargado com artefatos do passado e reproduções desses objetos. Como se percebe, a reflexão de Gumbrecht aqui não aborda a história enquanto disciplina acadêmica, mas versa sobre a situação contemporânea que, na sua leitura, encontra-se pautada pelo esgotamento do seu aspecto didático. Diante desta "cisão", o presente se amplia e permite o desenvolvimento do desejo de presentificação que, por sua vez, enseja a acumulação de pretéritos e mundos diferentes em uma esfera de simultaneidade (GUMBRECHT 2010, p. 152). As técnicas de presentificação tendem sempre a enfatizar a dimensão espacial, porque somente ela permite a construção da ilusão de se alcançar o passado, de tocá-lo (GUMBRECHT 2010, p. 154).

A *função* dessa presentificação, se é que podemos classificá-la dessa forma, é uma espécie de fuga, de recuo frente ao futuro que, por um lado é incerto e ameaçador, e, por outro, encerra o momento da mortalidade (GUMBRECHT 2010, p. 155). Assim, a presentificação deve ser gozada, aproveitada, deve estar, enfim, livre da necessidade de um ganho pragmático, um proveito real, como o ensino ou a dimensão didática. Por isso, o afastamento da história

pensada como disciplina. E igualmente por isso, o anseio de presentificação adquire um aspecto sensual, corporal, físico, a despeito de sua concretude ou não. Segundo Gumbrecht:

A cultura histórica não pode deixar de viver entre esse esforço para satisfazer seu desejo de presença e a consciência de que esta é uma tarefa impossível. [...] logo que a cultura histórica opta abertamente por esse desejo de re-presentação (que não é dado), ela também não pode deixar de ser irônica, já que então representa o passado como uma "realidade", embora saiba que todas as representações são simulacros (GUMBRECHT 1999, p. 471-472).

Mesmo assim, o autor fornece subsídios que permitem considerar a *cultura de presença* dentro do fazer historiográfico. Tentarei mostrar que, na escrita da história, a função da presentificação responde a outros critérios, embora não descarte a preocupação estética e prazerosa com o texto – aliás, já destacada no que concerne ao enunciado descritivo por Hamon. Para este autor, o enunciado também é fonte de prazer estético, posto que há satisfação em consultar, trocar léxicos, constituir séries e produzir estoques (HAMON 1993, p. 74).

No prosseguimento de sua reflexão, Gumbrecht então evoca outros elementos que fornecem alternativas para pensar a *produção de presença* através das palavras. Em artigo recente, por exemplo, define de forma mais sucinta o que entende por presença: "aquilo que não é linguagem" (GUMBRECHT 2006, p. 317).¹³ A partir daí, o autor cita sete pontos de "amalgama" entre linguagem e presença, isto é, formas pelas quais a linguagem pode produzir presença, a saber: linguagem como presença, a presença a partir do trabalho filológico, a linguagem capaz de desencadear a experiência estética, a linguagem da experiência mística, a abertura da linguagem em direção ao mundo, a literatura como epifania e, por fim, a presentificação do passado (GUMBRECHT 2006, p. 318). Enfim, há várias maneiras, como se percebe, de construir presença por meio da linguagem.

Neste artigo, gostaria de destacar apenas um desses pontos de amalgama, qual seja, a ideia de que as palavras podem apontar para as coisas. O próprio autor sublinha esse aspecto:

No entanto, voltemos à questão de como a linguagem pode tornar o passado presente. O modo mais elementar de realizar isso reside, evidentemente, nas linguagens que apontam (quase literalmente "apontam" por meio de partículas dêiticas) para objetos e lugares que fornecem uma presença material ao passado dentro de um presente temporal (GUMBRECHT 2006, p. 324).

A partir desse excerto, portanto, exponho o argumento que perpassa este artigo: creio ser possível conceber os enunciados descritivos justamente como "linguagens que apontam". A descrição, ao destacar a visualidade de

¹³ Há uma tradução em português desse artigo: GUMBRECHT 2009.

algo, como mencionei acima, mostra, indica, aponta, enfim, para essa “realidade”, evocando a materialidade e, desta forma, tornando-a presente. Trata-se de um efeito de linguagem, metafórico, é imperativo ressaltar, que presentifica o objeto descrito. Além disso, se a dimensão da presença sobressai no texto a partir da consideração de aspectos alternativos, recordo que o enunciado descritivo também impõe uma leitura diferenciada (não em relação ao seu ritmo, mas em relação ao seu conteúdo), posto que tende a se opor à linearidade da narrativa e, desta forma, engendra uma expectativa diferente no leitor, formalizando o pacto. Tais fatores, enfim, permitem conceber o descritivo como o anseio por *produção de presença*.

São, aliás, significativas as palavras empregadas por Gumbrecht para exemplificar essa amálgama específica. O autor afirma que teve a impressão de presença ao ler o esboço autobiográfico do físico Erwin Schrödinger que, aspecto fundamental, devido à sua “obsessão pela precisão descritiva” [*obsession with descriptive preciseness*] recusou a abstração inerente aos conceitos e permitiu aflorar o *efeito de presença* (GUMBRECHT 2006, p. 322). Ora, se o detalhamento pode ser concebido como fomentador de materialidade, mesmo que de forma ilusória, a descrição produz presença.¹⁴

O segundo exemplo fornecido por Gumbrecht para demonstrar a *produção da presença* através da linguagem reside na historiografia de Michelet. A ilustração é relevante porque na escrita micheletiana, de acordo com Roland Barthes, pululam quadros e imagens, ou seja, há uma dimensão visual evidente:

Os quadros históricos (por exemplo, a Flandres do século XV) não faltam em Michelet, e são sempre portadores de uma euforia, pois eles saciam, suspendem ao mesmo tempo a fadiga e a ignorância, dão o repouso, a inspiração e o olhar. Contrariamente ao relato, que reduz o corpo do historiador à classe de objeto, o quadro (o sobrevoo) coloca Michelet mais ou menos na posição de Deus, cujo poder maior é precisamente o de manter reunidos, numa percepção simultânea, momentos, acontecimentos, homens e causas que são humanamente dispersos através dos tempos, dos espaços ou das ordens diferentes. O quadro ocupa o lugar das antigas cosmogonias: em ambos os casos, a história humana é percebida como uma criação (aqui divina, lá micheletista), ou seja, como um objeto cujo fabricante encontra-se fora, e até acima, situado num plano diferente, de onde se olha sem ser visto (BARTHES 1991, p. 20).

Enfim, a *produção de presença* proposta por Gumbrecht é útil na medida em que permite expor uma dimensão que o sentido não pode abarcar na sua totalidade, para recorrer ao subtítulo da obra. Se todo objeto cultural é passível de ser visto sob essas duas perspectivas, as descrições, creio, remetem antes

¹⁴ Na sequência do artigo, Gumbrecht estabelece uma distinção entre um uso analógico da linguagem (presença) e um uso digital (narração e descrição) que implica a conceitualização do que foi narrado (GUMBRECHT 2006, p. 325). A distinção não parece apropriada porque, em primeiro lugar, narrativa e descrição, como visto, não podem ser agrupadas em um grupo único devido a suas diferenças formais. Além disso, a descrição implica, como venho tentando demonstrar, na visualidade e, nesse sentido, em certa materialidade ou, ao menos, a ilusão disso.

ao viés da *presença* do que ao campo do *sentido*. Desta forma, acrescento ainda que, segundo Lafon, embora o descritivo fosse objeto de ressalvas nos romances setecentistas, ele não deixava de aparecer nas obras. O motivo é que as descrições apresentavam um escopo essencial: o de manter o contato com o leitor. Essa função fática, expressa de diferentes formas, era fundamental para a manutenção da importância da descrição (LAFON 1982, p. 306).¹⁵ Nesse ponto, afasto-me da proposta gumbrechtiana.

Afinal, adotar a epistemologia de Gumbrecht não significa aceitá-la na sua integralidade. A premissa do autor é ultrapassar a exclusividade do sentido nas Humanidades e Artes. Por isso, ele tende a considerar a *produção de presença* como uma forma de destacar a fruição, o gozo desse contato com a materialidade do passado. Não desconsidero tal perspectiva. Apenas vejo-a como incompleta, pois dentro das obras ou dos relatos historiográficos, a descrição e, portanto, a presença não se resumem ao prazer estético. São também formas de construção do argumento historiográfico e participam da autenticação do relato. Creio que a forma, por exemplo, de Martius ver a natureza como uma chave de leitura para interpretar a história demonstra esse aspecto funcional múltiplo a que me refiro (GUIMARÃES 2000). Ademais, a inserção das descrições em lugares específicos do texto, como sugere Martius, também demonstra isso. Para Gumbrecht, em sua oposição binária, expressão de um programa de construção de uma alternativa ao sentido, qualquer esforço interpretativo tende a eliminar o *efeito de presença*. A presentificação que proponho para o século XIX a partir das descrições, evidentemente, diverge dessa presentificação pós-moderna que vê o passado de forma apenas superficial.¹⁶ No pretérito do século XIX, o espaço é mais profundo.

116

Araujo demonstra, nesse sentido, que a presença está para além do prazer. Para o historiador, mesmo a historiografia de Ranke não só não abandonou o desejo de contato com o passado, como ao contrário, pode ter mesmo o estimulado, na medida em que impulsionou o historiador para dentro dos arquivos. Nas suas palavras: "Esse prazer pelo documento, que exige do historiador moderno um enorme esforço para se ater ao fio cronológico da narrativa, parece indiciar essa nostalgia do contato com o mundo que é o contraposto às culturas de sentido" (ARAUJO 2006, p. 325). O prazer aqui não se resume ao contato, pois o arquivo (ou seja, a presença) é, sobretudo, uma forma de comprovar a escrita da história. Assim, a presentificação não pode ser resumida ao gozo estético – até porque Gumbrecht também considera a possibilidade de oscilação com o sentido. Por isso, embora criticado e matizado, esse anseio de imediação com o passado não foi eliminado da vocação do

¹⁵ Para o autor, o abandono dessa função permitirá aos críticos conceber a descrição como um clichê insuportável (LAFON 1982, p. 312).

¹⁶ Gumbrecht identifica, no final do século XX, o ingresso na pós-modernidade. Nesse momento, também se percebe uma modificação em relação ao passado. Araujo resume: "Também a relação com o passado torna-se diferente, a vaga cultura nostálgica transforma-se em um desejo de viver no passado, embora não mais o passado profundo da cultura histórica, mas um tipo de passado superficial, caracterizado por sua materialidade e possibilidades de usos em cenários de simultaneidade de referências" (ARAUJO 2006, p. 320).

historiador (ARAUJO 2006, p. 325).¹⁷ Tentarei, então, demonstrar como ele pode ser identificado na escrita da história de Varnhagen.

Presentificando a natureza

Retornemos, então, ao conteúdo principal deste artigo: a presença. Após abordar o procedimento descritivo e relacioná-lo com a epistemologia da *produção de presença*, tentarei agora ilustrar como a natureza é presentificada na escrita da história do século XIX. Varnhagen é bastante explícito no seu anseio por presentificação, e isso é perceptível na descrição da paisagem do Rio de Janeiro. Como é frequente nos exercícios descritivos, a operação é anteriormente avisada, explicitada, de modo a demarcar seu enquadramento (HAMON 1993, p. 46). O descritivo, exatamente por não dispor de um estatuto definido, procura multiplicar seus sinais autorreferenciais ou metalinguísticos que almejam destacá-lo no fluxo textual (HAMON 1993, p. 65).¹⁸

Assim, na seção XIX do tomo primeiro da *Historia geral do Brazil*, Varnhagen dedica-se a tratar da fundação da cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro. Tal como havia sugerido Martius, antes de narrar os eventos é preciso descrever o espaço no qual eles se inserem. O historiador então pontifica:

E agora que o teatro de nossas emoções se transfere a esta paragem, convém que o leitor a tenha presente, para o que nos esforçaremos por lhe transmitir uma leve ideia das cenas em cuja descrição quase imaginamos que todas as palavras se nos desbotam (VARNHAGEN 1854, p. 247-248, grifo meu).

117

O vocabulário metalinguístico, assim, marca o início do enunciado descritivo. A expectativa do leitor, por conseguinte, é alterada e, dessa forma, ele se prepara para absorver a cena, presenciá-la. Como recorda Gumbrecht, a oscilação natural entre uma *cultura de sentido* e uma *cultura de presença* pode ocorrer no texto a partir da oscilação entre *narrativa* e *descrição* (GUMBRECHT 2010, p. 138). Entretanto, como defendi acima, não se trata apenas de gozar essa materialidade ou de satisfazer-se com o *efeito de presença*. Isso porque, como se percebe no excerto, convém ao leitor o conhecimento dessa paisagem. Afinal, o território e o espaço são fundamentais para a própria escrita da história. É isso que assevera Rodrigo de Souza da Silva Pontes no seu trabalho intitulado *Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à história e geografia do Brasil*, publicado na *Revista do*

¹⁷ O estilo empolado, a escrita viva e a noção de pintura da natureza, advogados por Varnhagen, permitem identificar na sua escrita a *cor local*. Esse recurso narrativo, caro a historiadores oitocentistas, também expressa o desejo de imediação com o objeto estudado. No contexto francês, narrativistas como Barante e Thierry defendiam o acesso direto ao passado a partir da reprodução das crônicas medievais que eram transcritas em suas obras (FLUCKIGER 1995, p. 75).

¹⁸ Essa demarcação é realizada por meio de vários elementos como preterições, tom, ritmo, marcas morfológicas, léxico particular e figuras retóricas (metáforas, metonímias e sinédoques). Esses recursos, lembra Hamon, são historicamente localizáveis e podem ser identificados em escolas literárias, tendências de escrituras etc. (HAMON 1993, p. 66). Muitas vezes, essa demarcação é realizada a partir de termos metalinguísticos, como *retratos*, *descrições* e *paisagens*, o que reforça a identificação da *cor local* nesses extratos descritivos.

IHGB em 1841. Para o autor, as excursões científicas permitem não só obter documentos importantes para a escrita da história, mas também possibilitam o contato do historiador com os locais nos quais os eventos ocorreram (SILVA PONTES 1841, p. 151).

Dessa forma, a geografia e o espaço não são apenas fatores acessórios, mas fundamentos da explicação historiográfica, porque, afinal, muitas vezes o conhecimento da paisagem permite ao historiador dirimir questões acerca da interpretação histórica. Por isso, ao contrário do que Gumbrecht sugere, o *efeito de sentido* e o *efeito de presença* podem ser complementares na escrita historiográfica. É justamente o conjunto, a união entre eles, que fornece a explicação mais adequada e a presentificação apropriada. Cientes, podemos agora retomar a descrição de Varnhagen:

É o porto que por um notável engano corográfico, se ficou chamando Rio de Janeiro, e que melhor diríamos Baía de Janeiro, um verdadeiro seio do mar, que, sem exageração, podia conter em si todos os navios, que hoje em dia cruzam os oceanos, ou fundeiam em seus ancoradouros. – É mais que uma enseada ou simples lagamar: é um grande golfo ou antes um pequeno mar mediterrâneo, que por um exíguo estreito de oitocentas e cinquenta braças de largura se comunica com o Atlântico; é um prodígio da natureza, tal que aos mesmos que o estão admirando lhes está parecendo fabuloso (VARNHAGEN 1854, p. 248, grifo meu).

118

A descrição que ora transcrevo e que tentarei tratar de modo pormenorizado é justamente aquela na qual Varnhagen se refere na resposta ao geógrafo francês d’Avezac. Como dito, o historiador nacional não hesita em dotar a paisagem de sentimento, aliás, é isso que qualifica sua descrição. O fragmento adquire então o que poderíamos chamar, em um vocabulário antigo, *enargeia* ou *vividez*, ou seja, a energia que é capaz de, justamente, colocar o objeto descrito sob os olhos do leitor, ou, no caso em questão, presentificar a paisagem. Por isso, mesmo anunciando que não irá extrapolar as informações, o historiador assevera que a baía do Rio de Janeiro é tão extensa que nela caberiam todos os navios existentes. Eis o *estilo empolado*.¹⁹ Como se nota, Varnhagen recorre à idealização ao mesmo tempo em que procura ser exato e minucioso ao reproduzir as medidas da largura da baía.²⁰ Esses dois efeitos são válidos, pois afinal, trata-se de um prodígio da natureza. É significativa, também, a forma como Varnhagen encerra esse primeiro parágrafo da descrição, dando a entender que aqueles que leem o texto estão olhando e reconhecendo essa magnitude e que esse processo é feito no exato momento da leitura. Voltarei a esse ponto. O historiador prossegue:

¹⁹ O termo *empolar* está presente no *Vocabulário* de Bluteau. A acepção que mais se aproxima do possível sentido empregado por Varnhagen é enriquecer (BLUTEAU 1713, tomo 3, p. 66). Há também referência à expressão *estilo empolado*. Creio justamente que é esse enriquecimento, ou, em termos narrativos, o detalhamento da descrição, que possibilita a aproximação entre observador e objeto, escopo almejado por Varnhagen conforme tento demonstrar.

²⁰ As medições caracterizam, segundo Molino, a descrição científica: “Com efeito, uma descrição propriamente científica não se serve da linguagem natural: ela é caracterizada pelo emprego de uma

Não há viajante antigo ou moderno que não se extasie ante uma tal maravilha do Criador. Os que têm corrido os empórios do Oriente, visto as cenas do Bósforo, admirado os contrastes da deliciosa baía de Nápoles, em presença das cimas mais ou menos fumegantes do seu Vesúvio, todos são unânimes em reconhecer que esses considerados portentos da hidrografia, ficam a perder de vista, quando se comparam ao que *ora temos presente*. Assemelha-se antes em ponto maior a um dos lagos do Salzkammergut, ou ainda da Suíça ou da Lombardia, com águas salgadas em vez de doces, e com verdura variegada em vez de neve, nos mais altos serros que se descobrem ao longe (VARNHAGEN 1854, p. 248, grifo meu).

Nesse trecho, o historiador assevera que é impossível não se admirar com a região. Viajantes antigos e modernos, que passaram por esse espaço, ficaram deslumbrados. E aqui um tema caro ao romantismo: a ideia da paisagem e da natureza como uma criação de Deus. Como recorda Eduardo Vieira Martins, o romantismo criou uma nova convenção para retratar e descrever a natureza. Entre as características desse modelo original, reside a percepção da floresta a partir de uma perspectiva religiosa (MARTINS 2005, p. 234). Assim, a exuberância natural da nação deve ser vinculada à existência do criador. Outro aspecto que salta aos olhos também são os cotejos em relação a outras grandes regiões do mundo. Aliás, a prática das comparações dentro das descrições é também um exercício corrente, como se percebe pela construção de paralelos (HAMON 1993, p. 120). Isso possibilita ao leitor destacar a importância do lugar que é o objeto principal da técnica descritiva. Assim, Varnhagen compara a baía do Rio de Janeiro com territórios do ocidente e do oriente, para afirmar que o porto nacional sobressai em relação a todos. Novamente o vocabulário empregado leva a crer que o leitor tem a paisagem diante dos olhos, quando o historiador afirma que se refere ao porto que *ora temos presente*. A descrição continua:

As serranias azuladas pela distância, em que píncaros alcantilados e nus parecem encarapitar-se a desafiar as nuvens, abarrecendo contra elas dos furacões o porto por esse lado, fazem contraste com os outeiros de terra avermelhada, em cujos cimas coroadas de palmeiras ondeiam estas os ramos com a viração da tarde. Os morros graníticos, a lugares descarnados, de forma mais ou menos regularmente cônica, que atalaíam toda a baía, contrastam igualmente com as várzeas e encostas vestidas de vigorosa vegetação perene, cuja bela monotonia eles estão nem que colocados ali para quebrar (VARNHAGEN 1854, p. 248).

Neste excerto, a combinação entre idealização e precisão acentua-se. A natureza exuberante parece viva e é exposta como um ser pulsante, capaz de desafiar as nuvens devido à altura de suas montanhas. Os verbos de ação (píncaros *encarapitam-se*, morros *atalaíam*) associados à natureza tornam-na dinâmica, vívida, tal como a descrição da paisagem literária sugerida por Paule

disciplina abstrata" (MOLINO 1992, p. 380). Aliás, Molino afirma que as ciências humanas distinguem-se das demais ciências exatamente porque ainda se valem da linguagem natural para construir a linguagem artificial, isto é, ainda empregam descrições de caráter "literário" (MOLINO 1992, p. 380).

Richard. Segundo o autor, no século XIX, uma nova forma de retratar a natureza, marcada por expressões que remetem a imagens e sonoridades, passa a vigorar (RICHARD 1988, p. 137). Os contrastes (serranias *versus* outeiros, morros graníticos *versus* várzeas e encostas) também pululam, revelando a vivaz relação dos elementos naturais. Varnhagen se concentra ainda em cores (serranias *azuladas*, terra *avermelhada*), formas (*cônicas*) e substâncias (*palmeiras*, *morros graníticos* e *vegetação*), como a destacar a materialidade, ou seja, a presença dessa paisagem. Além disso, são esses atributos e características que conformam a nova convenção romântica, salientada acima por Martins, que se esboça sobre a natureza nacional. Olhemos novamente para o panorama:

Entre esses morros, dois acham-se como de sentinela, para registrar a entrada da barra. Chamam-se em virtude das suas formas o *Pão de Açúcar* e o *Pico*. Mais para o sul levanta-se a *Gávea*, que parece ter no alto um tabuleiro como as dos mastros dos navios. Outro morro parece postado nem que para oferecer sobre si um ponto quase no firmamento, de onde o homem fosse absorto admirar o conjunto de tantos prodígios. Por estar como vergado, a fim de permitir mais fácil subida, lhe chamaram o *Corcovado*, denominação esta que, além da falta de caridade da parte de quem a deu, envolve uma espécie de ingratidão dos que *ora a seguimos* (VARNHAGEN 1854, p. 248-249, grifo meu).

120

Da mesma forma que o historiador alerta o leitor antes de ingressar na descrição, também a natureza parece avisar o viajante quando este, antes de penetrá-la, depara-se com duas sentinelas, dois morros que a velam.²¹ A própria paisagem parece se oferecer à contemplação do homem na medida em que um dos morros, situado no ponto do firmamento, torna-se o lugar ideal para a observação. E o Corcovado verga-se para permitir a esse observador mais fácil subida até o cume. Varnhagen parece, com isso, oferecer um mapa para esse leitor/viajante que, guiado pelo historiador, arrisca-se a adentrar nessa paisagem. A expressão *ora a seguimos*, em relação ao emprego do nome Corcovado, remete mais uma vez a essa ideia de presente imediato, de uma relação de simultaneidade entre o historiador e o leitor, entre o descritor e o observador. Até porque, como dito, na *cultura de presença*, não é o tempo o vetor principal. A descrição pode ser lida mesmo de forma atemporal: a natureza estará sempre ali e basta ao leitor percorrer as páginas da obra para recuperá-la. O tempo da escrita é simultâneo ao tempo da leitura.

Outro aspecto importante se refere ao emprego da nomenclatura. Ao nomear a paisagem, Varnhagen lhe confere coerência e introduz um agente de unificação, de acordo com Bernard Vouilloux (1988, p. 40). Embora tratando de descrições de quadros reais, creio que a noção permanece válida aqui, pois ao nomear a descrição do objeto, o historiador identifica a paisagem e permite produzir reconhecimento no leitor.

²¹ Gumbrecht, em uma tipologia alternativa em relação às distinções entre *cultura de sentido* e *cultura de presença*, afirma que a ideia de *penetrar* também é uma forma de presentificar (GUMBRECHT 2010, p. 114).

A prática pode ser percebida também na transcrição referida acima quando Varnhagen sugere que Baía de Janeiro seria uma denominação mais correta do que Rio de Janeiro. De qualquer forma, creio que Vouilloux sintetiza com propriedade: “Se ver o quadro permite ler um nome, ler o nome é prever o quadro” (VOUILLLOUX 1988, p. 41).

O elemento principal do enunciado descritivo que versa sobre a paisagem é, assim, o espaço. E este é vetor fundamental da *cultura de presença*. Façamos um parêntese na descrição para retomar a epistemologia da presença. Araujo, ao comentar o projeto de Gumbrecht, resume a distinção entre *efeito de sentido* e *efeito de presença* na historiografia, considerando a perspectiva do leitor:

No caso das narrativas historiográficas, os objetos do passado são retirados de suas funções pragmáticas, sem dúvida, mas reinseridos na realidade como índices de uma dada época histórica. Remontar essa época através desse objeto requer do leitor um esforço interpretativo. Esforço totalmente diverso requer a relação com o objeto enquanto fragmento não simbólico do passado; não se trata de produzir um sentido de distância, mas justamente sua dissolução pela experiência da força substancial do objeto que é apresentado (ARAUJO 2006, p. 327).

Essa caracterização pode ser sintetizada da seguinte forma: *cultura de sentido* implica em *interpretação* e, portanto, requer distanciamento entre sujeito e objeto; por outro lado, a *cultura de presença* fundamenta-se no *espaço* e, desta forma, demanda a aproximação entre sujeito e objeto. Fechado o parêntese, retomemos a descrição de Varnhagen. O historiador parece almejar exatamente isso: a redução da distância. Isso se torna evidente no final do procedimento:

E malgrado nosso lhe aplicamos também neste momento, *em que no seu cimo concebemos estas poucas linhas, tendo a nossos pés a cidade, e em torno dela suas vistosas chácaras, e alcançando a vista ao longe o horizonte onde o farelhão do Cabo Frio parece confundir-se com os plainos do Atlântico* (VARNHAGEN 1854, p. 249, grifo meu).

O historiador/guia está na paisagem no momento desta descrição. Ele redigiu, pena na mão, as linhas antecedentes justamente de cima do morro. O leitor o acompanhou neste trajeto: ultrapassou os vigilantes morros que guardavam o espaço, transpôs o outeiro que, vergado, permite ao viajante galgá-lo e, enfim, alcançou o cume. A leitura foi abandonada muitas linhas atrás; o leitor, agora, como um aventureiro, seguindo as indicações de seu guia, escala montanhas, atravessa rios, ultrapassa obstáculos. Ele, enfim, está próximo da natureza: pode tocá-la, senti-la.²²

²² Esse contato com a natureza se aproxima, em certo sentido, da proposta desenvolvida por Alexander von Humboldt para seus tratados científicos sobre a América. Mary Louise Pratt sustenta que o naturalista mesclou as duas formas correntes que caracterizavam a literatura europeia sobre o mundo não-europeu do final do século XVIII: a via científica e a via sentimental (PRATT 1991, p. 153). Assim, Humboldt criou o estilo que Pratt denominou de *estético-científico* cujo objetivo era reproduzir no

A ideia de percorrer a paisagem através de um trajeto, explorando pontos definidos, é também prática comum na técnica descritiva. Na ligação entre o topográfico e a descrição, as possibilidades são amplas. A descrição pode privilegiar a perspectiva (perto e longe), a verticalidade (alto e baixo) e a lateralidade (esquerda e direita) (HAMON 1993, p. 182). A direção adotada tem pouca importância, lembra Lafon. O essencial é evitar a dispersão do sentido (LAFON 1982, p. 310).

O personagem se coloca em uma posição privilegiada e isso lhe permite desdobrar uma descrição amplificada.²³ Do alto do morro sua visão é mais ampla, sustenta Hamon, o que permite ao descritor revelar um panorama (HAMON 1993, p. 172). Aliás, para Debray-Genette, o ponto de vista panorâmico é característico do historiador ou do geógrafo (DEBRAY-GENETTE 1982, p. 334). A sequência desse enunciado mostra exatamente isso. No parágrafo seguinte, Varnhagen prossegue, como se, sobre o cume, visualizasse o horizonte e o curso dos rios. Cito-o:

Do mais alto das serras que se elevam para o interior, manam por entre morros e outeiros uma porção de riachos e ribeiros, muitos dos quais, depois de precipitar-se de cachoeira em cachoeira, vão despejar suas águas em sacos e remansos ou pequenas enseadas, que como para receber aquelas se encolhem deste grande seio, vindo a consentir que entre cada duas de tais enseadas se avance e boje caprichosamente uma esbelta península, cujos airosos coqueiros se espelham nos dois mares, que de cada lado mandam ondas salgadas a chapinhar-lhe as faldas (VARNHAGEN 1854, p. 249).

122

Sim, não resta mais dúvida da exuberância da natureza da baía de Janeiro. O leitor foi capaz de vê-la, percorrê-la, presenciá-la. Seguiu os passos de seu

no leitor o prazer obtido com a contemplação imediata da natureza, sem, contudo, ameaçar a primazia da ciência (PRATT 1991, p. 155). Karen Lisboa sugere que Spix e Martius na obra *Viagem pelo Brasil* incorporam esse estilo descritivo empregado por Humboldt, e que ainda faz eco ao intuito de Goethe de unificar ciência e poesia (LISBOA 1997, p. 92). Varnhagen parece também buscar esse arrebatamento com as descrições da paisagem enunciadas na sua obra. O próprio historiador argumenta nesse sentido, ao afirmar que os quadros que apresenta são, de fato, comoventes. No entanto, se os objetivos de Spix, Martius e Varnhagen na descrição das paisagens se assemelham, os resultados de suas descrições parecem divergir. Afinal, trata-se de ofícios diferentes: para os naturalistas, a descrição é o fim da pesquisa, como, aliás, assevera Buffon acima; para o historiador, de modo diverso, o descritivo é parte da explicação. Além disso, as descrições de Spix e Martius na *Viagem pelo Brasil* oscilam, segundo Lisboa, entre duas formas de representar a natureza: as poéticas do *pitoresco* e do *sublime* (LISBOA 1997, p. 113). Essa ambiguidade entre representações diversas se desfaz diante do escopo científico que determina o papel dos viajantes bávaros. A descrição de Varnhagen difere porque, embora seja possível identificar aproximações com a poética do *pitoresco*, o *sublime* está ausente de sua perspectiva. Afinal, como já argumentou Luiz Costa Lima, na aclimação do ideário romântico ao Brasil, a natureza não estimulava o distanciamento ou a reflexão: "Sem a luta contra a sociedade instituída, o próprio contato com a natureza teria de assumir outro rumo, não o de estimular a auto-reflexão, mas o de desenvolver o êxtase ante sua selvagem maravilha" (COSTA LIMA 2007, p. 146). Para Varnhagen, assim, a natureza não encaminha sensações extravisíveis, como se espera do *sublime*, de acordo com Lisboa (1997, p. 98). Nesse sentido, a paisagem do historiador difere da construção engendrada por Spix e Martius.

²³ Aqui é possível aproximar o procedimento de Varnhagen da descrição redigida por Saint-Hilaire e estudada, de modo comparativo com a literatura de José de Alencar, por Martins. O botânico francês igualmente descreve a amplidão após alcançar o cume da serra descrita (MARTINS 2010, p. 44). O objetivo da descrição de Alencar, por outro lado, ultrapassa o descritivo e se converte em um elogio à natureza que almejava arrebatá-lo. A descrição precisava ser também poética (MARTINS 2010, p. 53 e 55). Ora, parece-me que aqui a descrição de Varnhagen da baía do Rio de Janeiro é bastante semelhante, como o próprio historiador sustenta no debate travado com d'Avezac.

guia e testemunhou sua riqueza. Mas essa abundância, revela Varnhagen, não está restrita a esse espaço. Seu projeto de história é nacional, assim como sua descrição da natureza. Dessa forma, esse pequeno quadro sintetiza uma imagem do restante da nação: "A configuração geral de um mapa deste porto do globo é, em ponto diminuto, a mesma que apresenta o Brasil todo; e não faltarão fatalistas que em tal forma vejam alguma mistificação" (VARNHAGEN 1854, p. 249). Em resumo, a exaltação e a descrição de um ponto específico da nação, tornam-se justamente a exaltação e a descrição de toda a nação.

Síntese da natureza brasileira, a descrição da baía de Janeiro demonstra a importância do procedimento descritivo para a economia da obra historiográfica. A paisagem, objeto da descrição, é, enfim, aproximada do leitor por meio do estilo empolado e dotado de emoção. A suspensão da distância entre sujeito e objeto, escopo almejado, acredito, por Varnhagen, é uma forma de colocá-la próxima dos olhos daquele que lê o relato. Com isso se configura o *efeito de presença*. Ademais, a descrição exige a competência de reconhecimento. Exatamente por isso, o descritivo fornece um atrativo particular para o leitor que também se vê presente à pintura. E como uma forma de demonstrar a autenticidade do relato, o próprio historiador se insere no quadro descritivo. Afinal, é o agente descritor que produz a crença da fidelidade. Assim, na medida em que a descrição possui um espaço refletido dentro da narrativa, é possível afirmar que ela participa da própria argumentação historiográfica ao reduplicar o estatuto de fidelidade da escrita da história. A presentificação da paisagem, enfim, permite *pintar com mais verdade essa verdadeiramente empolada paragem da terra*.

123

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Valdei. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht, **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, jul/dez, 2006, p. 314-328.
- BARTHES, Roland. **Michelet**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**: aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, volume 3, 1713.
- BUFFON, Georges-Louis Leclerc, comte de. Premier discours: de la manière d'étudier et de traiter l'histoire naturelle. In: _____. **Histoire naturelle, generale et particulière, avec la description du cabinet du roy**. Paris: Imprimerie royale, tome premier, 1749, p. 3-62. Acessado através de <http://gallica.bnf.fr/>.
- COSTA LIMA, Luiz. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

DAHER, Andrea. Panfleto contra 'tédio' da teoria, **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2011. Prosa & Verso, p. 3.

_____. Equívoco da equivalência, **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 de março de 2011. Prosa & Verso, p. 5.

D'AVEZAC, Armand. Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil, examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil [...]. **Bulletin de la Société de Géographie**, Paris: Chez Arthus-Bertrand, agosto e setembro, 1857, p. 89-356.

DEBRAY-GENETTE, Raymonde. Traversées de l'espace descriptif. **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires, Paris: Seuil, n. 51, septembre, 1982, p. 329-344.

FLUCKIGER, Carine. **L'histoire entre art et science: la "couleur locale" chez Thierry et Barante**. Mémoire de licence. Université de Genève, 1995.

GALAND-HALLYN, Perrine. Descriptions decadentes, **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires, Paris: Seuil, n. 99, septembre, 1994, p. 321-337.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. VII(2), jul.-out., 2000, p. 389-410.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

124

_____. Presence achieved in language (with special attention given to the presence of the past), **History and theory**, n. 45, October, 2006, p. 317-327.

_____. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado, **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 3, setembro, 2009, p. 10-22.

_____. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2010.

_____. Uma questão de sentido, **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011.

_____. Uma segunda resposta 'cordial', **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de março de 2011.

HAMON, Philippe. **Du descriptif**. Paris: Hachette Livre, 1993.

LAFON, Henri. Sur la description dans le roman du XVIII^e siècle, **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires, Paris: Seuil, n. 51, septembre, 1982, p. 303-313.

LAROUSSE, M. Pierre. **Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle**: français, historique, géographique, mythologique, bibliographique [...]. Paris: de <http://gallica.bnf.fr>.

- LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec; Fapesp, 1997.
- LUKÁCS, Georg. ¿Narrar o describir?. In: _____. **Problemas del realismo**. México; Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1966, p. 171-216.
- MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea**: José de Alencar e a retórica oitocentista. Londrina: Eduel, 2005.
- _____. Imagens da floresta: Auguste de Saint-Hilaire e José de Alencar. In: MIYOSHI, Alexander Gaiotto (org.). **O selvagem e o civilizado nas artes, fotografia e literatura do Brasil**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, v. 1, 2010, p. 39-56.
- MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 6, 1973 [1844], p. 381-403.
- MOLINO, Jean. Logiques de la description, **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires, Paris: Seuil, n. 91, septembre, p. 363-382, 1992.
- MORAES SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portuguesa**: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado [...]. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América, **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 151-165.
- RICHARD, Paule. Ut naturae pictura poesis: le paysage dans la description littéraire au début du XIX^e siècle, **Revue des sciences humaines**, tome LXXX, n. 209, janvier-mars, 1988, p. 125-142.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à história e geografia do Brasil, **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 3, 1841, p. 149-157.
- SONTAG, Susan. **Against interpretation**. 1964. Acessado através de: <http://www.coldbacon.com/writing/sontag-againstinterpretation.html>.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, 2 tomos, 1854-1857.
- _____. **Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil**. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858.
- VOUILLLOUX, Bernard. La description du tableau dans les "Salons" de Diderot, **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires, Paris: Seuil, n. 73, février, 1988, p. 27-50.

De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX*

From Zumbi to José do Patrocínio: the construction of a national and Republican history in the first decades of the twentieth century

Carolina Vianna Dantas

Professora adjunta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP

carolinavdts@gmail.com

Rua Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato

24435-005 - São Gonçalo - RJ

Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os principais elementos de um debate intelectual sobre temas históricos localizado em dois periódicos culturais e literários publicados no Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX: a revista *Kosmos* e o *Almanaque Brasileiro Garnier*. Determinados a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano, esses intelectuais elegeram datas e heróis nacionais a serem cultuados e incorporaram positivamente, ainda que com limitações, negros e mestiços ao que se estava construindo como "a história pátria" e a "cultura cívica" republicana. Busca-se, assim, demonstrar que esses intelectuais, mesmo decepcionados com a "república que não foi", não desistiram do compromisso com a nação e da intervenção política naquela sociedade.

126

Palavras-chave

Intelectuais; Cultura histórica; Historiografia brasileira.

Abstract

The purpose of this paper is to present the main elements of an intellectual debate on historical issues in two historical cultural and literary magazines published in Rio de Janeiro during the first decade of the twentieth century: the *Kosmos* magazine and the *Brazilian Garnier Almanac*. Determined to forge links between the past, the nation and the republican system, these intellectuals have chosen national dates and heroes to be revered. They have also incorporated in a positive way, although with limitations, the black and mestizo population to what was built as the "national history" and the Republican "civic culture". Our aim is to show that these intellectuals, albeit disappointed with "the republic that was not", did not give up with their commitment to the nation and their political intervention in that society in the first decade of the twentieth century.

Keywords

Intellectuals; Historical culture; Brazilian historiography.

Enviado em: 26/7/2011

Aprovado em: 30/12/2011

* A pesquisa da qual esse texto é fruto foi financiada pelo CNPq e pela CAPES. Agradeço a leitura atenta e as sugestões dos pareceristas da revista *História da Historiografia*.

Recordar é viver. [...] A vida se nos apresenta com um fulgor desconhecido, com uma nova e perturbadora beleza, quando evocamos dos dias idos, dos tempos deslembados; tal a jóia preciosa, herdada de velhas datas, e que ao tirá-la um dia a curiosidade do recanto esquecido da caixa desbotada, nos surpreende com um valor em que não atentáramos, com o toque finíssimo do ouro [...] Rememoraremos apenas o que nos veio de grande: o resto passará vagamente pela memória das gentes mais antigas, como a recordação mal distinta de pesadelo desfeito (GIL 1904).

Introdução

De modo sutil, o cronista Gil¹ chamava a atenção dos seus leitores para o modo como o passado poderia trazer (um novo) sentido ao presente. Essa mesma perspectiva rondou os artigos e resenhas sobre acontecimentos históricos, heróis e datas nacionais recolhidos tanto no *Almanaque Brasileiro Garnier* (Rio de Janeiro, 1903-1914) quanto na revista *Kosmos* (Rio de Janeiro, 1904-1909).² Cabe, então, perguntar: que “jóias preciosas” do passado foram consideradas como “o que nos veio de grande” e que deveriam ser compartilhadas pela nação?

Registros como esse, recolhidos em periódicos como o *Almanaque Garnier* e a *Kosmos* sobre acontecimentos e personagens históricos brasileiros, fazem pensar na importância que o estabelecimento de um ideário cívico nacional e republicano teve para os intelectuais de projeção do período. Analisados em conjunto e comparativamente, esses registros tornam evidentes os esforços desses intelectuais em refletir sobre a incorporação de negros e mestiços à história nacional, a despeito da presença de ideias, práticas e políticas racistas e de branqueamento.

Um dos desdobramentos desse esforço intelectual de rever o passado histórico nacional foi a publicação de colaborações no *Garnier* e na *Kosmos* que enfatizaram tanto determinados procedimentos metodológicos para a escrita da história quanto episódios, figuras e datas do passado. Trata-se de uma produção diversa e multifacetada, mas determinada a afirmar laços do regime republicano com o passado, incluindo aí uma avaliação da participação ativa de negros e mestiços na história pátria.

Tais textos, embora não sejam expressão de um movimento de ação unificado nem de uma intencionalidade política sistematizada, relacionam-se à

¹ Durante a pesquisa, não encontrei maiores informações biográficas sobre o autor.

² O *Almanaque Brasileiro Garnier* e a revista *Kosmos* eram periódicos de padrão refinado e eclético, que reuniam o que era considerado, na época, a nata da intelectualidade do país. Inseridos em um circuito comercial, eram produtos culturais que precisavam ser vendidos e eram comprados por leitores que estavam dispostos, se não a concordar, ao menos a debater as questões levantadas em suas páginas. Os próprios projetos editoriais do *Almanaque* e da *Kosmos*, ainda que sob diferentes perspectivas, tinham em comum o empenho em transformar o conhecimento sobre o Brasil publicado em suas páginas em reconhecimento nacional. Pode-se indicar ainda que o público leitor do *Almanaque Brasileiro Garnier* e da revista *Kosmos* era constituído, primordialmente, pelas camadas urbanas letradas da própria capital federal e de outras capitais do país, englobando funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estudantes, homens de letras, homens de negócios e comerciantes, e, de forma mais geral, os indivíduos em busca de orientações para seu gosto musical e literário. Cabe ainda ressaltar uma particularidade: a revista *Kosmos* não era paginada, por isso as citações feitas da revista ao longo do texto não estão acompanhadas pelos respectivos números de páginas. Ver DANTAS 2010.

própria forma através da qual esses episódios e seus protagonistas foram narrados. Esses fatos e personagens deveriam ser capazes de despertar empatia, fazendo do leitor herdeiro e guardião desse passado em que estavam inscritos (LUCA 1999, p. 93). Note-se que, nos textos que trataram de acontecimentos relativos à história do país, não predominam temas ligados à história político-administrativa. Os textos e resenhas publicados na *Kosmos* e no *Garnier* apresentaram (ou recomendaram) ao leitor uma história de homens em movimento, escrita de forma envolvente, distante de uma narrativa factual que privilegiasse fatos, nomes e datas exaustivamente. Há que se lembrar ainda de que, em um contexto no qual a maior parte da população não era letrada, periódicos como esses, inseridos em um circuito comercial, tinham como estratégia atrair a maior quantidade de leitores possível.³

Portanto, ao evocar um passado e afirmar certas continuidades, esses intelectuais não estavam somente configurando o passado, mas também o futuro. Como definiu Manoel Salgado Guimarães, o trabalho da narrativa histórica está fundamentalmente voltado para o controle, para a ordenação e para a domesticação das experiências vividas. Essas, por sua vez, são marcadas pelas paixões e sentimentos, cuja essência pode se mostrar desorganizadora. Narrar a história também é ordenar, dar sentido a um conjunto aleatório de experiências vividas de acordo com determinados padrões possíveis de serem compreendidos pelos leitores, ou seja, padrões exteriores àquele passado. E embora haja relações estreitas entre história, memória e política, a operação não é fruto da ação perversa de alguém que domina a verdade sobre o passado e pretende escamoteá-la. Tais relações são evidentemente bem mais complexas e tensas do que uma pressuposta manipulação consciente do passado (GUIMARÃES 2006, p. 47).

Este artigo tem como objetivo apresentar as linhas de força desse investimento intelectual determinado a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano, e a refletir sobre o lugar de negros e mestiços nessas construções, utilizando para isso a menção a alguns dos textos mais representativos dessa produção.

A “cara do Brasil” (e da República) a partir de seus heróis e datas nacionais

O repertório sobre história do Brasil publicado nesses periódicos contempla principalmente dois eixos temáticos relacionados ao que esses próprios autores denominavam de lutas pela liberdade. De um lado, estão os processos de luta contra o invasor estrangeiro, de desbravamento do território e de lutas pela independência nos tempos coloniais. De outro, os episódios que envolveram

³ No pós-1900, o campo do impresso se caracterizou pela inserção em novos padrões ditados pela adoção de novidades técnicas, pela ampliação do lucro e do público leitor. Esse também foi um período marcado pela difusão de tipografias e livrarias, e pela ampliação da discussão em torno das políticas para alfabetização. Colocar um periódico na praça envolvia uma extensa rede que ia da decisão sobre o perfil editorial ao registro da publicação na Junta Comercial da cidade, processo não menos trabalhoso que o esforço posterior para manter o periódico em efetiva circulação e com um público leitor cativo. O esforço para ampliar e manter tal público se traduziu, nesse momento, em uma estratégia editorial que privilegiou conteúdos ecléticos, que iam desde concursos de beleza, colunismo social e charadas a debates sobre o carnaval, à questão da habitação popular e do tipo nacional em construção. Ver DANTAS 2010.

a abolição da escravidão e a proclamação da República. Os dois eixos têm como característica comum o destaque conferido a determinados personagens históricos como heróis nacionais.

Entretanto, mais do que discutir que figuras do passado tiveram sucesso como heróis naquele momento, interessa aqui compreender que heróis os intelectuais que colaboraram nesses periódicos julgavam ter a “cara da nação” (CARVALHO 1990, p. 55). Até porque, ao escreverem e publicarem seus textos, esses intelectuais acreditavam que havia leitores capazes de aderir às suas ideias.

De acordo com Mário Behring,⁴ editor e assíduo colaborador da *Kosmos*, a pesquisa em arquivos poderia revelar outros pontos de vista sobre acontecimentos importantes da história pátria.⁵ Partindo dessa perspectiva, publicou vários textos sobre D. João VI e apresentou-o aos leitores como um homem sem vocação para o exercício do poder: “[...] nulo, irresoluto, acovardado sempre, que levou toda a sua vida a fugir, ora dos franceses para o Brasil, aqui dos liberais para Portugal, lá das conspirações de família [...]”. Responsável pela “bárbara execução” do “proto-mártir” Tiradentes, D. João jamais deveria ser consagrado em estátuas e monumentos, nem ser alvo do orgulho cívico dos brasileiros (BEHRING 1907b).⁶ Definitivamente, esse teria sido um dos piores monarcas do mundo e de todos os tempos:

[...] mais pusilânime, o mais grotesco, mais carregado de defeitos, a figura mais chata e apagada, mesquinha de quantas têm até hoje ocupado um trono em todo o mundo – pobre diabo cujas desgraças domésticas se provocam o riso comprativo, a sua poltroneria e guloseima nauseiam, a sua avareza desgosta, o seu físico ingrato repugna, a sua ingratidão indigna, a sua refalsada hipocrisia enoja, o seu egoísmo sem igual conturba e entristece [...] (BEHRING 1907b).

129

⁴ Mário Behring nasceu na cidade de Ponte Nova (MG), em 1876 e faleceu em 1933 na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II e se diplomou engenheiro agrônomo pela Escola Politécnica da Bahia, em 1896. Em 1901, depois de exercer a profissão por alguns anos em sua cidade natal, fixou-se no Rio de Janeiro. De acordo com as informações de Paulo Emílio Salles Gomes, Behring, desde jovem, vinha se dedicando aos estudos históricos, mas foi somente diante de dificuldades financeiras, depois de casado e com muitos filhos, que passou a se dedicar à imprensa para obter ganhos. Em 1903, passou no concurso para copista/escrivente da Biblioteca Nacional, sendo esse o seu primeiro emprego público. Em 1914 foi promovido a oficial e, em 1918, a sub-bibliotecário. Através do seu trabalho na Biblioteca, participou de um congresso de geografia e de comissões oficiais ligadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1920 foi novamente promovido, ocupando o cargo de bibliotecário diretor e passou a ministrar cursos de paleografia, história da literatura e biblioteconomia, entre outros. Em 1924, assumiu a direção geral da Biblioteca Nacional, levando a cabo uma reorganização da instituição que gerou conflitos com funcionários. Em seguida, voltou ao seu cargo na seção de manuscritos da Biblioteca. Em 1932, ao que tudo indica por desentendimentos pessoais, pediu exoneração, depois de 30 anos trabalhando na instituição. Foi diretor e fundador de três periódicos importantes: *Kosmos*, *Para Todos* e *Cinearte*. Em 1905, deixou a direção da *Kosmos*, alegando sobrecarga de trabalho, mas continuou colaborando com a revista com seus estudos históricos. Jorge Schmidt, assim, assumiu sozinho a edição e a direção da revista. Behring também colaborou na *Revista Careta*. Junto às atividades intelectuais, também foi bastante atuante na Maçonaria brasileira, ascendendo ao posto de Grande Comendador e Chefe da Grande Loja do Brasil. Foi possível averiguar que mantinha amizade com Jorge Schmidt, Capistrano de Abreu (a quem convidou para colaborar na *Kosmos*) e com intelectuais do grupo simbolista, como Gonzaga Duque, Lima Campos e Mário Pederneiras. Ver BEHRING 1905. Ver também GOMES 1974, p. 295. Informações dispersas sobre Mário Behring e seus trabalhos podem ser encontradas nos relatórios do diretor da instituição publicados nos Anais da Biblioteca Nacional nos volumes indicados. Cf. RELATÓRIO vol. 25 (1903), 38 (1916), 40 (1918), 43 e 44 (1920-1921), 45 (1923); *CINEARTE* 1933, p. 5.

⁵ Para um debate sobre as tensões que faziam parte da escrita da história no período, como o dilema entre cientificidade, imparcialidade e posicionamento de intelectuais diante da urgência da “questão nacional”, ver GONTIJO 2003.

⁶ Ver, no mesmo sentido: A. F. D. 1907; FLUMINENSE 1907.

Além de ter detestado os republicanos e perseguido os maçons, tais traços, afirmados até pelos historiadores portugueses, segundo Behring, faziam do monarca em questão uma figura do passado da qual os brasileiros não teriam nada para se orgulhar: medroso a ponto de ser “vítima de sofrimentos fisiológicos constantes”, de “cérebro tacanho e espírito mesquinho”, não teria tido nenhuma participação nos acontecimentos fundamentais de sua época, como a abertura dos portos e a elevação do Brasil a reino unido (BEHRING 1907b).

O autor, então, questionava: se o “grande mártir nacional Tiradentes” ainda não tinha um monumento em sua homenagem, como alguém poderia querer erigir na capital da república uma estátua de D. João VI confeccionada com subvenção pública de cinco contos de réis? Para Behring, a consagração do monarca português não teria nenhuma legitimidade na jovem república (BEHRING 1907b).⁷

Sua mulher, a “Rainha Dona Carlota”, não teria ficado atrás na ingratidão e nas ofensas dirigidas aos brasileiros: teria dito em “alegres exclamações” que quando voltasse a Lisboa “certamente ficaria cega” por ter vivido muitos anos no Brasil “[...] na escuridão, entre negros e mulatos”. As memórias e os documentos depositados na Biblioteca Nacional (e transcritos no texto publicado) provariam, segundo seu autor, todas as arbitrariedades cometidas por D. João VI e o “pouco amor do povo à realeza” (BEHRING 1907b).

Ao se autointitular descendente “[...] dos sonhadores de Minas e Pernambuco” e defensor das suas “aspirações libertárias”, no caso, republicanas e antidespóticas, Mario Behring se opôs com veemência à proposta de um jovem deputado feita no Congresso, em 1907, de erigir um monumento ao soberano.⁸ Behring argumentou que os “[...] juízos da História jamais se” subordinavam “[...] às conveniências da política nem aos deveres da cortesia, anime-nos embora os mais vivos sentimentos de patriotismo” (BEHRING 1907b). Por isso se dedicou a provar com documentos de arquivo todas as características negativas que justificavam a não consagração de D. João VI como importante personagem da história nacional:

[...] contra o projetado monumento clama o sangue dos mártires de Pernambuco em 1817, vítimas das sanhas do despotismo, que haviam ousado querer por terra [...] Mais ainda [...] é impossível que o Brasil que consagrou uma de suas datas festivas à comemoração do vulto republicano [Tiradentes], nele resumindo todas as outras vítimas do despotismo, e que ainda não ergueu em uma das praças da Capital um monumento ao mártir, concorra agora para a glorificação em estátua do assassino de Tiradentes! (BEHRING 1907b).⁹

Do mesmo modo, outros textos publicados na *Kosmos* investiram na produção de uma imagem depreciativa de D. João VI. Carlos Henze,¹⁰ por

⁷ Sobre o mesmo tema, ver também CARVALHO 1907.

⁸ O monumento havia sido proposto pelo deputado Eloy de Miranda Chaves.

⁹ Ver, nesse mesmo sentido, BEHRING 1906a; CARVALHO 1907.

¹⁰ Não encontrei durante a pesquisa maiores informações sobre o autor.

exemplo, empenhou-se na análise da fisionomia de D. João VI, concluindo que a “materialidade” e a “matreirice” seriam os dois traços principais da sua personalidade (HENZE 1906).

D. Pedro II, por sua vez, também não foi poupado, embora tenha sido alvo de juízos um pouco menos jocosos que seu avô. Ao encontrar na Biblioteca Nacional o livro *História do Brasil de 1830 a 1840*, do conselheiro Pereira da Silva, repleto de anotações de D. Pedro II contestando as afirmações imputadas a ele próprio, Behring publicou um texto na *Kosmos* que propunha outra interpretação sobre a participação do Imperador no episódio da maioridade. Concluiu que D. Pedro II teria se mostrado indiferente ao trono e ao governo do país (BEHRING 1907a).

A frase [“Quero já”] considerada já histórica, e como tal encontrada em todos ou quase todos os escritores da história pátria, é contestada por quem se afirma tê-la proferido que se revela agora inteiramente alheio aos acontecimentos que deram causa ao seu irregular advento ao trono, [...] E quero acreditar que para o futuro, rebusquem os historiadores os preciosos arquivos da nossa tão desconhecida Biblioteca e nela colham os documentos que aclaram tantos pontos controversos da história pátria (BEHRING 1907a).

Já Olavo Bilac¹¹ foi mais suave em suas colocações sobre D. Pedro II. Embora tenha afirmado que o soberano não chegaria a ser um Napoleão, sublinhou ter sido “[...] um homem bom e justo, um brasileiro que sinceramente amou o Brasil, um nobre espírito tolerante e esclarecido, um nobre servidor da Pátria”. Para Bilac, ter amado a pátria permitia que o monarca fizesse parte do passado comum da nação, já que àquela altura não representaria nenhuma ameaça ao presente em termos de uma possível restauração da monarquia (BILAC 1906). Ao reconhecer a república como o regime de governo ideal para o “povo brasileiro”, Bilac reconciliava a pátria com D. Pedro II, forjando um passado civilizado para o Brasil.

De todo modo, os artigos publicados no *Almanaque Garnier* relativos à monarquia contêm elementos semelhantes àqueles publicados na *Kosmos*.

131

¹¹ Olavo Bilac nasceu em 1865 na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e morreu em 1918 no mesmo local. Em 1880, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual abandonou seis anos depois sem concluir o curso. No ano seguinte, entrou como ouvinte para a Faculdade de Direito de São Paulo, o que também não resultou em diploma. Em 1888, publicou seu primeiro livro: *Poesias*. Tendo participado das campanhas pela abolição e pela república, em 1892, atuou no movimento antiflorianista, escrevendo sátiras políticas na imprensa, o que lhe rendeu quatro meses de prisão na Fortaleza da Laje. Em 1896, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras. Dois anos depois, assumiu interinamente a direção do *Pedagogium* por indicação do seu amigo Manoel Bomfim. No ano seguinte, foi nomeado inspetor escolar do Distrito Federal, cargo em que se aposentou um pouco antes de morrer. Em 1900, integrou a comitiva presidencial de Campos Sales em visita à Argentina. Por designação do Barão do Rio Branco, foi secretário de Joaquim Nabuco na III Conferência Pan-Americana, em 1906. Mais tarde, secretário do prefeito Souza Aguiar, foi convidado por ele a ser o orador oficial na ocasião da inauguração do Teatro Municipal, em 1909. Em 1910, viajou novamente à Argentina como delegado brasileiro junto a IV Conferência Pan-Americana, presidida por Joaquim Nabuco. Em 1915, iniciou a campanha pela defesa nacional, tendo fundado a Liga de Defesa Nacional junto com Miguel Calmon e Pedro Lessa no ano seguinte. Dono de uma vasta obra que inclui poesia, crônica, conto, novela, conferência e manuais didáticos, publicou nos maiores periódicos do país. Desfrutou da amizade de homens de letras como Machado de Assis, Coelho Netto, Manoel Bomfim e Lima Barreto, de quem era admirador. Ver DIMAS 1996, p. 23-27; MAGALHÃES JR. 1974.

Há algumas poucas referências positivas, como a que foi feita por José Veríssimo¹² em função da monarquia ter mantido a unidade territorial do Brasil (VERÍSSIMO 1907, p. 271-273), em um conjunto maior de textos com juízos negativos, como o de Joaquim Vianna (VIANNA 1909, p. 270-274).¹³ Para o autor, o Império teria ruído em razão das escolhas políticas do seu próprio chefe. D. Pedro II não teria feito as alianças necessárias com a Igreja e com o Exército, e ainda teria concedido cadeiras no ensino superior a republicanos. Diante dessas constatações, Vianna concluiu que o imperador teria escolhido “[...] viver na paz de uma biblioteca calma” a manter-se no poder. Pedro II não seria um “homem de ação”; “contemplativo” e dotado de “vocação burocrática”, teria vivido “[...] metodicamente, sem voos de imagina o, como um exemplar chefe de se o, o mais exemplar chefe de se o da administra o brasileira” (VIANNA 1909, p. 270-274).

Assim, verifica-se a presença, tanto na *Kosmos* quanto no *Almanaque Garnier*, de uma posi o republicana. Outro indício disto é o fato da associa o da monarquia, como regime de governo,   arbitrariedade, ao autoritarismo,   injustiça e ao atraso ter sido um elemento fundamental nos textos históricos sobre o passado monárquico brasileiro.

A monarquia seria um elemento estranho   voca o natural do “povo brasileiro” para a liberdade e, conseqüentemente, para a república. O ideal da liberdade — indissociável para esses intelectuais do ideal de república — teria estado presente desde os tempos coloniais, ou seja, antes mesmo do Brasil existir como estado nacional. Os episódios de luta contra o invasor e pela expansão do território, contra a opressão monárquica e pela independência foram associados a uma espécie de germe da própria nacionalidade e do sentimento republicano no Brasil.

Ao elaborar uma cronologia da luta pela liberdade no Brasil, Reis Carvalho¹⁴ recuperou a Batalha dos Guararapes (1648) e o importante papel desempenhado pelas “três raças constitutivas do povo brasileiro [...]” — “[...] dignamente representadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão” — na “vitória decisiva de uma verdadeira na o contra o estrangeiro invasor”. No decorrer dessas lutas, a defesa do território e a união das três raças foram afirmadas como elementos fundadores (e originais) da “nacionalidade brasileira”. Segundo o autor, o episódio teria demonstrado que o Brasil naquele momento já estava emancipado e seria capaz de se manter independente sem qualquer tutela.

¹² José Veríssimo nasceu na cidade de  bidos (PA), em 1857, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1916. Jornalista, professor e crítico literário, publicou muitos textos no *Jornal do Brasil*, na *Revista Brasileira*, e nas revistas *Kosmos* e *Renascença*. Foi professor e diretor do *Pedagogium*, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e membro do IHGB. Entre suas principais obras estão *A educa o nacional* (1890) e *História da literatura brasileira* (1916).

¹³ Sobre Joaquim Vianna, encontrei poucas informa es biográficas.   possível afirmar com segurança que era funcionário do Itamaraty e um dos fundadores da Revista Americana, além de ter publicado textos no *Almanaque Brasileiro Garnier* e na revista *Kosmos*.

¹⁴ São escassas as informa es biográficas sobre Reis Carvalho, sendo possível sustentar que nasceu em 1874, e que costumava utilizar o pseudônimo Oscar D’alva na imprensa. Publicou poesias, conferências e obras sobre ensino e reforma da instru o pública. Foi um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional (1916).

Depois de ter expulsado heroicamente os holandeses, repellido espanhóis e franceses, a nação se teria feito forte o suficiente para livrar-se do “domínio opressor português” (CARVALHO 1907).¹⁵

Contudo, outro elemento fundamental dessa cultura histórica¹⁶ vulgarizada na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier* foi o vínculo estabelecido entre território e nação, pois teria sido nessas lutas que as três raças se irmanaram, que o sentimento nacional e as aspirações republicanas teriam se materializado. Como notou Eliana Dutra, conhecer essas lutas em defesa do território, e o próprio território nacional, era uma forma de aprender a ser brasileiro (cf. DUTRA 2005).

Em resenha de um livro de Felisberto Freire, *História territorial do Brasil*, publicada no *Garnier*, Curvelo de Mendonça¹⁷ endossava as assertivas do primeiro, concordando que a expansão das fronteiras e o desbravamento do território pelos “brasileiros”, a partir das bandeiras e missões, teriam constituído um “Brasil novo, um Brasil vivo e forte, que em nada se parece com o que se diz nos compêndios anêmicos adotados nas escolas para o ensino do nosso passado” (MENDONÇA 1907, p. 331). Mendonça elogiou também as convicções republicanas de Felisberto, suas incursões pelos arquivos, o cunho nacional que teria dado aos seus argumentos e sua dedicação àqueles que desbravaram o país e fizeram a sua “grandeza” (MENDONÇA 1907, p. 331).

Assim, teriam sido indispensáveis para o processo de conquista da independência os episódios nos quais os invasores estrangeiros foram expulsos, e os movimentos que lutaram direta e indiretamente pela independência do país. Dentre os “[...] que indiretamente por ela trabalharam, sem talvez mesmo o imaginarem, aspirando à independência industrial da lavoura, da mineração, da manufatura e do comércio”, estariam a Revolta de Bequimão (MA, 1684), a Guerra dos Emboabas (SP, 1708), a Guerra dos Mascates (PE, 1710) e a Revolta de Felipe dos Santos (MG, 1720).

Segundo Reis Carvalho, o português Bequimão teria se rebelado contra os monopólios da Coroa e contra o jesuitismo no Maranhão. Ao retirar do comando figuras ligadas a esses poderes, teria minado a influência da Metrópole e defendido a “liberdade industrial” da sua terra — “precursora da independência política”. O paulista Domingos Monteiro teria defendido bravamente a integridade (e a exploração) do território contra os emboabas forasteiros. Já na Guerra dos Mascates, Bernardo Vieira de Melo teria sido o único nesses episódios a querer a república, mas uma “república aristocrática, um estado oligárquico, inteiramente contrário ao verdadeiro ideal republicano [...]” (CARVALHO 1907).

¹⁵ Ver também, CARVALHO 1905.

¹⁶ Seguindo as proposições de Le Goff, cultura histórica é “(...) a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. Ver LE GOFF 1994, p. 47-48.

¹⁷ Curvelo de Mendonça nasceu na cidade de Riachuelo (SE) em 1870 e faleceu em Laranjeiras (SE), em 1914. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi jornalista, literato e professor. Na capital federal, exerceu cargos de chefe de seção na Intendência Municipal, de membro do Conselho de Instrução Pública; foi professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal, fundador da Universidade Popular (1904) e membro da Academia Sergipana de Letras. Publicou textos no jornal *O país*, no *Almanaque Brasileiro Garnier* e na imprensa anarquista. Também publicou em livro crítica literária e escritos políticos sobre republicanismo e republicanos no Brasil.

Mas ainda que tenha feito essa ressalva, o autor foi taxativo ao afirmar que Bernardo Vieira de Melo, um “herói pernambucano”, tinha se limitado a lutar pela liberdade industrial, asfixiada pelos “filhos do reino”. Até porque seus planos de separação e formação de um governo republicano não teriam sido encampados pelos seus colegas revoltosos, interessados que estariam somente em destruir o “jugo despótico do governador da capitania de Pernambuco.” E Felipe dos Santos seria o verdadeiro “paladino das ideias de emancipação puramente materiais” (CARVALHO 1907).

Entre os movimentos que teriam lutado conscientemente pela conquista da liberdade, o autor destacou a Conjuração Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817). Ainda de acordo com Reis Carvalho, o problema da emancipação no Brasil só teria sido formulado a partir de 1789 devido à influência das doutrinas filosóficas do século XVIII importadas da França e dos ideais de liberdade oriundos das colônias inglesas da América do Norte.

No entanto, para os letrados de Minas Gerais que abraçaram a luta pela liberdade, esta não teria passado de devaneio, pois a teriam repelido logo assim que foram ameaçados com os castigos reservados aos crimes de lesa-majestade. Entre os conjurados, somente Tiradentes teria defendido a liberdade até as últimas conseqüências. Para Reis Carvalho, a primazia da defesa das causas da liberdade e da república no Brasil era de Tiradentes. Só ele teria mantido “[...] a coragem de afirmar a sua digna conduta de apóstolo da independência e da república”. A Revolução Pernambucana, inclusive, não teria sido nada mais que um desdobramento dos ideais e da conduta do “apóstolo da independência e da república”, pois, em 1817 a nova conjuração teria espalhado pelo norte do Brasil os mesmos ideais que a Conjuração Mineira espalhou pelo sul (CARVALHO 1907).

E quais seriam as qualidades atribuídas pelo autor que faziam de Tiradentes um abnegado e “incomparável patriota”? A coragem, o fato de ser “filho do povo” e de ter estado “[...] em relação contínua com ele, conhecendo-lhe os sofrimentos de que também era vítima [...]” (CARVALHO 1907). De espírito nobre, teria sido deixado sozinho por seus covardes companheiros. Único a ser punido pelo despotismo régio com a pena capital, teria enfrentado “sereno e forte” o “glorioso martírio”. Fundindo o “ardor cívico” ao “entusiasmo religioso”, Reis Carvalho descreveu o martírio do herói, aproximando Tiradentes da figura de Jesus Cristo.

Porém, de acordo com a menção do próprio Reis Carvalho, citando um livro de Joaquim Norberto no qual Tiradentes fora qualificado como “leviano”, não haveria unanimidade em torno do alferes naquele momento. O livro ao qual Reis Carvalho se refere é História da Conjuração Mineira, publicado em 1873. Norberto foi o primeiro autor a associar Tiradentes a Cristo, embora tenha conferido a ele importância secundária no movimento. José Murilo de Carvalho explicou o tratamento secundário dispensado por Norberto a Tiradentes, argumentando que o autor valorizava, em primeiro lugar, os mártires da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, que teriam morrido como autênticos heróis cívicos — como Frei Caneca —, “com o grito da liberdade

na garganta [...]” (CARVALHO 1990, p. 67). Para Norberto, este não teria sido o caso de Tiradentes.

A figura de Tiradentes foi mesmo alvo de controvérsias (CARVALHO 1990, p. 68). No *Almanaque Garnier* de 1911, há um texto no qual Mario Melo¹⁸ afirmou que Bernardo Vieira de Melo, líder da Guerra dos Mascates, teria sido o primeiro herói a bradar pela liberdade e pela república no Brasil, e não Tiradentes. Para o autor, a primazia atribuída ao alferes — chamado por ele de “leviano da inconfidência” — era um “erro histórico”, pois Bernardo Vieira de Melo teria sido o primeiro a propor o governo republicano no Senado de Olinda,¹⁹ exatamente no dia 10 de novembro de 1710. Portanto, o primeiro brado pela independência e pela república teria sido dado em Pernambuco e não em Minas Gerais (MELO 1909, p. 271-276).

Nesse mesmo número do *Almanaque Garnier*, ao discorrer sobre a história e a condição do seu estado natal, Pernambuco, Curvelo de Mendonça fez uma afirmação semelhante: ali seria o lugar no qual “[...] o espírito republicano triunfara várias vezes durante o resto do período colonial e durante o Império” (MENDONÇA 1911, p. 205-207).

Retomando os argumentos de José Murilo de Carvalho, pode-se compreender que essa disputa em torno da primazia da luta pela liberdade e do primeiro brado republicano no Brasil correspondeu também às disputas pela hegemonia nacional, já que desde pelo menos a metade do século XIX, o sudeste podia ser considerado o centro político do país. Era nessa região que se localizavam as três capitanias que estavam nos planos de libertação da Inconfidência: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do que, como informa o autor, nessa mesma região o ideal do republicanismo foi mais forte. A região nordeste, já no final do século XIX, estava vivendo um processo de decadência política e econômica, e não teria contado com um movimento republicano tão vigoroso (CARVALHO 1990, p. 67).

O lamento de Curvelo de Mendonça quanto ao abandono das regiões norte e nordeste (mormente Pernambuco e Ceará) é emblemático, indicando o que fundamentava tal disputa. Para ele, essa região fora desprestigiada e preterida pelos arranjos políticos do novo regime, que privilegiariam a região sudeste (cf. MENDONÇA 1911).

A despeito da presença nos debates intelectuais travados, sobretudo no *Almanaque Garnier*, dessa “tensão regional” se pode considerar que as menções a episódios e personagens históricos encontrados no *Garnier* e na *Kosmos* favoreciam uma leitura do passado que vertia confiança no futuro da nação e afirmava a existência, desde os tempos coloniais, de um povo destemido, que sabia defender seu território²⁰ e que tinha vocação inata para a liberdade.

¹⁸ Mario Melo nasceu em Recife (PE), em 1884, e faleceu na mesma cidade em 1959. Abolicionista militante e membro na Maçonaria, foi literato, historiador, jornalista, telegrafista e político. Foi colaborador de mais de trinta periódicos, como o *Jornal do commercio*, *Correio do Recife* e *Diário de Pernambuco*. Foi membro de várias sociedades arqueológicas, históricas, geográficas, de letras e folclore do Brasil e do exterior. Foi deputado por Pernambuco em 1919 e em 1947 (pelo PDS). Publicou inúmeros livros de literatura, sobre história, política, maçonaria, índios etc.

¹⁹ Termo utilizado para nomear as câmaras municipais no período colonial.

²⁰ Ver, nesse sentido, as séries de artigos “Emboadas” e “Bandeirantes” de Mario Behring publicadas na revista *Kosmos*.

E, o mais interessante de se notar é que desse passado também faziam parte, de forma ativa, alguns personagens históricos negros, que foram selecionados como símbolos da luta pela liberdade no Brasil. Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama, Quintino de Lacerda e José do Patrocínio são alguns deles.

Mario Behring apresentou Chico Rei ao leitor da *Kosmos*, aproximando-o do cotidiano vivido por esse negro e “seu povo”. Rei no “continente negro”, onde levava uma vida “bárbara”, mas “feliz” e desfrutava de plena liberdade, fora capturado por traficantes da “humana mercadoria” a serviço do “bárbaro mister”. Noções que poderiam levar o leitor a questionar quem, de fato, era bárbaro.

Depois do martírio passado entre a captura e a travessia até o Rio de Janeiro, teria conseguido reencontrar somente um de seus filhos, que, assim como ele, fora reduzido à escravidão. Chico Rei, seu filho e o que restou do seu povo teriam seguido para Vila Rica, local onde foram “atirados à faina extenuante das catas” (BEHRING 1906b).

Apesar do cansaço, o “forte negro”, dedicava-se, em suas horas de descanso, a minerar para si próprio, tendo dessa forma conseguido comprar sua liberdade. Liberto, embrenhou-se na mata em busca de ouro e assim comprou a liberdade do seu filho e a de todos do seu povo que ali estavam. Desse modo, teria formado uma comunidade que, “proprietária da riquíssima lavra da Encardideira, forrava os pretos de nações vizinhas à sua na África [...]”. Foi essa “nobilíssima cooperativa” que fundou a Igreja do Rosário em Vila Rica e a Irmandade de Santa Efigênia, uma vez que seus membros eram adeptos do “culto católico” (BEHRING 1906b).

136

Atribuindo qualidades positivas a esses africanos e aos seus descendentes —bravos, fortes, determinados, generosos, alegres e ordeiros—, Behring passou à descrição detalhada de uma festa de Reis em Vila Rica. No evento havia “escravos”, “peões e cavaleiros”, “paulistas”, “sertanejos do norte conduzindo a viola inseparável”, “gentis e donairosas filhas dos ricos homens”, “mestiças galantes, mamelucas e curibocas”, “africanas robustas”. E, é claro, Chico Rei e seu povo, junto a uma “multidão [...] policromática”, festejando alegremente e compartilhando uma mesma devoção católica com brancos, ricos, pobres, mestiços e autoridades. O quadro completava-se com a descrição cheia de estranhamento dos sons africanos, ao mesmo tempo selvagens e sedutores, que saíam da Igreja:

[...] a plebe berrando litâneas em meio do mais confuso som de bárbaros instrumentos, adufes, xequerês, caxambus, reboando lugubrememente, tudo isso formando um quadro magnífico que dava a idéia da grandiosidade selvática das pompas africanas que recordavam nostálgicos, aqueles exilados [...] (BEHRING 1906b).

Do lado de fora da Igreja, grupos de africanos dançavam o “samba” ao som “alegre e lascívio” de “rústicos instrumentos” e os “mestiços” formavam seus farranchos e tocavam a viola “banzeira”. Embora associando o que era mais aparentemente africano à noção de “bárbaro”, o autor enfatizou a

convivência harmônica entre diferentes e desiguais, ressaltando as diferenças, mas também as aproximações entre elas. Tal característica foi destacada positivamente como uma herança dos “nossos ilustres antepassados” deixada para a atualidade. As cores, rostos e vozes da festa — tão diversos e misturados — anunciavam para o autor uma espécie de síntese que se materializava no “cântico triunfal de uma nova raça que se formava sob o cáldo sol dos trópicos” desde os tempos coloniais (BEHRING 1906b).

Além de Chico Rei, Zumbi também figurava na galeria dos grandes brasileiros traçada por Mario Behring na *Kosmos*. Ao se remeter ao tempo em que os holandeses “dominavam Pernambuco”, narrou a formação e a heroica resistência do quilombo dos Palmares. Ressaltou a coragem de Zumbi e argumentou contra a premissa de que o quilombola teria se suicidado, ao invés de lutar para defender e proteger seus companheiros. Depois de analisar documentos depositados no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional sobre a última campanha militar a investir contra Palmares, Behring concluiu que não passaria

[...] de lenda o suicídio de Zumbi. Entretanto a morte em combate assim verificada não lhe diminui em nada a grandeza do valor. E os próprios documentos oficiais se encarregam de dar grande proporção ao vulto do herói negro que resistiu impávido a um exército de 7.000 soldados aguerridos, digno sem dúvida de figurar na gloriosa galeria dos mártires da liberdade (BEHRING 1906c).

Para contextualizar essas afirmações feitas na *Kosmos*, vale destacar que Zumbi foi afirmado em termos semelhantes em outros suportes. Exemplo disso é o manual escolar, de autoria de Gonzaga Duque,²¹ um dos maiores colaboradores da *Kosmos*. Publicado em 1898, o manual se chama *Revoluções brasileiras* (DUQUE 1998).²² É composto por 18 resumos históricos de episódios revolucionários e, que, segundo o seu autor, pendiam à forma republicana, pois seriam como preparações ou ensaios para o ato final: a própria proclamação da República em 1889. Como se os ideais de liberdade e progresso tivessem finalmente sido realizados no momento do encontro do “povo brasileiro” com a sua verdadeira vocação, isto é, com o regime de governo mais adequado às suas lutas, história e tradições. Enfim, “o povo não era monarquista”, concluiu (DUQUE 1998a, p. 189).

137

²¹ Gonzaga Duque nasceu na cidade do Rio (RJ), em 1863, e faleceu na mesma cidade em 1911. Literato, jornalista e funcionário público, fazia parte do grupo de escritores simbolistas, sendo também um defensor dos ideais republicanos. Exerceu o cargo de Oficial da Diretoria do Patrimônio Municipal e de Diretor da Biblioteca Municipal, ambos no Distrito Federal. Publicou textos em diversos periódicos, tais como: *Kosmos*, *Fon Fon*, *O guanabara*, *Gazetinha*, *Gazeta de notícias*, *A semana*, *Folha popular*, *Revista dos novos*, *Rio-revista*, *Athebaida* e *Mercúrio*. Publicou livros sobre arte e literatura, bem como manuais escolares e memórias.

²² O livro foi aprovado e adotado pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal, pelos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital de Pernambuco. Ganhou resenhas na imprensa, sendo avaliado com elogios por Arthur Azevedo (*O país*, 29/10/1898), por Coelho Netto (*Gazeta de notícias*, 30/11/1898) e por Medeiros e Albuquerque (*A notícia*, 31/12/1898). Os três destacaram positivamente a narrativa envolvente e a energia patriótica do livro. A data da publicação da primeira edição é 1898. A data que está na nota, 1998, refere-se à edição organizada por Hardman e Lins. Ver a referência completa na bibliografia ao final do texto.

Assim como João Ribeiro — editor do *Almanaque Garnier* — Gonzaga Duque (HARDMAN e LINS 1998, p. XI-XIX) propunha uma interpretação republicana para a história do Brasil. Preocupado com a formação cívica da juventude, Duque traçou a genealogia da república no país, associando-a às ideias de povo, pátria, liberdade e cidadania. Daí a república aparecer como uma transformação de governo cuja meta final seria a posse do governo “do povo pelo povo” (DUQUE 1998a, p. 189).

Ainda segundo Duque, com exceção do Quilombo dos Palmares — “que alguns historiadores chamam república” — todos os resumos do seu livro davam conta de “[...] guerras civis com o objetivo da transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local” (DUQUE 1998b, p. 4).

Duque também atribuiu a Zumbi características positivas: forte, líder, justo e corajoso, e esses são indícios de que as formulações presentes no periódico viajavam também por outros espaços, como manuais didáticos e escolas. Outro colaborador da *Kosmos* que mencionou o Quilombo dos Palmares em seus estudos foi Manoel Bomfim.²³ Ao descartar a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes, utilizou argumentos baseados na história para sublinhar positivamente suas qualidades e suas contribuições à nação. Eis que a epopeia de Palmares foi novamente tomada como exemplo de heroísmo:

Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoluções dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos, ali estão para mostrar que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de trezentos anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis (BOMFIM 1993, p. 267).

138

Em comparação com a *Kosmos*, com exceção de uma menção a José do Patrocínio no Ano Necrológico de 1907, o *Almanaque Garnier* não conferiu maiores destaques a personagens históricos negros. Aliás, essa menção a José do Patrocínio não tinha um conteúdo heroizante. Remetia apenas à dimensão nacional que sua morte teria tomado, à sua “grande popularidade”, ao “seu poderoso talento”, ao seu papel preponderante na “campanha libertadora”, e ao “preconceito de cor” do qual fora vítima (ALMANAQUE 1907a).

Na revista *Kosmos*, das figuras do passado recente mencionadas como grandes personagens históricos nacionais, as ligadas à abolição da escravidão foram as mais celebradas. Buscava-se disseminar a ideia de que a vocação do

²³ Manoel Bomfim nasceu em Aracaju (SE), em 1868 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1932. Formado em medicina, também foi educador, professor e historiador. Exerceu o cargo de médico na Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e de tenente-cirurgião na Brigada Militar. Foi professor e subdiretor do Pedagogium (1896-1897 e 1911-1919), e Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro (1898-1890 e 1905). Participou da criação da Universidade Popular (1904). Publicou textos em vários periódicos, tais como a revista *Kosmos* e *Os anais*, e em revistas especializadas de pedagogia, psicologia e educação. Também publicou obras sobre história (*América Latina, males de origem, 1905; O Brasil na América, 1929; O Brasil nação, 1931*), pedagogia e psicologia, manuais escolares e livros de leitura.

“povo brasileiro” para a liberdade foi um elemento apenas temporariamente oprimido durante a vigência da monarquia, em um processo que culminaria, finalmente, com a abolição da escravidão e com a proclamação da República. Processo para o qual teriam contribuído da mesma forma brancos e negros — irmanados em torno das mais nobres causas nacionais, como a liberdade e a defesa do território.

Assim, ao lado da Princesa Isabel, Xavier da Silveira²⁴ elencou outros personagens que julgou fundamentais na “epopéia abolicionista”. Eles teriam como características a coragem, a capacidade de organização em torno de uma causa, a ação política e a firmeza de caráter. Em sua lista estavam Euzébio de Queiroz, Perdigão Malheiro, Teixeira de Freitas, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, e Silva Jardim, lado a lado com homens qualificados como negros: Luiz Gama, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Quintino de Lacerda.

Luiz Gama foi definido pelo autor como um “misto sublime de Spartacus e de Toussaint-Louverture”, que atuava na tribuna, no jornalismo, no panfleto, no livro, na sátira e nos tribunais. Afrontava, com coragem, ameaças de morte, possuindo uma “grande e santa revolta de consciência contra o domínio do homem contra o homem.” Por isso, seria o “primeiro dos pretos”, tendo sido associado a uma postura mais radical, certamente por sua luta antirracista, já que foi comparado ao também liberto Toussaint-Louverture, figura proeminente da independência Haitiana e que libertou os escravos e deu uma constituição ao seu país.

Já Ferreira de Menezes, “o apaixonado poeta negro”, teria contribuído com seu “espírito ateniense” para essa “obra de dignificação da pátria”. José do Patrocínio foi comparado a Victor Hugo. O “preto Quintino de Lacerda” foi lembrado sem adjetivos e comparações: sua menção se justificava pelo importante papel desempenhado na luta abolicionista como chefe do quilombo Jabaquara, em Santos, onde acolhia os escravos que fugiam das fazendas paulistas e mineiras (SILVEIRA 1904).

Esses personagens históricos negros foram, em sua maioria, comparados a figuras universais: o que significava afirmar que o Brasil já tinha heróis à altura de tal comparação. Esse foi um critério ao qual intelectuais recorreram constantemente na *Kosmos*.

Desse movimento, nota-se uma insistência em associar a abolição à república e em apagar seus vínculos com a monarquia. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as lutas pela liberdade desde os tempos coloniais até a abolição e a república, esse esforço de legitimar o novo regime associou escravidão, barbárie e opressão à monarquia; e liberdade e civilização, à república:

²⁴ Xavier da Silveira Jr nasceu em São Paulo (SP) em 1864, e faleceu na cidade do Rio (RJ) em 1912. Bacharel em direito, também foi jornalista e político. Exerceu os cargos de governador interino do Rio Grande do Norte (1890), de chefe de polícia e prefeito do Distrito Federal (1901-1902), de deputado e senador por São Paulo (1910) e de presidente do Instituto dos Advogados do Brasil. Publicou textos nos periódicos *A República*, *Kosmos*, *O país*, *Gazeta de notícias* e *Vida moderna*.

Um pacto hediondo foi então selado entre a monarquia e a escravidão [...] n'uma verdadeira xipofagia que identificou os dois organismos. [...] Cinquenta anos depois veio a contra-prova, e ficou demonstrado que a vida da escravidão e da monarquia estavam na mais estreita e recíproca dependência, tanto que, perecendo aquela, pereceu logo esta; e, ainda mais, que, se já não estivesse realizada a obra de Treze de Maio, a proclamação da República que, em substância, implicava na extinção da monarquia, implicava também na abolição do elemento servil, pelo claro motivo de ser o novo regime incompatível com a escravidão (SILVEIRA 1904).

Se, de um passado mais remoto, foi selecionada uma variedade maior de heróis como representantes de um povo que trazia em si os sentimentos de liberdade e conagração – aspirações que seriam latentes em brancos e negros, unindo-os desde o período colonial — o mesmo não se deu em relação aos possíveis heróis de um passado mais recente.

Floriano Peixoto, por exemplo, ganhou menções contrárias à construção de monumentos em sua homenagem. Um texto no *Almanaque Garnier*, publicado em 1907, discorreu sobre a inauguração de uma estátua de Floriano em Minas Gerais. Ainda que o autor tenha reconhecido que a estátua foi “[...] acolhida por parte do nosso povo com grandes júbilos”, definitivamente Floriano não seria popular. Não bastasse isso, uma “apoteose” daquelas a ele era algo prematuro. Afinal, tinha tomado parte em uma “guerra civil cujos ressentimentos mais” mereciam “ser esquecidos que memorados”. Como adendo a isso, ainda havia florianistas pelas ruas, o que por si só evidenciaria a “inconveniência” daquele “monumento em praça pública” (ALMANAQUE 1907b, p. 231).

140

O que importava para Duque era a expressão alegórica do conjunto dos feitos que Floriano Peixoto deixava de herança para o seu país. Coisa que, segundo ele, o “marechal de ferro” não tinha:

O que traz o glorificado à praça pública, o que o põe em evidência ao olhar contemplador da multidão, revivendo na memória das gerações futuras, é o ato superior da sua vida, que o fez maior entre os seus semelhantes pelo benefício prestado à cultura efetiva dos homens, à liberdade de uma raça ou à unificação nacional de um povo. [...] Assim, quando se levanta uma estátua a esse ou aquele grande homem, deve se ter em vista a maneira pela qual, ele é aceito, e admirado pela massa popular, mesmo porque, se lhe falta esta admiração, o seu monumento perde a razão de ser, nunca passará de uma figura de praça, anônima e mais ou menos decorativa conforme o seu valor estético (DUQUE 1907).

Para o autor, faltava a Floriano — que teve forte apoio dos jacobinos com suas agitações populares nas ruas da capital — exatamente essa admiração popular, pois homenagens em espaços públicos deveriam passar pelo “*consenso de toda uma população*” e só deveriam ser feitas a heróis, ídolos ou grandes benfeitores do povo. A figura de Floriano, pelo que construiu em vida, não seria capaz de unir, de promover a identificação entre os cidadãos e a pátria (DUQUE 1907).

Assim, esses intelectuais operaram uma espécie de adequação do passado às demandas do presente, defendido como marco de um novo tempo. Foi no passado que buscaram os elementos para fundamentar suas demandas,

selecionando e ordenando determinadas experiências vividas (GUIMARÃES 2006, p. 51). Essa operação, entretanto, não se restringiu apenas aos heróis, e estendeu-se às datas nacionais (GIL 1904).

No mês de maio de 1905, a mesma revista trouxe uma série de colaborações que abordaram essas três datas cívicas do mês. A defesa mais eloquente dessas datas foi a do 13 de maio, feita por Xavier da Silveira Junior, para quem o dia era muito “mais do que uma simples data evocadora de acontecimentos gloriosos” — no caso, “o grande ato da libertação dos cativos no Brasil”. O 13 de maio sintetizaria a expressão de dois ciclos da “civilização brasileira”: “o que foi então definitivamente encerrado e revestia ainda a ficção semibárbara e anacrônica das instituições coloniais, e o que nela teve início e ao Brasil deu ingresso franco no “concerto solidário dos povos”, que no século XIX, constituíam a alta representação moral da humanidade”. E esse ciclo teria se completado com a proclamação da República, pois, segundo ele, “morrendo a escravidão morreu a monarquia, morrendo a monarquia morreria a escravidão” (SILVEIRA 1904).

Nesse mesmo número da *Kosmos*, comentando também sobre quais seriam os mais importantes acontecimentos da “história pátria”, Olavo Bilac bradava que maio deveria ser o mês das mais importantes comemorações cívicas nacionais, às quais não era dado, porém, o devido destaque. Inconformado, afirmava “[...] que se não fôssemos um povo sem entusiasmo, celebraríamos com exaltado júbilo as duas maiores datas da nossa história”: o 3 de maio (“natalício da Nação”, ou o descobrimento) e o 13 de maio (“emancipação moral”; “batismo de civilização”) (BILAC 1905). Essas datas tinham, segundo ele, significado especial e santo. Já o 7 de setembro e 15 de novembro assinalariam apenas duas “evoluções políticas”: a primeira data marcaria a passagem de colônia à metrópole, confirmando sua existência política, e a segunda, a transformação de governo hereditário em governo eletivo. Era preciso afirmar a República e a construção da nação republicana como uma mudança relacionada a acontecimentos gloriosos, e não como uma obra dos militares ou do acaso (cf. BILAC 1905).

Também para Bilac, os marcos fundacionais mais importantes seriam o descobrimento — data em que se deveria comemorar o “desabrochar da Terra, cuja grandeza adormecida nem era suspeitada pelos que a vinham descobrir” — e a abolição, antes da qual o Brasil não tinha existência moral.

Assim, o autor lamentava a falta de hábito em festejar as grandes datas cívicas da “nossa história”: “Não há uma comemoração nacional [...] que consiga despertar no animo d’este povo um movimento de júbilo patriótico”, atribuído por ele à falta de consciência que os brasileiros teriam do valor da sua nacionalidade e do progresso conquistado até então. Daí, a falta de orgulho do presente e a desesperança no futuro.

O Brasil está cheio de gente preta ou mestiça, que a grande lei de 13 de maio veio redimir e integrar na comunhão brasileira... Mas quantos libertos foram visitar n’esse dia o túmulo dos seus libertadores? Quantos d’eles

foram beijar a sepultura de José do Patrocínio, o Cristo da raça negra, crucificado pela ingratidão e pela calúnia? Quantos deles saíram à rua, em bandos jubilosos, para festejar o grande dia do Amor e da Igualdade? [...] (BILAC 1905).

A falta de “educação cívica” seria um dos maiores obstáculos à formação nacional, sobretudo no que dizia respeito à população afrodescendente, que deveria festejar o 13 de maio homenageando José do Patrocínio. Todavia, inconformado, Bilac registrou seu questionamento acerca das razões que fariam com que aquela “gente preta ou mestiça” não se sentisse - ou parecesse não se sentir ao menos nos moldes que o intelectual desejava - civicamente orgulhosa de sua pátria. Por que “essa gente” preferiria ir à festa da Penha ou brincar nos “bárbaros cordões”, questionava Bilac (cf. BILAC 1905).

Dois anos depois, parece ter encontrado a resposta. Em uma crônica publicada em 1907, na *Gazeta de notícias*, Bilac relatava que ouvira dizer e lera nos jornais que os “pretos” libertados pela lei de 13 de maio eram “ingratos”, já que não se congregavam numa grande festa cívica em homenagem e gratidão aos seus libertadores. Enfático, Bilac contra-argumentou que a Abolição não deveria ser comemorada só pelos descendentes de escravos, que não deviam gratidão a ninguém. Muito pelo contrário; a glorificação dos abolicionistas mortos e vivos deveria ser feita pelo país inteiro, pelos que nasceram livres, pelos libertos e pelos descendentes dos escravizadores. Estes é que deveriam uma gratidão sem limites aos abolicionistas por terem livrado o Brasil da “desonra de possuir escravos” e aos próprios ex-escravos e seus descendentes pelos anos de servidão e riqueza adquiridos. Por sua vez, os libertos e seus descendentes não deveriam nada aos abolicionistas, pois com toda justiça podiam “nos lançar no rosto [Bilac incluiu-se entre os abolicionistas que criticava] o não termos ainda completado a obra da Abolição”. Os abolicionistas teriam libertado os escravos, mas não os teriam instruído, não lhes teriam oferecido educação, nem lhes teriam assegurado o trabalho e, “estupidamente e cruelmente”, admitiram que já haviam feito tudo. Aos homens que tinham sido explorados “como animais” e seus descendentes, não haviam oferecido nenhuma instrução para que pudessem se transformar em “verdadeiros cidadãos” daquela república, afirmava resignado. Os que tinham lutado e vencido, teriam vencido sozinhos por seus próprios méritos; outros muitos teriam morrido e continuavam morrendo devorados “pela miséria, pela ignorância, pelo alcoolismo e pelo abandono moral...” (cf. BILAC 1907).

Mas apesar dessa história da abolição ter sido contada através dos grandes homens e enfatizando o papel preponderante dos intelectuais, é interessante notar o destaque positivo que o autor conferiu a personagens históricos negros e seu papel ativo nas lutas por causas que dignificavam a pátria. Tal investimento na consagração de homens afirmados como negros (ou como representantes da “raça negra”) naquele momento convergia para a ideia de que a colaboração da “raça negra” na história pátria não teria ficado restrita à “afetiva e submissa dedicação [...] ao trabalho rude e extenuador de três séculos”. Como sugeriu o cronista Gil, não por coincidência, na própria *Kosmos*, suas contribuições ao

Brasil também teriam se dado em termos de “mentalidades” e “heróis” (GIL 1904). E foi em busca deles que esses intelectuais olharam o passado e forjaram marcos de fundação fundamentais para a concretização de um projeto nacional naquele presente. Tal investimento pode ser visto de forma ainda mais complexa se considerarmos também as evidências de que boa parte da população negra da Corte, conforme afirmou Flávio Gomes, era simpática à monarquia (GOMES 2005, p. 23).

Ainda em relação às escolhas de que datas comemorar, o *Almanaque Garnier* publicou em todos os seus números a lista das festas nacionais brasileiras, que contava com uma data a mais do que o Decreto de 14 de janeiro de 1890 estabeleceu: a promulgação da Constituição Federal (1891). Além disso, o dia 21 de abril deixava de ser oficialmente chamado de comemoração dos “precursores da independência brasileira” para tornar-se o dia da “execução de Tiradentes” e o 15 de novembro passava de “comemoração da pátria brasileira” para “proclamação da República”: 1 de janeiro (confraternização da humanidade); 24 de fevereiro (promulgação da Constituição Federal); 21 de abril (execução de Tiradentes); 3 de maio (descoberta do Brasil); 13 de maio (extinção da escravidão); 14 de julho (comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos); 7 de setembro (independência do Brasil); 12 de outubro (descoberta da América); 2 de novembro (comemoração geral dos mortos); 15 de novembro (proclamação da República). De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, ao decretarem a comemoração cívica dessas datas, os republicanos estabeleceram continuidades com o passado, valorizando a lembrança de acontecimentos e heróis até então considerados perdedores pela história oficial (cf. OLIVEIRA 1989).

O dia 15 de novembro, por exemplo, embora registrado como uma data importante, não foi tema de nenhuma elaboração específica. Somente Bilac o fez, mesmo assim menosprezando sua importância, pois apenas marcaria uma “evolução política” (BILAC 1905). Essa era uma resposta de intelectuais republicanos civis à preponderante presença de militares no golpe que deu origem à república. Em contrapartida, as datas que mereceram mais destaque foram o 21 de abril (Tiradentes), o 3 de maio (descobrimto do Brasil) e o 13 de maio (abolição da escravidão).

Reis Carvalho escreveu sobre a “festa nacional de 21 de abril”, na qual a nação deveria celebrar a figura de Tiradentes, evocadora da memória de todos os outros “martirizados precursores”, como Manuel Bequimão, Bernardo Vieira de Mello, Filipe dos Santos, Domingos Martins, Padre Roma etc., e os “[...] que se perdem na imensa galeria dos anônimos sublimes” (CARVALHO 1907). Todos unidos pela liberdade e pela pátria. Mario Behring também mencionou o dia dedicado a Tiradentes como o momento de comemoração do “vulto republicano”, que por sua vez sintetizaria em si todas as vítimas do despotismo monárquico (BEHRING 1907).

Foi o cronista Gil, no entanto, quem propôs a comemoração mais interessante. Para ele se deveria unir, em uma grande comemoração, o dia do trabalho, o dia do descobrimento e o dia da “reivindicação libertadora”: os três

marcos fundacionais deveriam ser associados à República. A sugestiva conjunção de datas não por acaso relacionava-se diretamente à criação do sentimento de amor à pátria e à integração dos ex-escravos e seus descendentes ao mundo do trabalho e à própria nação republicana. As comemorações do dia do trabalho e o da abolição deveriam, assim, “[...] ser identificadas na mesma representação [...]”, já que se vivia, segundo ele, um processo no qual a massa de trabalhadores era cada vez mais constituída pelo “nacional” e “o nacional” era em sua maioria “o mestiço” (GIL 1904).

Da “tragédia da escravidão” nascera o “mestiço” — uma “sub-raça”. Mas logo que “tirada das agonias do cativo” teria florescido “magnificamente na vida nacional” - o que o autor comprovava citando nomes, em suas palavras, de “mestiços ilustres”, como Basílio da Gama, Valentim da Fonseca, Rebouças e Gonçalves Dias. Logo concluiu que a colaboração da “raça negra” teria se dado tanto em termos da “afetividade” e da “submissão no trabalho” quanto das “mentalidades e heróis”. Daí que essa unificação de datas serviria para que não se falasse mais em dia da “Abolição”, da “Conquista Libertadora” ou da “derrocada do cativo”. Só assim seria possível esquecer que “[...] houve um dia essa miséria no Brasil” (GIL 1904).

Fundamentando sua proposta, Gil argumentou que a data operária no Brasil não tinha o sentido de luta de “multidões de explorados e famintos [...] fazendo da parede o muro contra a fome, odiando o trabalho porque ele é o cativo e o sofrimento” como nos países europeus. O trabalhador na capital federal podia ser “pobre”, mas não era o “faminto” nem o miserável que fazia greves politizadas nos países europeus, daí que no Brasil a greve nada teria a ver com a “revolta social”. Havia, desse modo, um esforço significativo em afirmar uma convivência social e racial harmônica como característica nacional e original do Brasil. No Rio de Janeiro é que se dava “realmente a Festa do Trabalho”, pois se comemorava a “glorificação do labor” que sustentava a coletividade. Assim, o autor particularizava positivamente o Brasil em relação às “[...] conturbadas sociedades do velho mundo”, afinal, segundo ele, este era um país no qual não havia “[...] preconceitos nem classes” (GIL 1904).

As evidências de circulação desses temas permitem considerar que os autores dos registros analisados estabeleceram uma complexa relação com as prerrogativas racistas da época a fim de encontrar saídas positivas para o país que compatibilizassem os afrodescendentes, os mestiços e a própria mestiçagem com a ideia de civilização corrente na época. Aos nossos olhos contemporâneos, esse esforço pode parecer uma batalha sem sentido, mas não podemos perder de vista que aquele universo estava impregnado por ideias de superioridade e inferioridade baseadas na noção de raça (ORTIZ 1986, p. 13).

A ideia de integração dos negros e mestiços à “história pátria” e a própria mestiçagem abriram possibilidades de conciliação das contradições de uma sociedade multirracial e hierarquizada. Basta lembrarmos de todas as justificativas já elencadas para a consagração de cada personagem histórico.

Nesse sentido, não podemos esquecer que os episódios e figuras retomados do passado foram mantidos afastados do debate em torno dos direitos políticos

e da questão da cidadania. Embora Olavo Bilac tenha afirmado que a obra da abolição só se completaria com a instrução e o trabalho para os ex-escravos e seus descendentes — do que dependeria a efetiva transformação dos egressos do cativeiro em cidadãos republicanos —, a questão dos direitos políticos não foi tocada. Do mesmo modo, ainda que a ampliação da educação popular tenha sido defendida recorrentemente tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos* como pressuposto para a existência de fato do “cidadão republicano”, isso não correspondeu à discussão explícita em torno da ampliação do direito do voto e do acesso à terra para esse “futuro cidadão” que se projetava.

Ao tratar dos textos relativos à história nesses periódicos, defronta-se com as iniciativas intelectuais dedicadas à produção do “difícil equilíbrio” de elaborar núcleos de unidade cultural, capazes de incorporar/representar uma origem comum, ou o “[...] cimento da coesão grupal”, nas palavras de Hobsbawm (HOBSBAWM e RANGER 1997, p. 23). Depois da abolição (1888), da República (1889) e da primeira constituição republicana (1891), todos passaram a ser cidadãos iguais perante a lei. Tal afirmação significou um marco na história da construção da cidadania brasileira, tornando real o princípio jurídico da equidade política. Ainda que isso não tenha representado, de fato, uma revolução social, estabelecia a possibilidade legal da igualdade de todos perante a lei e a possibilidade do acesso à cidadania (GOMES 2003, p. 157).

Naquele presente, a formação e a legitimidade de uma nova consciência nacional dependiam da sua identificação com fatos, personagens, costumes e valores capazes de promover, a partir da história, uma possível unidade que transcendesse as diversidades – regionais, sociais, raciais e culturais que marcavam o país. Afinal, compartilhar um passado também significava alimentar “[...] o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras” (LOWENTHAL 1998, p. 109). Logo, o investimento na construção de uma “história pátria” deve ser considerado como uma dimensão importante da intervenção intelectual naquela sociedade.

Por outro lado, sabemos que a “história pátria” não é uma construção aleatória, mas fruto de um esforço de indivíduos, grupos e instituições, que implicou em atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores (cf. OLIVEIRA 2000), jamais arbitrários. E todo o esforço dos intelectuais mencionados aqui foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições. Esses “antigos modernistas” (HARDMAN 1992, p. 289-305) cruzaram temporalidades distintas, esbarraram em fronteiras raciais e sociais. Transitaram por algumas, fabricaram e apagaram outras, descobrindo o Brasil a partir da integração e da fusão entre diferentes e desiguais. Afinal, essa era (ou deveria ser) a “nossa tradição”, ou como provariam a história forjada por eles naquele presente.

Mas mesmo considerando as evidentes limitações dessa “integração” defendida, tais formulações intelectuais acerca da história nacional permitem que seja projetada uma imagem da primeira década do século XX diferente daquele imputada pela nomenclatura tradicionalmente utilizada para nomear o período: “República Velha”.

Intelectuais, cultura cívica republicana e o compromisso com a nação

Os debates e justificativas em torno da seleção de acontecimentos, heróis e datas nacionais localizados nos periódicos citados dimensionam não só o esforço em marcar traços que distinguissem a monarquia da república, mas em associar conteúdos nacionais ao novo regime. E mais: encontramos registros que projetam a união de negros e brancos na luta pelas mais nobres causas nacionais.

Sabemos que durante o Império, especialmente na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, movimentos de insurreição anteriores à independência eram silenciados. O episódio da Inconfidência Mineira era visto como movimento fracassado, como uma ameaça à unidade nacional por seu caráter local e por seu conteúdo republicano (CALLARI 2001, p. 62-63). Zumbi e o Quilombo dos Palmares eram considerados ameaças ao poder constituído e à unidade nacional. Até 1910, Zumbi e Palmares eram temas ausentes da produção do IHGB (CALLARI 2001, p. 72-73).

Porém, diante das evidências apresentadas aqui, podemos indicar que os debates em torno dos elementos históricos nacionais e do próprio processo de legitimação do regime republicano envolveu a defesa de outras figuras do passado além do ambíguo Tiradentes e de Nossa Senhora da Aparecida “emprestada” do domínio da religião, como apontou José Murilo de Carvalho (CARVALHO 1990, p. 140).

146

Então, que significados as afirmações em relação a Henrique Dias, Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama e José do Patrocínio poderiam ter em um momento fortemente marcado pela difusão das teorias raciais e de práticas racialmente discriminatórias?

Investigando a construção da “história do Brasil”, Angela de Castro Gomes apontou que, “ao lado do amplo compartilhamento das teorias europeias racistas que existia na virada do século XX, crescem” — nesse momento — “as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem sempre mais tão condenada”. A crença no fundamento científico dessas teorias continuava existindo, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. Entretanto, começava-se a ponderar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e na cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais (GOMES 2000, p. 50).

Se tomarmos como referencial esses textos que valorizaram tanto a participação das três raças unidas em defesa do território, quanto a presença ativa de negros nas lutas pela liberdade, incorporando-os à história pátria, pode-se afirmar que essas figuras do passado tinham a “cara da nação”, ao menos para alguns intelectuais bastante atuantes na primeira década do século XX. Atuação marcada pela noção de que o “povo brasileiro” e o “cidadão republicano” projetados precisavam ser orientados e conduzidos por intelectuais, que não abriram mão da ação política, sobretudo, através de outros espaços, como o da imprensa.

Entretanto, o tempo localizado entre a proclamação da República e a “Revolução de 30” foi, até recentemente, denominado de “República Velha”. Embora já haja novas abordagens, a imagem geralmente atribuída pela historiografia ao período ainda o identifica com o esvaziamento dos espaços de participação política, despolitização, domínio oligárquico, vazio de ideias e de propostas alternativas de poder e de intervenção. Essa forma parcial de nomear e qualificar as primeiras quatro décadas republicanas foi elaborada por intelectuais autoritários dos anos de 1920/30, e enfaticamente divulgada durante o período denominado de “Estado Novo” (cf. GOMES e ABREU 2009).

Conforme Angela Gomes e Martha Abreu afirmaram, o termo “Estado Novo” foi cunhado por políticos e intelectuais ligados ao próprio regime para por em relevo a suposta força transformadora daquele governo, que instaurou uma ditadura chefiada por Getúlio Vargas em 1937. Essa operação intelectual foi fruto de um amplo projeto político-cultural, que incluiu a construção de uma imagem para aquele presente e, conseqüentemente, para o passado imediatamente anterior e para o futuro.

A partir dos seus órgãos de propaganda, o “Estado Novo” divulgou afirmações que qualificavam negativamente a primeira república como liberal, oligárquica, fraca, europeizada e distante do “povo”, supostamente ao contrário do que estaria acontecendo desde a década de 1930 no país. Ao enfatizarem somente o aspecto violento e corrupto das eleições durante a primeira república, as práticas associativas, de participação e mobilização política variadas, experimentadas por diversos atores sociais nesse período foram minimizadas, esquecidas ou apagadas.

No plano cultural, a imagem projetada da “República Velha” pelo “Estado Novo”, destacava o fracasso de intelectuais em estabelecer identidades e sentimentos cívicos nacionais e republicanos, e o seu afastamento do “Brasil real” — formado por uma maioria de negros e mestiços. Entretanto, como vimos aqui, intelectuais de projeção nas primeiras décadas do século XX não desistiram de intervir e de dar corpo à nação republicana com uma “história nacional”, mesmo que aquela república não fosse a dos seus sonhos.

147

Referências bibliográficas

A. F. D. João VI, **Kosmos**. Ano 4, nº 7, julho, 1907.

ALMANAQUE Brasileiro Garnier. José do Patrocínio. Ano necrológico, 1907a.

_____. Minas Gerais e Floriano Peixoto, 1907b.

BEHRING, Mario. Um dia de D. João VI. **Kosmos**. Ano 1, nº 12, dezembro, 1904.

_____. Redação, **Kosmos**. Ano II, nº 4, abril, 1905.

_____. O precursor, **Kosmos**. Ano III, nº 4, abril, 1906a.

_____. Chico Rei, **Kosmos**. Ano III, nº 6, julho, 1906b.

_____. A morte do Zumbi, **Kosmos**. Ano III, nº 9, setembro, 1906c.

- _____. O "quero já", **Kosmos**, Ano 4, nº 2, fevereiro, 1907a.
- _____. O monumento a D. João VI, **Kosmos**. Ano 4, nº 8, agosto, 1907b.
- BILAC, Olavo. Crônica, **Kosmos**. Ano 3, nº 6, junho, 1906.
- _____. Crônica, **Kosmos**. Ano II, nº 5, maio, 1905.
- _____. Crônica, **Gazeta de Notícias**, 19/05/1907.
- BONFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1ª edição, 1905].
- CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro à construção de Tiradentes, **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, Mario. O precursor, **Kosmos**. Ano III, nº 4, abril, 1906.
- CARVALHO, Reis. A independência do Brasil, **Kosmos**. Ano II, nº 9, setembro, 1905.
- _____. Tiradentes e os precursores da independência brasileira, **Kosmos**, Ano IV, nº 4, abril, 1907.
- CINEARTE**. Rio de Janeiro, nº 370, 15 de julho, 1933.
- 148 DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil "café com leite": mestiçagem e identidade nacional em periódicos**, Rio de Janeiro (1903-1914). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- DIMAS, Antonio. (org.) **Olavo Bilac**. Vossa insolência. Crônicas. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998a [1ª edição: 1898].
- _____. Por que Revoluções? In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998b [1ª edição: 1898].
- _____. Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá, **Kosmos**, Ano IV, nº 10, outubro, 1907.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- FLUMINENSE, Américo. D. João VI, **Kosmos**, Ano IV, nº 7, julho, 1907.
- GIL. Crônica, **Kosmos**. Ano I, nº 5, maio, 1904.
- GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos.

- In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino da história**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala, **Remate de males**, Campinas, nº 20, 2000.
- _____. ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia, **Tempo**, Niterói, vol. 13, nº 26, 2009.
- GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” na I República. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, p. 129-154.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006.
- HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. Introdução. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas, **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras/Sec. Mun. Cult., 1992.
- HENZE, Carlos. D. João VI na fisionomia, **Kosmos**. Ano 4, nº 10, outubro, 1906.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o nosso passado, **Projeto história**. São Paulo, nº 17, novembro/98.
- LUCA, Tânia Regina de. **Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974.
- MELO, Mário. Primeiro brado de República na América – página brilhante da história pernambucana, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1911.
- MENDONÇA, Curvelo de. História territorial do Brasil, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1907.
- MENDONÇA, Curvelo. Pernambuco, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1911.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As festas que a República manda guardar, **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989.

_____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento, **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RELATÓRIO do Director, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 25 (1903), 38 (1916), 40 (1918), 43 e 44 (1920-1921), 45 (1923).

SILVEIRA, Xavier da. Treze de maio, **Kosmos**, Ano I, nº 5, maio, 1904.

VERÍSSIMO, José. Heresia sociológica, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1907.

VIANNA, Joaquim. Por que caiu o Império?, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1909.

Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010)

Cinema and historiography: trajectory of a historiographical object (1971-2010)

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

Professor adjunto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

santiago.jr@gmail.com

Rua Professor Moura Rabelo, 1326/202A - Candelária

59064-480 - Natal - RN

Brasil

Resumo

Este artigo visa a apresentar a forma como a historiografia tradicional incorporou o cinema entre seus objetos de pesquisas por meio de um diálogo ambíguo com os estudos do cinema e pela exclusão direta da história do cinema. Acompanha-se a inclusão do cinema entre os objetos da historiografia francesa e brasileira, a domesticação do filme na operação historiográfica e a sobrevivência dos marcos iniciais dessa inclusão no atual momento das pesquisas, bem como os deslocamentos mais importantes dos últimos dez anos. Observaremos alguns aspectos da história da constituição do cinema como objeto historiográfico, propondo, ao final, um diálogo sistemático com a teoria da história e a própria história do cinema.

Palavras-chave

Cinema; História da historiografia; Teoria da história.

151

Abstract

This article seeks to highlight how the traditional historiography has included cinema among its objects of research through an ambiguous dialogue with the film studies, and through the direct exclusion of film history. It is followed by the inclusion of cinema among the objects of the French and Brazilian historiography, the domestication of films in the historiographical operation, and the survival of the early milestones for its inclusion in the current moment of the researches, as well as the most important shifts in the past ten years. We will observe some aspects of the history of the constitution of cinema as a historiographical object, proposing at the end a systematic dialogue with the theory of history, and with the film history itself.

Keywords

Cinema; History of historiography; Theory of history.

Enviado em: 5/6/2011

Aprovado em: 2/8/2011

Introdução

Nos últimos dez anos surgiram expressivas publicações dedicadas à indagação sobre a relação do conhecimento histórico com o cinema. São artigos, livros e coletâneas nos quais estão delineados preocupações, métodos e perspectivas diversificadas de pesquisas. Tais empreendimentos apontam, contudo, à necessidade de sistematização da discussão como um campo específico da indagação da historiografia. Não são poucos os autores que exigem a tematização e amadurecimento de um questionamento específico para o cruzamento da história com o cinema (LAGNY 2009; NÓVOA 2008; ROSENSTONE 2010; SANTIAGO JR. 2010).

É sabido que a incorporação do cinema como objeto da história foi realizada decisivamente a partir da abertura temático-metodológico da *nova história* francesa a partir da década de 1970. A obra pioneira de Marc Ferro desempenhou, nesse momento, um papel fundamental, quando um artefato, o filme, foi tirado de seu lugar funcional e transformado, pela “operação histórica”, em objeto-fonte da disciplina histórica.

Este texto visa criar *chaves de leituras* para compreender como o cinema foi transformado em objeto no debate historiográfico. Realizamos um deslocamento na discussão convencional da área, uma vez que aqui não há foco na *relação cinema e história* tal como pensada nos marcos tradicionais da discussão. Partimos de uma *indagação de cunho historiográfico*, ou seja, da construção do cinema como objeto da matriz disciplinar da ciência da história. Testamos aqui uma hipótese: a fundação do cinema como *objeto historiográfico* deu-se pela exclusão do debate direto com os estudos do cinema e com a história do cinema. Parece-nos que a reflexão sobre a relação história e cinema na historiografia privilegiou a reflexão metodológica por meio da domesticação dos dois campos intelectuais interlocutores e aliados potenciais: a história do cinema e a teoria do cinema.

Observamos essa marca primeva em trabalhos atuais, nos quais o debate metodológico, hoje muito sofisticado, continua a absorver as preocupações dos pesquisadores, os quais, em sua maioria, permanecem alheios às implicações teóricas que o cinema imprime à historiografia (LAGNY 2009; ROSENSTONE 2010).

Este texto tem como proposta de fundo, portanto, constituir passos iniciais para um tópico na reflexão historiográfica e da teoria da história que se debruce sobre o efetivo impacto (e os deslocamentos) que o cinema produz na história e na historiografia. Obviamente, não sendo possível pensar essa questão no todo, a primeira coisa a ser feita é historicizar a discussão e entender como os historiadores recortaram os próprios trabalhos. Tentaremos esboçar, um pouco, uma história da formação da relação história e cinema na historiografia, passeando entre produções francesas e brasileiras e verificando algumas das bases da tradição de estudos históricos sobre cinema. Pedimos desculpas antecipadas pelas generalizações que seguem, mas que visam apenas serem úteis para tatear os caminhos da historiografia.

Quantas são as histórias do cinema?

A pergunta "O filme será um objeto indesejável para o historiador?" (FERRO 1995, p. 199) abria o clássico ensaio "O filme: uma contra-análise da sociedade?", de 1971, no qual Marc Ferro propôs o problema do uso do filme pelo historiador, para a comunidade historiográfica francesa, com o objetivo de legitimar e embasar metodologicamente uma crítica histórica que contornasse a subjetividade do "novo objeto". Historiadores já haviam falado em usar filmes antes, mas foi este texto que adquiriu força fundadora.

A resposta de Ferro tornou-se um trecho muito citado desde aquela data:

Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente nelas exemplificações, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita. Considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las. Assim o método que lembraria o de Febvre, o de Francastel, de Goldmann, desses historiadores da Nova História, da qual se definiu a vocação. Eles reconduziram a seu legítimo lugar as fontes de origem popular, escritas de início, depois não escritas: folclore, artes e tradições populares etc. Resta estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História (FERRO 1995, p. 203).

O historiador francês definiu *o filme* como um "novo" objeto junto aos temas e fontes da "Nova" História. O campo de pesquisa aberto por Ferro associara a película com a sociedade que a produziu, seguindo a tradição dos *Annales* na definição ambígua do social como "lugar de inventário" dos fenômenos interdependentes (REVEL 2010, p. 37). A este artigo seguiu-se uma série de textos, uns curtos, outros longos, escritos por Ferro, mais tarde reunidos no pequeno *Cinéma et histoire*, em 1977, nos quais foram desenvolvidas ideias seminais, já presentes no texto de 1971, tais como a do filme como agente histórico, a "leitura histórica do cinema" (o filme como documento) e a "leitura cinematográfica da história" (o filme como representação da história). Tais ideias se tornaram marcos da preocupação dos historiadores com o cinema.

Não haveria, contudo, singularidades nessa inserção? Entre as muitas maneiras de inserir o cinema no tempo, formaram-se duas fortes tradições de discursos históricos. A primeira fora a *história do cinema stricto sensu*, que tomara o filme como foco principal de interesse e o cinema (por mais difícil que seja defini-lo) como objeto e fim em si mesmo (sem necessariamente desdenhar da sociedade no qual é gerado), tendo referências, metodologias e preocupações próprias, as quais a partir de um determinado momento dialogaram com a *teoria do cinema* (BORDWELL 2005). A segunda fora uma história *a partir do cinema* (e nosso foco de interesse neste texto), realizada pela *historiografia acadêmica*, a qual toma o cinema como fonte para *analisar a sociedade*. Essa segunda tradição sedimentou-se a partir da obra de Ferro, o que tem sido chamado por alguns de "relação cinema e história" (NÓVOA 1995).

Entre as particularidades dessa relação, no ensaio clássico de 1971, Ferro fala dos procedimentos dos historiadores em relação ao filme:

O filme aqui não é considerado do ponto de vista semiológico. Não se trata também de estética ou história do cinema. O filme é abordado não como uma obra de arte, porém, como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha (FERRO 1993, p. 203).

A posição de Ferro evidencia a delimitação heurística: a) definição de um *objeto central* de reflexão, o filme; b) *rejeição* da semiologia, da estética e da história do cinema, de maneira a determinar o que não é cabível ao ofício do historiador quando trabalha com o cinema; c) *afirmação do filme como testemunho de um tempo* e meio pelo qual o historiador atingirá o *além* do cinematográfico (o “sentido latente”), ou seja, o objetivo do historiador não é o filme em si, mas a sociedade que este permite entrever. Qualquer uso da semiologia e da estética¹ só seria útil na medida ao permitir observar o mundo social. A historiografia tradicional formou as próprias referências definido-se como um discurso histórico diferente daquele elaborado pela chamada *história do cinema*.

Qual a semiologia e a história do cinema rejeitada por Marc Ferro? A resposta demanda uma pesquisa mais minuciosa, mas creio que podemos apontar algumas respostas aproximativas. Ferro define suas atividades em oposição a um campo que estava se formando no final dos anos 1960, os “estudos do cinema”. Na época do ensaio seminal de Ferro, os estudos de cinema ainda conquistavam sua respeitabilidade acadêmica na França (e no resto do mundo). A teoria do cinema francesa vivia as consequências do avanço da “política dos autores”² e do estruturalismo. Nomes como Jean Mitry e Christian Metz já eram conhecidos, inclusive pelo próprio Ferro, que os citara em 1976.

Quando a onda estruturalista deu origem à teoria semiológica do cinema, muitos dos estudos de teoria do cinema fundamentais eram ligados à filosofia (reflexão frankfurtiana entre outras: cf. BORDWELL 2005; STAM 2005), a história da arte (Rudolph Arnheim, Erwin Panofsky), a crítica de cinema (André Bazin) e aos cineastas (Sergei Eisenstein). Neste quadro, se o humanismo da “teoria dos autores” deu forte impulso à reflexão sobre o cinema, na academização dos estudos de cinema franceses, o estruturalismo lançou bases para a investigação com rigor analítico e fortemente teórica do cinema, sendo Christian Metz, naqueles anos, o autor principal.

Por sua vez, a história do cinema tinha suas particularidades. A rigor, as primeiras histórias do cinema foram escritas nos EUA e na França por volta dos

¹ Marc Ferro jamais fez uso da semiologia, mas outros historiadores, tais como Pierre Sorlin sim, como veremos adiante.

² Lançada por François Truffaut, Jean-Luc Godard, Eric Rohmer e outros. Inicialmente como críticos na década de 1950 os “jovens turcos” chamaram atenção ao filme como obra de arte produto de um artista genial, e abriram as portas da história e da filosofia à análise do filme como obra de artista (cf. BERNARDET 1994).

anos 1920, geralmente, realizadas na forma de relatos de filósofos, críticos, sociólogos, jornalistas e alguns poucos interessados em contar a formação da nova arte que mal atingira a maturidade estética quando fora sacudida pela incorporação do som. As primeiras histórias do cinema e suas sucessoras foram apologéticas (SCHVARZMAN 2008) e versavam sobre as transformações estéticas e técnicas na evolução da “linguagem cinematográfica”.

Essa tradição, que atingiu um paradigma nas obras de Georges Sadoul (1983), possuía algumas características marcantes (LAGNY 1997): *teleologia* segundo a qual o cinema passou de um estado primitivo para sua afirmação como narrativa e arte num progresso estético e tecnológico constante; a *ideia de cinematografia nacional* como unidade importante de análise da atividade; *universalismo* que concebia o cinema como uma arte capaz de transcender fronteiras; o *cinema como fim em si mesmo*; e a *importação de modelos cronológicos* de outras disciplinas tais como história econômica, política, da arte ou literatura.

Ferro fora contemporâneo dessas histórias, frágeis em reflexão documental e metodológica. Como o deslocamento produzido ao instituir um objeto-filme na historiografia francesa consistiu em associá-lo ao mundo social, transformando-o em documento ou representação histórica, a problemática historiográfica abraçou a sociedade em detrimento do cinema.

Rejeitar a estética, semiologia e a história do cinema implicou em rejeitar a) o privilégio do cinema como objeto em si, b) o excesso de teorização que eram próprios às monografias semiológicas e c) a aparente falta de historicidade nos trabalhos de cunho autoral e estético dos historiadores do cinema. O aspecto funcional desta rejeição fora permitir a identificação do historiador tradicional dedicado ao estudo do cinema com sua comunidade, estudioso da “história geral”. A relação *legítima* entre história e cinema foi recortada a partir do lugar disciplinar, e para este lugar, do historiador tradicional. Esta “operação historiográfica”³ definiu o uso do objeto segundo padrões de pertencimento dos historiadores. Propunha-se uma nova história francesa a partir do cinema que cumpria funções de reinventar o discurso histórico sobre o fílmico. O trabalho do historiador, nesse caso, seria com o filme como documento ou a representação histórica nas fitas.

Ocorreu o surgimento de um padrão definidor das atividades posteriores dos historiadores. Apesar dos avanços e sofisticções desde as reflexões de Marc Ferro, a força da divisão do filme como fonte e como representação histórica permanece subreptícia.⁴ O francês delimitou uma proposta teórica para a relação da história, com os filmes (NÓVOA 2009) e um dos seus grandes méritos foi ter mostrado como cruzar fontes documentais diversas para

³ Contemporâneo dessa época foi o texto “Operação historiográfica”, de Michel De Certeau, da mesma coletânea *Faire de l'histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974.

⁴ Não se trata da repetição da concepção de Marc Ferro. No caso do Brasil, a própria história de como o cinema se tornou uma preocupação historiográfica partiu um pouco dessa dicotomia também, como atestam as reflexões iniciais e Jean-Claude Bernardet e de Alcides Freire Ramos.

contextualização das películas. A crítica histórica proposta por Ferro para o cinema, no entanto, em nada diferia da crítica documental padrão. Ferro estimulou o uso de diferentes metodologias, mas “o conjunto de seu trabalho está delimitado por uma perspectiva de análise muito fechada, no sentido de que essas diversas metodologias não aparecem em seus textos com tanta fluidez” (MORETTIN 2007, p. 53). Não foram apresentadas quaisquer tentativas de sistematização teórica, mas questões metodológicas.⁵

Além de Marc Ferro, outro francês foi fundamental para delimitação do território do historiador no trabalho com filmes. Pierre Sorlin publicou muitos artigos no decorrer dos anos 1970 dedicados ao assunto e desenvolveu uma proposta alternativa a de Ferro. Por um lado, Sorlin faz uma recusa da sociologia histórica, cujo maior exemplo seria a obra do alemão Siegfried Kracauer, *De Caligari a Hitler*. Para o francês o filme não pode ser lido como reflexo de um sistema social predeterminado, seja este teorizado psicologicamente, como o faz Kracauer,⁶ seja por um sociologismo como faziam alguns frankfurtianos. Segundo Sorlin, o filme deveria ser lido segundo sua lógica interna, não apenas como reflexo ou a partir do contexto.

Em *Sociologie du cinema* (1977), Sorlin fez uma proposta metodológica específica, evitada por Ferro, colocando a semiótica como ferramenta analítica do historiador na compreensão da significação de um filme num contexto histórico. Em vistas a superar a teoria do reflexo, o historiador escolheu dialogar com a semiologia do cinema, contudo, rejeitou explicitamente, também, a história do cinema de sua época. A semiótica não configurava como um método histórico corrente entre historiadores tradicionais ou do cinema. As monografias semiológicas francesas, por exemplo, raramente faziam questionamento histórico e o objetivo de Sorlin era atingir rigor metodológico sem “sociologismos” para atingir a historicidade do sentido fílmico. Mais tarde o historiador abandonou (SORLIN 1993) a semiótica para abraçar novas ferramentas.

Apesar da barreira inicial criada em relação à história do cinema, Sorlin foi um poucos historiadores a investir num diálogo com os estudos do cinema e com a própria história do cinema a partir dos anos 1980. O investimento de Sorlin num debate interdisciplinar fora acompanhado por um grupo de pesquisadores que se tornaram importantes nos anos 1990 tais como Marie-Claire Ropars e Michele Lagny com as quais publicou (1986) *Générique des années Trente*.

Divergentes em alguns pontos, as propostas de Marc Ferro e Pierre Sorlin convergiam na centralização do *filme* como objeto central de uma dupla preocupação: película como *documento* ou como *representação da história*. Os historiadores que se dedicaram ao objeto cinema, da década de 1970 em

⁵ É necessária uma história da formação da relação história e cinema na historiografia, seja francesa ou brasileira. Na França, Michele Lagny, e, nos EUA, Robert Rosenstone lançaram bases para essas questões.

⁶ Kracauer toma os filmes alemães da década de 1920 como indicadores da ascensão do nazismo.

diante, tiveram esses campos de trabalho definidos, e, na maioria das vezes, mantiveram-se (com exceções) distantes da análise fílmica rigorosa dos estudos de cinema e da história do cinema, fortalecendo a marcação do "território" inaugural do historiador. Tal recorte disciplinar tentava domesticar a dificuldade maior dos historiadores quando incorporaram o cinema na disciplina histórica: a *estética e especificidade cinematográfica* e a *subjetividade* implicada em sua interpretação. Enquanto Ferro tentou domesticá-la pela crítica histórica tradicional, Sorlin tentou fazê-lo via semiótica.

Entre documento e representação histórica no Brasil

As propostas inaugurais abriram um campo temático no qual os historiadores investiriam. Na maioria dos casos, afastaram-se a história do cinema e os estudos fílmicos, aos quais os historiadores recorriam para recolher informações e alguns métodos. A trajetória dos trabalhos históricos a partir de filmes no Brasil é ilustrativa de como se formou essa tendência na historiografia.

Apesar da tradução brasileira do ensaio "Cinema: uma contra-análise da sociedade", ser de 1976, até 1988, poucos textos de destaque versavam sobre o filme como fonte histórica. O trabalho mais significativo publicado na década de 1980 foi *Cinema e História do Brasil*, escrito por Jean-Claude Bernardet e Alcides Freire Ramos, o qual discutia temas pertinentes do debate histórico contemporâneo tal como a "história imediata", o filme como documento, a representação da história nos filmes, da diferença e aproximação entre ficção e documentário etc. A obra toma seu objeto de maneira interdisciplinar, ligando-o, sem nomear historiografia tradicional e estudos do cinema, embora centralize a discussão na primeira.⁷

A maior parte dos textos e traduções sobre a "relação cinema e história" ocorreu, de fato, a partir do início dos anos 1990. Historiadores como Marc Ferro, Pierre Sorlin, Robert Rosenstone começaram a ser mais conhecidos entre nós naquele momento. Mônica Almeida Kornis (1992), em um artigo na importante revista *Estudos Históricos*, realizou o primeiro panorama do debate internacional para os historiadores brasileiros. A autora fez uma apreciação informativa, dedicando boa parte da discussão às contribuições de Marc Ferro e de Pierre Sorlin, e algumas poucas páginas à bibliografia inglesa e norte-americana. Neste texto, Kornis reforça a leitura do trabalho historiográfico com rejeição da história do cinema. Os textos de Bernardet e Ramos e os de Kornis estavam inseridos nas alterações que ocorriam na produção historiográfica brasileira e abriam caminho para um campo de pesquisa imaturo no Brasil.

Após a instalação dos primeiros cursos de pós-graduação de história no Brasil nos anos 1970 ocorrera a expansão das pesquisas com a influência de propostas teóricas e metodológicas estrangeiras, tais como as obras de Edward

⁷ Talvez pelo fato de que Bernardet fosse um importante estudioso do cinema no Brasil. A influência dele e de Ismail Xavier será investigada em pesquisas futuras, pois seu impacto na obra de historiadores evidencia o quanto a rejeição dos estudos do cinema foi ambígua, uma vez que tinha *fins heurísticos*.

Thompson e a Nova História francesa, redimensionadas nas tradições locais, tais como o marxismo. Durante a década seguinte, os historiadores consolidaram objetos e temas na historiografia brasileira e muitas publicações apresentaram os resultados das dissertações e teses desenvolvidas nos cursos de pós-graduação de universidades como USP, UNICAMP, UFRJ, UFF etc., ampliando o debate a partir do cruzamento de referências teóricas e metodológicas do marxismo renovado inglês, da nova história francesa, da micro-história italiana e das influências de filósofos e antropólogos como Antônio Gramsci, Michel Foucault, Walter Benjamin ou Clifford Geertz. Pesquisas inovadoras colocaram novos objetos em evidência no Brasil: as mentalidades e o imaginário, história e literatura, nova história política, história social do trabalho, história do gênero e da sexualidade, história e cotidiano etc (DIEHL 2004).

Um dos pontos fundamentais na constituição do cinema como objeto historiográfico no Brasil fora ultrapassar os marcos que consideravam o cinema como uma produção cultural que refletia o estado da produção econômica. Mônica Kornis, Jean-Claude Bernardet, Alcides Freire Ramos e uns poucos outros se dedicaram a desfazer essa sociologia e economia histórica do filme como reflexo social.

Em 1993, *Cinema e História*, de Marc Ferro, compilação de artigos lançada em 1977 fora traduzido no Brasil. Nele estava republicado o clássico texto de 1971 e uma série de artigos curtos, além do importante programa de pesquisas "Coordenadas para uma pesquisa" no qual o autor sistematizou algumas de suas importantes ideias: o filme como agente da história, a ação de um filme num contexto social, o filme como arma de combate ideológico, a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da história.

Na primeira metade dos anos 1990 surgiram dissertações e teses que usavam o filme como objeto ou fonte principal. As dissertações de Eduardo Morettin (1994), Cláudio Aguiar Almeida (1993), e a tese de Alcides Freire Ramos (1996), são algumas delas, todas de autores ligados à USP. Morettin e Ramos dedicaram-se ao estudo da representação cinematográfica da história, respectivamente nos filmes *Os Bandeirantes* e *Os Inconfidentes*, enquanto Almeida tratou o filme como documento. A rigor, todos cruzaram um eixo de trabalho com o outro, uma vez que a representação do passado foi tratada como condicionada ao momento de sua elaboração, ou seja, com Humberto Mauro ou Joaquim Pedro de Andrade, ao fazer análise da leitura cinematográfica da história, um historiador necessariamente faz uma leitura histórica da cinematografia. Tais trabalhos mostram que os filmes se constituem no debate direto com a cultura histórica da sociedade brasileira (MORETTIN 1998). Alguns desses trabalhos foram publicados na forma de livro mais tarde.⁸

Em 1995, o Núcleo de Produção e Pesquisas das Relações Imagem-História da UFBA, que entre outras atribuições, estudava a "relação cinema e história",

⁸ Morettin e Almeida se doutoraram no início dos anos 2000 com pesquisas sobre cinema e as mídias.

lançou a revista *O olho da história*, que até hoje apresenta dossiês dedicados a este campo de trabalho. O texto inaugural de Jorge Nóvoa, "Apologia da relação cinema e história", no primeiro número da revista, lançava o desafio da montagem de um campo de pesquisa, que sem descuidar do estético, considera "que o cinema é história, imagem ou não da realidade, documentário ou ficção" (NÓVOA 1995, p. 109, grifo do autor):

No entanto, não é a obra de arte em si, nem a história desse gênero artístico que estão em jogo. Para a análise historiográfica que não pretende realizar a história da arte, a obra não precisa necessariamente ser considerada na totalidade da relação forma e conteúdo. [...] Isso permite que ele encontre, por aproximações sucessivas, seus conteúdos latentes ou mesmo aqueles que escaparam inconscientemente ao seu realizador. E, assim, o filme transforma-se em documento, em fonte de conhecimento (NÓVOA 1995).

Observa-se a constituição de um campo de trabalho que marca uma identidade disciplinar a partir da diferenciação entre análise historiográfica e história da arte (ou do cinema, poderíamos dizer).

Em *O olho da história* foram (e são) publicadas traduções de textos de importantes historiadores tais como Robert Rosenstone, Marc Ferro, Pierre Fougereyrollas, Gloria Camarero Gomes, além das contribuições dos novos pesquisadores brasileiros como Cristiane Nova, Soleni Briscoiti, Meize Regina Lucas e de resenhas de filmes históricos. A menção aos fundadores da "relação", principalmente Ferro, é constante na revista:

Essa diferenciação (entre documentos primários e secundários) levou o pioneiro e um dos maiores teóricos da relação cinema-história, o historiador Marc Ferro, a formular a definição das duas vias de leitura do cinema acessíveis ao historiador: *a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da história*. A primeira corresponde à leitura do filme à luz do período em que foi produzido, ou seja, o filme lido através da história, e a segunda à leitura do filme enquanto discurso sobre o passado, isto é, a história lida através do cinema e, em particular, dos filmes (NOVA 2009, grifo da autora).

A divisão (e troca) básica documento/representação estava, até meados dos anos 2000, no alicerce de boa parte dos artigos e publicações sobre a relação cinema e história no Brasil. Não se pode esquecer que tais trabalhos fazem parte da conquista de um campo de trabalho com o cinema na historiografia tradicional brasileira. A maior parte dessa empresa fez-se em núcleos de pesquisa e nos cursos de pós-graduação, cuja produção historiográfica sobre cinema ainda está por ser devidamente inventariada. Foi fundamental a atuação de inúmeros historiadores interessados em cinema, seja de forma esporádica publicando textos ou na orientação constante de pesquisas de pós-graduação sobre tais temas, seja como pesquisadores dedicados ao cinema como tema principal.⁹

⁹ Podemos citar Ciro Cardoso, Francisco Teixeira da Silva, Edgar de Decca, Marcos Silva, Marcos Napolitano, Jorge Nóvoa, Elias Thomé Saliba, Maria Helena Capelato, Mariza Soares, Ana Maria Mauad,

A partir de 1997 o campo de trabalho ganha mais notoriedade com a publicação, na coletânea *Domínios da história*, “dedicada a criar um panorama dos vários campos de investigação da área da história” (CARDOSO; VAINFAS 1997), na seção modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos, do texto *História e imagem: o caso do cinema e da fotografia*, escrito por Ciro Cardoso e Ana Maria Mauad. Este artigo, num importante conjunto de ensaios de teoria e metodologia da história escritos somente por historiadores brasileiros, legitimava definitivamente o cinema entre as novas fontes.

Cardoso e Mauad fizeram dois deslocamentos na constituição do objeto historiográfico cinema: pensá-lo a partir de uma questão iconográfica, relacionando-o à incorporação geral das imagens como fontes pelo historiador, e, propunha um método semiótico de trabalho, a partir da obra de A. Greimas, afastando-se da referência a Marc Ferro (sem deixar de mencioná-lo) e Pierre Sorlin. Ciro Cardoso (1997) sistematizou mais ainda essas questões em *Narrativa, sentido, história*, no qual se debruça sobre inúmeras fontes visuais, aplicando novamente a semiótica como ferramenta analítica para resposta das questões históricas. Ambos os textos mantêm a distância da história do cinema, e, apenas em alguns casos, mencionam os estudos do cinema, principalmente a obra de Christian Metz.¹⁰

A proposta semiótica de Cardoso e Mauad, contudo, não encontrou interlocutores de destaque no Brasil. Como sua discussão metodológica não centralizou a reflexão na concepção do filme como documento ou como representação histórica, se distanciou um pouco dos padrões da discussão. Embora em *Narrativa, sentido, história*, Cardoso afirme que a relação da história com o cinema faz-se no filme como fonte, como objeto e como meio didático.¹¹

Já nas coletâneas publicadas a partir dos anos 2000, a marca do filme/documento e filme/representação histórica, ainda presente, vai sofrendo sensíveis diferenças de abordagem. Na primeira delas, a tradução *Passado imperfeito*, organizada por Mark Carnes (1997), publicada nos EUA, em 1995, vários historiadores (a maioria norte-americanos) foram convidados a analisar filmes históricos sobre períodos ou temas de suas especialidades. As películas foram vistas do ponto de vista do conhecimento histórico especializado, que avaliava a representação dos eventos históricos. Algumas reflexões foram muito refinadas como a de Robert Darnton sobre a fita *Danton*, do diretor Andrzej Wajda, como alegoria histórica da Polônia comunista.¹²

Na coletânea *A História vai ao cinema*, organizada por Marisa de Carvalho Soares e Jorge Ferreira, vários historiadores brasileiros foram convidados a escrever sobre filmes brasileiros, independente de serem históricos ou não, de

Manoel Salgado Guimarães etc. Infelizmente não há espaço para nomear essas contribuições todas, com pena, inclusive de ser injusto com alguns autores.

¹⁰ É feita menção a George Sadoul, mas novamente em contraponto aos avanços propostos por Marc Ferro.

¹¹ O debate sobre cinema e ensino de história possui uma trajetória própria para a qual não se dispõe de espaço neste texto.

¹² Robert Darnton já havia realizado uma leitura instigante deste ponto (cf. DARNTON 1990).

maneira que as leituras foram plurais. O conjunto apresenta desde cobranças de fidelidade histórica (o texto de Ronaldo Vainfas sobre *Carlota Joaquina*) a reflexões sobre a forma criativa como películas transitam entre monumento e documento. No prefácio, o cineasta Silvio Tendler, afirmara que:

A coletânea que compõe este livro segue na trilha original apontada por Marc Ferro: o estudo de filmes como fonte de conhecimento e o que Ferro chama de contra-análise da sociedade. Em seu artigo, considera que o estudo da imagem pode fornecer elementos de análise que ultrapassam os limites das intenções do autor ou de quem os captou. A "leitura" dos filmes não se restringe a uma interpretação colada na obra.

No caso deste livro, os autores fizeram uma releitura da obra cinematográfica relacionando com uma abordagem histórica, confrontando filme e história (TENDLER 2001, p. 8).

Nas duas coletâneas acima não havia reflexão teórica efetiva sobre método de trabalho, lembrando que a maior parte dos historiadores não eram especialistas no uso do cinema ou das imagens na história (com exceções). O que reforça mais ainda a ausência do debate com a história do cinema, ou mesmo os estudos do cinema. O campo em constituição seguia um padrão de construção de um objeto historiográfico.

O padrão foi deslocado a partir de meados dos anos 2000. Na apresentação da coletânea *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*, os organizadores compreendem que o ingresso do cinema, ou da televisão, na historiografia brasileira fora consolidado. Os textos deste conjunto discutem as relações mais amplas entre cinema e história: "o filme como documento de discussão de uma época e seu estatuto como objeto da cultura que encena o passado e expressa o presente" (CAPELATO *et al.* 2007, p. 10).¹³ O enfrentamento do específico cinematográfico também não fora olvidado e a proposta é pensá-lo segundo recortes particulares do que poderíamos chamar de uma história social do audiovisual com *forte apelo documental* nas preocupações heurísticas e metódicas.

História e cinema apresenta recortes variados e privilegia pesquisadores brasileiros. Apresenta reflexões sobre monumento e historiografia, "escrita" fílmica da histórica nos meios audiovisuais, multiplicidade de monumentos e representações históricas de revoluções e segunda guerra mundial, além de políticas culturais de várias instituições com o cinema. A "novidade" está no debate explícito com aos estudos fílmicos com a presença de especialistas como Ismail Xavier e Mariarosaria Fabris.

Um pouco diferente é o conjunto *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*, organizado por Jorge Nóvoa, Soleni Fressato e Kristian Feigelson (2009). Na apresentação, Jorge Nóvoa insere o debate na tradição aberta por Marc Ferro, propondo difundir no Brasil o que chama do campo 'cinema-história' a ser

¹³ O livro foi organizado por Maria Helena Capelato, Eduardo Morettin, Marcos Napolitano e Elias Thomé Saliba.

investigado teórica e metodologicamente e observado do ponto de vista da história social e de uma sociologia do cinema. O livro apresenta apreciações teóricas, e reflexões sobre o filme como fonte histórica e como representação da história.

Cinematógrafo é uma coletânea internacionalista, com onze textos de autores da língua francesa,¹⁴ sete contribuições de brasileiros, cinco de pesquisadores em língua espanhola e um norte-americano. Apresenta textos de importantes debatedores da historiografia internacional (Marc Ferro, Pierre Sorlin, Michele Lagny, Robert Rosenstone), além de contar com contribuições de autores do calibre de Jean-Pierre Bertin-Maghit, Sylvie Lindeperg e Angel Luis Hueso Montón. Contam-se autores importantes no debate nacional: além dos organizadores, Cristiane Nova, Sheila Schwarzman e Marcos Silva.

História e cinema e *Cinematógrafo* apresentam semelhanças apesar de produzidas em polos acadêmicos diferentes:¹⁵ a presença de temas recorrentes nas duas coletâneas (nazismo, segunda guerra mundial, guerra fria, revoluções) ou de questões de métodos de análise fílmica, e, claro, a representação da história nos filmes. A mais importante redefinição do objeto cinema foi relativizar o foco no *filme* na direção da problematização do cinema como múltiplas práticas sociais. Neste sentido o diálogo com a história do cinema já se mostra como uma possibilidade efetiva para muitos pesquisadores.

História cultural do cinema

162

Tal mudança foi possível, dentre outras questões, a partir da complexificação do trabalho dos historiadores com filmes, bem como pelo desenvolvimento de uma tradição alternativa de trabalho historiográfico, a de uma história cultural a partir do cinema.¹⁶ Na França essa proposta de abordagem começou a ser desenvolvida enquanto tal pela historiadora Michele Lagny, em finais dos anos 1980. Colaboradora de Pierre Sorlin e leitora das propostas desenvolvidas pela história e pelos estudos do cinema, Lagny (1997) tornou-se a primeira historiadora de destaque a colocar em debate a historiografia tradicional com a história do cinema. Influenciada pela nova história do cinema norte-americano, por exemplo, pela seminal obra *Film history: theory and practice*, de Douglas Gomery e Richard Allen (1993), conhecendo os debates desse campo na França e nos EUA, a autora definiu claramente a existência de dois campos históricos, a "história geral" e a "história do cinema", e na obra *De*

¹⁴ O conjunto possui uma marca de reflexão visivelmente francófila, com exceções evidentemente.

¹⁵ *História e Cinema* é organizada por professores da USP e a maioria esmagadora dos autores trabalha em São Paulo, com representantes de alguns outros estados como Rio de Janeiro, Santa Catarina, etc. *Cinematógrafo* é organizada a partir do Núcleo Oficina-História da UFBA, contando três autores da própria UFBA, um da UFPE, um da USP, um da Universidade do Morumbi (São Paulo) e um da UFRRJ.

¹⁶ As primeiras histórias culturais do cinema não foram escritas pela historiografia tradicional. O marco fundamental pode ser apontado no livro de Siegfried Kracauer *De Caligari a Hitler*, primeira grande análise sócio-cultural do cinema que realiza uma investigação histórica metodicamente controlada com um aparato teórico refinado. O que hoje se conhece como história cultural resulta, porém, de alterações da própria historiografia tradicional, com a incorporação de fontes, temas e conceitos culturais na análise historiográfica.

l'histoire du cinema: methode historique et histoire du cinema, inventariou as propostas de estudos históricos do cinema, dividindo-os entre os campos citados.

Resenhando material publicado em cinco línguas, defendeu (e defende) a incorporação dos avanços da história do cinema por uma história cultural como adição fundamental do trabalho historiográfico. Inicialmente voltada à discussão da legitimação do filme via reflexão metodológica, em si superada, a historiografia tradicional não se aproximou da estética, da história e da própria teoria do cinema, "amedrontada" com o espectro *a-histórico* que permeariam todas estas. Lagny demonstrou que esse aspecto *a-histórico* não existia mais na produção da história do cinema que lhe era contemporânea, e que a história do cinema apresentava métodos avançados de análise historiográfica, os quais incorporavam premissas da historiografia tradicional.

Michele Lagny reconstitui o objeto cinema na historiografia a partir do reconhecimento da "crise" da história na historiografia francesa dos anos 1980. A autora faz essa apropriação por meio da proposta de uma história cultural tal como pensada pelo historiador Roger Chartier. Desbancando o primado do social, caro às duas primeiras gerações dos *Annales*, Chartier propôs a reformulação da historiografia a partir da construção cultural da realidade pelas práticas culturais como atualização constante de representações culturais (CHARTIER 1989). Chartier matizaria melhor essa premissa nos anos seguintes, enquanto seu modelo foi absorvido como proposta teórica para resolver alguns dos problemas teóricos e metodológicos que os historiadores enfrentavam quando lidavam com cinema.

Por meio da noção de representação foi possível definir trabalhos que não tinham mais como referência, obrigatoriamente, o filme, mas o próprio cinema como campo cultural no qual as disputas sociais se materializavam nas películas. Na França essa tendência deu origem a trabalhos inovadores, como o de Sylvie Lindeperg (2009), que aplicando conceitos de Michel De Certeau, mostrara que o filme, numa perspectiva da história cultural, pode ser visto como produto de uma "operação cinematográfica".

No Brasil, a perspectiva da história cultural fora pensada por Alcides Ramos em sua pesquisa de doutorado publicada no livro *Canibalismo dos fracos*, em 2002. Ramos fez um diálogo profícuo entre as reflexões de Marc Ferro, Pierre Sorlin e Michele Lagny e com a apropriação teórica e metodológica dos conceitos de Michel De Certeau e Roger Chartier montou sua história cultural do filme *Os Inconfidentes*.

Muitos compêndios sobre história cultural publicados nos últimos dez anos definem agora o cinema a partir deste prisma (BRANCO 2009; PESAVENTO 2003; PESAVENTO, LOPES e VELLOSO 2006; BARROS; NÓVOA 2008). Em periódicos também se destacam artigos nessa perspectiva (DAVI 2007; RAMOS 2007; ROSSINI 1999; ROSSINI 2010; SILVA 2008). A coletânea *Cinema e história: teoria e representações sociais*, organizado por José d'Assunção Barros e Jorge Nóvoa (2008), defende explicitamente o cinema como objeto da *história cultural*. Aplicando os conceitos de representações, práticas e apropriações,

Barros procura explicitar que o aporte teórico metodológico da história cultural à francesa é capaz de fornecer o que o historiador precisa para trabalhar com cinema, seja em nível de fonte ou representação histórica. A coletânea de Barros apresenta um recorte culturalista explícito.

Diferentemente da proposta inaugural de Lagny, essa “corrente” não implicou necessariamente em diálogo direto com os estudos do cinema e a história do cinema. A definição de um “campo cinema” parte de reflexões próprias da historiografia, que agora, numa rubrica de história cultural, não redefine o objeto cinema a partir da dualidade filme/documento – filme/representação histórica. A proposta de Barros (2009), por exemplo, define o cinema e o filme a partir das categorias conceituais de uma certa história cultural francófila, remodelando os métodos de análise e definição do campo e isolando-se do debate com a já sedimentada reflexão sobre o cinema como objeto cultural. Este isolamento, contudo, não deve ser visto como uma recusa categórica, mas como evidência de um *horizonte de pensamento historiográfico* maior no qual este diálogo não está disponível como *alternativa evidente*.

Estética, história social e história cultural do cinema

Podemos dizer que há duas “correntes” principais de trabalhos na historiografia tradicional brasileira atual que trabalha com cinema, as quais não são autoexcludentes: uma história social e uma história cultural.

164

A primeira é mais flexível nos métodos e propostas, menos cerrada no aporte teórico e apresenta problemáticas que vão desde cinema e política, relações com instituições como a Igreja ou o Estado até as estruturas e relações de dinâmicas sociais nas quais são produzidas os filmes. Preocupa-se muito com circuitos de exibição, salas de cinema, intervenções políticas, políticas culturais, relações institucionais de poder, relações de produção de imagens e com outros meios audiovisuais. No Brasil trabalhos de pesquisadores como Mônica Kornis, Maria Helena Capelato, Marcos Silva, Sheila Schvarzman, Soleni Fressato, Jorge Nóvoa, Eduardo Morettin são alguns de seus nomes representativos.

A história cultural indaga sobre as representações culturais da realidade, as apropriações e as identidades sociais no cinema, tornando-se o campo por excelência da reflexão sobre a representação cinematográfica da história. Preocupada com as construções culturais das subjetividades, identidades, topografias e comunidades interpretativas, tende a observar a intertextualidade entre as diferentes linguagens na sua aparição cinematográfica a partir de um referencial teórico mais cerrado, sendo referência muito frequente os conceitos de Roger Chartier na base de reflexão e metódica. As publicações de José d’Assunção Barros, Alcides Ramos, Sandra Pesavento, N. Davi, Mirian Rossini investem nesse recorte.

Os pontos de interseção entre as “correntes” são muitos, entre eles uma concepção ora mais ora menos explícita do cinema como campo social historicamente constituído. A maioria dos pesquisadores também observa a

necessidade de pensar a materialidade do filme como uma questão fundamental do trabalho interpretativo e da crítica histórica. Apesar disso o específico cinematográfico e a dimensão estética continuam sendo um incômodo que poucos historiadores parecem dispostos a enfrentar. Senão, observemos Jorge Nóvoa quando escreve sobre o objetivo do historiador:

Cinema-história como teoria e problemática da relação que lhes dá origem, tem o mérito de *retirar as pesquisas sobre cinema de uma única perspectiva estética* que veio sendo realizada de modo quase que exclusivo, no mundo (*sic*), sem, contudo, menosprezar as abordagens estéticas. [...] Portanto se o leitor não encontrar aqui artigos com esse perfil estrito, não se deveu a qualquer preconceito ou má vontade para com os estudos estéticos per si. Mas, alguns dos artigos assumem a importância da estética e propõem formas adequadas de tratá-la segundo nossa perspectiva (NÓVOA 2009, p. 10, grifo nosso).

Traço fundamental da constituição do objeto historiográfico cinema: a domesticação pela *adequação* da “dimensão estética”. A expressão “única perspectiva estética” aponta para os limites da relação criada pelo investimento historiográfico: a história não lida diretamente com a estética, mas com o corpo social (ou cultural). Noutro momento, reconhecendo que “toda estética é histórica” (NÓVOA 2008, p. 4), o autor propõe a categoria de *razão poética* para contemplar *também* os elementos estéticos. A rigor, contudo, não define como isso pode ser feito, deixando transparecer a dificuldade de nossa comunidade acadêmica com tais questões.

Seja numa perspectiva “social” ou “cultural” do trabalho historiográfico, a relação da historiografia com a história do cinema permaneceu incômoda porque esta se confronta diretamente com a subjetividade e a estética cinematográfica, o que geralmente se reflete na dificuldade com a análise fílmica, como lembra Eduardo Morettin (2007). Mesmo a história cultural, com conceitos abrangentes de subjetividade, não oferece conceitos e métodos “confortáveis” para trabalhar o elemento estético do cinema.

Não é por acaso que muitos dos trabalhos historiográficos montam-se alheios às considerações estéticas. Compartimentam-se o econômico, social ou cultural como zonas de foco de interesse. Contudo, cada vez mais não são poucos aqueles que chamam atenção para a *constituição histórica dos elementos estéticos*, principalmente os pesquisadores da história das imagens (MENESES 2003; KNAUSS 2006; SANTIAGO JR. 2008; MEIZE 2010). Esta problematizou a visualidade e a cultura visual e transformou a historicidade da estética em parte de suas preocupações. Michele Lagny, por sua vez, apontara que a estética e a história do cinema não eram a-históricas e podiam auxiliar na redefinição heurística da historiografia via incorporações das discussões temáticas e conceituais da história cultural.¹⁷

¹⁷ A reflexão inaugural de Pierre Sorlin (1977) continha (assim como seus trabalhos mais recentes) as bases para uma história das imagens e da visualidade a partir do cinema.

Alguns historiadores tradicionais e a maioria das abordagens da história do cinema, ao menos nas últimas décadas, não lidam com a estética no sentido “tradicional” do termo e tem desenvolvido trabalhos que se debruçam sobre escalas de fenômenos com amplas interconexões no mundo histórico (SCHWARTZ e CHARNEY 2001; BORDWELL 2005; HIGASHI 2004; LAGNY 2009; LUCAS 2010; SANTIAGO JR. 2009; SILVA 2008a). Expulsa pela porta, a estética entra pela janela como um espectro que redefine os territórios dos historiadores.

Proposta: refletindo sobre o cinema e teoria da história

As considerações explicitadas até agora apontam para uma hesitação importante na constituição do objeto historiográfico cinema: a recusa de uma reflexão sistematizada que ultrapasse a preocupação metodológica. Por um lado, textos dedicados à chamada relação história e cinema (BARROS e NÓVOA 2008; CAPELATO et al. 2007; NÓVOA 2009) reclamam pela necessidade de uma reflexão mais aprofundada e teórica que permita articular o cinema e a história a partir do questionamento teórico. Por outro a maioria dos trabalhos realizam importantes reflexões metodológicas e evitam investigações sobre o impacto do cinema nos diversos campos de constituição do sentido do passado, inclusive na historiografia.

Tem-se evitado, numa palavra, a teoria da história como aparato da reflexão sobre a maneira como os historiadores lidam com o cinema e este com as múltiplas consciências sociais e históricas. Em outras palavras: a reflexão ocorreu e ocorre via problematização metodológica do cinema desde que se aceitou que o filme era um objeto da pesquisa e reflexão historiográfica. O salto final na direção de uma indagação teórica mais ampla, contudo, raramente foi trilhado. Evidentemente, há importantes exceções, desde algumas obras de Pierre Sorlin aos trabalhos de Lagny e Sylvie Lindperg, ou a própria ideia de razão poética para a relação cinema-história elaborado por Jorge Nóvoa (2008).

Os trabalhos sobre a forma como o cinema plasma a história em imagens foi a seara na qual as reflexões teóricas desenvolveram-se com maior facilidade, contemplando a própria constituição do passado pelas diferentes mídias (MORETTIN 1998; ROSENSTONE 2010) na elaboração da cultura histórica. A redefinição do objeto cinema a partir da história cultural também foi importante para conferir novo fôlego a uma reflexão teoricamente mais sistematizada, ainda que o tenha feito do ponto de vista da(s) teoria(s) cultural(is) voltada(s) ao embasamento do trabalho historiográfico.

Um novo passo na constituição do objeto cinema na historiografia é completar sua inserção como tópico de reflexão dos campos fundamentais da teoria da história. Pesquisas recentes apontam os diferentes níveis de complexidade (LAGNY 2009; LINDPERG 2009; SCHWARZAMN 2004; SCHWARZAMN 2008; SANTIAGO JR. 2009; LUCAS 2005; LUCAS 2010; MORETTIN 1998, 2007; HIGASHI 2004; BARROS e NÓVOA 2008; SILVA 2007), concebendo o cinema como prática e campo social do qual se pode explorar processos históricos de ação prática, gestão e disputas dos sentidos socialmente

atuantes, lançando profundas implicações sobre o que de fato é historicamente pesquisável, as maneiras de pesquisar e as formas de contar as histórias.

Uma heurística da relação cinema-história pergunta sobre múltiplos objetos que vão desde o lazer, produção econômica, circulação de mercadorias, circuitos de exibição, construção sensorial do cotidiano, cineclubismo, agenciamentos identitários, movimentos sociais, propaganda política, circuitos de sociabilidades, imaginários nacionais, topografias identitárias, subculturas, colonialismo, tecnologias da visão, sistemas visuais, regimes visuais de historicidades etc. Mais do que fonte, quando o cinema se torna *história-problema* (CASETTI 2003, p. 321), aponta-se para a teoria da história.

Neste sentido, o cruzamento do cinema com a matriz disciplinar da história (RUSEN 2001) pode ser elucidativo, uma vez que as imagens fazem parte da composição de ações, sentidos sociais e da consciência histórica. Pode-se, portanto, repensar o cinema a partir das considerações sobre ações estruturadas e estruturantes dos agentes, bem como de suas fraturas, dos campos de sentido socialmente atuantes, de seu impacto na constituição do conhecimento histórico (como fonte) e de seu papel da consciência histórica e da cultura histórica das sociedades.

O debate envolve, portanto, reflexão sobre a constituição visual (afinal o campo social cinema envolve circuitos de produção, circulação e agências em/de imagens) das sociedades da modernidade na virada do século XIX em diante, bem como das múltiplas temporalidades constituídas a partir das imagens cinematográficas e as maneiras como estas intervêm na constituição do regime de historicidade (HARTOG 2007; DELACROIX 2010) da (super)modernidade.

167

Considerações finais

A constituição do cinema como objeto historiográfico não foi feita de desacertos. Pelo contrário, foi justamente ao assegurar o campo de atuação do historiador como diferente de outros campos como a história do cinema, que se tornou possível o filme e o cinema adentrarem na historiografia. Os trabalhos arrolados aqui garantiram um horizonte de trabalho no qual, hoje, podemos ampliar ainda mais. Este texto visou chamar atenção à necessidade de continuidade dessa ampliação numa reflexão matizada e sistemática. Dado que entre as incumbências da teoria da história e da história da historiografia está entender o que fazem os historiadores quando elaboram conceitos, métodos, práticas e narrativas, cabe-lhe também compreender tais questões quando o objeto é o cinema.

O filme, como todas as imagens, perturba os campos discursivos ao seu redor, inclusive o historiográfico (DIDI-HUBERMAN 1998). Michele Lagny (2009, p. 100) afirmou que: "ultrapassamos a problemática tradicional, que considera o cinema como 'fonte da história', para nos aventarmos numa incursão no domínio que se fará sob a influência do cinema e da imagem". Torna-se mister a transformação dessa questão em tópico investigativo do labor historiográfico.

O debate, portanto, com a teoria da história é fundamental, mas também a superação (já encaminhada em muitos trabalhos recentes) da rejeição inaugural da história do cinema e dos estudos do cinema. A historiografia tem incorporado apenas nas últimas décadas as abordagens dos estudos visuais, constituindo os estudos históricos da visualidade (MENESES 2003; KNAUSS 2006), enquanto a história do cinema já realiza tal discussão desde os anos 1980 (BORDWELL 2005), sendo que os estudos fílmicos foram um dos campos que lançaram as bases dos estudos visuais no fim do século passado (MITCHELL 2008). Os estudos historiográficos do cinema podem aproveitar a “virada visual” para redefinir o cinema como um objeto historiográfico definitivamente interdisciplinar (ou transdisciplinar).

Desta maneira, pode-se ouvir o chamado da historiadora do cinema norte-americana Sumiko Higashi para “construir a interdisciplinaridade, e, inclusive, um inventivo novo fórum” (HIGASHI 2004, p. 99) do conhecimento histórico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cláudio de. O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 12, p. 121-129, 1999.

_____. **O cinema como agitador de almas**: argila, uma cena no Estado Novo. São Paulo: Annablume, 1999.

168

BARROS, José D’Assunção; NÓVOA, Jorge (orgs.). **Cinema-história**: teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

BERNARDET, Jean-Claude. **O autor no cinema**: a política dos autores. França, Brasil nos anos 50. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDWELL, David. Estudos de cinema hoje e as vicissitudes da grande teoria. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema**: pós-estruturalismo e filosofia analítica. Vol I: São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005, p. 25-70.

BRANCO, Edwar de Alencar Castelo (org.). **História, cinema e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009.

CARDOSO, Ciro; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os casos do cinema e da fotografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997.

CARNES, Mark (org.). **Passado imperfeito**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M.; SALIBA, Elias T. **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007.

- CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. **Annales**, 1989, vol. 44, n° 6, p. 1505-1520.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DAVI, T. N.. Cinema e história: representações do autoritarismo em Memórias do Cárcere de Nelson Pereira dos Santos. **Fênix**: revista de história e estudos culturais, vol. 4, ano IV, n 4, p.01-26, out/nov/dez 2007.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (orgs.). **Historicidades**. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2004.
- FERREIRA, Jorge; SOARES, Mariza de Carvalho. **A história vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 199-215.
- GOMERY, Douglas; ALLEN, Richard. **Film history**: theory and practice. Boston: McGraw-Hill, 1993.
- HARTOG, François. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 15-28.
- HIGASHI, Sumiko. In focus: film history, or a Baedeker guide to the historical turn. **Cinema journal**, vol. 44, n. 1, p.94 -100, outono 2004.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer histórias com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan-jun, 2006.
- KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.
- LAGNY Michele. **Cine y historia**: problemas y métodos en la investigación cinematográfica. Barcelona: Bosch, 1997.
- _____. Escrita fílmica e leitura da história. **Cadernos de antropologia da imagem**, n. 10, Rio de Janeiro, UERJ, 2000.
- _____. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 99-132.

- LAGNY, Michele; ROPARS, Marie-Claire; SORLIN, Pierre. **Generique des annes 30**. Paris: Presses Universitaires, 1986.
- LEUTRAT, Jean-Louis. Uma relação de diversos andares: cinema e história. Tradução de Rubens Machado. **Imagens**, Campinas, n. 5, p. 28-33, ago./dez. 1995.
- LINDEPERG, Sylvie. Figuras de um evento filmado: as anamorfoses da história. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 283-300.
- LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Caravana Farkas: itinerários do documentário brasileiro**. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- _____. Cinema, história e cultura visual. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR., Raimundo Barroso (orgs.). **Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século XX**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2010, p. 159-168.
- MAUAD, Ana Maria. As três Américas de Carmem Miranda: cultura política e cinema no contexto da política da boa vizinhança. **Transit cirde: revista brasileira de estudos americanos**, Rio de Janeiro: ABEA / contracapa, vol. 1, p.52-77, Nova Série, 2002.
- MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol.23, n.45, jul. 2003.
- MITCHELL, W. J. T. **Teoría de la imagen: ensaios sobre representación verbal y visual**. Madrid: Edicione Akal, 2009.
- MORETTIN, Eduardo V. **Cinema e história: uma análise do filme Os Bandeirantes**. Dissertação de mestrado (Artes). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena. et al. (orgs.). **História e cinema: dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 39-64.
- _____. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme 'Descobrimento do Brasil' (1937), de Humberto Mauro. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 135-165, 2000.
- NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: FEIGELSON, K.; NÓVOA, J. FRESSATO, S. (Org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a História**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- _____. A história diante dos desafios imagéticos. **Projeto história (PUCSP)**, São Paulo, v. 21, p. 141-162, 2000.

- _____. O cinema e o conhecimento da história. **O olho da história**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 217-234, 1996.
- NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. Apologia da relação cinema-história. **O olho da história**, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1995. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01apolog.html>. Acesso em fevereiro de 2011.
- _____. A relação cinema-história e a razão poética na reconstrução do paradigma histórico. **O olho da história**, Salvador, n. 10, abril 2008.
- NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 283-300.
- PESAVENTO, Sandra (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra; LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica (orgs.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006 .
- RAMOS, Alcides Freire. A linguagem cinematográfica sob o olhar da história cultural: o caso de S. Eisenstein. In: LOPES, Antonio Herculano Lopes; VELLOSO, Mônica Pimenta Velloso; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 137-149.
- _____. **O canibalismo dos fracos**: cinema e História do Brasil. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- _____. Cinema e história: do filme como documento à escritura fílmica da História. In: PATRIOTA, Rosangela; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). **Política, cultura e movimentos sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: EDUFU, 2001, p. 07-26.
- _____. Sob o signo da estética do lixo: as parcerias de Fernando Peixoto com Maurice Capovilla e João Bastita de Andrade. **Fênix**: revista de história e estudos culturais, vol. 4, ano IV, n 4, out / nov / dez 2007.
- RAMOS, Alcides Freire; BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema e história do Brasil**. 1ª. ed. Contexto/EDUSP: São Paulo, 1988.
- REVEL, Jacques. **História e historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010.
- ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes/os filmes na história**. Rio de Janeiro; paz e Terra, 2010.
- _____. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. **O olho da história**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 105-116, set. 1997.

- ROSSINI, M. S.. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90** (UFRGS), Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 118-128, 1999.
- _____. Perspectivas dos filmes de reconstituição histórica no cinema brasileiro dos anos 70. **Fênix**: revista de história e estudos culturais, v. 6, p. 1-15, 2010.
- RUSEN, Jorn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- _____. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UNB, 2007.
- SADOUL, Georges. **História do cinema mundial**: das origens aos dias atuais. Lisboa: Novo Horizonte, 1983.
- SANTIAGO JR., Francisco das C. F.. Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema. **Domínios da imagem**, Londrina, ano II, n. 3, p. 65-78, 2008.
- _____. **Imagens do candomblé e da umbanda**: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970. Tese de Doutorado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- _____. Resenha: Robert Rosenstone. A História nos Filmes/Os Filmes na História. **Revista brasileira de história**. Vol. 30, n. 60, 2010.
- SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. História e historiografia do cinema brasileiro: objetos do historiador. **Especiaria** (UESC), v. 10, p. 15-40, 2008.
- SCHWARTZ, Vanessa; CHARNEY, Leo. (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- SILVA, Jaison Castro. O estrangeiro e a metrópole: local e universal no cinema de Walter Hugo Khouri. **Projeto história**, São Paulo, n. 36, p. 327-340, jun 2008a.
- _____. **Urbes negra**: melancolia e representação urbana em *Noite Vazia* (1964), de Walter Hugo Khouri. Dissertação de Mestrado (História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2007a.
- SILVA, Maria Carolina Granato da. **O cinema na greve e a greve no cinema**: memórias dos metalúrgicos do ABC (1979-1991). Tese de Doutorado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008b.
- SORLIN, Pierre. **Cines europeos, culturas europeas**. Barcelona: Paidós, 1996.
- _____. O cinema é nosso passado (entrevista). **Jornal do Brasil**, 16 out., 1993.
- _____. **Sociologie du cinéma**. Paris: Aubier Montaigne, 1977.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas: Papirus, 2005.

TENDLER, Silvio. Prefácio. In: FERREIRA, Jorge; SOARES, Mariza de Carvalho. **A história vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VALIM, Alexander Busko. Entre textos, mediações e contextos: anotações para uma possível história social do cinema. **História social**, Campinas, n. 11, 2005, p. 17-40.

_____. **Imagens vigiadas**: história social do cinema no alvorecer da guerra fria (1945-1954). Tese de Doutorado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

Resenhas

review essays

Entre a história e o cânone: a ciência histórica oitocentista e seus textos fundadores

Between history and the canon: nineteenth-century historical science and its founding texts

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, 256 p.

Julio Bentivoglio

Professor adjunto
Universidade Federal do Espírito Santo
juliobentivoglio@gmail.com
Avenida Fernando Ferrari, 514
29075-910 – Vitória – ES
Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; Século XIX.

Keywords

Theory of history; Historiography; 19th century.

175

Enviado em: 14/6/2011
Aprovado em: 27/6/2011

É deveras conhecida a relação intrínseca entre a produção do conhecimento histórico e sua dimensão narrativa. Desde Aristóteles (1989) esta dimensão tem sido pensada em maior ou menor grau por diferentes teóricos e historiadores, de Luciano de Samósata (2009) a Paul Ricoeur (1994). Muito já se escreveu sobre o fato de que a história além de ciência é arte – tal como no célebre texto de Leopold von Ranke, que integra a coletânea aqui resenhada – visto ser ao mesmo tempo reflexão, pesquisa e método, mas, também, escritura. O que dá forma e confere sentido a todo e qualquer estudo sobre o passado brota da pena dos historiadores, do modo como refiguram os acontecimentos através de narrativas com começo, meio e fim; cujas ações encontram-se ordenadas em torno de uma intriga. Vista sob este ângulo, a ciência histórica e por conseguinte toda a historiografia integram um vasto e instigante conjunto de textos, dentre os quais alguns se destacam, pela qualidade de suas proposições, por sua abordagem, pelo modo como abarcam seu objeto, enfim por sua natureza distintiva.¹

176

O campo da teoria da história, que reúne reflexões epistemológicas, discussões sobre o método, sobre a história da historiografia ou a respeito das filosofias da história, não é indiferente a isso e dele, frequentemente, emergem textos canônicos. Textos que se tornam modelares no conjunto das obras históricas, que são reconhecidos como tal pelos praticantes do ofício. Assim, também os historiadores, em diferentes épocas, reconhecem a presença de seus textos clássicos. Entenda-se aqui um clássico como uma obra especial, um modelo exemplar, uma narrativa que reúne enorme potência criativa, expressando de maneira particular as possibilidades cognoscitivas e estéticas de seu tempo e que, além disso, torna-se referência obrigatória a exercer, direta e indiretamente o que, parafraseando Harold Bloom, poderíamos chamar de angústia da influência (cf. BLOOM 1995). Como negar o peso da tradição rankeana nos estudos históricos? Como não localizar em Buckle, por exemplo, momento vetorial na historiografia anglo-saxã? Autores como estes provocam e estimulam o debate epistemológico posterior, decisivamente. Em outras palavras, clássico seria todo texto cuja capacidade de produzir reflexão impressiona por sua longevidade, atraindo e desafiando leitores. O século XIX, por ser o século no qual se constituiu a disciplina da historiografia no sentido contemporâneo do termo (MARTINS 2010, p. 4), quando se estabeleceu a ciência histórica autônoma, apartada da filosofia e da literatura, foi, não por acaso, bastante pródigo em nos oferecer obras canônicas que constituíram um primeiro corpo de regras e normas para o ofício do historiador, configurando um momento estratégico para se pensar o surgimento da História como um novo saber (cf. BENTIVOGLIO 2009, p. 8-11). É sobre este momento que se debruça esta obra pioneira no Brasil, organizada pelo professor titular de teoria

¹ A referência explícita aqui é Hayden White (2004), ao compreender as narrativas históricas como artefatos literários, que podem ser examinadas em sua forma literária, através das modalidades de urdidura de enredo, segundo princípios estilísticos e à luz das figuras de linguagem.

da história na Universidade de Brasília (UnB), Estevão de Rezende Martins – *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*, publicada em 2010.

Membro da direção da Comissão Internacional de História e Teoria da Historiografia, ao lado de Georg G. Iggers, Charles-Olivier Carbonell, Jörn Rüsen, Hayden White e Frank Ankersmit, o professor Estevão Martins reuniu um pequeno conjunto de renomados pesquisadores brasileiros que se dedicam ao estudo da teoria da história para analisar alguns dos textos fundadores da ciência histórica oitocentista europeia, a maioria deles sem tradução em português e outros que já tinham sido traduzidos, mas jaziam em revistas de difícil acesso e pequena tiragem. Iniciativa pioneira entre nós,² que repete o êxito de obras similares e inspiradoras como *The varieties of history* de Fritz Stern (1973), lançada originalmente em 1956 nos Estados Unidos, ou ainda *Theories of history* lançada em 1959 por Patrick Gardiner (2004), que, como se observa, ilustram uma anterioridade significativa. Em solo brasileiro, deve-se mencionar a pequena coletânea organizada por Maria Beatriz Nizza da Silva, *Teoria da história* lançada em 1976. De qualquer modo, ao contrário da comunidade anglo-saxã, não havia no Brasil a publicação de coletâneas que integrassem a tradução de textos seminais no campo da teoria da história oitocentista, apresentados e discutidos por especialistas. Só isso bastaria para destacar sua importância e sublinhar o mérito da obra em tela. Mas o caráter representativo, em que pese algumas ausências, dos autores e textos selecionados diz muito sobre o estado do campo naquele período. Nesse sentido, não seria ocioso reconhecer o peso da tradição historiográfica germânica na composição do cânone histórico durante o século XIX, bem como nesta coletânea de Estevão Martins: dos dez textos clássicos reunidos, sete são oriundos daquele universo. À primeira vista, portanto, ressalta-se a virtude incontestável deste livro, ao brindar pesquisadores, estudantes e interessados nos estudos históricos em conhecer momentos altos da reflexão historiográfica ocidental, com textos que constituíram os fundamentos da teoria e da metodologia histórica contemporâneas, tratando-se, portanto de obra essencial e obrigatória. Convite mais que justificado para sua leitura.

Não resta dúvida de que Thomas Carlyle, Johann Gustav Droysen, Ernst Bernheim, Wilhelm von Humboldt, Theodor Mommsen, Karl Lamprecht, George Macaulay Trevelyan, Burckhardt, Leopold von Ranke e Thomas Buckle são altamente representativos do momento de definição de um novo campo do saber, em que ocorreu um verdadeiro renascimento dos estudos sobre o passado, na virada do Iluminismo para o Romantismo, por meio de um diálogo fecundo com o historicismo, no qual a reivindicação da pesquisa e da crítica de fontes originais se coadunou com a formulação de princípios teóricos e métodos de abordagem, que conferiram um caráter científico à história (MARTINS 2010, p. 10).

² Em seguida acompanhada pela publicação de outra coletânea também obrigatória: *Lições de história* de Jurandir Malerba (2010).

Embora não seja obra exaustiva na seleção de textos e autores representativos daquele processo, *A história pensada* vale não somente por reunir alguns textos fundamentais, mas, sobretudo pela qualidade analítica das apresentações que situam e discutem aqueles mesmos textos. Sua leitura permite que se faça a conexão dos progressos vividos pela historiografia durante o século XX tendo em vista o diálogo e os contrastes produzidos face à historiografia do século anterior. Outro aspecto favorável do livro reside no fato de seu organizador ter escolhido fragmentos de obras e determinados textos que estabelecem um claro diálogo entre si, lendo-os vislumbra-se um conjunto de preocupações mais ou menos comuns e constantes que são compartilhadas entre os diferentes historiadores oitocentistas. Primeiro ao indagar sobre o que é e como se faz a história. Segundo ao levantar questões que ainda hoje recebem atenção, referentes ao sentido do passado, sobre a peculiaridade do objeto da investigação histórica, sobre o método histórico e, por fim, sobre a natureza da escrita da história.

Ao se debruçar sobre o *século da história*, em que ocorreu formação das primeiras escolas históricas, vislumbra-se a possibilidade efetiva de localizar um processo de institucionalização daquele saber, que se consolida e se autonomiza como um *lugar* no interior dos estudos acadêmicos, através do surgimento de inúmeras cadeiras de história nas universidades europeias. Institucionalização que é acompanhada por outros elementos fundadores, criando espaços de poder em meio à sociedade, detectados em seu reconhecimento pelos Estados, seja mediante sua *adesão* aos nacionalismos triunfantes, seja através da ocupação de cargos importantes no interior dos governos – muitos historiadores foram ministros, conselheiros, diretores de academias científicas, administradores dos arquivos e instituições de memória. Esses lugares são acompanhados por um renovado interesse de publicação e leitura de obras históricas. Ou seja, materializam um processo no qual um tipo de saber se configura como um poder, parafraseando Michel Foucault (2002), ao criar uma nova disciplina acadêmica que efetiva dispositivos de validação de seu discurso científico reconhecidos e acolhidos pelos historiadores, que passam a adotá-los e praticá-los, aderindo a determinados regimes de autoridade e de escrita da história.³ Alguns textos começam a ser vistos como modelos e consagram obras de alguns historiadores como referenciais. Naquele momento surgem também as revistas de história como mais um importante instrumento de institucionalização do campo e, conseqüentemente, das escolas históricas.⁴ Esse é o caso da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* criada em 1839, da *Historische Zeitschrift* de 1859, da *Revue Historique* de 1876 ou da *American Historical Review* de 1883, dentre outras. São essas revistas que irão consagrar

178

³ A esse respeito são exemplares as contribuições de Michel de Certeau (2002) e de François Hartog (2003), pensando o aspecto disciplinar em torno da escrita da história.

⁴ Em que pese a dificuldade de localizar escolas e delimitar seus integrantes a partir da criação e publicação em periódicos, ver a tentativa que fiz em relação à *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã no século XIX (BENTIVOGLIO 2011).

os mestres do ofício e que configurarão, através do conjunto de artigos publicados e das diretrizes editoriais impostas, uma verdadeira fisionomia para os estudos históricos, indicando alguns traços que permitem reconhecer linhas de força, características e grupos mais influentes, dentre outros aspectos. Nesse sentido, vale a pena lembrar que o século XIX conheceu importantes escolas históricas: como a escola liberal (*whig*) inglesa, a escola romântica francesa, a escola histórica alemã e suas multifacetadas subcorrentes, em especial a escola histórica prussiana, além da escola metódica francesa de Gabriel Monod e seus discípulos. Evidentemente, este recurso classificatório não se faz sem dificuldades, haja vista a existência de determinadas escritas da história que se inspiram em outros modelos, como é o caso da historiografia portuguesa e sua adesão ao realismo literário que, de certo modo, inspirou Adolpho Varnhagen no Brasil⁵ ou ainda de alguns historiadores que não se vinculam, pelo menos sem tensão, àqueles regimes de escrita e modelos de abordagem, como é o caso de Karl Lamprecht, por exemplo.

Destacando-se determinados textos que informam caminhos de leitura e de método, constitui-se uma tradição de leituras de ordem teórico-metodológica, com suas diretrizes e reflexões, que se tornam clássicas. E, como afirma Italo Calvino, um clássico é uma obra que nunca termina aquilo que quis dizer, são livros “que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessam” (CALVINO 2001, p. 15). Eles estabelecem uma linhagem, uma genealogia. E são leituras que nos trazem surpresas, que oferecem descobertas, ou ainda nas palavras daquele autor:

O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber), mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma pertinência (CALVINO 2001, p. 12).

Assim, como não reconhecer a linhagem historicista nos textos apresentados nesta coletânea em que se evidencia uma forte tradição germânica, observada desde a *agenda* proposta por Humboldt e Ranke, passando pelas definições teórico-metodológicas de Droysen e Bernheim que se desdobram de maneira lírica em Burckhardt e agônica em Lamprecht? Como não vislumbrar, tal como as discussões promovidas na obra levam a sentir, ou promover a refutação do mito de uma historiografia positivista tanto nos metódicos alemães, quanto em Buckle, em torno da questão do *fato histórico*? Estas são constatações que surgem tanto nas apreciações críticas introdutórias dos colaboradores, quanto na leitura dos próprios textos desta coletânea. Elas revelam, entre outras coisas, de que maneira aqueles historiadores relacionavam,

⁵ Tal como demonstra Temístocles Cezar (2000) em artigo recente.

em suas obras, de maneira complexa, empiria e pragmatismo. Compreender estas questões torna-se tarefa imprescindível para se compreender as críticas posteriores que lhes são feitas, por exemplo, pelos fundadores dos *Annales* aos metódicos franceses – como Gabriel Monod ou Victor Seignobos, os quais, infelizmente, não figuraram neste volume.

Renato Lopes, professor na Universidade Federal do Paraná, abre o livro com sua apresentação sobre Thomas Carlyle (1795-1881), historiador escocês marcado pelo recurso à retórica e com um estilo primoroso de escrita, que propunha “uma mistura peculiar entre o histórico e o literário, o biográfico e o heroico, o figural e o literal, o histórico e o mítico” (MARTINS 2010, p. 18). Fato compreensível visto ele ter iniciado sua carreira exercendo a crítica literária. Dos românticos alemães e da literatura passou a redigir obras históricas, devotadas às ações de figuras destacadas como Cromwell, Luis XVI, Goethe, ou seja, preservando a mística em torno dos heróis, considerados como uma encarnação do universal. Segue-lhe a tradução de *Sobre a história* de 1830 e *Sobre a história, outra vez* de 1833, onde são feitas digressões inspiradas a respeito da relação entre os fatos e a escrita da história, sobre as ações humanas e seus sentidos possíveis, nas quais aquele autor revela que “o evento mais relevante é talvez o que de todos é o menos comentado” (MARTINS 2010, p. 27). De modo semelhante a Ranke, Carlyle postula a existência de uma história universal que não deve desprezar as existências singulares, a homens “cuja vida heroica fora outrora uma nova revelação e um novo desenvolvimento da própria vida. Homens, cuja vida heroica fora um bem comum” (MARTINS 2010, p. 29).

180

Arthur Assis nos apresenta Johann Gustav Droysen (1808-1884), cuja tradução do texto de 1868, *Arte e método* ficou a cargo de Pedro Caldas. Devo salientar que esta feliz junção, reuniu os dois maiores conhecedores daquele historiador alemão no Brasil. Lamentavelmente ainda pouco conhecido entre nós, Droysen foi, ao lado de Ranke, um dos maiores historiadores do século XIX e sua obra representa um ponto de convergência metodológica central para boa parte da historiografia germânica posterior. Nas palavras de Assis,

A originalidade da teoria da história de Droysen decorre da sua inusitada síntese de filosofia da história, teoria do conhecimento, metodologia, e teoria da historiografia. Tal síntese foi concebida por Droysen no contexto da autonomização da História enquanto disciplina acadêmica nas universidades alemãs (MARTINS 2010, p. 33).

O mérito maior da *Historik*, obra fundamental daquele autor, reside na clareza com que postula um método e um objeto específico para a história, contrapondo-a aos estudos filosóficos e às ciências naturais. Essa particularidade seria depois desenvolvida pela análise de Wilhelm Dilthey, quando funda as ciências humanas ou do espírito, propondo-lhes um método específico: a compreensão (*Verstehen*) (DILTHEY 2010). Em *Arte e método*, Droysen busca demonstrar as tensões e os limites entre a ciência e o diletantismo, este último muito comum naqueles estudiosos do passado que não haviam recebido formação de historiador. Estava claro para Droysen que o conhecimento da crítica histórica, desenvolvida

em Göttingen e materializada na *História romana* de Barthold Niebuhr era obrigatório. Ao mesmo tempo, ele criticava a presença dos modelos retóricos estrangeiros, tão apreciados pelos alemães. E acentuava a necessidade de se valorizar o lado científico, metodológico e empírico dos estudos históricos.

Ernst Bernheim (1850-1942) e seu *Metodologia da ciência histórica* de 1908 são apresentados e traduzidos, novamente, por Arthur Assis. Bernheim é famoso por seu *Manual do método histórico*, publicado em 1889, que serviu de modelo e inspiração para o famoso manual de Langlois e Seignobos de 1898.⁶ Valorizando o cultivo à erudição e à crítica histórico-documental, Bernheim foi um dos pioneiros na produção de um livro especificamente devotado ao método histórico, filiado à tradição de Johan M. Chladenius e de Johann G. Droysen. Nele se esforça para sublinhar a relação entre o método de abordagem e a síntese (*Auffassung*) analítica dos fatos. Esta conexão, já tinha enlevo nas reflexões de Humboldt e Ranke, afinal, “tudo está conectado”, diz este último (MARTINS 2010, p. 67). Singularidade e universalidade, confiabilidade e incerteza, recurso à comparação, desafio ao ceticismo e ao relativismo são ainda momentos importantes do referido texto, cuja tradução é mais que bem-vinda.

Pedro Caldas apresenta Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e traduz sua famosa conferência proferida na Universidade de Berlim em 12 de abril de 1821, *Sobre a tarefa do historiador*. Um dos pilares do historicismo alemão, Humboldt embora tenha escrito pouco a respeito da história, ofereceu uma verdadeira *agenda* para a historiografia alemã. Aliás, duplamente. Primeiro ao reorganizar uma universidade que, de periférica, se tornaria um centro de excelência e uma verdadeira referência às congêneres alemãs e também europeias, situando Berlim no coração do pensamento europeu oitocentista, reservando à história um lugar destacado junto aos demais campos do saber cultivados e projetando seus mestres em toda Europa, tais como Ranke, Hegel ou Droysen e, também ao indicar o cerne da operação historiográfica: pesquisar, encontrar nexos, compreender e narrar. Humboldt não foi somente estadista, pensador e escritor, mas, sobretudo, o disseminador de um novo espírito, cujos fundamentos se localizam na pesquisa científica e na formação (*Bildung*) humana. Ler seu verdadeiro manifesto aos estudiosos do passado dissipa qualquer preconceito ingênuo de que os historiadores alemães *apenas se limitavam a narrar os fatos como ocorreram*, afinal, após a triagem dos fatos o historiador deveria buscar seus nexos, buscar a parte invisível, recorrendo à imaginação e à criatividade, partes integrantes da análise documental e da exposição do passado através da escrita.

Estevão Martins se encarrega de analisar e apresentar Theodor Mommsen (1817-1903) e seu discurso de posse na Reitoria da Universidade de Berlim em 15 de outubro de 1874, *O ofício do historiador*. Curiosamente mais uma vez aqui temos a confluência entre história, literatura e narrativa – esta última uma verdadeira cicatriz de origem às primeiras –, visto seu livro sobre a história de

⁶ Trata-se do muito citado, mas pouco lido: *Introdução aos estudos históricos*.

Roma ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1902, consagrando-se, duplamente, como cânone: entre literatos e historiadores. O ponto alto daquela obra é o modo como nela se urde o enredo em torno da ascensão e queda de uma figura singular da história romana: Caio Julio Cesar. E no texto traduzido se destaca, mais uma vez, a relação entre história e arte, no qual Mommsen reconhece que “o historiador pertence talvez mais aos artistas do que aos intelectuais” (MARTINS 2010, p. 109). Conforme entende Estevão Martins, a síntese entre os elementos científicos oriundos da crítica documental e o recurso à erudição com a forma da argumentação conferem à história mommseniana sua principal marca. Ou seja,

A erudição se alcança, no entanto, ao longo da disciplina metódica da investigação, como projeto de vida e de inserção social e política, é a que habilita à síntese interpretativa, à narrativa histórica e historicizante, cuja riqueza estilística recorre à beleza estética da escrita para dar forma à rigidez da pesquisa das fontes (MARTINS 2010, p. 109).

182

Karl Lamprecht (1856-1915) e seu *História da cultura e história* publicado em 1910 são habilmente esquadrihados por Luiz Sérgio Duarte, professor de teoria e metodologia da história na Universidade Federal de Goiás, na breve apresentação e respectiva tradução, embora deva ser dito que aquele historiador carece de maiores estudos e traduções, pois, representa uma verdadeira inflexão nas ciências históricas alemãs e na própria trajetória do historicismo germânico, rumo a uma nova fase. Como aponta Duarte, Lamprecht é um dos pivôs do *Methodenstreit* e eu diria que, ao lado de Dilthey, abriu uma nova seara para os estudos sociais e culturais, aproximando-os da psicologia social e promovendo uma interdisciplinaridade mais radical a fim de propor seu conceito de *épocas culturais*.

Novamente Estevão Martins aparece apresentando George Macaulay Trevelyan (1876-1962) e o seu *Viés na história* publicado em 1947 e traduzido por Pedro Caldas. E mais uma vez ressurgue, tal como preconizava aquele influente historiador britânico, a imagem da historiografia como uma variante da arte literária, visto reivindicar a satisfação do universo de leitores, especialistas ou não, e alimentar sua desconfiança dos historiadores científicos. À sentença de morte declarada por Lord Acton em 1903, quando diz que a história não é um ramo da literatura, muito semelhante aos esforços de Fustel de Coulanges na França décadas antes, Trevelyan reivindica um retorno ao romantismo e “opera com uma noção restritiva de ciência” (MARTINS 2010, p. 135). Se a história não podia pleitear a certeza tal qual as ciências naturais, seria o caso, concorda Martins, de extrair disso a sua força. Não por acaso, definirá o *viés* como sendo “toda interpretação pessoal de eventos históricos que não é aceitável por toda a raça humana” (MARTINS 2010, p. 139) e afirmará que “os argumentos de Carlyle têm peso não por causa de seu viés, mas apesar dele” graças à sua à genialidade como escritor (MARTINS 2010, p. 142). Neste texto seminal, Trevelyan discute ainda temas candentes da reflexão historiográfica relacionados à objetividade, à imparcialidade, relacionando-os concretamente a grandes escritores como Gibbon, Burke, Tocqueville, Taine, Treitschke e Mommsen. Sobre

estes últimos sentencia: “em vão vocês tentarão encontrar tal imparcialidade em Treitschke e Mommsen”. Ou ainda sua consideração quanto às funções do historiador: a) revelar as consequências e permanências das ações do passado no presente e b) identificar sentimentos e interesses humanos no passado, ou seja, compreender como as pessoas viviam e sentiam. De modo mais categórico: “compreender o passado em todos os seus lados” (MARTINS 2010, p. 153).

Em seguida, Cássio da Silva Fernandes, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, traduz e apresenta a introdução da *História da cultura grega* publicado em 1872 por Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador que teve como aluno o futuro filósofo Friedrich Nietzsche e, em seguida a aula inaugural de seu curso de história da arte na Universidade da Basileia intitulada *Sobre a história da arte como objeto de uma cátedra acadêmica* publicada em 1874. Ocioso dizer que Fernandes é o maior conhecedor da obra de Burckhardt no Brasil.⁷ O esforço distintivo para a narrativa histórica e sobre o melhor modo de empreender a exposição do que foi pesquisado é explicitada da seguinte maneira:

Fazer a história dos modos de pensar e das concepções dos gregos é indagar quais forças vitais, construtivas e destrutivas, agem na vida grega. Então, não em forma narrativa, porém muito mais em forma histórica – já que sua história constitui uma parte da história universal [...]. O indivíduo particular e o assim chamado acontecimento serão citados aqui apenas como testemunho do universal, não por si mesmos; porque a realidade de fato que procuramos é constituída pelos modos de pensar, também estes são fatos históricos (MARTINS 2010, p. 168).

Preconizando a necessidade da erudição, de leitura dos clássicos e sem descuidar de outros tipos de fontes documentais, Burckhardt convida a discutir a relação entre particularidade e universalidade, pensando a história da civilização grega como uma seção da história da humanidade (MARTINS 2010, p. 173). Do mesmo modo, pensa a arte como um objeto específico a ser pesquisado pelos historiadores historicamente e não apenas esteticamente.

Ponto alto da obra é o capítulo sobre Leopold von Ranke (1795-1886) de Sérgio da Mata, bem como sua tradução de *O conceito de história universal* de 1831. Ali não somente encontramos o maior historiador do século XIX como também uma das melhores análises já feitas a seu respeito, desde a célebre introdução de Sérgio Buarque de Holanda (1981). Com precisão, Sérgio da Mata esmiúça e investiga aspectos centrais do célebre historiador germânico, desmistificando o mito historiográfico construído em torno de sua figura, indicando o percurso de sua formação, bem como suas principais contribuições à ciência histórica contemporânea. Dada a erudição do ensaio, por sinal o mais extenso na coletânea, seriadifícil sintetizar aqui todas suas virtudes, no entanto, forçoso é sublinhar o modo como discute o suposto apartidarismo rankeano, o problema da objetividade, bem como sua complexa faceta política como editor da *Revista Histórico-Política* entre 1832 e 1836. No texto traduzido, vemos

⁷ Àqueles que desejam iniciar-se naquele historiador, recomendo o texto pontual publicado em *História: questões e debates* (FERNANDES 2004).

uma lúcida análise de Ranke sobre o ofício do historiador e a operação historiográfica, inscrita criticamente entre o trabalho com as fontes e a exposição narrativa, entre a filosofia e a poesia, afinal “a História não é uma coisa nem outra”, dirá ele, “ela promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal – com o qual ambas se ocupam – que pelo real” (MARTINS 2010, p. 202).

Fechando a obra em grande estilo há ainda a análise de Valdeci Araújo sobre Buckle (1822-1862) e sua tradução da *Introdução geral à história da civilização na Inglaterra* de 1857, que, de maneira semelhante a Sérgio da Mata no capítulo sobre Ranke, procura romper com o “*j’accuse*” de Pierre Bordieu em relação à ilusão biográfica (BORDIEU 2005). Ali vida e obra preservam liames, indicam momentos de pertencas e conexões, pois, nas palavras de Valdeci Araújo “as explicações de Buckle permanecem no interior do senso comum historiográfico inglês da era vitoriana” (MARTINS 2010, p. 219), embora manifestasse também contrastes. Assim, apesar de compartilhar com a crença excessiva no evolucionismo progressista, no papel modelar da História, ou com o orgulho nacional dos historiadores escoceses, Buckle demonstra sensíveis divergências metodológicas aproximando-se do pensamento de John S. Mill e de Auguste Comte. De maneira arguta, Araújo sublinha a necessidade de uma reavaliação crítica da historiografia oitocentista e de sua heterogeneidade “encoberta por rótulos ingênuos como “tradicional, não crítica ou positivista” (MARTINS 2010, p. 219). E assevera:

184

mesmo esses rótulos, herança de uma história das ideias muito rígida, deveriam ser substituídos por objetos mais capazes de recuperar a complexidade dos fenômenos que neles se escondem, desde a formação de tradições de linguagens político-intelectuais e de conceitos histórico-sociais até a montagem de instituições e ideologias. Insistir em uma história intelectual internalista e desencarnada pode ser um passatempo louvável, mas pouco contribuirá para a compreensão efetiva da formação de nosso modo de pensar e escrever a história e, por isso, em nossa capacidade de fazê-la avançar (MARTINS 2010).

Penso que essa avaliação resume o tom geral de *A história pensada* e confirma seu lugar ímpar dentre os livros recentemente publicados a respeito, ao trazer a lume um momento decisivo da historiografia ocidental, localizando autores e problemas fundamentais que foram transformados em clássicos pela tradição, ao mesmo tempo em que nos convida a problematizá-los e questioná-los, mobilizando e desmobilizando sua força canônica nos labirintos da temporalidade e de sua própria historicidade, a fim de rever rótulos, mitos historiográficos e sugerir novas linhas interpretativas.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. A poética. In: _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

- BENTIVOGLIO, J. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. **História da Historiografia**, n.6, p.81-101, 2011.
- _____. Apresentação. In: DROYSEN, Johann G. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BLOOM, Harold. **O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos e abusos da história oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CESAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas da verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**, v.6, p.37-58, 2000.
- DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FERNANDES, C. S. Biografia e autobiografia na civilização do renascimento na Itália de Jacob Burckhardt. **História, questões e debates**, v.1, p.155-198, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- HARTOG, François. **Regimes d'historicité: presentisme et experience du temps**. Paris: Editions du Seuil, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Ranke**. São Paulo: Ática, 1981.
- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.
- LUCIANO DE SAMÓSSATA. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- MALERBA, Jurandir. **Lições de história**. Rio de Janeiro: Porto Alegre: FGV, Editora PUC-RS, 2010.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix, 1976.

STERN, Fritz. **The varieties of history**. New York: Vintage Books, 1973.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In:_____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

Enfrentamentos epistemológicos: teoria da história e problemática pós-moderna

Epistemological confrontations: theory of history and the post-modern question

MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011, 240 p.

Sérgio Campos Gonçalves

Doutorando

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

scamposgoncalves@gmail.com

Avenida Eufrásia Monteiro Petrágli, 900 - Jardim Dr. Antonio Petrágli

14409 -160 - Franca - SP

Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; Ciências sociais.

Keywords

Theory of history; Historiography; Social sciences.

187

Enviado em: 4/6/2011

Aprovado em: 15/8/2011

“Papai, então me explica para que serve a história”. A pergunta infantil com que Marc Bloch (2001, p. 41) inaugura seu último escrito introduz um chamado para que o historiador preste contas acerca da legitimidade de sua profissão. É esse mesmo “ajuste existencial” que Jurandir Malerba busca em seu livro *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Porém, enquanto a autorreflexão de Bloch se deu ao aguardar o próprio fuzilamento, na condição de prisioneiro das tropas alemãs do final da Segunda Guerra, a inquietude do pensar o ofício de Malerba é de outro tempo e coloca outras perguntas: Diante da crise do racionalismo moderno e dos desdobramentos da *linguistic turn*, qual a validade epistemológica da história? Quando a cientificidade de sua profissão parece em xeque, qual o remédio para a angústia do historiador? No centro da questão está a objetividade da história, motivo de variadas reações daqueles que se debruçam sobre o assunto e na qual reside a diferença entre o tempo de Bloch e o do debate contemporâneo do qual Malerba está inserido.¹ No pós-guerra, segundo Peter Novick (1988, p. 522-572), já não existiria mais o consenso da ampla comunidade de discurso formada por estudiosos unidos por interesses, propósitos e padrões comuns no qual se baseou a disciplina da história até o início da década de 1960. Pois, a partir de então, teriam reinado o ceticismo diante da promessa iluminista de progresso e a crise cognitiva do historicismo, devido à historicização e à relativização do próprio conhecimento, da qual a ansiedade generalizada da comunidade acadêmica seria sintomática.

188

É nesse campo de batalha em que Jurandir Malerba cava sua trincheira, de onde é franco-atirador contra a dita história pós-moderna, a qual se ampararia, notadamente, na teoria da linguagem e na negação do realismo. Reunindo suas reflexões sobre a história e o ofício do historiador em oito capítulos, os *Ensaio* de Malerba compõem um manual de teoria da história que é espelho de sua trajetória intelectual. Ao mesmo tempo em que permitem acompanhar a evolução da erudição e da maturidade do autor, oferecem uma proposta de solução às inquietações epistemológicas que o conhecimento histórico passou a enfrentar no século XX, através de estudos sobre os temas e conceitos que se tornaram incontornáveis para o historiador: ficção e escrita da história, memória, acontecimento, estrutura, narrativa, historiografia, processos e representações. O fio condutor que os perpassa é a problemática pós-moderna, a questão da legitimidade e da objetividade da história.

Abre-se o livro com um escrito de juventude, de ar irônico, em que trata da noção de representação e de narrativa para demarcar a distância entre o escritor de ficção e o escritor-historiador de história. Para o jovem Malerba, o estatuto científico e de objetividade da história ancorar-se-ia na interdisciplinaridade, isto é, a proximidade com as ciências humanas é o que distanciaria o historiador do ficcionista. O tom juvenil contrasta com o capítulo II,

¹ Para compreender o impacto da chamada *linguistic turn* na história e a dificuldade que seus desdobramentos trouxeram para os historiadores, ver APPLEBY; HUNT; JACOB 1994; CLARK 2005; IGGERS 1997; REIS 2006; WINDSCHUTTLE 1996.

que apresenta um texto inédito sobre as concepções de memória e suas discussões no campo historiográfico, no qual Malerba versa sobre “o quadrante memorial avassalador no qual estamos vivendo”, tempo em que efemérides são acompanhadas de “estardalhaços” mercadológicos – vide os 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, mas que convida a refletir acerca do processo de significação do passado e sobre a operação de seleção entre memória e esquecimento.

Os próximos três capítulos abordam, nas palavras do autor, “questões que se constituem nos maiores desafios que assolaram o pensamento de historiadores e cientistas sociais há décadas” (MALERBA 2011, p. 55). Respectivamente, a tarefa a que Malerba se propõe é pensar *acontecimento*, *estrutura* e *narrativa* através de suas relações com *tempo*, *sujeito* e *causalidade*, tratando de como tais conceitos podem estar conectados ou apartados em correntes de reflexão teórica da história específicas.

Malerba trata das definições e propriedades do *acontecimento* na história em relação à noção de *estrutura*. Objeto e unidade da história, o acontecimento existiria dentro de uma rede causal e inserida em determinada duração temporal: “os acontecimentos existem objetivamente, como dados, e [...] os historiadores fazem deles diferentes usos conforme sua visão de que os fatos são únicos e singulares ou manifestação de fenômenos que se repetem” (MALERBA 2011, p. 70); ao historiador caberia narrar e/ou estabelecer as tramas causais que ligam os fatos. O propósito de Malerba é aprofundar a “questão da ‘realidade’ ou ‘objetividade’ do fato”, diferenciando *fato* de *acontecimento* a partir de um itinerário de reflexões sobre o caráter histórico dos fatos e sobre como tal processo de diferenciação perpassa as questões ligadas à construção da memória e do exercício do poder. Contudo, a tônica do capítulo III, e que perpassa todo o livro, é a crítica à concepção de história narrativista e suas implicações acerca da objetividade do ofício do historiador. O principal alvo é Paul Veyne (1982, p. 14-18), autor que afirmaria ser contraditória a cientificidade da história, pois, se seu objeto é constituído de eventos individuais e, portanto, impassíveis de serem analisados em série, a história não estaria habilitada a construir tipologias de guerras, culturas e revoluções. Com isso, o historiador estaria fadado a elaborar sua trama apenas a partir dos acontecimentos que conseguiu “caçar” e, invariavelmente, com as muitas lacunas daqueles inúmeros eventos de que não obteve registro. Essa visão sobre a história é, para Malerba, equivocada e impregnada de “conservadorismo epistemológico”. Em Veyne, a história seria anedótica, uma síntese narrativa, quase ficcional, e não uma síntese explicativa da realidade do passado, dado que compreende o fato histórico, antes de tudo, como um atributo da percepção e da linguagem, estabelecido pela intervenção seletiva e subjetiva do historiador. Para Malerba, no entanto, tal perspectiva demonstra “extrema debilidade conceitual”, pois confunde o plano ontológico da história e da sociedade com o plano epistemológico, isto é, com os modos de conhecê-la:

O fato histórico, reconstituído pelo historiador, só existe no segundo plano, epistemológico. É o resultado de uma operação intelectual, a qual é moderada por regras metódicas preestabelecidas e amparada no uso de fontes, ou indícios, ou vestígios. Não se trata de ciência, que seria uma atitude gnosiológica limitada e insuficiente para resolver o problema do conhecimento histórico, o qual lida com operações mentais e obstáculos operacionais infinitamente mais complexos do que os apresentados pela operação cientificamente regulada (MALERBA 2011, p. 85).

Da mesma maneira que a *estrutura*, Malerba compreende que o *acontecimento* é um constructo intelectual, que ambos são “elaborações teóricas que o historiador produz e das quais se utiliza para conhecer a história” (MALERBA 2011, p. 87).

Malerba explica que, associado à concepção positivista ou metódica, o conceito de *acontecimento* foi preterido pela proposta de renovação historiográfica da primeira geração dos *Annales*, a qual se opunha ao que denominava história *événementielle*, acusada de factual e narrativa, advogando em favor de uma história explicativa, científica e, a partir de Braudel, estrutural. No capítulo IV, Malerba apresenta uma contextualização do estruturalismo e seus impactos nas ciências humanas, traçando uma distinção entre *estruturalismo* e *história estrutural*, apoiada, sobretudo, na articulação conceitual de Koselleck entre *acontecimento*, *estrutura* e *narrativa*. Com isso, constrói uma linha de raciocínio em que o sujeito da história se libertaria das “prisões do imóvel”, diante da ontologização da estrutura, e o historiador se reabilitaria como sujeito cognoscente, diante da ruptura entre conhecimento e verdade, provocada pela “exorbitação da linguagem” de Foucault (MALERBA 2011, p. 97).

Narrativa, história e discurso compõem a temática do capítulo V. Malerba abre o texto de forma inusitada, descrevendo imagens de desastres e problemas sociais para chocar o leitor. Estético, o objetivo é proporcionar um choque de “realismo histórico” para intimar o historiador a comprometer-se com sua profissão. Como no prefácio dos *Combats pour l’histoire*, de Lucien Febvre (1992), propõe-se que a história deve ser um compromisso apelo à vida. Contudo, Malerba detecta um problema: “em função do próprio cenário intelectual vigente em nosso tempo”, o historiador não tem apresentado respostas aos problemas que lhe caberia responder. Tal cenário intelectual que Malerba diagnostica como causa da angústia e inércia dos historiadores configurou-se, conforme entende, através dos desdobramentos radicais da epistemologia pós-estruturalista que se converteram na historiografia pós-modernista, antirrealista e narrativista:

Num sentido muito geral, o pós-modernismo sustenta a proposição de que a sociedade ocidental passou nas últimas décadas por uma mudança de uma era moderna para uma pós-moderna, a qual se caracterizaria pelo repúdio final da herança da ilustração, particularmente da crença na Razão e no Progresso, e por uma insistente incredulidade nas grandes metanarrativas, que imporiam uma direção e um sentido à História, em particular a noção de que a história humana é um processo de emancipação universal. No lugar dessas grandes metanarrativas surge agora uma multiplicidade de

discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento junto com a dissolução da ideia de verdade [...] (MALERBA 2011, p. 124).

Na visão de Malerba (2006, p. 13-14), esse “cenário intelectual” se fundamentaria em dois postulados da teoria do conhecimento pós-moderna: na tese da negação da realidade e na teoria da linguagem. A primeira, a tese do antirrealismo epistemológico, sustentaria “que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas”. A segunda, a tese do narrativismo, conferiria aos “imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso, inerentes a seu estatuto linguístico, a prioridade na criação das narrativas históricas”, com isso, em essência, não haveria diferença entre a narrativa do ficcionista e a do historiador, já que ambas “seriam constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas”. Fundada no antirrealismo histórico e no narrativismo, a prática da escrita da história pós-moderna colocou em xeque “a objetividade do conhecimento histórico e, conseqüentemente, os limites estruturais da verdade e de seus enunciados”.

Entretanto, a opinião de Malerba é que “a teoria pós-moderna da linguagem é produto das interpretações enviesadas pós-estruturalistas do trabalho do linguista suíço Ferdinand de Saussure”, que conformam uma espécie de “filosofia idealista, uma espécie de filosofia metafísica fundada em assertivas não provadas e improváveis a respeito da natureza da linguagem” (MALERBA 2011, p. 126). Malerba procura desmontar os postulados do antirrealismo e do narrativismo: enquanto o narrativismo, ao eliminar a distinção entre as narrativas históricas e ficcionais, nega à historiografia a aspiração de verdade que ela reclama em suas abordagens do passado, tornando inócuo o ofício do historiador, o antirrealismo, por sua vez, seria uma conseqüência infeliz de “uma compreensão tacanha da relação cognitiva”, pois ignora que a história é uma forma distinta de conhecimento que tem a experiência dos seres humanos no tempo como seu objeto:

Talvez a melhor resposta que pode ser dada ao ceticismo pós-moderno é a de que a ideia de um passado independentemente real ou atual não se apoia em qualquer teoria e não é uma conclusão filosófica. Ela é, antes, uma exigência da razão histórica e uma necessidade conceitual, autorizada pela memória, bem como implicada na linguagem humana, que inclui sentenças no tempo passado, e é imposta pela ideia de história como uma forma distinta de conhecimento que tem a experiência dos seres humanos no tempo como seu objeto. Negar a existência do passado como algo real a que os historiadores podem se referir e conhecer é, portanto, algo fútil, porque se trata de uma condição essencial da possibilidade da história como campo de conhecimento cientificamente regulado (MALERBA 2011, p. 134).

Contra tais postulados, Malerba propõe um enfrentamento teórico que se ampara nos conceitos de realidade social e de *habitus* de Pierre Bourdieu (MALERBA 2011, p. 138) e na teoria simbólica de Norbert Elias (MALERBA 2011,

p. 145) – tal solução é retomada e aprofundada nos capítulos finais do livro. O que Malerba evidencia no pensamento de Bourdieu é que a linguagem não é uma categoria independente do real, pois, antes de tudo, a realidade social é que configura os meios através dos quais se percebe a realidade e se constrói atos de fala para representá-la. Assim, argumenta Malerba, ao contrário do que prescreve a concepção estruturalista da linguagem e sua epistemologia pós-moderna, “a constituição de uma língua, por meio da qual representamos o mundo (social inclusive), é um processo eminentemente histórico e social e o sujeito do conhecimento é sempre coletivo”. Por conseguinte, os signos, conceitos e discursos sobre o mundo seriam formulados “a partir de um conjunto de determinantes sociais que são interiorizadas pelo indivíduo, a partir das quais ele constrói as lentes (os conceitos) com os quais apreende (percebe, classifica, narra) o mundo” (MALERBA 2011, p. 141). Além disso, Malerba procura religar o discurso ao mundo real, ou a linguagem ao mundo real, que teriam sido separados pelos pós-modernos. Através da teoria simbólica de Elias, busca mostrar que o elo entre o processo de representação e o real é o “fundo social do conhecimento”, isto é, a língua de uma comunidade linguística contém as experiências sintetizadas historicamente (MALERBA 2011, p. 145-147). A articulação entre realidade e conhecimento que Malerba advoga seria um ponto de convergência entre o conceito de *habitus* de Bourdieu e a teoria simbólica de Elias; tal articulação valeria plenamente também entre narrativa e história, ou entre narrativa e mundo real. Desse modo, para Malerba, assim como para Jörn Rüsen (2001, p. 54), a consciência histórica nasceria da experiência do tempo, e isso, invariavelmente, perpassaria a relação entre realidade e conhecimento histórico:

A história existe, como resultado do conflito de interesses e ações complexas dos indivíduos em seus grupos; o conhecimento desse processo de transformações de si e do mundo a que chamamos de história é possível, não deixando-se de fora o que há no sujeito do conhecimento de tudo o que lhe constitui como ser humano (imaginação criadora, instinto, paixão...), mas “controlando” racionalmente o processo do conhecimento. A história existe e pode ser conhecida, como vem sendo feita cada vez mais e melhor. O resto é discurso (MALERBA 2011, p. 153).

Os desdobramentos conflituosos da epistemologia pós-moderna, na concepção de Malerba, transcendem as questões da cientificidade da história e suas alternativas teóricas e metodológicas. De fato, Malerba aproxima-se das assertivas de José Honório Rodrigues (1966, p. 23), para o qual “não há história pura, não há história imparcial” e “toda história serve à vida, é testemunho e compromisso”, ao afirmar que a relação entre conhecimento, vida e realidade diria respeito, em verdade, à função da história nas sociedades e à responsabilidade social do historiador. A perspectiva de Malerba é que a fixação do conhecimento dentro dos limites do discurso seria uma “atitude escapista, evasiva da realidade, que é virulenta e ameaçadora”, e, conseqüentemente, argumenta, “a opção pelo discurso desvinculado da realidade não deixa de ser,

igualmente, uma posição submetida, submissa ao *status quo*, portanto, conservadora” (MALERBA 2011, p. 152-153).

Nos *Ensaio*s de Malerba, à crítica à epistemologia pós-moderna sucede uma busca por uma definição do conceito de historiografia, conformado, sobretudo, a partir da teoria da história de Rüsen (2001), para o qual a função da teoria seria enunciar “os princípios que consigam a pretensão de racionalidade da ciência histórica de tal forma que eles valham também para a historiografia”. Assim, cumprindo o papel de garantia de cientificidade epistemológica, soma-se à teoria da história a função de racionalizar a pragmática textual exercida pela teoria da história na historiografia. Com isso, a historiografia passaria a ser parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciariam na forma de um saber redigido, textual, mas cientificamente satisfatório. No capítulo VI, Malerba defende que a teoria da história deve refletir sobre as formas de apresentação do conhecimento histórico como um dos fundamentos da ciência histórica e que, também, deve valorizar a historiografia como seu campo específico. A historiografia, então, é compreendida enquanto produto intelectual dos historiadores, mas, concomitantemente, como prática cultural necessária de orientação social que é resultante da experiência histórica da humanidade. Apresentando-se duplamente como objeto e fonte histórica, a historiografia estaria vinculada à história das ideias e dos conceitos (MALERBA 2011, p. 171-175).

Os dois últimos capítulos trazem uma tentativa de xeque-mate contra a problemática pós-moderna. Retomando e aprofundando algumas das discussões desenvolvidas no capítulo V, Malerba propõe que o antídoto para o questionamento sobre a validade epistemológica da história e a cientificidade do ofício do historiador seja concebido a partir de uma via metodológica estabelecida pelo conceito de *habitus* de Bourdieu e pela teoria simbólica de Elias. Assim como o ceticismo pós-moderno havia historicizado e relativizado o conhecimento científico, a estratégia de Malerba é mostrar que a crise do racionalismo moderno também é uma contingência historicizável. Isto é, Malerba relativiza a própria problemática pós-moderna ao observar que tal “fratura epistemológica” da modernidade, da qual advém a concepção antirrealista e narrativista da história, se dá no Renascimento, no momento em que o conhecimento sobre o mundo se objetiva e, como consequência, cria-se a problemática da percepção do humano entre o que é ilusão e o que é realidade. É nesse contexto, segundo Malerba, em que se inicia a problemática da representação, da dúvida sobre a correspondência entre os conceitos (as palavras) e o real (as coisas). A problemática epistemológica contemporânea, assim, seria fruto do “questionamento ao niilismo pós-moderno em relação à suposta inacessibilidade do conhecimento a um mundo caótico ou irreal” (MALERBA 2011, p. 209). A preocupação de Malerba é compreender as representações e resolver o problema da verdade no conhecimento. Para tanto, contudo, adverte que seria preciso superar o hábito enraizado desde o Renascimento de se separar o real e o abstrato. Daí se amparar na solução eliaseana, assumindo que não há correspondência entre

conhecimento e o mundo que não seja representacional, socialmente herdada e constituída. Para Malerba, se a representação é uma prática social, seria um absurdo se conceber as representações como discurso e linguagem sem referente.

Dada à amplitude temática, cada um dos oito capítulos poderia gerar apreciações distintas, iniciando, cada qual, discussões novas ou reeditando velhos debates, cada um apontando para uma direção, sem necessariamente convergir. As teses que o livro contém, ao pôr em relevo a questão da legitimidade e da objetividade da história, entretanto, orbitam o mesmo centro de gravidade temático: a problemática pós-moderna. Mas a linha que perpassa as partes e as articula ao todo não é somente temática, também revela uma forma específica de compreensão sobre o que é a problemática pós-moderna que é bastante comum entre os historiadores.

Grosso modo, aos olhos do filósofo, a problemática pós-moderna sucede à crise do racionalismo moderno, nascida da crítica à tradição iluminista e à razão ocidental. De maneira violentamente sumária, pode-se dizer que se trata de uma crise acerca do fundamento do conhecimento humano: a partir da “revolução copernicana” do conhecimento de Kant, o fundante da operacionalização da correspondência entre o concreto e o pensamento deslocou-se de Deus para o Homem; com isso, o sujeito do conhecimento deixa de ser um ente fixo, atemporal, e o fator “tempo” passa a ser decisivo para o conhecimento – a razão está no homem, com suas capacidades e limites, há uma morte epistemológica de Deus - tal concepção está cristalizada em Hegel, em sua aceção de que o movimento do espírito humano se desdobra no tempo; no entanto, com Nietzsche há uma ruptura total com o racionalismo moderno (da racionalidade argumentativa, da lógica, do conhecimento científico, da demonstração), o qual, segundo ele, era a causa da decadência e da fraqueza do homem – o objetivo de sua crítica é revelar os pressupostos das crenças e preconceitos (a construção do sentido no tempo), e não legitimar o conhecimento ou a moral – agora, a morte epistemológica é do Homem (cf. DELEUZE 2009; HABERMAS 2000; MACHADO 1999). Nesse contexto, o que ficou marcado como “virada linguística” (*linguistic turn*) começa a entrar em cena a partir da tentativa de fundar a razão do conhecimento ocidental na linguagem, começando por Wittgenstein, para o qual a lógica da linguagem corresponderia à lógica do mundo - não a concretude, mas o que é inteligível: o mundo social (CONDÉ 2004). Daí em diante, na filosofia contemporânea, vários foram desdobramentos da busca de solução para a problemática pós-moderna (RORTY 2007, p. 25-129).

De modo geral, o historiador parece captar essas questões da filosofia de forma bastante singular, entre apropriações acertadas e errôneas. Ao se sentir afetado pelos desdobramentos da problemática pós-moderna, frequentemente, o historiador entra em debates e toma posições (tanto pró quanto contra) despertando um olhar indulgente do filósofo, seja ao confundir as noções de discurso e de ideologia, como faz Jenkins (2001), seja ao afirmar que há uma “exorbitação da linguagem” responsável por uma ruptura entre conhecimento e verdade e por uma negação da realidade, como faz Malerba; acreditar que há

antirrealismo, por exemplo, na compreensão foucaultiana acerca da forma como o discurso de certa época constrói determinadas verdades é partir, desde o início, de pressupostos equivocados, pois não se discute se o mundo real (concreto) realmente existe e se os fatos que nele ocorrem são positivos, mas se trata de pensar o mundo inteligível, socialmente construído e compartilhado (VEYNE 2011, p. 9-65).

Isso não significa, no entanto, que a leitura de Malerba sobre a problemática pós-moderna e suas correlativas preocupações profissionais seja ilegítima e desprovida de valor. Ao contrário, ela é autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário; um aquário diferente dos filósofos. Por isso, ainda que talvez os *Ensaio*s de Malerba não despertem o fascínio do filósofo, o livro tem méritos inquestionáveis por oferecer uma proposição original de solução e de enfrentamento que, dentro do aquário do historiador, faz completo sentido e representa uma proposta teórico-metodológica plausível.

Referências bibliográficas

- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. **Telling the truth about history**. New York: W. Norton & Company, 1994.
- BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CLARK, Elizabeth A. **History, theory, text: historians and the linguistic turn**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **A filosofia crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- FEBVRE, Lucien. Les idées, les arts, les sociétés. **Combats pour l'histoire**. Paris : Librairie Armand Colin, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- IGGERS, Georg G. **Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Hanover, NH: Wesleyan University Press, 1997.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mario Vilela. Revisão técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.
- MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Graal, 1999.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ensaio**: teoria, história e ciências sociais. Londrina: EDUEL, 2011.

NOVICK, Peter. **That noble dream**: the "objectivity question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 1982.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

196

WINDSCHUTTLE, Keith. **The killing of history**: how literacy critics and social theorists are murdering our past. Paddington, NSW: Macleay Press, 1996.

Transgredir a ordem do arquivo

Transgressing the archive's order

SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011, 110 p.

Taise Tatiana Quadros da Silva

Professora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

taiseq@yahoo.com.br

Rua 75, 433/32 - Setor Central

74055-110 - Goiânia - GO

Brasil

Palavras-chave

Arquivo; Conhecimento histórico; Poder.

Keywords

Archive; Historical knowledge; Power.

197

Enviado em: 2/9/2011

Aprovado em: 10/10/2011

A reflexão epistemológica relativa à produção historiográfica concentra-se, muitas vezes, na análise das estratégias narrativas empregadas pelos seus autores. Isso exige que se faça uma larga investigação sobre a construção do gênero narrativo, sobre suas regras de composição e sobre seus usos no período e lugar de sua produção. Em outro nível, a investigação do texto historiográfico restringe-se a construção dos objetos históricos, dos temas e problemas que o caracterizam, podendo abarcar igualmente os acontecimentos que condicionaram a idealização de seu projeto temático e de seu conteúdo. A perspectiva da reflexão, então, converge para uma interpretação crítica da produção historiográfica e de seus efeitos políticos e culturais.

Essa não é a intenção da obra *Saber dos arquivos*, organizada pelo professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), Marlon Salomon. De fato, a obra oferece um olhar epistemológico sobre o estatuto dos arquivos. Por meio da desnaturalização de seu estatuto, os textos apresentados na coletânea permitem indagar sobre a construção da evidência na sociedade contemporânea. Tal investigação implica importante exame sobre a "evidência", ou seja, daquilo que "arquiva", que permite, fragmentariamente, a sobrevivência em traços do que não é mais presente. É esse aspecto inquiridor que marca a originalidade da obra em questão. Ao deslocar-se do lugar comum de muitas obras que ainda se restringem apenas ao texto, ou, em outro sentido, das produções que visam a discutir o arquivo como dado, como resultado objetivo; na coletânea *Saber dos arquivos*, volta-se à pergunta "o que é o arquivo"? Em que sentido as evidências são traços de uma relação entre o presente e o passado? E mais: em que medida nossos arquivos, concebidos outrora, não guardam as "marcas" dessa relação, estabelecida em período pregresso? O arquivo, assim, não é considerado como um espaço neutro, mas como um lugar de poder, onde o sentido do que merece ser arquivado, foi anteriormente definido segundo interesses e concepções que sustentaram e legitimaram o "arquivável", construindo-o.

Assim, o acervo documental não é um laboratório onde o historiador encontra suas evidências, mas um *lugar de memória* que obedece a um *regime de memória* e que deve ser problematizado pelo historiador. Em outras palavras, ao nos confrontarmos com o arquivo, posicionamo-nos não apenas diante de um espaço onde o atual e o inatural se encontram, pois o traço, não representa o passado, mas aquilo que foi considerado arquivável, ou seja, o documento exprime políticas onde se definiu o traço que deveria ser resguardado do tempo, presentificado. Para pensar a história é preciso não dispensar uma arqueologia do "traço", do "resquício".

Os arquivos, assim, constituem fundamental problema e desafio da investigação historiográfica, apresentando acervos que limitam e mesmo delimitam aquilo que podemos designar por "passado". Além da crítica interna e externa dos documentos é preciso que passemos hoje a pensar o lugar dos arquivos na sociedade que ocupamos. Os significados e implicações presentes

nas políticas arquivísticas que herdamos e adotamos. Entender tais práticas é também importante meio para compreendermos nossa relação com o passado, a forma como, ao constituirmos arquivos, realizamos usos políticos da história.

Ao introduzir a obra, Salomon, destaca essas questões sublinhando os conflitos que têm envolvido a abertura de arquivos no Brasil e no mundo. Para o organizador, a tensão atual a respeito do assunto inscreve-se entre os temas que devem ser abordados ao tratarmos da relação contemporânea com o passado. São muitos e complexos os usos a que estão suscetíveis os arquivos no presente, como, por exemplo, em relação aos usos do arquivo no jogo político partidário – como se viu na última campanha presidencial no Brasil. Entre o “direito à memória” e, como estratégia política, os arquivos tornam-se espaço central de disputas, algumas claras; outras ainda pouco evidenciadas. Entre as disputas travadas em meio aos documentos históricos, talvez uma das mais pungentes seja aquela relativa ao anseio individual e familiar quanto à própria história e ao seu embate com o Estado pelo direito de conhecê-la. Apenas esse conhecimento pode conferir também a possibilidade do esquecimento, como Salomon destaca: “O direito de se apropriar da memória não significa recalcar o morto ou denegar o outro, como pretendiam as ditaduras, mas poder esquecê-lo para poder continuar a viver” (SALOMON 2011, p. 12). A gestão dos acervos, muito mais do que se reduzir a uma mera questão técnica, diz respeito à gestão do passado. As tensões entre sociedade e Estado, políticas presentes e eventos passados inscreve-se, assim, nas atuais políticas e leis concebidas para tratar dos acervos, que devem ser observadas como parte de um conflito sobre o lugar do passado no presente e sua possibilidade futura.

O controle do passado pelo Estado é tema no artigo da pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais do Político (CNRS) da Universidade de Paris, Sonia Combe. No artigo “Resistir à razão de Estado” a autora traz à tona as transformações e limites das políticas arquivísticas francesas. No texto, as disputas e batalhas pela abertura irrestrita dos arquivos, travadas desde a década de setenta do século passado até a aprovação de nova lei de arquivos em 15 de julho de 2008, são reconstruídas de forma a serem analisados os principais aspectos que as caracterizaram, bem como seus prováveis avanços.

Assim, na escrita de Sonia Combe, uma análise retrospectiva e crítica em relação à legislação dos arquivos na França tem espaço. Em primeiro lugar, Combe, reavalia o efeito e recepção da lei de 3 de janeiro de 1979, que restringia a consulta dos arquivos recentes ao prazo de 30 anos. Tal lei, embora representasse uma vitória em relação aos arquivos da Segunda Guerra Mundial, mantinha inacessíveis os arquivos relativos às guerras da descolonização. Em relação à lei de 2008, no entanto, a autora afirma que “a criação de uma categoria de arquivos confidenciais e a manutenção da confusão entre vida privada e vida pública e a do sistema de derrogação” (SALOMON 2011, p. 21) tornam a nova lei mais aproximada daquela de 1979 do que se poderia suspeitar. Isso se deve ao fato de que se, de um lado, não parecia mais haver na França o que a autora chama de “mito do fechamento dos arquivos”, de outro, o Estado

finda por atuar nesse sentido. Os abusos do Estado são, afirma a autora, evidentes na condução administrativa que prevê a revogação parcial de acesso aos arquivos conforme o solicitante seja considerado “confiável” ou não para acessá-los. Segundo Combe, “A solicitação de derrogação introduz um laço de dependência entre o solicitante e o Estado via administração de arquivos” (SALOMON 2011, p. 25). A ideia de que existem leitores privilegiados, ou melhor, habilitados para a leitura dos arquivos, presente na legislação atual francesa é, para Combe, um instrumento comum do Estado fundado na diferença entre os sujeitos e no segredo, como na França do Antigo Regime. A autora retoma, então, o pensamento de Gabriel Naudé, bibliotecário do Cardeal Mazarin e um dos idealizadores da abertura das bibliotecas. Segundo Robert Damien, estudioso da obra de Naudé, o surgimento das bibliotecas públicas marcaria o fim da “era do segredo”. Para a autora, então, a presença de tal distinção entre pesquisadores “confiáveis” e “não confiáveis” é um claro sinal da fragilidade e dos atrasos da democracia francesa. A análise da autora, desse modo, constrói-se não apenas como retrospectiva, mas como denúncia das fragilidades da política dos arquivos em França.

No artigo seguinte, intitulado “A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais”, Marlon Salomon reflete sobre a tensão entre a abertura dos arquivos no Brasil e as políticas patrimoniais em vigor no país, entre a comemoração incessante e a negação reiterada do direito ao acesso aos documentos. Crítico em relação às políticas culturais, para o autor, a transformação da história em séries de manifestações culturais termina com a potência política ou “força que permitiria que a comunidade se separasse de si mesma” (SALOMON 2011, p. 32). Vale ressaltar as palavras do próprio autor:

A escrita da história deixa de ser o espaço em que a comunidade escreve as diferentes repetições de si mesma, para se transformar no lugar em que se manifestam os eternos traços de seus costumes, com suas festas-símbolo, paredes-símbolo e lugares-símbolo (SALOMON 2011, p. 32).

Em oposição às políticas patrimoniais e comemorativas em que a cultura é exaltada, Salomon ressalta a negligência perante os arquivos. Para o autor, isso se deve ao fato de que, diversamente do imaginado, os arquivos não são espaços de preservação e de conservação, mas se constituem como “desvio”, como “novo”, instância em que não se comemora o mesmo, ou se preserva a identidade, mas que desafia a pensar o outro e que nos coloca em um confronto com um real, desconhecido, ignorado e que desafia o pensamento. O autor indaga, então, pela condenação do texto, pela marginalização filosófica do escrito, do arquivo como instrumento para conhecer a história. A história ameaça o mesmo, ela instaura o diverso. Por isso, hoje, é muito mais fácil celebrar por meio da cultura, do que indagar os arquivos e fazer da investigação uma experiência social tão marcante quanto são as comemorações que exaltam o costume, que reafirmam o mesmo e preservam a identidade.

Para Salomon, de modo drástico, “o anúncio do fim da história e a ascensão desse regime [das políticas culturais] pertencem à mesma época”

(SALOMON 2011, p. 36). A história, transformada em memória, torna-se a busca pelo comum e o arquivo (e a produção de sentido) são então substituídos pelo patrimônio histórico. Da mesma maneira, a arte, uma vez reduzida à expressão cultural reduz seu potencial como atividade criativa. A ideia de arte, segundo a qual o papel da mesma era o de questionar os costumes passa, então, a ser o seu oposto. A arte e o documento histórico, lugar em que o diverso e o inusitado eram uma vez experienciados, são esquecidos em detrimento da manutenção e afirmação da identidade. Para Salomon, é preciso que nos questionemos sobre os rumos que nossas políticas culturais têm assumido, mormente tendo em vista a oposição entre abertura de museus e não abertura dos arquivos. "Talvez", afirma o autor "a abertura de museus seja a contrapartida negativa da não abertura dos arquivos" (SALOMON 2011, p. 41).

O terceiro artigo da obra, intitulado "Um saber histórico de Estado: os arquivos soviéticos", tem como autora Antonella Salomoni, professora de história na Universidade de Bolonha. Nele, Salomoni apresenta um rico quadro da constituição das modalidades dos acervos soviéticos sob a administração do Partido. Para a autora, que estudou a sistematização dos arquivos a partir da Revolução de 1917, os registros soviéticos, longe de serem um simples depósito de informação, foram "o resultado de um projeto de fazer a história da ascensão do comunismo na sociedade russa, projeto formulado ao mesmo tempo que a fundação do novo Estado" (SALOMON 2011, p. 45). Em sua análise, Salomoni proporciona um interessante panorama de como, em meio ao processo revolucionário e seguido a ele, os arquivos se tornaram parte das práticas de poder. A exposição sistemática da Reforma Arquivística que ocorre na Rússia, a partir do novo contexto político, é clara em pontuar de que modo o Estado entendeu a importância dos registros históricos na legitimação do novo regime. Contudo, tal processo não seria imediato. Segundo afirma a autora, entre 1918 e 1920, a arquivística russa teria permanecido "sob o controle de funcionários do velho aparelho, culturalmente hostis ao poder soviético e intelectualmente refratários a uma requalificação de seus métodos de trabalho" (SALOMON 2011, p. 53). Essa e outras passagens do texto da autora remetem à complexidade do tema estudado e à abordagem conferida. A pesquisadora italiana não se restringe nem em construir a imagem de um Estado soviético que imediatamente assumiu o poder em todos os âmbitos, mas também não nega a tomada de consciência sobre a importância de documentos que foi, paulatinamente, acentuada entre os membros do partido. No artigo, é apresentada também a organização e cuidado tomado com os arquivos da Revolução, a construção de métodos e abordagens pelas novas equipes de arquivistas formados pela política soviética e que transformariam a própria noção de arquivo, ao trabalhar com uma nova perspectiva sobre a importância das fontes orais para a construção da história da Revolução. Assim, a "memória de classe" e a instrumentalização da pesquisa para a escrita de uma história de Estado teriam traçado os novos rumos da investigação e salvaguarda documental na Rússia. Na compreensão da autora, embora a memória tenha sido colocada a serviço da história da

Revolução e "inscrita na narrativa da constituição material do Estado soviético" (SALOMON 2011, p. 69) sua investigação é ainda um primeiro passo para pensar como se escreveu a história "na época em que o comunismo estava no poder" (SALOMON 2011, p. 72).

A pesquisa de Salomoni, publicada primeiramente em número da revista *Annales* de 1995, e felizmente agora traduzida para o português, oferece um passo inicial e intransponível para os que se dedicam não só à escrita da história, mas também aos principais temas da história contemporânea.

Ao texto de Salomoni segue o artigo do professor de filosofia da Universidade de Tel Aviv, Adi Ophir. Intitulado *Das ordens no arquivo*, o texto de Ophir é, sem dúvida, o que apresenta, em relação aos demais, aspecto mais teórico, caracterizando-se por retomar a reflexão de Michel Foucault que, de modo geral, é bastante presente na reflexão apresentada pelo organizador Marlon Salomon. O professor de Tel Aviv, como Salomon, empenha-se em oferecer uma leitura renovada de Foucault, na qual a preocupação com o saber e com a formação dos discursos de saber é então central.

Como filósofo, no entanto, Ophir não se preocupa em discutir o arquivo em seu aspecto institucional, como prática apenas, mas sim como conceito, problematizando uma relação central para a filosofia contemporânea e, mormente, para um leitor muito especial de Foucault: Giles Deleuze. O autor retoma, assim, relações importantes para ambos os filósofos, como por exemplo, a organização dos discursos e a relação entre discurso e arquivo. O lugar do registro histórico, sua dimensão na sociedade ocidental, já anteriormente problematizado pelos artigos anteriores, é então explorado em seu aspecto epistemológico. Nesse sentido, a obra *Saber dos arquivos* evoca um novo tipo de problematização que escapa à mera apresentação formal dos usos do documento, da conformação das práticas de investigação e revela talvez a sua maior intensão editorial: a de romper com o silêncio teórico sobre o que é o registro. No artigo "Das ordens no arquivo", Ophir aborda o arquivo como um fenômeno central da vida moderna, como um elemento substancial na construção do sujeito ocidental, então conformado e atravessado pelo traço, pelo rastro. Ao seguir a crítica de Foucault à ordem dos discursos, Ophir também propõe uma crítica à ordem dos arquivos. Para o autor, deve o historiador vencer os limites que restringem a produção historiográfica. O registro, retornando, assim, a um Foucault como lido por Deleuze, já é uma "episteme" e é nesse sentido que ele deve ser objeto de crítica e de superação: "a episteme constitui um conjunto de objetos manipuláveis. [...] à medida que o campo do manipulável é redefinido, eles o transformam (ou vice-versa)" (SALOMON 2011, p. 88).

Desse modo, Ophir propõe uma crítica do social que passe por uma arqueologia da ordem dos arquivos, onde o historiador, considerado como arqueólogo, deve ter como objetivo historiar "a fusão de estruturas que governam uma ordem epistêmica passada e o arquivo do presente, o que significa uma fusão do horizonte das pessoas e de textos do passado com o horizonte do discurso histórico contemporâneo" (SALOMON 2011, p. 93). O

autor, ao concluir, contrapõe a história antiquária, criticada por Nietzsche, com a que possa promover uma vida presente mais criativa e, para tal, afirma Ophir, é preciso romper com o sistema de possíveis subscrito no arquivo. Fica a sugestão da leitura e também a da transgressão da ordem do arquivo.

O livro, por fim, encerra com um breve, porém interessante texto do professor do Instituto Interdisciplinar de Antropologia do Contemporâneo da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (CNRS-EHESS) de Paris, Philippe Artières. Intitulado "Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos" o autor propõe uma análise do que chama de "o arquivo fora dos arquivos". Para Artières, há um movimento contemporâneo de uso dos arquivos que foge daquele formalizado pelos grandes arquivos nacionais, onde centraliza-se o acervo de milhares de documentos. O autor, assim, destaca a importância de entender os usos do passado na vida cotidiana e não apenas dentro dos arquivos ou cerceados por políticas públicas. Para abordar essa questão, Artières trata de uma prática que se torna cada vez mais comum: a de vender papéis velhos. Para o autor, a compra e venda de manuscritos ordinários, nos quais emerge a biografia de indivíduos desconhecidos, expressa uma forma importante de discurso histórico. Além desse mercado emergente de histórias, também no cinema e em exposições de arte contemporâneas a questão das novas formas de arquivo em que avultam rastros e fragmentos de experiências ignoradas parecem centrais. A internet, nesse sentido, surge como lugar excepcional de arquivo, revolucionando todos os parâmetros de armazenagem. Nela, são fomentadas formas voláteis, formas líquidas de memória, na qual a possibilidade de manipulação dessa memória e a velocidade dessa manipulação oferecem interessante objeto de estudo. O autor examina práticas de disponibilização *online* de arquivos, que adquiriram grande força devido à popularização da digitalização. A facilidade em registrar, conjugada à de armazenar imagens e documentos digitalizados modificou a relação das pessoas mais comuns com a produção de registros de vida. Esses registros passam a compor um museu pessoal em que o uso privado e público confunde-se. Ao mesmo tempo em que a arte contemporânea transforma-se no "ogro dos arquivos", utilizando-os como tema de suas exposições, um novo mercado de serviços de proteção e acervo de arquivos pessoais ganha espaço.

Entre esses diversos movimentos, Artières destaca a obra do artista plástico Tino Sehgal, que se nega a produzir arquivos, registros, rastros de seu trabalho. O artista, na leitura de Artières, situa-se em outra configuração, na qual prevalece o que ele classifica como "resistência ao arquivo": "trata-se de um conjunto de práticas que visam não a reificar os arquivos, mas a imaginar dispositivos que escapem precisamente ao imperativo da inscrição, a imaginar sociedades do esquecimento" (SALOMON 2011, p. 110).

Para Artières, o mundo contemporâneo apresenta uma modificação de grandes dimensões na forma de compreender o arquivo e a memória. Nesse mundo, não mais há espaço simplesmente para centros arquivísticos, tendo em vista que os arquivos são produzidos e arquivados de forma individual. Da mesma

forma, eles são manipulados de forma pessoal e expressam uma forma nova de relação com o passado. Vive-se, de fato, uma experiência outra sobre o que se pode considerar como passado. Assim, Artières nos permite questionar esses movimentos: seriam eles manifestações de uma nova forma de relação com o passado? Sem dúvida, é preciso que tenhamos sensibilidade para pensar esses novos veículos de produção de arquivo e suas consequências para a compreensão geral da passadidade. A história, aquela que ao menos conhecíamos e pela qual ainda consideramos importante dialogar é certamente um dos tantos discursos e formas de relação com o passado e com a memória. É preciso, assim, observar que outros regimes e formas de relação com o passado se instauram para entendermos, afinal, o que representa a historiografia hoje. Nesse sentido, o texto de Artières nos permite formular uma série de ponderações sobre o estatuto da disciplina histórica e sobre o lugar de nossos arquivos públicos.

Os artigos do livro *Saber dos arquivos*, na sua maioria textos já anteriormente publicados, porém não em português ou no Brasil, permitem uma densa viagem pelo sentido das práticas que conformam a disciplina da história. O teor dos artigos demonstra a preocupação, por parte dos envolvidos na sua tradução e publicação, de trazer, ao debate teórico e historiográfico no Brasil, uma perspectiva de análise renovada em que tanto a contribuição de Michel Foucault, quanto a atual investigação sobre o lugar do arquivo deve ser considerada. O que é o arquivo? Qual o seu lugar na sociedade contemporânea? Avivados com essas perguntas e com as diferentes possibilidades de abordá-las, iniciamos e terminamos a leitura da boa coletânea organizada por Marlon Salomon. Esteja aberto o debate.

A Revolução Francesa revisitada

The French Revolution revisited

CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, 316 p.

Joachin Azevedo Neto

Doutorando
Universidade Federal de Santa Catarina
joaquimmelo@msn.com
Rua Bosque dos Eucaliptos, 280 – Campeche
88063-440 – Florianópolis – SC
Brasil

Palavras-chave

Antigo Regime; História cultural; Idéias políticas.

Keywords

Ancien Régime; Cultural history; Political ideas.

205

Enviado em: 30/8/2011
Aprovado em: 29/10/2011

Roger Chartier é um historiador francês, natural de Lyon. Além de, atualmente, ser professor do Collège de France e atuar nas Universidades de Harvard e da Pensilvânia, o autor teve, dentre outras, a obra *A história cultural entre práticas e representações* traduzida para o português em 1988. A referência a este livro é necessária porque o mesmo apresenta a matriz teórica que vem regendo a produção intelectual contemporânea de Roger Chartier. Também é preciso salientar que as reflexões sobre a História Cultural enquanto campo de conhecimento, que embasam esta obra, foram inovadoras para a época e abriram novas possibilidades de estudos no campo da história e nas formas de se ler e escrever textos historiográficos.

A articulação entre *A história cultural entre práticas e representações* e as pesquisas mais recentes desenvolvidas por Chartier, que versam sobre temas que vão desde as relações entre escritores e leitores no Antigo Regime até os desafios da escrita da História, reside na assertiva de que, para este historiador, é necessário compreender o modo pelo qual se estabelecem vínculos entre a leitura e a compreensão dos textos com as condições técnicas e sociais em que esses textos são publicados, editados e recepcionados. Por exemplo, *A história ou a leitura do tempo*, breve obra publicada recentemente, ilustra bem esses vínculos entre as fases de maturação do pensamento de Chartier quando o autor afirma que uma história cultural renovada deve acatar o desafio de compreender “a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita” (CHARTIER 2009, p. 43) a partir dos usos e significados que são atribuídos aos textos.

206

Essas reflexões gerais sobre as propostas de Roger Chartier são necessárias para a contextualização do autor de *As origens culturais da Revolução Francesa*, obra publicada no Brasil em 2009. Na introdução da obra, Chartier se indaga por que escrever um livro que já existe, fazendo referência a um estudo escrito na década de 30 do século XX, intitulado *Les orígenes intellectuelles de la révolution française*, de Daniel Mornet. A questão é que, tanto o conhecimento acumulado em torno do tema da Revolução Francesa se transformou ao longo do século XX, bem como é possível, para os estudiosos da história, a abordagem de temas clássicos da historiografia por meio do levantamento de novas problemáticas.

No primeiro capítulo “Iluminismo e Revolução; Revolução e Iluminismo”, Chartier discute o que seriam, para Mornet, as causas da Revolução. O autor, assim, esquematiza as conclusões de Mornet que embasam, de forma geral, as concepções historiográficas tradicionais sobre a Revolução Francesa: 1) as ideias iluministas circulavam hierarquicamente das elites para a burguesia, daí para a pequena burguesia e, por fim, para o povo. 2) a difusão das ideias iluministas aconteceu do Centro de Paris para a periferia da França. 3) o Iluminismo foi uma peça-chave para o desmonte do Absolutismo. Chartier elabora sua tese invertendo os postulados de Mornet: não foi o Iluminismo que inventou a Revolução Francesa, mas os desdobramentos da Revolução que legitimaram o Iluminismo.

Nesse sentido, o significado teórico do termo origem, que aparece no título da obra de Chartier ainda continua nebuloso para o leitor. Acredito que o conceito-chave que é a todo momento evocado no estudo do historiador francês

ecoa no mesmo diapasão das reflexões formuladas por Walter Benjamin em *A origem do drama barroco alemão*. Segundo Benjamin, a ideia de origem possui uma dimensão dialética e crítica na medida em que:

[...] apesar de ser uma categoria totalmente histórica, não tem nada que ver com a gênese. O termo *origem* não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção. A origem se localiza no fluxo do vir a ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese. O originário não se encontra nunca no mundo dos fatos brutos e manifestos, e seu ritmo só se revela a uma visão dupla, que o reconhece, por um lado, como restauração e reprodução, e por outro lado, e por isso mesmo, como incompleto e inacabado. Em cada fenômeno de origem se determina a forma com a qual uma ideia se confronta com o mundo histórico, até que ela atinja a plenitude na totalidade de sua história. A origem, portanto, não se destaca dos fatos, mas se relaciona com sua pré e pós-história (BENJAMIN 1984, p. 67-68, grifo no original).

Por esse viés, a noção de origem não é utilizada como uma fonte na qual a explicação de todos os fatos possa ser encontrada. O significado atribuído por Benjamin ao termo é o de um fenômeno entranhado de várias temporalidades históricas. Assim sendo, a origem não carrega em si a gênese das coisas, mas se constitui enquanto uma formação que perturba a normalidade do curso das práticas humanas e faz ressurgir antigas questões esquecidas e silenciadas. Por esse prisma, o conceito de origem é dialético porque sua forma é a de uma imagem sempre aberta, sempre inacabada. Essa é a concepção de origem da qual partilha Chartier, embora não faça menções diretas a Benjamin em nenhum momento de *As origens culturais da Revolução Francesa*.

No segundo capítulo, "A esfera pública e a opinião pública", Chartier discute como a esfera pública era constituída por um espaço no qual havia um intercâmbio de ideias políticas que estavam distantes de serem controladas pelo Estado. Assim, a esfera pública, seguindo os rastros do pensamento de Harbemas, era um espaço de sociabilidade burguesa. Neste espaço, a nobreza e, tampouco, o povo tinham presença e as diferenças entre os indivíduos que se faziam presentes eram ressaltadas por meio dos posicionamentos e argumentos críticos que estes apresentavam para o debate e não por meio de uma estratificação social que favorecia uma linhagem ou títulos de nobreza. Simplificando, Chartier fala em esfera pública se referindo aos debates que aconteciam em salões, cafés, clubes e periódicos que eram usados como lócus para discussões, entre as camadas sociais emergentes, de crítica estética sem a intromissão das autoridades tradicionais nessas conversas.

Dentro dessa discussão, é preciso recorrer ao texto clássico "O que é o Iluminismo?" (2004), de Kant, para a elucidação de como o conceito de razão foi estreitamente interligado com a noção de Iluminismo. Kant sugeriu que a liberdade, enquanto vocação humana, só poderia ser exercida quando o indivíduo conseguisse pensar por si próprio. A razão concebida dessa forma possuía uma dimensão pública e privada. O uso privado da razão, por exemplo, por oficiais do Exército ou líderes religiosos, não anulava o uso público da razão porque

este era embasado no interesse comunitário. Com base no pensamento de Kant, essas duas esferas autônomas do pensamento crítico não preocupavam o Estado absolutista, que mantinha a ordem vigente através da distribuição de cargos públicos e de *status*. Porém, para Kant, o uso individual da razão só atingiria sua plenitude quando os cidadãos pudessem registrar, através da escrita, suas críticas ao poder vigente.

No capítulo "O caminho de imprimir", Chartier discorre sobre as tensões entre os interesses dos parlamentares e do público leitor, que resvalavam, por sua vez, no mercado editorial francês. Usando os testemunhos de Malesherbes, diretor do comércio livreiro e de Diderot, coautor da *Encyclopédie*, Chartier analisa como a opinião desses homens letrados, que defendiam a livre circulação de livros, libelos e periódicos – mesmo que não apresentassem teor crítico em relação à configuração política da época – esbarravam nas práticas de censura e policiamento que eram impostas pelo poder real.

O título "Será que os livros fazem revoluções?", do quarto capítulo, possui uma fina entonação irônica. Fatores como o aumento de leitores – na França pré-revolucionária –, mesmo entre representantes das classes populares, e as diversas formas de negociação dos livros, como o aluguel até por hora dos exemplares, adotadas pelos livreiros, não implicava diretamente, para Chartier, em um anseio coletivo revolucionário. Nesse ponto da obra, o autor levanta uma série de críticas ao historiador norte-americano Robert Darnton, reconhecido também como pesquisador da cultura impressa no Antigo Regime.

208

Em *Boemia literária e Revolução*, Darnton é categórico ao afirmar que o filão de escritores de libelos inflamados e da baixa literatura erótica – a canalha literária, como os denominou, horrorizado, Voltaire – que abordavam, em seus escritos, temas escandalosos envolvendo a nobreza foram mais decisivos para disseminar o descontentamento político entre a plebe do que os iluministas na França pré-revolucionária. De acordo com Chartier, essa perspectiva está equivocada porque tanto a escrita da boemia literária quanto dos *philosophes* saciaram a fome de leitura de toda uma geração ávida por ter acesso a temas proibidos, transgressores e irreverentes. Isso significa que a leitura de livros taxados de crônicas escandalosas, e mesmo os da alta filosofia, que habitavam lado a lado os depósitos da Bastilha e as listas de pedidos dos livreiros, caracterizados pela construção de narrativas contestadoras e desrespeitosas das hierarquias estabelecidas, não incutiam, nas mentalidades dos leitores, o desejo de derrubar a ordem vigente.

No quinto capítulo, "Descristianização e secularização", o autor busca elucidar como o fenômeno cultural da descristianização, ou seja, da falta de crédito das prédicas e dos dogmas morais e religiosos ensinados pela Igreja Católica, vinha sendo gestado entre a população francesa desde o século XVII e que, portanto, não se trata de um advento que eclodiu no final do século XVIII por meio da adesão em massa dos franceses aos ensinamentos e tratados anticlericais contidos nos escritos iluministas. Para o autor, com base nas ideias de Jean Delumeau, é preciso, inclusive, relativizar a ideia de que houve sempre uma França plenamente cristianizada.

De acordo com Chartier, embora as elites tradicionais prezassem em deixar boa parte das suas fortunas para o pagamento das indulgências, entre as camadas médias e populares essa prática não era seguida com frequência. Com a postura radical adotada pela Igreja durante a Contrarreforma, a impopularidade dos dogmas católicos, sobretudo aqueles ligados aos ideais de uma vida ascética – ligados à defesa das relações matrimoniais apenas como finalidade para a procriação – causou uma série de práticas e mudanças no comportamento sexual dos casais que romperam com a cartilha que era pregada nas missas.

No capítulo “Um rei dessacralizado”, Chartier traça uma discussão sofisticada sobre os principais fatores que culminaram no rompimento da crença na autoridade sacramental do rei por parte dos súditos franceses. É interessante perceber como, até no período pré-revolucionário, os documentos enviados pelos franceses ao rei para serem apresentados em Assembleia Geral, permaneciam margeados por uma retórica que afirmava o caráter paternal e justo do monarca, que deveria proteger os súditos das extorsões e abusos de poder do clero e dos nobres. Como compreender, então, a proliferação de impressos que construíam a imagem de um rei ridículo, imoral e suíno e a execução pública do soberano durante os desfechos da Revolução?

Chartier elenca como uma das principais causas do fenômeno da dessacralização do rei o abuso de autoridade real que era exercido por meio da força policial, em meados do século XVIII. Como exemplo, o autor cita que os oficiais de polícia, para cumprir um decreto real que determinava a remoção e prisão dos mendigos e vagabundos parisienses, acabaram prendendo crianças e pré-adolescentes filhos de mercadores, artesãos e trabalhadores. Como resposta, os súditos propagaram rumores sobre um rei que era escravo de prazeres devassos e envolvido em práticas macabras como o assassinato dos jovens capturados pela polícia.

No capítulo “Uma nova política cultural”, o autor faz uma referência ao estudo de Peter Burke sobre a cultura popular durante o alvorecer da modernidade. Na esteira do pensamento de Burke, Chartier afirma que houve um crescente interesse, alimentado pela circulação de canções, imagens e libelos contra as autoridades, por parte das camadas populares por assuntos políticos porque as atitudes administrativas, como a cobrança de impostos, por exemplo, afetava diretamente o cotidiano dessas pessoas. Essa politização da cultura popular ocorreu de forma gradativa, em termos de duração, e culminou na adesão das classes subalternas ao movimento que arruinou o absolutismo.

Outra instituição que se expandiu largamente, por toda a França, foi a sociedade maçônica. Chartier elenca como um dos principais atrativos da Maçonaria o fato de que, tal qual nas tavernas, salões ou academias, os indivíduos eram vistos como iguais entre si e diferenciados apenas pelos posicionamentos discursivos que adotavam. Embora de forma limitada, a maçonaria e os salões tinham em comum o fato de estabelecerem um espaço aberto para a prática de uma sociabilidade “democrática”, em um contexto

histórico e político longe de ser democrático. Porém, como Chartier adverte, é necessário ressaltar o caráter elitista dessas instituições. Os indivíduos deveriam ser prósperos, polidos e intelectualizados para que a Ordem também pudesse ser próspera. De modo geral, seja nas tavernas, salões ou nas lojas maçônicas, ao longo do século XVIII, essas formas de sociabilidades que emergiram se colocaram na contramão da ordem que alicerçava o Antigo Regime.

No último capítulo, "As revoluções têm origens culturais?", Chartier traça uma comparação entre a Revolução Inglesa, que aconteceu no século XVII e a Revolução Francesa. Embora seja evidente que cada evento possua suas peculiaridades contextuais, o autor sugere que prevaleceu como eixo comum à noção, em ambos os eventos, de que o ideário puritano inglês e o jansenismo francês infundiram, por meio de prédicas religiosas, mas de forte teor político, um profundo sentimento de desconfiança entre a população no que diz respeito à moralidade das autoridades instituídas.

A conclusão que se pode tirar do estudo de Chartier sobre as origens intelectuais da Revolução Francesa é que um evento como esse, explosivo e sanguinário, que rompeu com uma tradição política absolutista construída por séculos, alicerçada pelos sustentáculos da religião e do Estado e que envolveu, de forma geral, todos os seguimentos sociais da França, teve razões complexas e inseridas em um processo de duração histórica mais longa. Desta forma, Chartier lança mais inquietações do que respostas em torno de um tema historiográfico clássico e induz o leitor à reflexão de que os objetos ligados ao campo da história podem ser sempre revisitados, arejados e redescobertos por novos olhares e problemas lançados pelos historiadores para o passado.

210

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **A origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHARTIER, Roger. **As origens culturais da Revolução Francesa**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e Revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KANT, Immanuel. O que é o Iluminismo? In _____. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2004.

Um historiador combatente: István Jancsó

A fighting historian: István Jancsó

MOREL, Marco; SLEMIAN, Andréa; LIMA, André Nicácio (orgs.). *Um historiador do Brasil*: István Jancsó. São Paulo: HUCITEC, 2010, 400 p.

Denis Bernardes

Professor associado
Universidade Federal de Pernambuco
denisbernardes@uol.com.br
Rua César Loureiro, 40/502 - Casa Forte
52060-350 - Recife - PE
Brasil

Palavras-chave

História intelectual; História política; Brasil.

Keywords

Intellectual history; Political history; Brazil.

211

Enviado em: 6/1/2012
Aprovado em: 4/2/2012

Em boa hora, Marco Morel, Andréa Slemian e André Nicácio Lima tiveram a feliz ideia de realizar este livro, baseado em uma série de sete entrevistas feitas com István Jancsó, entre 10 de abril de 2007 e 22 de janeiro de 2009. Em boa hora pela importância do seu conteúdo e porque, infelizmente, pouco antes do livro vir à luz, István Jancsó faleceu. Das entrevistas resultaram os sete capítulos do livro, acompanhados de uma iconografia. Pelo enunciado dos capítulos, o leitor já pode perceber as *errâncias* que são mais do que espaciais: "Da Europa em guerra ao marxismo em São Paulo", "USP: da efervescência da Maria Antônia ao golpe de 1964", "Na Bahia e Paraíba: fazer história durante a ditadura", "1968, exílio e volta ao Brasil", "Luta clandestina e oposição operária", "Das Comissões de fábrica ao retorno à USP" e "A nação como projeto".

O livro traz, ainda, a bibliografia de István Jancsó e um índice onomástico, das instituições e das obras - úteis e indispensáveis instrumentos de leitura e de pesquisa. Dois textos elaborados por István Jancsó quando participou da Oposição Sindical estão reproduzidos no Anexo: "A questão da unidade da Oposição Sindical" e "Contribuição para um programa de ação sindical unitária".

O interesse e a riqueza deste livro têm várias faces. Amigos, colegas, ex-alunos de István Jancsó, os tantos que ele teve pelos Brasis e por outras terras o lerão para recordar sua figura humana generosa, acolhedora, animadora de tantas vocações e de tantos projetos. Todos que o lerem, porém, aqui encontrarão a vida de um historiador que foi durante muitos anos um *andarilho*, que mergulhou fundo nas lutas, esperanças e desilusões do seu e do nosso tempo, que, como dizem os organizadores deste livro, exerceu o ofício de historiador com encantamento e soube transmitir esse encantamento em seus trabalhos e em suas relações docentes. Para a história política e intelectual do Brasil, este livro traz um material precioso sobre como foi viver, ensinar, produzir, ter militância política sob a ditadura, para quem estava contra ela e lutou para derrubá-la. As teias de sociabilidade e de solidariedade então tecidas, a ameaça sempre presente da prisão, da tortura, de ser denunciado por alguém que, humanamente, não resistisse ao saber e ao ofício dos torturadores. Destaco duas situações que expressam o quanto a ditadura criou uma anormalidade cotidiana que levava a atos e comportamentos abjetos, colocando a todos sob um clima de arbítrio carregado, evidentemente, de grande tensão. A primeira foi o encontro, na prisão, de um ex-colega do curso secundário, na função de auxiliar do delegado Antônio Fleury, o torturador herói da ditadura e do empresariado brasileiro. A segunda foi a denúncia feita por estudantes de um dos cursos do professor István Jancsó, de que um policial infiltrado estava gravando suas aulas.

Fernando Novais, amigo de longa data, denominou István Jancsó de "*um historiador 'húngaro-brasileiro-paulista-baiano', tudo ao mesmo tempo*" (MOREL, SLEMIAN e LIMA 2010, p. 10, grifos nossos). Já temos nessa denominação uma ideia dos percursos de vida e das identidades. Lembramos, ao pensar nos percursos de István Jancsó, o título do poema de Ascenço Ferreira: *Oropa, França e Bahia*. Percursos que, em uma existência de 72 anos, tiveram início com seu nascimento na Hungria, em 1938, às vésperas da Segunda Guerra

Mundial e se encerraram com sua morte em São Paulo, em 2010. Entre as duas datas um resumido registro de sua trajetória inclui uma passagem com seu pai, sua mãe e um irmão por um campo de refugiados gerido por ingleses (1945-1948); a vinda para São Paulo, a escolaridade em português, sem perder as raízes culturais húngaras; o escotismo, os estudos secundários, as muitas leituras em português e húngaro, nesta última língua a leitura dos clássicos gregos e latinos e de François Villon, objeto de um verdadeiro fascínio; a entrada na Real Aerovias, como comissário de bordo, uma forma, - carregada do charme da aventura e da modernidade - de conhecer o Brasil; a descoberta da política e do marxismo; a escolha da história com a entrada na USP como estudante e depois como instrutor na cadeira de Eduardo d'Oliveira França, onde conviveu com Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota; as aulas de Sérgio Buarque de Holanda; o ensino na PUC-SP; o convite (naturalmente recusado) feito por um agente da CIA para ser um bem remunerado informante sobre o que se passava na USP; a ida para Salvador como professor de Introdução aos Estudos Históricos, abandonando então uma promissora carreira na USP, para ir conhecer o Nordeste (uma loucura, disse Fernando Novais, expressando o pensamento dos mais próximos); a passageira filiação à Ação Popular, a questão da proletarização dos militantes de esquerda oriundos da classe média; a passagem por Cabedelo, na Paraíba, com estudantes da PUC, para realizar uma pesquisa socioeconômica, convidado pelo pároco local, quando da emocionante *première* de *Morte e Vida Severina*, de Chico Buarque; o exílio em Paris; o ensino em Nantes; a participação no Seminário sobre a História Quantitativa do Brasil (Paris, 1972); a volta ao Brasil, via Rio de Janeiro; a ida ao Rio Grande do Sul, em uma semiclandestinidade, a prisão, a transferência para o Rio de Janeiro, como preso político, quando foi submetido a torturas, que o deixaram parcialmente surdo para o resto da vida; a volta a São Paulo como militante político, quando se tornou amigo de Santo Dias, o militante operário morto pela polícia em uma manifestação frente a uma fábrica; a experiência como executivo, na área de recursos humanos, de uma multinacional alemã, em São Paulo, a MWM; a volta à USP, mediante concurso público; a docência, a coordenação do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica; a direção do Instituto de Estudos Brasileiros; a coordenação do Projeto Temático Brasil: Formação do Estado e da Nação; a criação da revista eletrônica *Almanack Brasiliense* e a grande aventura final de dirigir o Projeto Brasileira USP, incorporando a Biblioteca Guita e José Mindlin. Percurso de uma evidente diversidade e riqueza, com vivências que estão narradas em detalhes ora pitorescos, ora dramáticos, mas sempre com uma grande acuidade intelectual e uma especial inteireza moral.

Ao reler este livro especial em nossa bibliografia histórica e biográfica – pois se trata ao mesmo tempo de um livro de história e de uma biografia, de uma vida na história –, fiz mais de quatro páginas de notas sobre cada um dos assuntos, acontecimentos, pessoas, situações que estão presentes ao longo das lembranças que István Jancsó ia evocando a partir das perguntas dos organizadores do livro. Lembranças que incluem a descoberta do mundo por um garoto filho de um oficial do Real Exército Húngaro, em uma situação de

perda de status e de propriedades pela chegada dos comunistas ao poder, arrancado de seu meio social e cultural para viver em outro país, com língua e cultura estranhas, passando por um profundo mergulho na vida política sob a ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964 e pelas rigorosas exigências do exercício do ofício do historiador.

As descobertas intelectuais feitas por István Jancsó foram pontuadas por leituras que a memória registrou e que, por vezes, estão associadas a professores e professoras em diversas fases da vida. Neste, como em muitos outros aspectos, este livro é também uma fonte de pesquisa. Nessas lembranças estão presentes leituras de: Karl May, ainda na longínqua infância na Hungria; de *Um dia na vida de Brasilino* – uma espécie de ABC do nacionalismo de esquerda, no pré-64 – indicado por um médico comunista, pai de uma amiga da adolescência; de Johan Huizinga (*O outono da Idade Média*) e de Karl Marx (*O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*), ambos por indicação de Fernando Novais; de Jean Paul Sartre (*Questão de método*); de Lukács (*História e consciência de classe*); de Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*); de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*); de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, de Pedro Calmon, de Pierre Vilar, de Lênin, dos austromarxistas, de Lucien Goldmann, de Eric Hobsbawm, de Wright Mills, de Albert Soboul; de Frédéric Mauro, dos Annales e a descoberta da história quantitativa; de Nelson Werneck Sodré, sobre quem tinha severas restrições, especialmente ao livro *Formação Histórica do Brasil*, mas posteriormente revistas para outras obras. Para além dessa lista, naturalmente incompleta de professores, de autores e de livros que marcaram a sua formação, estão presentes as amizades acadêmicas e pessoais, evocadas com o olhar do amigo, mas sem louvações descabidas e, mesmo, com notações críticas. E, em muitos casos, houve também desafetos, especialmente para a gente de direita, não por ser de direita, mas quando a posição política vinha acompanhada do oportunismo e mau caráter tão florescentes nos anos da ditadura. Todas essas notações intelectuais e biográficas constituem importante fonte para uma história da vida intelectual no Brasil sob a ditadura, aspecto do qual o livro é pleno de informações. Estão presentes a USP dos anos 1960-1965, os anos gloriosos da Maria Antônia, já quase um tempo mítico e a USP do AI5. Em boa parte do livro, encontram-se importantes notações para a história de dois momentos da sociabilidade intelectual e acadêmica no Brasil, antes e depois do golpe civil-militar de 1964. Em outras palavras, como era viver, ensinar, produzir antes e depois de 1964. Para os anos da ditadura, a estada na Bahia, a inserção em uma nova realidade, os ritos de passagens para ser aceito na sociedade baiana (o registro de um almoço no solar de Wanderley Pinho, descrito como um teste feito por um refinado intelectual do velho senhoriato baiano, é uma das melhores páginas do livro); a montagem dos cursos de Introdução à História, o convite/desconvite feito ao historiador francês Albert Soboul para proferir conferências, depois canceladas por causa de sua condição de membro do Partido Comunista Francês; a montagem do Planejamento no Governo do Estado da Bahia; a descoberta de uma preciosa documentação operária, em

um sótão de antigo solar senhorial, transformado em marcenaria, documentação depois perdida pelo próprio Arquivo Público da Bahia, assim como o achado e salvamento da documentação da Alfândega da Bahia, quando Antônio Carlos Magalhães mandou incendiar e demolir o Mercado Modelo; os contatos com Kátia Mattoso e seu grupo, a relação com Dom Timóteo Amoroso Anastácio, abade do mosteiro de São Bento e com padres franceses, espanhóis e italianos, estes últimos, jesuítas nucleados em torno da revista *CEAS*, são outros tantos aspectos da trajetória de vida de István Jancsó, que podemos conhecer com este livro.

Uma das partes mais fascinantes do livro é o relato da luta política, quando István Jancsó retoma os contatos com operários em São Paulo e participa da Oposição Sindical e da criação da chamada *Articulação*, onde encontra gente como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Plínio de Arruda Sampaio, Perseu Abramo, José Serra, Francisco de Oliveira, Roberto Gusmão, Vinícius Caldeira Brant, e Santo Dias. As conversações então realizadas visavam à montagem de um Partido Socialista, mas não foi o que ocorreu. Uns foram fundar o PMDB, outros o PT, e outros decidiram não ter filiação partidária, como foi o caso do próprio István Jancsó. Foi um momento especial do fazer política no Brasil, realizando a tão desejada união entre intelectuais e trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores surgiu nesse momento, fruto das novas condições da vida política que o processo de liquidação da ditadura proporcionou.

Além de todos os elementos do vivido em sua concretude de atos e gestos, ao longo de quase todo o livro está presente uma constante preocupação teórica sobre a história e sobre o ofício do historiador. Já desde o momento em que abandonou seu emprego na Real Aerovias e recusou ser o herdeiro de um consultório odontológico para fazer o vestibular de história, essa escolha foi mais profunda que apenas a escolha de uma profissão: "*Quando minha mãe tocou nesse assunto eu disse: 'mãe, você acha que eu vou passar o resto da vida olhando o dente, a boca dos outros?'. Eu disse: 'eu quero ver a vida'. E a vida é ver História, ver Literatura, a vida é isso*" (MOREL, SLEMIAN e LIMA 2010, p. 45, grifos nossos). Dois depoimentos mais, entre muitos outros, darão ao leitor a dimensão dessa escolha:

Talvez a síntese mais perfeita que eu ouvi desta coisa que estou querendo dizer é o título de um livro de Chico de Oliveira, que é a Elegia para uma re(li)gião. Ele faz um jogo de palavras que é magnífico e que mostra essa coisa... Naquela época – eu falo por mim e por algumas pessoas, outros depois não –, não era só uma questão de crítica científica. Era uma coisa visceral. O conhecimento tinha a ver com a vida da gente; e a vida da gente não era a biografia da gente, era a vida da gente, o país, a nação, essas coisas... (MOREL, SLEMIAN e LIMA 2010, p. 70-71).

Isso de ensino na formação teórica era uma das vertentes da minha relação com a historiografia. A outra era o trabalho massivo com a documentação. A história do movimento operário na Bahia era uma novidade também para mim. Foi quando eu aprendi a ir ao arquivo, a organizar documentação, sempre muito atento para a dimensão instrumental. Também minha experiência com o computador. Então, essa coisa de historiador é, para mim, um ofício com toda a sua complexidade envolvida, e sempre nessa

ótica da responsabilidade (responsabilidade parece papo da JUC), essa dimensão cidadã, libertária, que é constitutiva do ofício, sem a qual ele não tem nenhum sentido (MOREL, SLEMIAN e LIMA 2010, p. 172).

O último capítulo, "A nação como projeto" é um texto tão rico que pode ser objeto de um seminário acadêmico, pelas questões que suscita, pelos impasses que aponta, pelo que sugere como temas de investigação. O livro termina com a fala de István Jancsó sobre a Biblioteca Brasileira, ou seja, o projeto de reunir, guardando as respectivas características, a Biblioteca Guita e José Mindlin e a Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros. Foi o grande projeto final de sua vida, que não chegou a ver concluído, mas que terá para sempre sua marca. Projeto que o tomou por inteiro, no qual pôde viver sua paixão pelos livros e por sua democratização através da digitalização e difusão de obras que, por mais preservadas e conservadas que fossem, permaneceriam sempre tendo o seu acesso e desfrute como privilégio de poucos.

Podemos dizer que em todos os seus combates, em seus conflitos, em suas escolhas, em seus engajamentos políticos e intelectuais, István Jancsó realizou aquilo que era o fio condutor do comportamento aristocrático aprendido do pai, quando este, discordando da opção política do filho, disse: "*Não é o que gostaria que fosse, mas se for, faça com honra*" (MOREL, SLEMIAN e LIMA 2010, p. 92, grifos nossos).

Em livros desta natureza, um apaixonado relato de uma vida, sob o olhar e o sentimento de um sujeito singular, muitas outras lembranças de outros sujeitos igualmente partícipes dos acontecimentos narrados podem trazer retificações, discordâncias, complementações. Não cabe aqui fazê-las, mas, gostaria de assinalar que István Jancsó, ao falar da recepção da história quantitativa no Brasil, deixou de mencionar o trabalho de Gadiel Perruci, que, no Recife, fez pesquisa nessa direção e teve sua tese de doutorado orientada por Frédéric Mauro. Quanto aos aspectos editoriais, o livro teria ganhado em ser acompanhado de mais notas, algumas delas biográficas, outras com uma mais completa identificação de algumas obras citadas, e de uma cronologia ou datação de alguns acontecimentos e eventos. Por exemplo, a data da defesa da livre-docência na Universidade Federal Fluminense. Creio, ainda, que a afirmação feita por István Jancsó de que foi J. Borges quem ilustrou a capa da revista *Proposta* é um equívoco. Como se pode ver na reprodução da mesma, publicada na iconografia do livro, o ilustrador foi JCL (José Costa Leite).

Ao organizarem este livro, Marco Morel, Andréa Slemian e José Nicácio Lima deram uma grande contribuição à historiografia brasileira, ao registrarem o fazer história como ofício de vida de um historiador combatente, para quem as exigências do rigor teórico e da solidez documental não podiam ser dissociadas de uma *dimensão cidadã, libertária, que é constitutiva do ofício, sem a qual ele não tem nenhum sentido*.

Por fim, o que se pode desejar é que este livro seja lido por um amplo público e, especialmente, pelos estudantes de graduação e de pós-graduação em história, *a moçada*, como diria István Jancsó.

Reflexões sobre história e historiografia

Reflections on history and historiography

BASTOS, Lúcia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, 340 p.

Marcelo Balaban

Professor adjunto
Universidade de Brasília
marcelo_balaban@uol.com.br
Cond. Prive Residencial Mônaco, q. 13, casa 02
71680-601 – Brasília - DF
Brasil

Palavras-chave

Brasil; História; Historiografia.

Keywords

Brazil; History; Historiography.

217

Enviado em: 22/12/2011
Aprovado em: 25/1/2012

Em 1882 Machado de Assis publicou *Papeis Avulsos*. Na "Advertência" que abre o livro, procura explicar o título e os motivos de juntar em um único volume aqueles contos. Contrariando a primeira impressão, "que parece negar ao livro certa unidade", induzindo o leitor imaginar que "o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder", o bruxo do Cosme Velho logo se explica: "A verdade é essa, sem ser bem essa". Os "papéis" ali reunidos, apesar de "avulsos", não foram escolhidos ao acaso: "São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa" (ASSIS 1882). Coletâneas acadêmicas apresentam dilemas semelhantes. São formadas por "papéis avulsos", fruto de pesquisas e autores distintos, que não foram pensados originalmente para "sentar à mesma mesa".

Sendo assim, avaliar individualmente cada texto é apenas parte da tarefa de comentar este tipo de obra. Importa, antes de mais nada, analisar as razões e os sentidos que os fizeram integrar um único volume, inquirir sobre o que justifica os capítulos figurarem lado a lado de modo a formar um livro e não um amontoado de artigos. E eis a tarefa do resenhista: refletir sobre os elementos que conferem coesão a este Estudos de historiografia brasileira, organizado por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo.

O livro é iniciado com uma curta e elucidativa apresentação, na qual as organizadoras expõem seus objetivos. Informam ao leitor que o conjunto de textos resultou do I Seminário Nacional de História da Historiografia, ocorrido em outubro de 2008, no IFCH/UERJ. O evento procurou reunir estudiosos interessados em fazer da historiografia seu campo de estudos. Publicado em 2011, ou seja, pouco mais de dois anos após o seminário, o volume concentra "uma parte das reflexões" (NEVES et al. 2011, p. 9) então apresentadas e debatidas, muito embora, como as organizadoras fazem questão de ressaltar, a obra tenha se beneficiado "do clima de diálogo e de troca intelectual generosa" que deu o tom do seminário. Assim, é parte das intenções das organizadoras apresentar um conjunto amplo de preocupações a respeito do tema proposto, com finalidades bem delineadas: "interrogar a historiografia brasileira como campo de estudos" (NEVES et al. 2011, p. 8).

Mas o que significa exatamente tomar a historiografia como "campo de estudos"? Ou, em outras palavras, como os pesquisadores reunidos neste volume entenderam e enfrentaram tal questão? Os comentários que seguem buscam problematizar algumas das respostas oferecidas pelas organizadoras e autores do livro, e, assim, seguindo o espírito de colaboração intelectual que grassou no seminário que lhe deu origem, tentar contribuir com o debate encaminhando um outro conjunto de reflexões que podem ser sintetizadas em algumas perguntas: quais são, ou podem ser, as vantagens de se fazer a história da historiografia? Se os historiadores, no seu incessante ofício de investigar o passado, sempre dialogam com os trabalhos que o precederam, ou seja,

sempre fazem, de uma forma ou de outra, história e crítica da historiografia, o que justifica ou diferencia uma perspectiva de estudos voltada especificamente para a historiografia? No caso deste livro, sua coesão não se dá apenas pela "obrigação do pai", ou pelo convite das organizadoras. Trata-se de uma obra coletiva, que pode ser lida como o encaminhamento de questões e preocupações de uma área em formação.

A melhor maneira de organizar o comentário é seguir a lógica da obra, que está dividida em cinco partes, cada qual dedicada a um aspecto da questão maior que procuram enfrentar. Na parte I, intitulada "Horizontes de investigação", temos capítulos que de certo modo procuram dar conta do "estado da arte" do campo que se pretende consolidar, bem como esboçar algumas reflexões teóricas centradas na noção de "experiência hermenêutica", o que aponta uma preocupação com a natureza do fazer historiográfico. Como deixam claro pelo título, os textos dessa parte estão antes focados em apresentar bons questionamentos, levantar possibilidades de investigação e algumas das preocupações basilares que norteiam os "estudos de historiografia brasileira".¹

Os autores revelam interesses comuns sobre os sentidos e contornos da historiografia. Isso é válido tanto para o modo como o termo evoluiu no Brasil ao longo do tempo, como no que diz respeito a um *approach* mais teórico. Nessa parte, emergem duas possíveis abordagens para a palavra historiografia. Refiro-me, de um lado, às preocupações mais propriamente teóricas, ligadas aos limites e sentidos do fazer historiográfico, voltadas para enfrentar o desafio de investigar o significado do trabalho do historiador, dissecar-lhe sentidos, de sorte que estudar historiografia consiste em desenvolver exercícios de investigação centrados nos modos de escrever a história, interessados em buscar, no texto dos historiadores, elementos capazes de defini-los em sua relação com seu próprio tempo. Trata-se, em suma, de um tipo de história intelectual que visa a aprofundar especificamente o entendimento do que vem a ser o fazer historiográfico.

Dessa feita, um sentido para as pesquisas que fazem da historiografia seu objeto e objetivo de estudo seria o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a teoria; ou seja, não seriam necessariamente trabalhos centrados em estudos *sobre* o Brasil, mas nas pesquisas produzidas *no* Brasil – com seus referenciais e suas escolhas teóricas. O outro sentido aponta para um caminho distinto, mas não conflitante. Estudar historiografia seria observar como e porque se produziu história no Brasil, que métodos e quais preocupações orientaram os textos de história produzidos no Brasil sobre o Brasil. Em uma palavra, trata-se de fazer do texto de história o documento do historiador. Unindo uma e outra perspectiva, temos que uma forte vocação teórica é um elemento nodal da compreensão desses autores dos estudos de historiografia, e o que

¹ Os três capítulos dessa parte são, respectivamente: "Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões", de Lucia Maria Paschoal Guimarães, "História e Hermenêutica: uma questão de método?", de Guilherme Pereira das Neves e "Entre as madalenas de Proust e o riso sob o guarda-chuva de Bataille: breve reflexão sobre a relação entre história e hermenêutica", de Verena Alberti.

articula as pesquisas assim qualificadas é a preocupação compartilhada em desvendar sentidos da própria disciplina que, longe de serem unívocos, oferecem um campo de investigação amplo e em constante transformação. Ei-las aí sentadas familiarmente em torno da mesma mesa, como queria Machado.

As demais partes do livro não desmentem essa premissa. De certo modo, parecem querer qualificá-la, apontando algumas de suas possibilidades, potencialidades, problemas e desdobramentos. Na parte II, chamada "Fundações da História do Brasil", a atenção é voltada para os que podem ser considerados os pais (e respectivos berços) fundadores: Cairu, Varnhagen, Capistrano de Abreu e o IHGB. Os quatro capítulos,² cada um à sua maneira, têm em comum a preocupação de fazer do trabalho dos historiadores uma fonte para a produção do conhecimento histórico. Partindo da premissa de que eram produções datadas, feitas em um tempo e em um lugar precisos, seus autores concebem os textos de história como "documentos históricos". Nesse sentido, buscam investigar a lógica própria de cada autor, texto ou instituição em suas temporalidades próprias, de modo a desvendar os sentidos da produção historiográfica brasileira dos oitocentos como um dos caminhos para a análise do processo de formação da nação, de um lado, e da formação da historiografia brasileira, de outro.

Os estudos reunidos nesta parte, naturalmente, pretendem enfrentar algumas questões: o que era ser historiador no Brasil imperial? Quem, como, por que e onde se fazia história naquele período? Tais questionamentos, que antes devem ser entendidos como grandes orientações, apontam para lugares interessantes de reflexão. Além de ressaltarem a centralidade da política no fazer historiográfico dos oitocentos, mostram a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a noção de ciência e cientificidade, um dos elementos organizadores e legitimadores de tais obras historiográficas, de modo a permitirem um conhecimento cada vez mais complexo do documento analisado. Estudar aqueles autores e instituições, nesse sentido, constitui um esforço de recuperação dos termos do debate coevo para, somente então, poder desvendar-lhes os sentidos mais gerais. Em suma, trata-se de dedicar ao texto de história o mesmo tipo de tratamento consagrado a outras fontes: primeiro estudar sua condição de produção, sua razão primeira de ser, as interlocuções que propõe, seus sentidos e finalidades primordiais para, a partir de então, aprender algo com ela. Uma nova questão se impõe: o que podemos aprender com essas fontes que nasceram como ensaios de interpretação do passado?

Os textos dessa parte revelam muitas possibilidades. Demonstram, de modo convincente, que o procedimento por eles adotado pode render frutos saborosos e contribuir de modo consistente para a historiografia do Brasil imperial. No entanto, resta ainda um gostinho de "quero mais". No Brasil do século XIX, a história invadia domínios não contemplados pelos autores. Integrava a literatura, adentrava as páginas de jornais e revistas, invadia a Assembleia Geral. Era utilizada para

² Os capítulos que compõem essa parte são, respectivamente: "Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830)", de Valdeci Lopes de Araujo, "Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos", de Temistocles Cezar, "Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen", de Fernando Amed e "Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo", de Francisco José Calazans Falcon.

engrossar e dar legitimidade a argumentos políticos, como foi o caso do uso que Ganganelli, pseudônimo de Saldanha Marinho, fez da história em sua longa e alentada série de artigos intitulada "A Igreja e o Estado",³ sobre as pendengas envolvendo o Estado imperial, a igreja católica e a maçonaria, no que ficou conhecido como questão dos bispos, ou questão religiosa. Ou ainda nas eruditas notas de pé de página que autores como José de Alencar inseriam em seus romances. Tratava-se, em grande medida, de grandes temas, como nação e ciência, mas também se falava da lógica política e social daquele mundo. Em suma, tinha sentidos e usos que iam além dos lugares e autores contemplados nos capítulos. Essas reflexões apontam para méritos e limites dos capítulos que compõem essa parte. Se de sua leitura depreende-se que conhecemos ainda muito pouco sobre a historiografia do Brasil do século XIX, também aprendemos que o estudo sistemático dessas fontes pode revelar aspectos importantes da história intelectual, política e, por que não, social do Brasil imperial.

As três partes seguintes estão organizadas a partir de temas clássicos: identidade, memória e biografia. A sugestão parece inequívoca. Procuram apresentar as possibilidades abertas pelo campo em formação para contribuir com os debates em torno de eixos já consolidados do fazer historiográfico no Brasil e alhures. Ao mesmo tempo, indicam uma preocupação dos estudiosos desse campo em ampliar os interesses, no sentido de trazer temas e abordagens novas para os estudos de historiografia, tradicionalmente mais concentrados em alguns autores e temas clássicos.

O primeiro deles, que organiza a parte III, "Escrita da história e construções identitárias", oferece possibilidades várias de abordagem da problemática nacional.⁴ Da língua à construção de imagens do Nordeste, passando pelo Museu Nacional e pela constituição da Faculdade Fluminense de Filosofia, os capítulos vão mesclando e revelando estudos sobre identidade nacional e regional, bem como lugares e meios variados de enfrentar tais temas politicamente cruciais nos séculos XIX e XX. Como não podia deixar de ser, o que mais chama a atenção nessa parte é justamente a diversidade. Tanto no que diz respeito aos temas, como no que se refere às abordagens.

O debate sobre identidade ganha contornos interessantes. O estudo que abre essa seção, de Ivana Stolze Lima, merece uma observação à parte em razão das intenções e do percurso deste breve comentário. A parte central do argumento da autora procura chamar a atenção para a importância que os "fundadores" da historiografia brasileira" (LIMA 2011, p. 165) dedicaram ao problema da língua nacional, e para o fato de que esse era um elemento recorrente no debate sobre nacionalismo e pela busca da nação nos oitocentos.

³ Os artigos foram primeiramente publicados na imprensa, inicialmente nas páginas do *Jornal do Commercio* e, a partir de setembro de 1874, no *Diário do Rio de Janeiro*. Aos poucos, ganharam a forma de livro, sendo publicados em quatro grossos volumes que saíram ainda no início da década de 1870.

⁴ Os textos que integram essa parte são, respectivamente: "História nacional, língua nacional e o 'povo mesclado e heterogêneo'", de Ivana Stolze Lima, "'Tipos', 'primitivos', 'decadentes': escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional", de Rodrigo Turin, "'Estudos fluminenses': a Faculdade de Filosofia e a identidade regional", de Rui Aniceto Nascimento Fernandes e "Operando o Nordeste: da região que tem um flagelo a ser extirpado no diagnóstico do discurso da seca à região como uma estrutura estagnada no diagnóstico do discurso do planejamento", de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Ao fazê-lo, Lima chama a atenção para aspectos teóricos envolvendo as conexões entre linguística e história social.

Dentre os capítulos do livro, o que levanta tal questão de modo direto é o de Lima. A sugestão da autora é instigante por vários motivos. Primeiramente, porque aponta para uma relação estreita entre a historiografia de modo particular (e outras fontes, de modo mais amplo), e a realidade social e política da qual ela é parte integrante. Sendo assim, uma boa leitura desse tipo peculiar de documento, tão complexo como qualquer outro, não pode prescindir de uma atenta observação da realidade social. Por outro lado, as fontes historiográficas podem ser também utilizadas para desenvolver a análise social e política. Desse modo, a autora abre um conjunto amplo de possibilidade para os estudos de historiografia, apontando para diálogos possíveis no interior do campo que se desenvolve no Brasil. Nesse registro, estudar historiografia, mais do que um meio de compreender a história como disciplina, observando seus sentidos e variações no tempo, pode ser também um caminho para fazer história, no sentido de constituir um meio de encaminhar explicações e análises sobre temas que não digam respeito especificamente aos estudos históricos.

Em seguida, em "Memórias, trajetórias e instituições", aparecem reflexões mais propriamente centradas na formação da historiografia brasileira.⁵ Os capítulos dessa parte buscam historicizar certos lugares consagrados da formação da área no Brasil. Nesse sentido, destacam a trajetória de um dos nomes centrais dessa história, José Honório Rodrigues; abordam a influência francesa na historiografia brasileira por meio do estudo sobre a trajetória de Henri Hauser, analisando tanto sua formação na França de fins do século XIX e primeiras décadas do século passado, como sua influência e participação na formação do curso de história da Universidade do Distrito Federal (UDF) nos anos de 1930; e, finalmente, problematizam o significado dos anos 1930, entendidos como marco político e historiográfico instituído da história política brasileira.

Cada um dos capítulos dessa parte opera no esforço de efetuar uma separação entre a memória e a história da historiografia brasileira. Nesse sentido, em primeiro lugar são estudos que mostram existir certos lugares consolidados a respeito da área no Brasil, que formaram algumas imagens que podem - e devem - ser submetidas a questionamentos sistemáticos. Em suma, defendem o argumento de que as explicações mais consolidadas, ou o cânone historiográfico brasileiro, devem ser objeto de investigação histórica - tanto para que se possa melhor compreender o processo de constituição dessas sínteses, como para reparar possíveis equívocos que elas eventualmente possam carregar. Antes de serem reproduzidas, as obras clássicas da história merecem elas mesmas tratamento histórico, o que reafirma um propósito amplo do livro no qual esses estudos estão inseridos: fazer da historiografia um campo de

⁵ Os capítulos dessa parte são, respectivamente: "A trajetória de Henri Hauser: um elo entre gerações", de Marieta de Moraes Ferreira, "A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira", de Fabio Franzini, e "José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição", de Rebeca Gontijo.

estudos sistemáticos que possibilite rever, reinterpretar e aprofundar o conhecimento sobre os estudos históricos no Brasil.

Chama a atenção, no entanto, a ausência de trabalhos a respeito de tradições historiográficas outras que encontraram no Brasil um terreno fértil. Se as pesquisas apresentadas são convincentes em demonstrar a relevância da abordagem que desenvolvem, por outro lado elas acabam por repor lugares e temas consagrados por essa tradição "clássica", dando por vezes a impressão de que a historiografia brasileira cabe, ou limita-se, à memória por eles analisada. De modo geral essa parece, mais do que uma marca dessa seção, uma característica do livro como um todo. De uma maneira geral, uma ausência sentida ao longo da obra é a de reflexões sobre tendências e debates historiográficos mais recentes, ou sobre temas específicos com tradição já consolidada. Mereceriam atenção, por exemplo, os estudos sobre escravidão no Brasil, ou a respeito do crescimento das cidades e os processos de disciplina e controle social, movimentos sociais e políticos nascidos das classes subalternas – ou mesmo abordagens novas de temas antigos, como a perspectiva "transnacional", e a relação entre cultura e identidade nacional, entre outras possibilidades.

Finalmente, a última parte, chamada "Usos da biografia", concentra três estudos que mesclam relatos de pesquisa com análises sobre a biografia histórica.⁶ Todos eles são capítulos organizados a partir de personagens específicos: Octávio Tarquino de Sousa, D. João VI e Gilda Zamorano Marinho. Aspectos diversos são desenvolvidos nesses textos – desde uma cuidadosa análise sobre a lógica dos estudos biográficos desenvolvidos por Tarquino de Sousa nas décadas de 1930 e 1940, até os desafios atualíssimos de se produzir biografia histórica hoje.

Esses dois últimos capítulos, em especial, além de abordarem uma questão particularmente importante para a historiografia contemporânea - que tem recorrido sistematicamente a pesquisas centradas em personagens, quer sejam nomes destacados ou pessoas comuns -, revestem-se de interesse especial. Ao levantar e discutir os problemas e soluções de pesquisas centradas em um personagem, geram alguns elementos interessantes. Uma biografia histórica, hoje em dia, não segue receita fixa: tanto por ser produzida por razões dessemelhantes, por preocupações de pesquisa distintas, como porque cada personagem oferece um conjunto sempre renovado de desafios. Quer por abundância de fontes, quer pela escassez delas, trata-se de um exercício no qual muitos dos dilemas, e limites, do fazer histórico ganham destaque. Por essa razão, esse é um tipo de estudo que abre caminhos novos de reflexão sobre a historiografia, objetivo do livro em tela. De outro lado, essa é uma tendência forte, que tem crescido nos últimos anos, fenômeno que merece atenção e reflexão. Os textos que finalizam o livro não pretendem esgotar o

⁶ Os trabalhos que compõem essa parte são, respectivamente: "Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquino de Sousa e sua busca por homens históricos", de Marcia de Almeida Gonçalves, "A biografia de d. João VI: implicações teóricas e metodológicas", de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e "Os muitos tempos de Gilda: sobre biografia e estratos do tempo", de Benito Bisso Schmidt.

assunto nem procuram oferecer explicação para esse fenômeno. De algum modo, são testemunho de um processo ainda em curso, tão incerto quanto qualquer outro. Mas apontam o interesse, entre os estudiosos da historiografia, por este aspecto, permitindo perceber que fazer história da historiografia é também um tipo de investigação preocupada com temas e questões do nosso presente.

Para finalizar, cabe mencionar que *Estudos de historiografia brasileira* é um livro desigual, como de resto é a grande maioria das obras coletivas. Formado por “papéis avulsos” dá, por vezes, a impressão de ser composto por “passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria” (ASSIS 1882). Talvez esse seja o destino das coletâneas acadêmicas, ou o grande desafio de todo aquele que se aventure a organizá-las. Afinal, os textos que a compõem receberam tratamentos desiguais, que escapam ao controle dos organizadores. Desta feita, encontramos capítulos com argumentos prontos, figurando ao lado de pesquisas ainda iniciais ou em desenvolvimento. Textos escritos com cuidado e esmero ao lado de outros que dão a impressão de terem sido produzidos de modo um tanto apressado. Tudo isso parece refletir uma tendência atual da academia brasileira, que tem feito da quantidade um valor muitas vezes sobreposto à qualidade, priorizando os números face ao cuidado e ao esforço, necessariamente lento, de pesquisa - tendência que, com certeza, merece a atenção daqueles que fazem da historiografia seu campo de estudo e, talvez, ainda se torne no futuro tema de pesquisa na área.

224

O livro, pelas razões expostas e outras que escapam ao alcance deste breve comentário, é bem vindo. Menos pelos resultados alcançados em trabalhos já finalizados e maduros, e mais pelas questões que levanta em seu conjunto. E esta parece ser, no fim das contas, a intenção principal, alcançada com êxito, das organizadoras e dos autores dos dezessete capítulos que formam o volume. Afinal, sua leitura integral instiga e incomoda, sugere e ensina. Em suma, faz pensar. “O livro está nas mãos do leitor” (ASSIS 1882), como lembrava o velho bruxo, para que ele tenha a oportunidade de concordar ou discordar do resenhista e, sobretudo, tenha a chance de desfrutar de suas páginas para refletir um pouco, com seus autores, sobre a história da historiografia brasileira.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. “Advertência”. **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, 1882. Edição disponível em versão digital em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00209800#page/1/mode/1up>.

LIMA, Ivana Stolze. História nacional, língua nacional e o povo mesclado e heterogêneo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 165-182.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

Frankfurtianos e os limites da razão

Frankfurter and the limits of reason

SOARES, Jorge Coelho. *Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 200 p.

Marco Antonio Perruso

Professor adjunto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
trogao@bol.com.br
Rua Andrade Pertence, 26/803 - Catete
22220-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

Modernidade; Racionalidade; História intelectual

Keywords

Modernity; Rationality; Intellectual history.

225

Enviado em: 4/12/2011
Aprovado em: 4/2/2012

A produção intelectual vinculada à Escola de Frankfurt pode ser considerada um dos maiores empreendimentos já realizados de interpretação crítica do Ocidente moderno e capitalista. Como bem aponta Jorge Coelho Soares ao apresentar o livro por ele organizado, trata-se de um esforço interdisciplinar, envolvendo investigações e reflexões em filosofia, sociologia, economia, história e psicologia (SOARES 2010, p. 7). A influência das obras de seus membros é vastíssima até os dias de hoje, sendo constantemente renovada. Partindo das construções teóricas e analíticas de Marx, Kant, Hegel, Freud e Max Weber, entre outros, os frankfurtianos em grande medida desvendaram os limites, as contradições e as impossibilidades da racionalidade moderna e contemporânea. E o fizeram quase sempre sem deixar de confiar que a crítica dessa racionalidade seria capaz de aperfeiçoá-la ou reconstruí-la. A tensão entre a denúncia das falsas promessas e dos feitos incoerentes da razão moderna, por um lado, e a busca por sua recuperação e sua efetivação “civilizadora” é recorrente na trajetória intelectual e política da Escola de Frankfurt. Sendo assim, a obra ora resenhada, que consiste de uma coletânea de artigos,¹ vem se associar a outras poucas publicadas em português neste novo milênio, a respeito das reflexões e do legado dos frankfurtianos (WIGGERSHAUS 2002; MATOS 2001).

Em “Adorno e a crítica da barbárie: um olhar psicanalítico” Sérgio Paulo Rouanet, talvez o mais importante pensador racionalista brasileiro, aponta que as concepções liberal e marxista do indivíduo moderno foram ultrapassadas pela crítica freudiana que identifica o mal estar da modernidade. O indivíduo, “civilizado” por ser reprimido interna e externamente (como percebido também por Norbert Elias, acrescentemos), torna-se ressentido, portanto, capaz da barbárie.

Rouanet parte dessa formulação de Adorno a fim de pensar a sociedade capitalista em que vivemos. No Ocidente contemporâneo, aquele processo seria exemplificado pelos EUA da Era Bush, onde as manipulações e os ardis promovidos pela mídia alinhada com os republicanos, para angariar o apoio da população à guerra contra o Iraque por meio da estereotipia e da personalização, demonstraram o amálgama entre barbárie e civilização.

Rouanet entende ser possível contrapor-se a esse tipo de fenômeno apostando na educação. Insistindo numa das promessas clássicas do Iluminismo e do racionalismo, o autor indica que a educação seria capaz de habilitar o indivíduo contemporâneo a tomar consciência dos mecanismos envolvidos na dialética civilização-barbárie, tornando-se factível, então, a esperança de alterar as estruturas de nossa sociedade.

Os mesmos EUA da era Bush foram eleitos por Douglas Kellner, “Observações acerca da relevância da Escola de Frankfurt sob a luz da ‘catástrofe Bush’”, como objeto adequado para pensar a pertinência de alguns postulados frankfurtianos. Os cidadãos estadunidenses vinculados às políticas

¹ Não sigo a ordem pela qual os artigos estão dispostos no livro. Faço o percurso a partir de questões que ligam alguns artigos a outros.

e mídias republicanas seriam dotados de personalidades autoritárias, que operam exclusivamente com categorias binárias e são incapazes de pensamento crítico – constituir-se-iam em seres unidimensionais na acepção marcusiana, enfim. A desinformação e o obscurantismo presentes nos EUA contemporâneos evidenciam um enfraquecimento de sua democracia.

Nesse sentido, seria absolutamente efetiva, para o autor, a dialética do Iluminismo na sociedade estadunidense, uma vez que ela promove o oposto da cultura, o inverso da racionalidade. Cabe indagarmos se o caráter extremamente acerbo e feroz dos fundamentalismos cristãos atuais corresponde mesmo a uma irracionalidade produzida de modo simbiótico à promoção da racionalidade da modernidade. Não será possível pensar numa contemporaneidade complexa e permanentemente inconclusa – em relação às promessas iluministas originais – que comporte uma pluralidade de vivências societárias, entre elas um tradicionalismo reacionário que proponha a negação absoluta da própria modernidade?

Já no artigo “Indústria cultural e imaginação estética” de Olgária Chain Féres Matos, uma das mais vigorosas e originais estudiosas da Escola de Frankfurt no Brasil, encontramos uma reflexão sobre a mudança estrutural engendrada pela modernidade em termos da dimensão cultural. Antes transmitida primordialmente por relações familiares e comunitárias, a cultura passa progressivamente a ser fenômeno midiático de massa. Tal mudança trouxe severas perdas existenciais, uma vez que a mídia é apassivadora, evitando a reflexão autônoma dos indivíduos em sociedade. Em oposição, podemos pensar que os eixos familiar e comunitário implicariam no estabelecimento de posturas mais ativas. Dessa maneira, a autora valoriza o que Giddens identifica como relações face-a-face, persistentes na modernidade, mas cada vez mais cerceadas pelo poder midiático.

Ressalta Matos que, a despeito de um oferecimento vasto e plural de mercadorias culturais, a indústria cultural não pode deixar de castrar e evitar a autonomia dos indivíduos em sociedade, razão pela qual é tão forte a tendência de a arte produzida nesses termos se conformar ao pensamento dominante. Por conseguinte, é permanente a tarefa de garantir ou propiciar a autonomia da arte, pois, como a autora pontua a partir de Adorno e Horkheimer, a arte autônoma é pouco afeita ao mercado por conservar atributos pré-capitalistas.

O artigo de Maria de Fátima Vieira Severiano, “‘Lógica do mercado’ e ‘lógica do desejo’: reflexões críticas sobre a sociedade do consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt”, retoma o viés marxista de parte das reflexões frankfurtianas, pontuando a articulação perversa entre consumo – personalizante – e subjetividade – coisificadora – na contemporaneidade, configurando-se enquanto fetichismo. Assim, a exclusão social passa a se fundar não apenas na propriedade, mas também no estilo de vida – este se torna um marcador social relevante (lembramos o destaque que Simmel dá a tal fenômeno). Para a autora, a atual sociedade

de consumo segmentado chega a inverter a ética capitalista clássica, centrada no cálculo e na poupança como descrita por Weber: consome-se muito além do necessário – e aqui é impossível não nos remetermos à interpretação pioneira de Sombart nessa direção (VILLAS-BOAS 2001).

Ainda segundo a autora, para a efetivação do hedonismo intrínseco ao consumismo concorre a publicidade, meio midiático, extrafamiliar, de educação do desejo. Os objetos do consumo passam a ser desejados pelo que simbolizam, não por sua utilidade. A mercadoria, então, como que se desmaterializa. O que importa é o significado, a marca, a variedade, a constante substituição propiciada pela obsolescência deliberada. A alienação como que se desdobra. As fronteiras entre economia e cultura se esmaecem, para dizer o mínimo. Toda essa trama propicia uma identificação entre lógica do desejo e lógica do mercado, a qual implica no desmoronamento da capacidade de interagir com a realidade – já que os indivíduos estão fascinados diante de objetos-engodo – e com o mundo social – face ao enfraquecimento de vínculos estabelecidos (autônoma ou criticamente) com outrem.

Podemos relacionar o que acabou de ser exposto com o pressuposto adotado por Blanca Muñoz em seu artigo “A teoria crítica frankfurtiana contemporânea: heranças e renovação”. O consumismo fetichista moderno e contemporâneo remete-nos também a uma propriedade (normalmente olvidada) do Estado de Bem Estar Social: ele é criador de motivações – de desejos, enfim – antes que de necessidades. Subjetividade, cultura e economia, Estado e mercado, crescentemente têm seus desempenhos mutuamente condicionados ou mesmo integrados.

228

A autora foca seu artigo nas elaborações teóricas e analíticas de Habermas e Offe, dois dos mais relevantes herdeiros da Escola de Frankfurt – ainda que a obra de Habermas tenha se afastado dos componentes freudianos da produção intelectual frankfurtiana na medida em que ele se aproximou de certos funcionalismos sociológicos. Habermas e Offe identificam o capitalismo tardio como introdutor da regulação estatal no desenvolvimento econômico baseado no mercado. A criação de motivações no Estado de Bem Estar Social, prossegue Blanca Muñoz, garantiria que a socialização dos indivíduos os adeque à dominação, ao invés de habilitá-los à autonomia. Contudo, essa missão estatal, face inclusive à sua complexidade, poderia ser progressivamente ineficiente, já que, no limite, o Estado atua para interesses que não são generalizáveis. Em Offe, tais interesses obedecem ao princípio organizacional do intercâmbio econômico. Ou, em termos mais diretos, podemos colocar: é em função do Capital que o keynesianista Estado de Bem Estar Social se efetiva. Ainda conforme a autora, neste ponto Habermas parte do diagnóstico de Adorno e Horkheimer a respeito do avanço da irracionalidade social, avanço este que, podemos afirmar, seria o pano de fundo de tais processos.

De qualquer maneira, Blanca Muñoz assevera que para Habermas e Offe, a dimensão da política enfrenta desafios cada vez mais complexos para dar conta da economia capitalista. Em outras palavras: o prevalecimento do universal

ou do generalizável sobre o particular – o qual revela um significado iluminista da racionalidade – torna-se cada vez mais uma missão ingrata, daí a referida tendência à irracionalização. Em Offe, tais reflexões têm uma continuidade; ele se debruça sobre a emergência do neoliberalismo, crítico e desestruturador do Estado de Bem Estar Social: para Offe, tal trajetória torna inviável a própria legitimidade e racionalidade da democracia, visto que se radicaliza a atenção estatal a interesses particularistas. Por outro lado, podemos afirmar, nesse diapasão, que Offe, talvez também Habermas, tenha subestimado as realizações contemporâneas do neoliberalismo – em termos de esgarçamento da solidariedade e do aprofundamento da desigualdade – que não obedecem à racionalidade por eles propugnada.

O artigo de Jorge Coelho Soares & Ariane P. Ewald, “Utopia com desencanto: reflexões sobre a vida trêmula na hipermodernidade”, também analisa os desafios enfrentados pela dimensão da razão na contemporaneidade. A par do progresso técnico, as dificuldades da construção democrática se revelam mais evidentemente, em especial diante da ressurgência de fundamentalismos, sempre perpetradores do irracionalismo. A persistência e mesmo o fortalecimento da irracionalidade são derivados da inquietude humana diante da extensão do espírito calculista do capitalismo e do correspondente desencantamento do mundo – algo que, sabemos, foi revelado e temido por Weber.

Para os autores, essa trajetória das sociedades, aparentemente inexorável, fornece subsídios para a formação de utopias por parte de seus membros. As utopias são sintomas de crise de uma sociedade, bem como evidenciam que os indivíduos podem ir além dela, além do real que se restringe ao *status quo*, e podem promover mudanças. Assim, são delineados dois horizontes: um é o da razão prática, que remete a uma postura realista, bem como à passividade e à continuidade do que já é vigente; outro horizonte é o do imaginário, que pode consubstanciar uma ação de ruptura do existente, rumo a novas realidades societárias.

A dimensão do imaginário também é percebida em outro artigo, de Jorge Coelho Soares e Blanca Muñoz, a respeito do filósofo Ernst Bloch: “Bloch e a responsabilidade da esperança”. A partir dele, a dupla de autores delimita que o ato de pensar pode revelar o mundo sem suas ocultações e omissões. Esse ato pode captar não apenas o mundo de modo estático: pode desvendar seu movimento e o que ele pode vir a ser.

A partir da abordagem desse artigo, devemos nos admirar da tão corajosa ênfase do pensamento frankfurtiano em não corresponder a razão a uma noção inerte do real, em aliar esse real à imaginação transformadora. Em Bloch e na Escola de Frankfurt, conjugam-se uma aposta na razão e uma sofisticada precaução em não adotar uma acepção negativa da razão, capaz apenas de desencantar o mundo e de ensejar a dominação da natureza e dos indivíduos em sociedade. Com isso, conclui-se que foi partindo de tais reflexões que o século XX percebeu o quão exageradamente otimista e simplista era o cientificismo do século XIX.

Na obra ora resenhada, há dois artigos dedicados a Marcuse. Imaculada Maria Guimarães Kangussu, em “Marcas de Marcuse”, alude à recusa do pensador frankfurtiano em utilizar privilegiadamente aquela noção de razão, antes exposta, que aceita passivamente um real considerado inevitável. Os indivíduos, interagindo com o real que os circunda, exercem a liberdade e a pulsão da vida. Empreendem, então, o uso da razão, bem como perfazem uma experiência estética. A realização de tais atos, em si, já é subversiva se inserida na ordem do Capital. Essa ordem opera impondo uma divisão hierárquica entre razão e natureza. Em oposição a esse padrão procedimental, a arte promove uma fusão harmônica entre espírito e matéria, a qual remete a uma forma de organização que não implica na dominação. A cisão entre arte e sociedade, originária da disparidade entre a experiência da democracia grega e seu contexto escravista, é estabelecida na Antiguidade, mas continuada e consagrada no surgimento da sociedade moderna burguesa. Em tal cisão, prossegue a autora, o belo e o útil são separados, permanecendo universal o útil e transformando-se o belo no singular, no que é sublime, porém inefetivo ou excludente. Para a autora, a partir de Marcuse, é forçoso perceber a arte como vislumbradora do que está para além do real identificado unicamente com exploração, dominação e alienação. É por conta dessa capacidade extraordinária da arte, dessa sua potência para empoderar de modo transformador a política, que o capitalismo almeja tanto impor uma arte conformista.

230

No segundo artigo sobre Marcuse, “Herbert Marcuse, crítico da democracia burguesa: revolução ou reforma?”, Isabel Loureiro, grande estudiosa desse pensador e de Rosa Luxemburgo, debruça-se sobre o quanto as experiências revolucionárias e conselhistas da Alemanha do início do século XX inspiraram o referido intelectual frankfurtiano.

A crítica à democracia representativa; sua complementação ou superação pelos conselhos populares; a preocupação em estimular e garantir a participação política; a defesa do controle dos representantes pelos representados; o combate à autonomização das burocracias. Todas essas questões são levantadas por Rosa Luxemburgo e pela melhor esquerda alemã no período, impondo uma nova concepção da constituição e do exercício do poder: “de baixo para cima”, única via possível para as massas trabalhadoras efetivamente construírem outra sociedade. Loureiro ressalta que o paradigma conselhista é fundamental para Marcuse, para quem as instituições não produzem, sozinhas, um comportamento democrático, demandando o socialismo, portanto, uma ancoragem consciente e inconsciente nos indivíduos.

Como, então, construir um sujeito revolucionário que não traia suas promessas, que não passe a se identificar com os dominantes, imitando-os uma vez que tenha atingido o “poder”? Trabalhando não apenas no plano da racionalidade, mas também no das emoções – que remetem às pulsões. O aumento do tempo livre propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas poderia desviar nossas energias do trabalho alienado, entende Marcuse. O capitalismo, por seu turno, deve a partir daí controlar totalmente as consciências, para lograr a continuidade da dominação.

A autora resgata a proposta marcusiana diante desse diagnóstico: para enfrentar tal quadro, é necessária uma esquerda radical que eduque politicamente as massas, mas que seja organizada de modo descentralizado, justamente por conta da diversidade dessas massas. Isso remete, sem dúvida, à emergência de antigos e novos movimentos sociais nos anos 1960/70. Devemos considerar, nesse diapasão, que o século XXI tem apresentado algumas irrupções ativistas – dos Fóruns Sociais Mundiais e movimentos antiglobalização à Primavera Árabe e ao Occupy Wall Street – que só vêm corroborar as possibilidades delineadas por Marcuse e reiteradas por Loureiro.

O livro traz, com absoluta atualidade, a republicação de uma entrevista de Marcuse realizada em pleno 1968, “Todo poder aos estudantes”. Nela, o pensador tornado agitador no calor dos acontecimentos de então, brada:

os estudantes constaram a rigidez das organizações políticas tradicionais, sua petrificação, o fato de que elas, precisamente, extinguíram o ímpeto revolucionário. [...] É necessária também uma organização. Mas um novo tipo de organização, muito flexível, que não imponha princípios rigorosos, que seja permeável ao movimento e às iniciativas (MARCUSE 2010, p. 145-146).

Nessa passagem, podemos ler algo que nos diz muito também sobre os dias de hoje, desde que interpretados, sempre, de modo autônomo e crítico. Nesse e em outros momentos da entrevista, Marcuse nos fala a respeito das possibilidades e desafios das lutas sociais, a respeito da adoção dos desejos dos dominantes pelos dominados, a respeito da permanência da necessidade de inventar o novo para superar o *status quo*, e da recorrência dos perigos autoritários (que ganharam um novo aliado a partir dos anos 1970, o neoliberalismo, acrescentemos).

Traçando possibilidades de releitura das contribuições dos frankfurtianos em áreas como política, estética, comunicação e epistemologia, *A Escola de Frankfurt: inquietude da razão e da emoção* coloca e recoloca questões pertinentes à contínua interpretação das trajetórias da contemporaneidade em que vivemos.

Referências bibliográficas

- MARCUSE, Herbert. Todo poder aos estudantes. In: MORAES, Jorge Coelho (org.), **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- MATOS, Olgária Chain Féres. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Moderna, 2001.
- VILLAS-BOAS, Gláucia. Ascese e prazer: Weber x Sombart, **Lua Nova**, 52, 2001, p. 173-196.
- WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Conversas com Sérgio Buarque de Holanda*

Conversations with Sérgio Buarque de Holanda

MARTINS, Renato (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009, 216 p.

Rafael Pereira da Silva

Doutorando

Universidade Estadual de Campinas

rapersilva@gmail.com

Rua Luiz Oscar de Carvalho, 149, bloco D, apto 407 - Trindade

88036-400 - Florianópolis - SC

Brasil

Palavras-chave

Historiografia; História; Memória.

Keywords

232 Historiography; History; Memory.

Enviado em: 2/12/2011

Aprovado em: 2/2/2012

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

Em 2011, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) realizou o Seminário Atualidades de Sérgio Buarque de Holanda, que contou com a presença de nomes de peso da produção acadêmica brasileira e internacional, como, por exemplo, Antonio Cândido, Laura de Mello e Souza, Richard Graham, e Antonio Arnoni Prado, entre outros. O evento, além de fazer parte do cinquentenário de criação do IEB, do qual Sérgio fora um dos idealizadores, propunha discutir a atualidade do pensamento do homenageado, em especial sua contribuição à historiografia e ao pensamento político brasileiro.

Realizado na Universidade de São Paulo (USP), o seminário reforçou uma tendência bastante frequente nas sociedades contemporâneas, qual seja, “o inquietante espetáculo que apresenta o excesso de memória e de esquecimento, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória- e de esquecimento”, tema profundamente abordado por Paul Ricoeur, que propunha ainda a ideia de uma “política da justa memória”, um de seus temas cívicos confessos (RICOEUR 2007, p. 17).

Desse modo, o livro Sérgio Buarque de Holanda: Encontros, organizado por Renato Martins, reforça a mística de uma memória oficial do historiador, ou seja, apresenta a personagem tal como já constituída por uma vasta fortuna crítica, em parte memorialística e testemunhal, escrita por sua viúva, Maria Amélia e por seus pares e discípulos após 1982, ano de seu falecimento.

Até o final dos anos 1990, quando, valendo-se dos arquivos privados e da biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, os estudos ganham um ar mais crítico, é possível identificar uma narrativa linear, muitas vezes escrita por quem com Sérgio conviveu e atravessou os percalços e transformações de seu tempo. Assim é que Antonio Cândido, Francisco de Assis Barbosa ou Maria Odila L. da Silva Dias, por exemplo, trazem à tona a imagem de um intelectual multifacetado, dividido entre os ofícios de jornalista, crítico literário, ensaísta e historiador, e transeunte dos grandes centros produtores de conhecimento intelectual do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

Das narrativas que emergem de seus amigos muito próximos, Sérgio Buarque parece ter tido uma trajetória intelectual marcada pela genialidade precoce, pois ainda criança já havia publicado a valsa “Vitória Régia” na revista *Tico-Tico*. Aos 18, publicou o seu primeiro artigo em periódico, empurrado por nada menos que seu professor de história no Ginásio São Bento, em São Paulo, o já consagrado historiador Afonso Taunay.

Integrou a lista dos nomes sempre lembrados da Semana de Arte Moderna de 1922, embora na época estivesse residindo no Rio de Janeiro, de onde representou a pouca duradoura, mas impactante *Klaxon*. Com o amigo Prudente de Moraes, neto, fundou a também inovadora *Estética*, mais uma experiência efêmera, porém, bastante significativa para os rumos que o modernismo pós-22 tomava, com as celeumas entre os modernistas e os academicistas, embates que resultaram nos conhecidos artigos “Perspectivas” e “O lado oposto e outros lados”.

Quando na Alemanha em 1929, o jovem correspondente dos *Diários Associados* exerceu diversas atividades, sempre muito exaltadas, até seu

retorno em 1931. Trabalhou como tradutor na legendagem do filme *O anjo azul*, com Marlene Dietrich, escreveu na revista bilíngue *DUCO*, entrevistou o escritor Thomas Mann e virou adepto das concepções sociológicas de Max Weber e historiográficas de Ranke e Meinecke - influências determinantes para sua obra mestra, *Raízes do Brasil*.

Publicado pela José Olympio, Sérgio Buarque torna-se reconhecido, agora como escritor, mesmo que a obra só voltasse a ser editada mais de uma década depois e com significativas modificações.¹ Do reconhecimento para as esferas estatais do governo Vargas, não mais parou de acumular cargos importantes no campo cultural, até se tornar professor da USP. Na efêmera Universidade do Distrito Federal (UDF), foi assistente do famoso professor e historiador francês Henri Hauser, vaga preenchida por intermédio de seu compadre Prudente de Moraes, neto. A convite do poeta Augusto Meyer, nomeado de Getúlio Vargas, dirigiu a sessão de publicações do Instituto Nacional do Livro, tendo ainda trabalhado na Biblioteca Nacional.

Caindo Vargas, assumiu como diretor do Museu Paulista a partir de 1946, seguindo nos termos de 1952 para Roma e retornando ao Brasil em 1954. Nesse período, ainda dirigiu o Museu de Arte Moderna de São Paulo, participou da Associação Brasileira de Escritores e da Academia Paulista de Letras. Sempre foi visto como um homem de esquerda, adepto de um radicalismo democrático, ou em outras adjetivações, como socialista.

Dividido entre o Rio de Janeiro, São Paulo e esporádicas viagens pelos Estados Unidos e Europa, Sérgio Buarque sempre viveu rodeado de amigos importantes, o que é perceptível na sua correspondência privada e em sua biblioteca recheada de dedicatórias. Parece ter atravessado a vida sem ter tido desafetos ou quaisquer inimizades, salvo pequenas celeumas intelectuais, como as que teve com Jaime Cortesão ou Oliveira Vianna.² Porém, a mais lembrada sem dúvida foi com o colega de departamento da USP, o professor Carlos Guilherme Mota, cujas farpas respingaram nas páginas de *O Estado de São Paulo* em 1973.³ Sérgio Buarque faleceu aos 80 anos após ter assinado a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores.

Apenas no final dos anos 90 é que as narrativas testemunhais de sua trajetória pessoal cedem lugar a estudos mais críticos e sistemáticos de sua obra, com dissertações e teses sendo defendidas em diversos programas de pós-graduação. Parte dos estudos foi motivada pela consulta à sua biblioteca e ao seu arquivo privado, localizados na Unicamp, fazendo com que Sérgio Buarque continuasse a ser personagem de debates e tema de produções acadêmicas, postergando assim, sua memória para os dias de hoje.

¹ Sobre as edições de *Raízes do Brasil*, bem como as implicações políticas dessas modificações para a historiografia, ver: ROCHA 2008, p. 245-275.

² Ver a introdução do próprio Sérgio Buarque em HOLANDA 1979.

³ Parte dessa celeuma é contada pelo próprio Carlos Guilherme Mota em MOTA 2010. Em especial o capítulo "Os fazendeiros do ar".

Na contramão dos atuais estudos sobre o historiador paulista,⁴ o livro de Renato Martins pode ser visto muito mais como parte de um projeto da Azougue Editorial, que organizou ainda diversas outras coletâneas de entrevistas com artistas, músicos e escritores, do que como parte de um conjunto de fontes para uma pesquisa mais consistente sobre a trajetória de Sérgio.

O livro conta com uma apresentação, dezesseis entrevistas e uma cronologia ao final do volume. De formato pequeno e bom acabamento, ele sugere um passeio pela vida do intelectual. Desse modo, o tempo de leitura das 215 páginas voa como uma boa conversa de amigos em um bar, também porque algumas das entrevistas levantadas por Martins possuem essa informalidade. Da juventude modernista à maturidade serena, é o “pai do Chico” quem conta sua vida, explica, esclarece dúvidas e as expõem também ao leitor - contraponto importante de seu perfil oficial.

Em algumas entrevistas, Sérgio Buarque muda de lado, demonstrando suas facetas de crítico literário e jornalista, quando, por exemplo, entrevista Pirandello, em 1927 e Thomas Mann, num hotel em Berlin em 1930. Em outras é um pouco mais formal, conforme se verifica no tom de quem o entrevista. Há ainda o retratista, quando discorre sobre seu filho, Chico e seu amigo Vinícius de Moraes, ou o piadista, quando se diverte em sua casa da rua Buri, no Pacaembu com seus velhos amigos Paulo Duarte, Tarso de Castro e Sérgio Gomes. Ao que tudo indica, esfumaçados por cigarrilhas e movidos por litros de uísque:

“Preciso fazer uma coisinha”, afirma Sérgio, “passa essa bengala aí. A bengala é o meu pai-nosso-de-cada-dia-hoje! Olha, mas tem muito uísque aqui em baixo ainda? Lá em cima tem à beça, mas não posso subir. Ontem tinha umas meninas aí, tomaram muito uísque, olha a garrafa. Um restinho, não tem um restinho”. Tarso pega apressado outra garrafa, de baixo da mesa e diz: não, não, tem aqui. Sérgio retruca: “Eu tenho medo que acabe, né? Cuidado com essa gente!” (MARTINS 2009, p. 133-134).

235

Motivo de boas risadas dentre os “causos” rememorados pelos amigos é a história dos dois litros de cachaça, narrada por Paulo Duarte. Após ter sido convidado a se retirar do país depois que Vargas assumiu o poder em 1930, Duarte parte para Paris. Durante o trajeto, o navio em que se encontrava ancorou por algumas horas na Bahia. Com pouco dinheiro, pediu a um dos guardas que o acompanhava para lhe comprar um litro de pinga. O guarda voltou com dois. Duarte guardou os litros em sua mala até chegarem em Portugal. Pereira Lima o acompanhava no exílio. No hotel e com o frio que fazia por lá, a primeira garrafa se esvaziou.

No dia seguinte, Paulo Duarte havia comprado gasolina para limpar o único terno que levava consigo na viagem, antes de partir para a capital francesa. Enche a mesma garrafa que um dia antes haviam esvaziado. Pereira Lima sobe

⁴ Dentre os estudos acadêmicos publicados nesse período descrito, destacam-se, entre outros, MONTEIRO 1999; WEGNER 2000; em tom mais crítico, a coletânea de MEIRA e EUGENIO 2008; e NICODEMO 2008.

até o quarto em que se encontrava o amigo e, no impulso, bebe gasolina. Esse foi apenas o início do desenrolar que levou Duarte a trabalhar como jornalista durante algum tempo em Paris. Quanto ao segundo litro? Bem, ele foi degustado por apreciadores da boa mesa no jantar oficial do Clube dos Gastrônomos, no luxuoso restaurante Rampoleaux, em Paris. Não haveria aqui linhas suficientes para continuar essa epopeia. Durante as risadas, Sérgio fazia pequenos questionamentos (MARTINS 2009, p. 113-114).

Se por um lado, o livro trás verdadeiros tesouros, como a conversa aqui descrita; por outro, apresenta entrevistas, em geral, bastante conhecidas pelos pesquisadores, como a que Sérgio deu à revista *Veja*, em 1976, e a sempre citada, concedida a Richard Graham em 1982 e publicada, primeiramente em inglês, na *Hispanic American Historical Review*. Do conjunto total, nove delas têm como data o período pós-1964. Nota-se que a problemática do Estado autoritário naquele momento se fez muito presente. Por diversos momentos, o historiador foi questionado sobre a democracia, sua experiência na USP, as perspectivas do país para o futuro.

Nas suas respostas, em muito se referiu ao período imperial brasileiro, em especial ao sistema eleitoral do período, tema explorado por Richard Graham, no Seminário Atualidades de Sérgio Buarque de Holanda. Quando de seu afastamento da USP em 1969, considerado heroico, ou simbólico por muitos de seus comentadores, Sérgio afirma não ter sido "nada heroico", pois afinal, dizia ele, "eu tinha tempo garantido e me aposentei com meus vencimentos" (MARTINS 2009, p. 101). Já as perspectivas futuras do país não eram para ele muito animadoras. Há no livro outros temas que atravessam as entrevistas. Podem-se elencar as polêmicas geradas a partir do conceito do "homem cordial", as buscas da identidade em *Raízes do Brasil* ou as opiniões do escritor sobre o presente dos movimentos literário e historiográfico.

Vale ressaltar ainda que as entrevistas apresentadas nesta obra compõem apenas um pequeno fragmento do que há no acervo do homenageado, aberto para consulta no Arquivo Central da Unicamp. Dos dezesseis depoimentos apresentados ao leitor, apenas oito coincidem com os trinta e dois que formam a subsérie: entrevistas, da série *Vida Pessoal*, que inclui ainda centenas de fotografias de Sérgio Buarque, com familiares e diversos intelectuais.⁵

Quanto ao texto de apresentação de Renato Martins, nada traz de novo. Sua leitura de Sérgio Buarque em nada difere das de seus mais ilustres comentadores. Aqui, mais uma vez, a linha do tempo que liga o jovem modernista ao membro fundador do Partido dos Trabalhadores é seguida à risca, ficando as nuances de uma leitura a contrapelo, ou da busca de uma "política da boa memória", a cargo de quem quiser se aventurar nesses encontros.

⁵ Para maiores informações, ver o Catálogo do Arquivo Sérgio Buarque de Holanda.

Referências bibliográficas

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MEIRA, Pedro; EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história: perfis contemporâneos**. São Paulo: Globo, 2010.
- NICODEMO, Thiago Lima. **A urdidura do vivido**. São Paulo: EdUSP, 2008.
- ROCHA, João Cezar de Castro. O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados, ou Por uma edição crítica de Raízes do Brasil. In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (orgs.) **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**: São Paulo; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp: EdUERJ, 2008.
- WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Uma introdução à história da história das religiões

An introduction to the history of the history of religions

MATA, Sérgio da. *História e religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, 160 p.

Anderson José Machado de Oliveira

Professor adjunto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
andersonoliveira.17@hotmail.com
Rua Silva Rabelo, 154, bloco 1, apt. 403 - Méier
20735-080 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

História; História moderna; Historiografia.

Keywords

238 History; Modern Age historiography; Historiography.

Enviado em: 6/1/2012
Aprovado em: 6/2/2012

O título desta resenha, na verdade, ancora-se na proposta feita pelo autor. O que se encontrará nestas páginas introdutórias não é um percurso factual e cronológico da história das religiões na humanidade, embora exemplos sejam dados recorrendo-se a essa perspectiva; e sim uma proposta de pensar, do ponto de vista historiográfico e conceitual, a construção de uma história das religiões. Busca-se, por vezes, estabelecer nexos entre a própria construção da história enquanto disciplina e o surgimento de um campo próprio da história das religiões.

Na introdução do trabalho, o autor começa por afirmar a importância que a religião ainda conserva no mundo contemporâneo, apesar dos prognósticos racionalistas que preconizavam, desde o século XIX, um desencantamento do mundo. A questão levantada se insere dentro de um importante debate contemporâneo das ciências sociais em torno dos limites do chamado processo de secularização. Autores como o sociólogo italiano Stefano Martelli argumentam sobre o "eclipse da secularização", a partir dos anos 80 do século passado, em função da necessidade de se rever a tese da secularização como "racionalização onibrançante e progressiva". Para Martelli, o "despertar religioso" durante os anos 80 teria colocado em questão uma série de certezas até então afirmadas no campo da sociologia religiosa, entre elas a do esvaziamento do religioso no mundo moderno (MARTELLI 1995, p. 321-335). A reflexão proposta por Sérgio da Mata, em meu entendimento, aproxima-se desse debate ao fazer a crítica ao chamado desencantamento do mundo, e, ao mesmo tempo, ao chamar a atenção para as interações entre religião e conflitos no mundo contemporâneo; entre o carisma religioso e as mídias modernas; entre a confessionalidade e a intensa discussão em torno das identidades étnicas.

Situado dentro dessa perspectiva, Da Mata adverte para o caráter enganoso das explicações simplistas dos fenômenos religiosos, defendendo para a construção de uma história das religiões a formulação de análises que se abstenham de juízos de valor ou de fé. Portanto, uma história com caráter crítico fundada em pressupostos válidos tanto para crentes quanto para descrentes. Com efeito, para o autor, a história das religiões estaria dissociada da história eclesiástica e da teologia, na medida em que se definiria por três aspectos fundamentais: o seu caráter autônomo como disciplina, a sua acepção multicultural na percepção do objeto, e a sua visão agnóstica na abordagem dos problemas levantados. Diante desses pressupostos, o livro foi organizado em quatro capítulos, a saber: "Tempo, consciência histórica e religião"; "A religião como objeto da história: da história eclesiástica à história das religiões"; "Métodos, perspectivas e problemas"; e "Pequena morfologia histórica das religiões".

O primeiro capítulo – "Tempo, consciência histórica e religião" – procura pensar a relação intrínseca entre o pensamento religioso e o desenvolvimento das modernas categorias de tempo e consciência histórica. O ponto de partida para entender essa relação é reconhecer no fenômeno religioso uma força que gera efeitos concretos, que molda comportamentos e regula condutas de vida,

além de construir estruturas de pensamento. Tal reflexão, mesmo que o autor não estabeleça essa conexão, aproxima-se da visão antropológica da religião presente em autores como Clifford Geertz, onde, enquanto um sistema cultural, esta atua para estabelecer motivações, formulando conceitos de uma ordem de existência geral, dando a esses conceitos uma aura de fatualidade, fazendo com que as motivações conceituais assumam uma perspectiva singularmente realista. A religião, portanto, ajustaria o homem ao mundo (GEERTZ 1989, p. 104-105).

Para Da Mata, diante de uma perspectiva comparada das religiões – embora esta tenha seus limites, é possível considerar que esse ajustamento ao mundo sistematiza crenças e práticas rituais do passado, configurando uma espécie de estrutura elementar presente em todas as religiões e visões de mundo. Um dos elementos dessa estrutura seria o mito, onde se devem buscar as primeiras formas de representação do tempo. O mito se enquadraria na categoria do tempo forte, longínquo, o tempo do sagrado, operando-se uma suspensão do tempo cotidiano da vida. Em sociedades dominadas pelo mito, predominaria a disposição a-histórica. O autor procura advertir que esse reconhecimento não significa a defesa da ideia de que os chamados povos “primitivos” não teriam história, mas o entendimento de que nem toda cultura chegou a desenvolver uma concepção histórica do tempo. Portanto, nesse caso, os indivíduos não conceberiam a existência coletiva como uma constante transformação.

A ruptura com a noção mítica do tempo dar-se-ia a partir do monoteísmo judaico e de sua visão de um Deus histórico. O profetismo judaico inaugurou uma concepção universal e linear de tempo, apontando para uma libertação futura colocada numa dimensão “escatológica” direcionada para um sentido último, uma meta para a qual o povo eleito deveria caminhar. As inovações do profetismo judaico estariam inseridas num contexto mais amplo, que foi o advento da chamada “era axial”, termo tomado de empréstimo ao filósofo Karl Jaspers.

A “era axial” situou-se no período compreendido entre 800 a.C. e 200 d.C., onde uma revolução teria marcado os sistemas ético-religiosos das “grandes civilizações”. Esse período foi assinalado pelo advento de Confúcio e Lao-Tsé na China; Buda na Índia; Zoroastro no Irã; os profetas na Palestina; os grandes filósofos na Grécia. As ditas civilizações axiais apresentaram um maior nível de complexidade, presenciando, a partir de então, uma maior tensão entre o poder político e as camadas sacerdotais/intelectuais. Estas últimas foram responsáveis pela difusão dos ideais de pureza, justiça e perfeição, fundamentando também a distinção entre os planos divino e humano, assentada na ideia de salvação embasada no fim da unidimensionalidade que marcara as sociedades arcaicas. Essa revolução no interior dos sistemas religiosos representaria uma crítica em definitivo à ideia do tempo mítico, produzindo um salto qualitativo que se complementaria no século XVIII com o surgimento de uma visão de mundo integralmente histórica.

A lógica apresentada por essa argumentação, a meu ver, deveria ser também contrastada com as tradições de outros sistemas religiosos que não se inserem dentro daquilo que se costuma chamar de “grandes civilizações”. Tal procedimento poderia apresentar algumas nuances que relativizariam uma visão

um tanto evolutiva e centrada, na maioria das vezes, numa concepção essencialmente ocidental de tempo e desenvolvimento dos sistemas religiosos. Alguns estudos no campo da história e da antropologia têm demonstrado, em relação a algumas sociedades tradicionais africanas, que a noção de tempo embasada em concepções religiosas não era tão desprovida da ideia de transformação, ou mesmo de algumas categorias, como a de revelação.

John Thornton demonstra que, em algumas sociedades africanas, mesmo antes do contato com os europeus, no século XV, já estava presente a ideia da existência de um outro mundo imaterial e a crença na possibilidade de contato deste com o mundo sensível. Os africanos também reconheciam o conceito de revelação e este poderia ser inserido em categorias como adivinhação e presságio (THORNTON 2004, p. 315-317). O presságio pressupõe a noção de antecipação do futuro, o que pode implicar em uma alteração do comportamento presente. A demarcação do tempo e das transformações, vivenciadas coletivamente, era um fenômeno também presente em sociedades do antigo Golfo da Guiné. A crença de que os *voduns* – espíritos ancestrais – habitavam nas árvores transformava o plantio destas em verdadeiros marcos simbólicos de experiência em relação ao tempo, demarcando a fundação de cidades, o estabelecimento de uma nova comunidade ou mesmo a expressão de um desejo de futuro dessa mesma comunidade (JUHÉ-BEULATON 1999, p. 101-105). Na África Central, Wyatt MacGaffey demonstra que entre os bacongos existia uma peculiar concepção espiral do tempo. Este não era concebido como uma simples repetição, já que conciliava contraditoriamente a repetição oscilatória e a não repetição linear. Em relação à vida da comunidade, essa conciliação representava a simultaneidade da vitalidade e da permanência, a exemplo da organização da descendência. O modelo organizativo tinha como meta a perpetuação dos arranjos de linhagem que remetiam ao ancestral comum; no entanto, embora o referencial da ancestralidade pudesse permanecer, a perpetuação desse ideal acabava por amoldar-se às injunções contextuais e às necessidades cotidianas dos poderes locais, implicando em novos arranjos e alianças (MACGAFFEY 1986, p. 96-99).

O segundo capítulo – “A religião como objeto: da história eclesiástica à história das religiões” – discute a constituição da religião como um problema na análise histórica, procurando demonstrar como esse processo também ensejou questões para o desenvolvimento da própria historiografia ocidental. O ponto de partida é a obra clássica de Eusébio de Cesareia, *História eclesiástica*, onde história e história da salvação são fenômenos que se sobrepõem na fundamentação de uma concepção providencialista do conhecimento histórico.

O primeiro contraponto ao providencialismo da *História eclesiástica* surgiria no bojo do movimento humanista, a partir do século XV, que formulou uma primeira crítica filológica promotora de uma virada nos estudos religiosos. No entanto, as guerras religiosas no século XVI teriam sido um obstáculo ao pleno desenvolvimento da perspectiva lançada no século precedente, na medida em que as disputas entre católicos e protestantes acabaram por submeter a pesquisa histórica aos interesses apologéticos de ambas as reformas.

No século XVII, o avanço da filologia ganharia maior importância não só para os estudos humanistas, mas também para a matemática e para os estudos da natureza. No campo confessional, tentativas de uma história crítica da religião foram feitas tanto do lado protestante quanto do católico, sendo a resistência protestante maior em função das possíveis dúvidas levantadas em relação à autenticidade do texto bíblico. No geral, ambas as igrejas foram bastante rigorosas com as iniciativas que fugiam aos preceitos mais ortodoxos. Os grandes nomes do século no campo de uma história crítica da religião seriam Gottfried Leibniz e Jean Mabillon. Ambos acreditavam que o método crítico seria um benefício para o cristianismo, já que a contradição entre fé e razão era apenas aparente. Mabillon, por exemplo, ao publicar uma edição da *Acta sanctorum* – vida dos santos – procurava retirar todo elemento do maravilhoso de obras como a *Legenda áurea*. É bem verdade que o trabalho de Mabillon em alguns dos seus aspectos, principalmente no que tange à depuração das histórias fantásticas da vida dos santos, não se distanciava da perspectiva confessional católica dos chamados bolandistas,¹ que procuraram, no seiscentos, imprimir aos estudos hagiográficos um caráter mais metódico, acompanhando o decreto de 1634 do Papa Urbano VII que fixava critérios mais rígidos para os processos de canonização (SCHMITT 1983, p. 6).

242

O século XVIII, fundamentalmente na Alemanha, caracterizaria outro importante momento de inflexão no estudo crítico da história das religiões, em função da separação que se processaria entre história eclesiástica e história universal. Coube a Johann Lorenz Mosheim formular essa distinção, libertando a história da Igreja do seu papel de disciplina instrumental da teologia. Segundo Mosheim, caberia à nova disciplina explorar de forma imparcial os aspectos externos e internos da comunidade cristã. Com vistas ao desenvolvimento dessa perspectiva, o especialista em história eclesiástica deveria estar atento aos diferentes contextos e conexões possíveis, buscando conhecer não só a tradição e política dos Estados cristãos, mas também o universo dos saberes e crenças populares.

O que Sérgio da Mata classifica como uma peculiaridade alemã interferiria, no alvorecer do século XIX, como um fator decisivo no estabelecimento de uma historiografia acadêmica das religiões. Dois movimentos, aparentemente contraditórios, influenciaram decisivamente esse novo estatuto da disciplina. Em primeiro lugar, a pesquisa teológica foi incorporada à universidade alemã, abrindo caminho para um avanço metodológico que extrapolaria a própria teologia. Segundo da Mata, o método histórico-teológico proposto por David Friedrich Strauss – em *A vida de Jesus* – primou pela interpretação alegórica, com vistas a devassar o eixo simbólico do cristianismo, colocando em questão a sua própria autenticidade histórica. O impacto desse trabalho de teologia se faria notar inclusive na sua influência sobre dois importantes historiadores do oitocentos, notadamente, Ranke e Burckhardt.

¹ O nome do movimento está associado ao seu fundador, o jesuíta francês Jean Bolland instituidor da *Acta sanctorum*, que foi publicada ininterruptamente pela Congregação Bolandista, pelo menos, até o século XIX.

O segundo movimento seria a separação em definitivo entre história e teologia, embora a segunda tenha contribuído para a reflexão metodológica da primeira. Essa separação respondia a duas razões específicas, a saber: o avanço do conservadorismo religioso, por um lado, e do cientificismo, por outro, preconizando cada vez mais a separação entre ciência histórica e saber teológico. É importante ressaltar que outros autores identificam que a definição dos campos de atuação dos saberes, em relação à religião, aprofundaria, ao final do século XIX, a diferenciação também entre história das religiões e ciência das religiões. A história preocupou-se mais com a análise do desenvolvimento e das transformações no campo religioso, enquanto que a ciência das religiões se voltou para uma relação mais estreita com a filosofia, preocupando-se com uma definição substantiva da religião e buscando uma análise da religião em si (GOMES 2002, p. 13).

Retornando à linha de raciocínio do trabalho em questão, destaca-se o papel do surgimento da história das religiões em meio a um contexto de pluralização e diferenciação das sociedades europeias, o que, ao possibilitar o avanço de uma situação de liberdade religiosa, acabou por refletir na esfera acadêmica, tornando a análise do fenômeno religioso cada vez mais diversificada. Nesse sentido, uma das principais inovações metodológicas na virada do século XIX para o XX foi a articulação do enfoque histórico com o método comparativo.

Quanto aos encaminhamentos propostos no âmbito da historiografia contemporânea, o autor destaca o trabalho de Durkheim e sua enorme influência em termos da abertura para novos temas como a magia, o sacrifício, a dádiva e o totemismo, como também uma nova proposta teórica de compreensão da religião na sua dimensão societária. Como adverte Sérgio da Mata, embora as críticas suscitadas a essa perspectiva de redução da religião à dimensão essencialmente social, a sociologia de Durkheim exerceria uma grande influência sobre os historiadores ao longo do século XX.

A sociologia religiosa de Weber é mencionada, porém, sem uma maior ênfase em sua contribuição. Penso ser importante frisar que, embora Weber reconheça o caráter social da religião, ao contrário de Durkheim, realiza a diferenciação entre religião e sociedade, acreditando que a primeira pode produzir tanto ajustamentos condicionados às leis sociais como também encetar consequências que alterem essas próprias leis. Com isso, fundamentalmente através da teoria do carisma, que acabou tendo uma influência para além da sociologia geral, Weber acreditava que o influxo das ideias religiosas pudesse influenciar comportamentos de mudanças nas sociedades (MARTELLI 1995, p. 161-165).

Sérgio da Mata conclui o capítulo avaliando brevemente o impacto que a sociologia religiosa teve nas historiografias francesa e alemã, coincidindo essa influência com a crise do historicismo. Menciona-se essa influência na primeira geração dos *Annales*, porém, sem uma maior caracterização de como isso se processou. Acredito que teria sido importante uma menção de como os trabalhos de Lucien Febvre sobre Lutero, e *Os Reis Taumaturgos* de Marc Bloch foram pioneiros e tentativas bem sucedidas de articular uma compreensão da religião

na sua dimensão sociocultural, discutindo em alguns aspectos com a sociologia durkheimiana, principalmente no que tangia à análise das chamadas “representações coletivas”, e antecipando muitas questões que seriam mais tarde propostas pela chamada história das mentalidades e pela atual história cultural.

Ainda segundo o autor, entre os anos 1910 e 1930, a história das religiões viveu uma fase de ouro impulsionada pelo debate com a escola sociológica francesa de matriz durkheimiana e pelo debate em torno das obras filosóficas de Dilthey e Husserl. O avançar das experiências que promoveram a articulação entre as perspectivas comparativa e histórica foi outra característica importante que, embora criticada por alguns, fez dos trabalhos de Mircea Eliade e Georges Dumezil duas referências fundamentais. Criava-se um campo relacionado à morfologia histórica ou fenomenológica, que se refletiria em trabalhos de historiadores como Georges Duby, Aron Gurevitch e Carlo Ginzburg.

O capítulo três – “Métodos, perspectivas, problemas” – procura discutir sobre algumas práticas na construção da história das religiões. A primeira discussão proposta diz respeito ao método e às fontes. Uma das questões levantadas coloca a dificuldade do trabalho do historiador com as práticas religiosas populares, já que a documentação oficial – eclesiástica e estatal – nada diria sobre elas. Segundo o autor, a saída para esse tipo de estudos seria a literatura. Neste ponto, permito-me discordar diametralmente do autor. Os diversos estudos sobre a cultura popular na Época Moderna, que são os que conheço melhor, tanto para a Europa quanto para o Brasil, têm trabalhado com uma gama diversa de fontes, inclusive oficiais, demonstrando que mesmo através destas é possível chegar às informações sobre a cultura popular. Para ficar somente num exemplo, chamo a atenção para o trabalho com os processos inquisitoriais, proposta retomada por Carlo Ginzburg em seus estudos, e que influenciou toda uma geração de historiadores na Europa e nas Américas. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg reconstrói, através dos depoimentos contidos no processo contra o moleiro Menocchio, todo um universo onde saberes eruditos e populares se entrecruzam, conformando uma atmosfera social marcada por verdadeiros hibridismos culturais (GINZBURG 1987). Num ensaio metodológico que se tornou um clássico, *O inquisidor como antropólogo* (GINZBURG 2007), o historiador italiano demonstra que diante do estranhamento em relação à cultura do outro, os inquisidores atuaram como verdadeiros etnógrafos, por vezes, descrevendo detalhes daquele universo que desejavam demonizar e perseguir. Portanto, uma leitura minuciosa e crítica dessas descrições pode conduzir o pesquisador para além do universo do agente eclesiástico, pois como o outro era o estranho completo, precisava-se descrevê-lo em detalhes, de forma a poder buscar os elementos que se desejava combater.

Outra problemática retomada nesse capítulo diz respeito à discussão em torno do mito da secularização. Este é entendido enquanto uma chave de leitura não só para atestar a continuidade da importância da religião, mas também enquanto um argumento teórico e metodológico de compreensão do fenômeno religioso na contemporaneidade. Um aspecto explorado pelo autor aborda a construção da mitologia política e o seu recurso aos códigos religiosos – neste sentido, os

regimes totalitários do século XX aparecem como grandes momentos de consagração do exercício do carisma e do culto aos líderes. Perspectiva um tanto semelhante aparece no trabalho do historiador alemão Olaf Rader – *Tumba e Poder* –, que analisa o culto funerário aos heróis de Alexandre Magno a Lênin (RADER 2006). Outro campo próximo que tem sido explorado é o caráter religioso que se apresenta na relação quase devocional do público com os ídolos da música pop (BERLIOZ 1983; POUCHELLE 1983).

O quarto e último capítulo – “Pequena morfologia histórica da religião” – expressa um cuidado do autor com o tratamento dos conceitos na análise histórica dos fenômenos religiosos. A preocupação está em fugir do senso comum, precavendo-se contra as distorções por ele causadas. Atenta-se para a diferença dos sistemas religiosos e para a historicidade de suas práticas; no entanto, reconhece-se a necessidade do estabelecimento de algum esforço de síntese na abordagem histórica dos mesmos. Diante dessas advertências, o autor procura problematizar alguns conceitos como: ascetismo, ateísmo, carisma, conversão, exteriorismo/crença, mística, rito, sagrado/profano, entre outros. Particularmente, em relação a essa morfologia, senti falta de uma discussão sobre o problema dos sincretismos. Embora o conceito tenha sofrido inúmeras críticas e revisões, acredito que ainda é bastante útil quando pensado enquanto processo de apropriação cultural, e não como processo de dissimulação. O valor da discussão, a meu ver, ajuda a desmistificar alguns discursos, principalmente confessionais, que tentam abordar o fenômeno religioso do ponto de vista da “pureza” ou “originalidade” das religiões. Como adverte Robert Markus, essas categorias só podem ser consideradas pelo historiador no sentido de analisá-las enquanto um discurso pertinente à época que as emite (MARKUS 1997, p. 20).

Com efeito, o autor consegue cumprir seus principais propósitos em torno da apresentação de uma introdução à história da história das religiões. O livro tem passagens bastante eruditas, principalmente no capítulo dois, e como introdução apresenta ao leitor questões importantes para se pensar a construção de uma história das religiões. Discordei de um ou outro encaminhamento, como procurei pontuar, sentindo mais a falta de se tentar relacionar as discussões desenvolvidas com o estudo da religião e das religiosidades na historiografia brasileira. Todavia, o encaminhamento foi definido e solidamente justificado pelo autor, e as escolhas realizadas não interferiram, obviamente, na qualidade do trabalho que é apresentado. Diante da carência de reflexões que temos sobre a temática no Brasil, trata-se de uma referência a ser consultada por aqueles que apreciam a abordagem histórica das religiões.

Referências bibliográficas

BERLIOZ, Jacques. Texte hagiographique, rock n’roll et politique: notes sur la tournée de Pati Smith in Italie (septembre 1979). In: SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Les saints et les stars**: le texte hagiographique dans la culture populaire. Paris: Beauchesne, 1983, p. 251-275.

- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- FEBVRE, Lucien. **Martín Lutero**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: _____. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 280-293.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da história. In: LIMA, Lana Lage da Gama et ali. **História e religião**. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, Faperj, Mauad, 2002, p. 13-24.
- JUHÉ-BEAULATON, Dominique. Arbres et bois sacrés de l'ancienne Côte des Esclaves. In: CHRÉTIEN, Jean-Pierr; TRIAUD, Jean-Louis. **Histoire d'Afrique: les enjeux de mémoire**. Paris: Karthala, 1999, p. 102-118.
- MACGAFFEY, Wyatt. **Religion and society in Central Africa**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1986.
- MARKUS, Robert. **O fim do cristianismo antigo**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- POUCHELLE, Marie-Christine. Sentiment religieux et show business: Claude François objet de dévotion populaire. In: SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Les saints et les stars: le texte hagiographique dans la culture populaire**. Paris: Beauchesne, 1983, p. 277-299.
- RADER, Olaf B. **Tumba y poder: el culto político a los muertos desde Alejandro Magno hasta Lenin**. Madrid: Siruela, 2006.
- SCHMITT, Jean-Claude. Présentation. In: _____. (org.). **Les saints et les stars: le texte hagiographique dans la culture populaire**. Paris: Beauchesne, 1983.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400- 1800**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

Entrevista

Interview

Teratologias, sobre os jogos entre o verdadeiro e o falso: encontro com François Delaporte

Teratologies, on the games between the true and the false: a meeting with François Delaporte

Marlon Salomon

Professor adjunto
Universidade Federal de Goiás
marlonsalomon@gmail.com
Faculdade de História, UFG, Campus II, Caixa Postal 131
74001-970 - Goiânia - GO
Brasil

Fernando Vojniak

Professor adjunto
Universidade Federal da Fronteira Sul
fernandoh0@yahoo.com.br
Rua Pinhalzinho, 431 - D - Bairro Efapi
89809-590 - Chapecó - SC
Brasil

Eduardo Sugizaki

Professor adjunto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
eduardosugizaki@gmail.com
Instituto de Filosofia e Teologia, PUC-GO, Av. Universitária, 1140 - Setor Universitário
74605-010 - Goiânia - GO
Brasil

248

José Ternes

Professor titular
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
joseternes@hotmail.com
Instituto de Filosofia e Teologia, PUC-GO, Av. Universitária, 1140 - Setor Universitário
74605-010 - Goiânia - GO
Brasil

Carlos Oiti Berbert Jr.

Professor adjunto
Universidade Federal de Goiás
oitijr@terra.com.br
Faculdade de História, UFG, Campus II, Caixa Postal 131
74001-970 - Goiânia - GO
Brasil

Palavras-chave

História da ciência; Verdade; François Delaporte.

Keywords

History of science; Truth; François Delaporte.

Enviado em: 7/10/2011

Aprovado em: 11/10/2011

* Organização, introdução, tradução, notas e referências por Marlon Salomon.

Outubro de 2005. A convite dos organizadores do II Simpósio Internacional de História, realizado na Universidade Federal de Goiás sob a organização da ANPUH-GO, o historiador e filósofo das ciências François Delaporte vem ao Brasil. O programa do evento anuncia que ele fará três conferências no decorrer da semana. A primeira intitula-se "O Culto de Nossa Senhora de Guadalupe: crença, poder e política". A segunda, "O jardim ou a natureza: um problema atual". E a última, "A atualidade de Chagas". Esse anúncio promete a análise de problemas singulares no interior de territórios e domínios específicos.

A emergência do guadalupanismo exige que a análise de questões pertencentes a domínios distintos seja tecida numa trama que pouco a pouco torne visível a singularidade do objeto em questão: uma explosão epidêmica, o nascimento de um novo objeto de devoção, a constituição de novas modalidades de controle político e a transformação do significado de uma imagem.

A controvérsia atual sobre os organismos geneticamente modificados deve ser interrogada em sua constituição histórica, um fato do qual uma análise antropológica que simplesmente afirme a "culturalidade" da oposição moderna entre natureza e cultura não parece dar conta. O estudo da emergência da distinção entre meio técnico e meio natural, da qual tal controvérsia é proveniente, na época de Lineu e Rousseau, permite-nos compreender a singularidade das questões em jogo no momento em que essa clivagem se produziu.

Finalmente, a análise historiográfica dos estudos publicados nos últimos anos sobre a história da doença de Chagas acentua as diferentes modalidades teóricas e metodológicas da história das ciências na atualidade e o que delas decorre. Para além de uma história tradicional dos heróis nacionais ligados à atividade científica, os estudos sociais da ciência desconsideram a historicidade dos aspectos epistemológicos singulares aos diferentes domínios do saber. Essa série de conferências instigou um grupo de historiadores e filósofos a promover um encontro com François Delaporte para discutir problemas teóricos, metodológicos e historiográficos a respeito de sua obra e de questões suscitadas pelas suas conferências.

Atualmente, François Delaporte é professor emérito de filosofia e história das ciências na Universidade da Picardia – Júlio Verne, em Amiens. Até sua recente aposentadoria, dirigiu nessa Universidade a Equipe de Epistemologia e História das Ciências Biológicas e Médicas. Durante anos, trabalhou em importantes Universidades fora da França, tais como a Universidade de Harvard, a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, e a Universidade Nacional Autônoma do México.

Seu livro mais recente intitula-se *Figures de la médecine* (2009). Seu penúltimo livro, *Anatomie des Passions* (2003b), recebeu em 2004 o prêmio de melhor publicação do ano da Sociedade Francesa de História da Medicina. Há apenas um livro seu traduzido e publicado em português, *A doença de Chagas: história de uma calamidade continental* (2003a). Participou ativamente do comitê organizador do enciclopédico *Dictionnaire de la pensée médicale* (2004), organizado por Dominique Lecourt, no qual publicou uma vintena de verbetes.

É autor, dentre outros, de *Le Second Règne de la nature: essai sur les questions de la végétalité au XVIIIe siècle* (1979); *Disease and civilization: the Cholera in Paris, 1832* (1986); *Histoire de la fièvre jaune. naissance de la médecine tropicale* (1989); *Les épidémies* (1995); e *Filosofía de los acontecimientos* (2003c). Juntamente com Patrice Pinell, escreveu *Histoire des myopathies* (1998). Organizou e editou *A vital rationalist: selected writings from Georges Canguilhem* (1994).

1. *Marlon Salomon: Nas conferências sobre a emergência do culto de Nossa Senhora de Guadalupe¹ e sobre a historiografia da doença de Chagas,² você tratou explicitamente de questões relativas à metodologia da história e de pressupostos teóricos implícitos nos trabalhos dos historiadores que trataram desses temas. Pareceu-nos que os historiadores, geralmente, não fazem justiça à própria história, ou, mais precisamente, aos acontecimentos; no caso de Guadalupe, na medida em que o culto é explicado em termos de mentalidade, de matriz cultural e, mesmo retrospectivamente, pela Independência do México, que só ocorreu quase um século depois. No caso de Chagas, na medida em que não se aceita que a história possa ter operado um desvio entre aquilo que Carlos Chagas percebia como a doença que levou seu nome e aquilo que ela veio a ser depois de Romaña, depois de meados da década de 1930. Podemos dizer que o desvio, o devir, o acontecimento, o objeto próprio da história, muitas vezes parece ser irrelevante aos historiadores?*

250

François Delaporte: O campo das ciências humanas é um campo totalmente aberto. Não há uma posição na história que permita falar, como o fazem alguns historiadores da doença de Chagas, em nome da "boa história". O que há, são enfoques diferentes, maneiras de se aproximar de um problema, feitas conforme os objetivos de cada um.

A crítica que faço aos historiadores deve-se à sua postura, que consiste em não esclarecer sua posição em relação ao presente. Trata-se de uma história que coloca entre parênteses a pergunta sobre a relação entre o passado e o presente; que nunca justifica a sua periodização ou que a aceita como algo dado. Assim, história significa sucessão de períodos e a escrita da história, a descrição do que há no interior desses períodos. Trata-se de uma forma de positivismo. Não há qualquer tipo de julgamento dos acontecimentos que são os objetos dessa história. Não há qualquer tipo de historicização dos acontecimentos, na medida em que há, de maneira geral, uma perspectiva continuista, linear da história, como se se tratasse de descrever todos os fatos, como se tudo se unisse, sempre seguindo uma direção. Esse é bem o caso da historiografia da doença de Chagas.

¹ O texto desta conferência foi publicado em DELAPORTE 2007.

² Esta conferência constitui um esboço inicial do texto que foi publicado recentemente em DELAPORTE 2009.

O que quero fazer não é nenhum tipo de desvalorização daquilo que poderia ser qualificado como uma história proscrita [*perimé*], como dizia Gaston Bachelard, ou do que a nós pode parecer como erros, falsidades. O que pretendo mostrar é que se pode escrever a história como uma aventura. Isso quer dizer que se trata de pensar como os acontecimentos, os eventos, mobilizam elementos diferentes; de que, em alguns momentos, isso pode levar a um caminho fechado; pode haver momentos em que nada ocorre, ou, muito rapidamente, pode haver algo fundamental que muda tudo. Tudo depende do objeto. Para ir ao limite do problema, não entendo como poderia se fazer, por exemplo, uma teoria geral da história. Parece-me duvidoso que possa haver um manejo exclusivamente teórico da história.

No que diz respeito àquilo que pretendo fazer, no meu entender, deve-se colocar, primeiramente, o problema de que se quer tratar. Não vejo, necessariamente, que para tanto se deva mobilizar todo um aparato teórico-metodológico que já se encontra pronto, preparado para o uso. Essa é uma questão aberta, que se pode discutir.

2. MS: Podemos discutir isso depois. Fiquemos no momento com a questão historiográfica. Há um pequeno texto seu (DELAPORTE 1995), intitulado "Chagas, a lógica da história", publicado em 1995, que é objeto de controvérsias e mesmo de severas críticas. Nessas críticas, você é descrito como o responsável por empreender uma cruzada iconoclasta contra Chagas. Esses contrassensos não são oriundos de um tipo de história das ciências que desconsidera um problema filosófico implícito em A doença de Chagas, para o qual não se pode fazer, quando se trata de história das ciências, economia de uma relação com o verdadeiro e de uma relação entre o verdadeiro e o falso?

251

FD: Trata-se de uma maneira de conceber a história das ciências que desconsidera os seus aspectos epistemológicos. Claro, poder-se-ia dizer que nesse caso se trata de uma concepção nacionalista de história, mas me parece que o cerne do problema diz respeito aos seus aspectos epistemológicos, à desconsideração de uma forma de pensar a história, para a qual a formação dos conceitos é um acontecimento importante dessa história, de que os conceitos devem ser levados em conta. Essa é uma primeira observação.

A posição teórica da qual partem essas críticas é aquela denominada de *social studies*, quer dizer, a de uma sociologia das instituições que trata as ciências como uma atividade social qualquer. Os conceitos fundamentais dessa concepção de história são aqueles dos quais falei ontem, os de construção, oriundos do construtivismo, para os quais tudo é objeto de negociação e, no limite, de consenso. Para tal concepção, não há nada além disso.

A meu ver, há uma série de problemas importantes nessa maneira dominante de ver a história das ciências, oriunda dos Estados Unidos e bastante difundida atualmente. Ela sequer reconhece a existência dos jogos entre o verdadeiro e o falso. Restringe-se à história das instituições e do consenso.

Quando acontece de alguém escrever sobre esses jogos, sobre a falsidade ou sobre o erro, é como se se tratasse de uma crítica que tivesse que ser escondida.

A reprovação que alguns me fazem é a de que me comporte como os médicos da Academia, dos anos 1919-1920, que criticavam Chagas. Essa não é, certamente, minha atitude, não obstante essa seja ainda uma atitude corrente. Pessoas como Carlos Chagas e Oswaldo Cruz partilham, nessa época, do mito de uma via triunfante do conhecimento, da ideia de paradigma da lógica. Filósofo analítico, antes de tudo, é Oswaldo Cruz. A investigação que fez Chagas, diz Cruz, é um paradigma da lógica a serviço da ciência. Essa posição de Cruz é compreensível. Entre os anos de 1910 e 1915, quando se tratava de expor ao mundo um descobrimento importante, entende-se porque Cruz não se interessara em explicar as questões epistemológicas ligadas a esse descobrimento, de que Chagas havia se equivocado, cometido tais e tais erros. Não podemos pedir a Oswaldo Cruz isso que devemos fazer como historiadores. Porém, pensar que se equivocar é um pecado, é o que pensavam Chagas e Cruz, e é o que pensam muitos historiadores da doença de Chagas.

Portanto, não há surpresas em relação aos contrassensos, sobretudo porque não são contrassensos teóricos, mas contrassensos que se dão ao nível da leitura. Algumas críticas que me são dirigidas procedem de citações de traduções mal feitas de meus textos. Guerras são feitas contra coisas que não escrevi. Essa é a razão pela qual decidi dedicar um tempo a escrever um texto, no qual retomo os pressupostos de alguns historiadores da doença de Chagas, e sobre os quais eles nunca refletem quando escrevem a história.

Há cinco ou seis meses, houve uma reunião em Paris, no Instituto Pasteur, que reuniu inúmeros historiadores, dentre os quais os que trabalham ou trabalharam sobre essa história. O problema é que não se estabelece um canal de diálogo, de interlocução, de discussão substantiva sobre as diferentes teses que há sobre essa história, porque para muitos desses historiadores, tornei-me, simplesmente, alguém que pretende destruir a imagem de Carlos Chagas. Muitos desses historiadores se identificam com Oswaldo Cruz e com Carlos Chagas a ponto de pensarem que eles precisam ser defendidos. Estamos a tal ponto imersos no imaginário dos grandes homens da ciência, que as coisas se encontram dessa maneira.

3. MS: Ainda sobre os jogos entre o verdadeiro e o falso, você fez menção ao estabelecimento da verdade segundo um consenso entre os cientistas, tal como propõe Kuhn. Você poderia especificar a diferença de tais concepções?

FD: Sim. A ideia de Kuhn é a de que a comunidade científica estabelece um acordo, de que há uma negociação para definir aquilo de que se trata a verdade em um dado momento. De modo que o último critério, para Kuhn, é o que se estabelece consensualmente no interior de uma comunidade científica. Isso é o que Kuhn chama de ciência normal.

Parece-me, ao contrário, que a ciência é a atividade que passa o seu tempo a escapar daquilo que é percebido como o normal do seu momento de atividade. O que deve se explicar, nesse caso, é por que há mudança de paradigma. Creio que a mudança de paradigma não é o resultado de um consenso, de uma negociação. É, antes de tudo, um acontecimento. Um acontecimento que emerge de maneiras diferentes, segundo as diferentes disciplinas, com suas próprias singularidades. Penso que a historicização das revoluções científicas avançou muito mais em trabalhos de historiadores como Alexandre Koyré.

4. Fernando Voyniak: A impressão que se tem da leitura das críticas que são dirigidas ao seu trabalho sobre a doença de Chagas, é a de que ele se trata de um mero empreendimento de ataque a Chagas. Quando se lê o seu trabalho considerando a maneira como ele trata dos jogos entre o verdadeiro e o falso, é difícil extrair essa percepção. Tais críticas desconsiderariam a sua maneira de escrever a história?

FD: De fato, ele é percebido por alguns críticos como simples ataque a Chagas. Mas essa é uma falsa percepção. Meu objetivo não é fazer qualquer tipo de ataque a Chagas. Não haveria sentido em escrever um trabalho cujo objetivo seria um ataque a Carlos Chagas, a Oswaldo Cruz ou a qualquer protagonista dessa história. Creio que o problema, essencialmente, se reduza a duas questões.

Há uma história da medicina que possui uma função ideológica, quer dizer, a de resgate dos grandes vultos da ciência. Para ela, essas figuras, esses vultos, são grandes blocos idealizados e não se trata de colocar o problema do que eles fizeram num quadro histórico qualquer. Isso é inadmissível e mesmo insuportável para tal história. O correlato de uma atitude assim é a incapacidade de compreender aquilo de que trata uma história epistemológica. Uma história epistemológica, precisamente, não faz ataques a ninguém. Ela simplesmente interroga as condições de possibilidade de formulação de novos enunciados; da formulação de proposições falsas ou de proposições verdadeiras; da transformação de quadros de pensamento.

O que pretendi fazer foi, justamente, uma análise da transformação de um quadro de pensamento que irá permitir a constituição de novos objetos, de novos conceitos e de novas teorias. É isso que permite localizar, no quadro anterior, proposições que podem ser qualificadas como verdadeiras ou falsas, em função dos critérios desse novo momento. Quando se lê os textos médicos da época, vê-se que são eles próprios que falam nesses termos. Jamais escrevi que Chagas disse coisas verdadeiras ou coisas falsas. Ao contrário, quando trato de sua teoria parasitária do bócio, explico que nessa época, essa é a teoria que se pôde produzir, e que nessa época ela é totalmente aceitável em função do quadro de pensamento no interior do qual ela se encontra nesse momento.

5. MS: Na sua conferência intitulada "O jardim e a natureza", você se referiu aos monstros e às monstruosidades. Uma história epistemológica pressupõe uma reflexão sobre o estatuto das monstruosidades?

FD: No caso do jardim de Lineu, trata-se de uma monstruosidade no sentido de como se define um objeto, em relação a um modelo, a um arquétipo, a um vivente que é uma espécie de arquétipo, e que à parte desse modelo é percebido como uma monstruosidade.

Esse é um problema que não foi muito estudado. Seria importante dedicar-se a ele. Vejo de uma maneira muito recorrente, nos textos dos séculos XVI e XVII, aparecer a referência a essa palavra: "o que disse esse autor é, realmente, uma monstruosidade, pois não se pode dizer tal coisa". A monstruosidade é algo que se define, em sentido próprio ou figurado, em relação à normalidade, seja ela relativa à produção de enunciados ou não.

Há também em Bachelard essa ideia de monstruosidade, quando ele diz que vai expor em um museu de horrores as monstruosidades que foram ditas. Aqui, trata-se de um sentido figurado. Ele se refere aos autores do século XVIII, que se referem a coisas para as quais se necessita muito mais de uma psicanálise do que de uma análise.

Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault retomou essa ideia de Bachelard com o intuito de destacar sua metodologia, mostrando como, ao se tratar de uma certa *epistémê* - que corresponde a um quadro de pensamento -, pode-se falar da existência de monstros que se situam fora desse quadro. Isso quer dizer que, quando há uma mudança de *epistémê*, há autores que permanecem falando tal como se falava na *epistémê* anterior. Esses autores são chamados de monstros porque produzem enunciados, proposições que passam a ser vistas como inaceitáveis a partir desse momento.

O desconcertante em Foucault é que ele mostra como há monstros falsos e monstros verdadeiros. A história dos monstros verdadeiros também é interessante. Se algum autor da *epistémê* anterior continua falando, trata-se de um monstro falso. Agora, se alguém fala de uma determinada maneira numa *epistémê*, tal como virá a ser a maneira de se produzir enunciados numa *epistémê* posterior, trata-se de um monstro verdadeiro. É o caso de Mendel ou de Auenbrugger. Canguilhem tratou posteriormente do caso de Mendel ao qual se refere Foucault. Mendel não foi compreendido em sua época. Para que ele fosse entendido, teve que ser redescoberto posteriormente pela biologia, no interior de um novo quadro de pensamento. Foucault se refere a Mendel, mas prefiro o caso de Auenbrugger. Aplico o Foucault de *A ordem do discurso* (1996) ao Foucault de *Nascimento da Clínica* (2001).

Poderíamos caracterizar Auenbrugger como um monstro verdadeiro. Como vocês sabem, Foucault mostra como a Idade Clássica é a época de uma botânica. Descreve-se tudo, mas sobre o espaço do quadro, sobre um espaço plano. Descrevem-se as espécies vegetais, tal como o faz Lineu. No campo da medicina, as doenças são descritas como espécies, levando em consideração

aquilo que se vê, que são exclusivamente os sintomas, o que se encontra na superfície do corpo. No limite, diz Foucault, nessa época, o corpo enfermo não possui volume, não é nada além de uma imagem, um plano.

Auenbrugger é um médico do século XVIII que se encontra em condição de registrar as lesões, na medida em que faz autópsias. Ele descreve os sintomas dos pacientes doentes; porém, quando eles morrem, ele faz sua autópsia, abre os seus corpos e os vê em sua interioridade. Isso lhe permite observar que há tumores e lesões interiores, e relacionar o que se via na vida, os sintomas, e o que se vê na morte, as lesões.

É justamente ele que inventa uma técnica para adivinhar, para ver, em uma pessoa ainda viva, quais eram as suas lesões internas. Isso não é nada mais do que a técnica de percussão: ao se tocar uma garrafa que não está totalmente preenchida com água, o som que se produz na parte cheia não é o mesmo daquele produzido pelo toque na sua parte vazia. Quando se faz a mesma experiência do toque com um pulmão saudável e com um pulmão doente, da mesma forma, produzem-se sons diferentes.

Auenbrugger é um monstro verdadeiro, porque quando ele explica o seu método, ninguém o compreende, ninguém pode compreendê-lo, porque ele se encontra nessa *epistémê* do espaço plano. Há que se esperar 40 anos, que se organize mais a clínica, que se sistematize a relação entre clínica, anatomia e autópsia para que se recorde que Auenbrugger também havia inventado uma arte de solicitar signos, para fazer falar, para fazer ver aquilo que se encontra invisível, para saber o que se encontra no interior. Auenbrugger é um monstro verdadeiro porque para que um tipo de enunciado, tal como esse, se tornasse aceitável, era preciso que a *epistémê* se transformasse.

255

6. Eduardo Sugizaki: Gostaria de insistir na questão sobre o estatuto dos monstros, especificamente em relação à Idade Clássica, ao século XVIII. Saiba-se como a história natural, nessa época, define a natureza através de uma legalidade ou de regularidades que são obtidas através do conceito de espécie. A espécie, na Idade Clássica, como mostram François Jacob e Michel Foucault, é uma estrutura fixa. Se ela é uma estrutura fixa, como poderíamos situar então o problema dos monstros?

FD: Acho que há duas coisas. O monstro de que falam Foucault ou Jacob não é nada mais do que uma imagem que está do lado da epistemologia para fazer entender as condições de possibilidade desse ou daquele discurso. Fala-se de monstro, aqui, no sentido figurado com o intuito de apontar no quadro de uma legalidade, de uma normalidade, algo que escapa a esse quadro. É uma imagem. Mas é uma imagem importante, porque os exemplos de que se trata podem se encadear com essa imagem. De duas maneiras. Por exemplo. A partir do momento em que se trata de formar o conceito de vida, com Cuvier e com Bichat, alguém que segue descrevendo a escala da natureza, que vai dos mais simples aos mais complexos, é um monstro falso. No limite, isso quer dizer que não leu Cuvier. É um pouco o que ocorre, da mesma forma, com parte da

historiografia da doença de Chagas, que permanece presa aos textos do início do século XX e não percebe que houve uma mudança no quadro de pensamento a partir de meados dos anos 30. Esse é um sentido pelo qual se pode tratar conceitualmente do problema dos monstros.

No século XVIII, como vocês sabem, há controvérsias, precisamente, no quadro do fixismo e do pré-formacionismo. Se as espécies são pré-formadas, como pode haver monstros? Ora, esse é um problema relativo à *epistémê* do século XVIII, produzindo no seu interior um problema de epistemologia dessa época. Aqui, trata-se de uma imagem com sentido figurado, cujo objetivo é mostrar a legalidade do discurso, da formação dos enunciados, que permite mostrar autores que mudaram ou não em função de um novo quadro de pensamento.

7. José Ternes: Na sua conferência sobre Guadalupe, você mostrou como a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, em pouco tempo, transformou-se em um ícone nacional no México. Em pouco tempo, ela se tornou uma unanimidade, passou a ser aceita indistintamente. Você fez referência ao poder, na medida em que Guadalupe não é exclusivamente um acontecimento da ordem do saber, se é que se pode falar dessa maneira. Há passagem entre saber e poder? Como você articula a relação entre o político e o epistêmico? Nas suas análises, o poder é uma figura complementar ao saber?

256

FD: No caso de Guadalupe, estamos totalmente fora de uma análise do saber. Não a vejo como uma figura do saber. Penso que ela deve ser vista como uma imagem de poder. O que me interessa é ver como se constitui essa imagem de poder através dos jesuítas. Há aqui uma relação entre a religião, uma imagem, o milagre e o poder. O poder deve ser pensado, nesse caso, na medida em que ocorre uma mudança de modalidade da relação de tutela. Até o século XVII, parece haver algo como uma conquista por meio de métodos de força. No século XVIII, em relação aos indígenas, intenta-se algo muito mais refinado e menos repressivo. Esse acontecimento ocorre num momento importante em que se estabelece uma relação entre religião, epidemia e política. Esse é o conjunto que deve ser analisado de maneira precisa. Essa relação se estabelece de uma maneira muito rápida. Há um ato religioso, determinado pelas autoridades religiosas; ocorre uma epidemia, que de maneira muito rápida mata muitas pessoas; estabelece-se uma espécie de sequência, de ciclo extremamente veloz, e aparece uma imagem religiosa, sobressai uma imagem religiosa, que irá se tornar uma imagem importante, descolando-se desse acontecimento, tornando-se como que uma imagem definitiva e que seguirá assim sendo considerada.

A ideia, aqui, é precisamente de mostrar como algo, em um momento dado, possui um sentido particular e como, posteriormente, essa mesma imagem irá assumir outros sentidos. O que pretendi apontar foi justamente um dos sentidos últimos adquiridos por essa imagem, simetricamente oposto a esse que se viu anteriormente, o de emblema da independência nacional. É surpreendente ver que essa imagem é a imagem da revolução. Ora, 80 anos antes, ao contrário, ela era a imagem de uma forma de conquista, pensada

pelos jesuítas como dispositivo de assujeitamento das populações, e não como forma de libertação.

Aqui, deve-se situar a crítica que faço à história linear que escreve Lafaye (LAFAYE 1974). Para ele, se o último sentido de Guadalupe é o emblema da independência nacional, isso significa que a história dessa imagem é a história da formação da consciência nacional mexicana. O que se pode ver, ao historicizar essa imagem, é algo muito distinto. Estou seguro de que se trabalharmos um pouco mais, poderemos perceber que essa imagem, segundo diferentes momentos, possui muitas outras significações. Retomamos aqui a referência para a qual os objetos são constituídos pelo discurso.

8. MS: Como se articula esse problema com a história do pensamento médico sobre as epidemias? Como relacionar uma explosão epidêmica com a produção de novas formas de controle social?

FD: Parece-me que a questão passa pelo panegírico de Guadalupe, um reforço da imagem como instrumento de assujeitamento das populações. O assunto da medicina está mais ou menos próximo disso. Pode-se dizer sobre a medicina a mesma coisa que se pode dizer sobre a imagem de Guadalupe. Há uma estrutura de percepção da doença, nesse momento, que não tem nenhuma relação com o que se poderia considerar retrospectivamente sobre esse assunto. Não se deve projetar nesse acontecimento categorias médicas que não pertencem a ele. Aqui, há duas coisas. A estrutura da doença, tal como é percebida no Renascimento, é muito próxima com a desse acontecimento. Mas há outra coisa sobre a qual não insisti muito, relativa à percepção do corpo tal como se pode ler no texto de Cabrera de Quintero (1756). Há nele uma explicação médica da doença assente nos marcos do que é medicina nesse momento. Mas, há uma sobredeterminação desse corpo doente proveniente dos valores da conquista. Há a constituição de um corpo que, na verdade, é duas vezes constituído. Em primeiro lugar, constituído por um discurso científico da medicina do século XVIII. Depois, constituído, de uma maneira sobredeterminada, pelo discurso de Cabrera, que projeta na doença todo um jogo de qualidades ou de valores, aqueles da conquista. Trata-se de descrever a doença como castigo divino, por meio da ideia de pecado. Contudo, isso adquire aqui um sentido muito particular que não se encontra nos textos europeus relativos às pestes. Justamente, porque se trata de um corpo que é definido como um corpo de criança, portanto, mais receptivo e que possui muitas propriedades que são pensadas em relação aos valores da conquista. Há uma dissertação que é estritamente médica, tal como a escreveria qualquer médico do século XVIII, e há a *Escudo de armas de México*, na qual tudo o que se diz em termos de medicina é retomado metaforicamente em linguagem sobredeterminada da conquista (o espaço orgânico é o território da conquista etc.), da religiosidade e da política.

9. *Carlos Oiti Berbert Jr.: Ao abriremos A doença de Chagas, deparamo-nos com dois subcapítulos que saltam aos olhos do historiador: "A lógica da história" e "Os direitos da lógica". A sua leitura, no entanto, evidencia que não há nenhuma relação com a lógica dos lógicos. Gostaria que você falasse da sua importância para a sua análise da história dessa doença.*

FD: De fato, não há nenhuma relação. No que concerne à lógica da história, trata-se exatamente daquilo a que essa ideia faz referência, ao desenvolvimento de uma certa história, a como as coisas ocorrem para que possam ser compreendidas. Há uma ideia muito precisa de lógica. Trata-se de pensar como ocorre um descobrimento e como se constitui uma primeira hipótese a seu respeito, quer dizer, como se estabelece uma tal relação. Ora, essa primeira hipótese, essa primeira relação, é totalmente inverossímil. Isso é o que permitirá a reorganização epistemológica dessa história no campo da medicina. Isso é, justamente, a lógica da história, como de fato ocorrem as coisas. E as coisas, de modo algum, ocorrem de maneira lógica. Porque se trata de casualidade, de erros, de equívocos. Isso os historiadores não entendem. Carlos Chagas descobriu algo que não procurava. Depois, procurou uma doença onde ela não existia. O jogo do acaso, o jogo dos erros é importante, porque essa descoberta saiu de uma hipótese totalmente ilógica. Mas se não houvesse uma hipótese ilógica, não haveria a possibilidade de se fazer um descobrimento. É isso o que boa parte dos historiadores da doença de Chagas não entende, porque não entendem a lógica da história.

258

No que concerne aos direitos da lógica, trata-se da parte do trabalho em que analiso os textos de Cruz, Chagas, dos contemporâneos que tratam da história dessa descoberta. Ora, as pessoas ligadas a essa descoberta, Cruz, Chagas, etc., não são ingênuas. Sabem bem como as coisas ocorreram, conhecem os equívocos, mas nunca escreveram sobre isso, justamente porque são cientistas, não são historiadores. Mas o que eles fazem quando escrevem essa história? Retomam uma história muito convencional, que possui uma finalidade bastante precisa, qual seja, a de dar uma alma ao castelo mourisco de Manguinhos, quer dizer, "aqui se descobriu algo". Para internacionalizar essa descoberta, eles justamente não podem dizer: "aqui Chagas se equivocou, foi levado pelo jogo das casualidades, etc.". Ora, isso não se faz quando se trata de obter reconhecimento, mérito. É preciso fazer uma história que corresponda àquilo que se espera quando se faz um descobrimento.

Há a história que escreve Chagas. Há a história que escreve Cruz. Para mim, foi muito difícil, trabalhoso compreender esse assunto, porque Chagas escreveu uma vintena de versões retrospectivas sobre essa descoberta; há a versão de Cruz. No meio de todas essas versões diferentes, era preciso orientar-se para compreendê-las. Além disso, havia o fato de que Chagas escreveu uma história na qual ele não queria perder a paternidade do descobrimento. Porque aquele que viu o parasita por primeiro foi o seu mestre, ao qual ele enviou o barbeiro contendo parasitas. Foi Cruz quem fez picar os macacos, quem viu os

parasitas. Isso mostra como muitos historiadores não entenderam nada. Eles pensam, ainda hoje, que aquele que viu primeiro é também o responsável pela descoberta. Ora, as coisas são muito mais complicadas do que isso! Não se restringe à definição do verdadeiro descobridor. Se há alguém que possui alguma responsabilidade, é o que eu digo, é Chagas. Cruz é como um assistente para Chagas. É Chagas que envia a amostra, que constrói uma hipótese.

Essa noção de direitos da lógica significa, portanto, uma ideia da história que implica numa finalidade; é preciso entendê-la nesse sentido. É justamente o que diz Oswaldo Cruz, para quem nunca se fez um descobrimento como tal, que é um exemplo de paradigma da lógica a serviço da ciência.

Não vejo como se poderiam aplicar os critérios da lógica para tratar da história da ciência. Os enunciados não são proposições puras, fora do espaço em que se constituem as normas. Para se pensar a lógica da verdade e da falsidade, não se pode abandonar o espaço em que se dá a produção de normas. Uma proposição científica não pode ser tratada como uma proposição lógica. Claro, ela pode ser tratada como uma proposição lógica, mas antes de ser tratada como tal, é relevante vê-la na história da ciência à qual pertence.

10. MS: Portanto, o que a filosofia da ciência de matriz analítica faz é descolar a lógica da própria lógica dos acontecimentos da ciência?

FD: Todo o meu trabalho procura mostrar que não há lógica da ciência, não há um padrão lógico, um modelo lógico da ciência. É preciso estudar, ver o que há. E quando se estuda, se vê efetivamente o que há, encontram-se coisas que são muito estranhas e que não têm, em geral, a ver com a lógica. No caso de Chagas, é interessante, porque se trata justamente de coisas estranhas que não têm a ver com a lógica. Sua hipótese, por exemplo. Ele conecta um inseto doméstico e um sagui selvagem para explicar o ciclo de transmissão. Isso é como se ele não tivesse refletido. Se os saguis são selvagens, eles nunca vão às choupanas! Se os parasitas se encontram nas casinhas, se os barbeiros permanecem nos barracos, é porque vieram de fora para ali viver, porque ali podem comer, viver, se esconder, se reproduzir. Como um inseto doméstico pode picar um sagui selvagem? Isso é um absurdo, poder-se-ia dizer. Ele relaciona o que encontra no barbeiro, a forma evolutiva, e a forma adulta do tripanossomo que encontra no sangue dos saguis selvagens. Porém, sem essa hipótese, não pode ocorrer a ideia de verificá-la. Quer dizer, se todos os macacos se encontram contaminados, é preciso enviar os barbeiros com seus parasitas para um lugar em que há macacos livres de qualquer contaminação. Aqui, pode surgir a forma adulta, a forma evolutiva, que é precisamente a dos parasitas patogênicos, porque os parasitas dos saguis não são patogênicos.

Isso se trata de história, no sentido preciso da palavra. As coisas não seguem uma via direta, triunfante; há equívocos, erros, acasos, etc. Cada objeto tem seu modo de produção. É preciso relacionar, para alguns casos, coisas que não são necessárias para outros. Às vezes há fatores políticos

relevantes, mas não *a priori*. No caso da doença de Chagas, é pertinente relacioná-los, pois há as empresas privadas ligadas à construção da infraestrutura no Brasil e o Instituto Oswaldo Cruz como o primeiro lugar ligado à imposição de uma salubridade pública. Isso permite explicar como Carlos Chagas pôde entrar em contato com seu objeto de estudos. A política é um fator importante aqui.

11. COBJr.: O problema do anacronismo parece ser central em suas preocupações.

FD: Cometer anacronismo significa não entender o objeto histórico de que se trata. Precisamente, significa não compreender o que é história, aquilo que pode ser dito e aquilo que não pode ser dito em determinado momento. Meu trabalho trata de uma descrição da historicidade do discurso. Essa é minha preocupação. Não é o discurso científico de Chagas que me interessa, mas a historicidade do seu discurso, as condições de produção de tal discurso. Não se trata de uma análise dos conteúdos do saber, mas das condições de possibilidade de formulação de proposições. É precisamente isso que não compreendem em meu trabalho sobre a doença de Chagas os meus críticos, a maneira como concebo e escrevo a história. Bom, pode-se dizer que a sua maioria não é composta por historiadores, o que é verdade. Mas o principal problema é que eles se autoproclamam discípulos de Chagas, de Cruz. Nesse nível, não há como se estabelecer uma discussão substantiva que valha a pena.

260

12. MS: Na sua conferência intitulada "O jardim e a natureza", você mostrou que os calorosos debates atuais em torno dos limites que se deve ou não impor às biotecnologias e à manipulação genética baseiam-se numa oposição entre meio técnico e meio natural, constituída no século XVIII. O jardim de Lineu é um meio natural/artificial, um lugar positivo. Para Rousseau, tudo que vem das mãos de Deus é bom e degenera quando passa pelas mãos dos homens. Para Rousseau, a natureza é objeto de uma valorização antropocêntrica, objeto de uma metafísica, um refúgio ao homem, em que se exclui uma relação de conhecimento. Para você, pôr a natureza no mundo do refúgio, querer encontrar um mundo fundado na natureza, é colocar a escolha entre comer ervas colhidas nos campos e comer comidas refinadas. A ética se nutre desse medo rousseauísta. Você questiona essa oposição em termos históricos, mostrando como ela se constituiu, os problemas que dela decorrem e as escolhas possíveis diante dela. Poderíamos recorrer a uma ideia de vitalismo para mostrar que a oposição entre ciência e vida é falsa? Qual é a diferença entre essas perspectivas e o que decorre de suas opções?

FD: A crítica à oposição entre ciência e vida é decisiva no trabalho de Canguilhem. Para Canguilhem, não há oposição entre a ciência e a vida. Para Canguilhem, o homem, como ser vivo, não está programado como os animais para responder a certos estímulos, é um animal condenado a equivocar-se. Toda a vida desse

homem é uma vontade de potência que se traduz por fracassos, os quais são pensados como problemas. Canguilhem vê a ciência como essa atividade pela qual o homem procura resolver, solucionar os problemas que encontra no seu meio. Portanto, não há que se opor ciência e vida, pois a ciência é um resultado da vida. Ele retoma um pouco a ideia de Leroi-Gourhan, de que os instrumentos técnicos são prolongamentos do corpo. Para Canguilhem, a ciência e o conhecimento não são simples frutos da curiosidade, da especulação, pois têm como finalidade o melhoramento da vida. Eu entendo assim a maneira de Canguilhem definir a ciência como uma teoria dos meios aplicada ao homem. Eu procuro colocar o problema como historiador. O problema atual é que há uma visão otimista, positiva, para a qual tudo o que foi feito, o objetivo exclusivo da ciência é o de destruir o mundo, o de um esforço que se volta contra nós.

Há um medo muito explorado atualmente, que podemos situar historicamente. Tive a oportunidade de debater com médicos franceses há algum tempo sobre esse problema. Há uma imagem bastante precisa, às vezes, dominante, de que os cientistas, os médicos, são pessoas que tendem a se comportar como o médico de Frankenstein. Como se fossem pessoas preocupadas em fabricar monstros, de que se tratassem de pessoas más. Essa imagem ingênua é muito explorada. Em geral, o que ocorre é justamente o contrário, pois tratam-se de pessoas preocupadas exclusivamente com solucionar problemas. Neste momento preciso, há um desajuste entre o peso dos cientistas e o peso dos comitês de ética, responsáveis cada vez mais por atarem as suas mãos. Pede-se a eles uma série de coisas, mas, ao mesmo tempo, atam-se as suas mãos.

261

Referências bibliográficas

QUINTERO, Cayetano de Cabrera y. **Escudo de armas de Mexico**: celestial proteccion de esta nobilísima ciudad, de la Nueva-España, y de casi todo el Nuevo Mundo, Maria Santísima, en su portentosa imagen del mexicano Guadalupe, milagrosamente aparecida en el Palacio Arzobispal el año de 1531. Y jurada su principal patrono il passado de 1737. Mexico: Impresso por la viuda de d. J.B. de Hogal, 1756.

DELAPORTE, François. **Le second règne de la nature**: essai sur les questions de la végétalité au XVIIIe siècle. Paris: Flammarion, 1979.

_____. **Disease and civilization**: the cholera in Paris, 1832. Cambridge: MIT Press, 1986.

_____. **Histoire de la fièvre jaune**: naissance de la médecine tropicale. Paris: Payot, 1989.

_____. (org.) **A vital rationalist**: selected writings from Georges Canguilhem. Nova York: Zone Books, 1994.

_____. **Les épidémies**. Paris: Presses Pocket, 1995a.

_____. Chagas, a lógica da história, **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1995b, 1 (2), p. 39-54.

_____. **A doença de Chagas**: história de uma calamidade continental. Tradução de Carmem Pereira e Leonora de Assis. Ribeirão Preto: Holos, 2003a.

_____. **Anatomie des passions**. Paris: PUF, 2003b.

_____. **Filosofía de los acontecimientos**. Antioquia: Editora da Universidade de Antioquia, 2003c.

_____. Matlazahuatl e Guadalupe: México 1737. In: MENEZES, Marcos A.; SERPA, Élio Cantalício. **Escritas da história**: narrativa, arte e nação. Uberlândia: EdUFU, 2007.

_____. L'herreur de Chagas. In: _____. **Figures de la médecine**. Paris: CERF, 2009.

DELAPORTE, François; PINELL, Patrice. **Histoire des myopathies**. Paris: Payot, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Sampaio. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2001.

LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl et Guadalupe**: la formation de la conscience nationale au Mexique (1513-1813). Paris: Gallimard, 1974.

LECOURT, Dominique. **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: PUF, 2004.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Alexandre Fortes (UFRRJ)
Amilcar Araujo Pereira (UFRJ)
Ana Maria Mauad (UFF)
Antonio Edmilson Martins Rodrigues (PUC-Rio)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Daniel Faria (UnB)
Daniel Mesquita Pereira (PUC-Rio)
Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)
Eliane Misiak (FURG)
Estevão de Rezende Martins (UnB)
Fábio Franzini (UNIFESP)
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)
Fernando Nicolazzi (UFRGS)
Geraldo Antonio Soares (UFES)
Gustavo Caponi (UFSC)
Helena Mollo (UFOP)
Heloisa Maria Bertol Domingues (MAST)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
José Antonio Vasconcelos (USP)
José d'Assunção Barros (UFRRJ)
José Otávio Nogueira (UnB)
Josemar Machado de Oliveira (UFES)
Katia Abud (USP)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Luís Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)
Marcelo Magalhães (UNIRIO)
Márcia Regina Naxara (UNESP)
Marcos Antonio Lopes (UFSC)
Maria da Gloria Oliveira (UFRRJ)
Marisa Saenz Leme (UNESP)
Marlon Salomon (UFG)
Noé Sandes (UFG)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Renata Rozental Sancovsky (UFRRJ)
Ricardo Salles (UNIRIO)
Ronald Raminelli (UFF)
Sérgio da Mata (UFOP)
Susani Silveira Lemos Franca (UNESP)
Teresinha Duarte (UFG)
Thiago Lima Nicodemo (UFES)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Recomenda-se que os autores dividam o artigo em seções.

1.2. Resenha de livro (mínimo de 13.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Texto e documento historiográfico: tradução de texto inédito ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço). Indicar se o documento é inédito ou se já foi publicado.

1.4. Entrevista, antecida por uma breve apresentação (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) A revista aceita três tipos de resenha:

266

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

5) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

6) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

7) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

8) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

9) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

267

10) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

11) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

12) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

13) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

14) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

15) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

16) A partir do seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

17) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

268

18) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

270

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.